



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Movimento Sindical Urbano na Paraíba:
Organização, Lutas por Direitos e Repressão aos Trabalhadores (1958-1964)**

Paula Tamyres Veríssimo da Silva

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA – PB

OUTUBRO DE 2021

**MOVIMENTO SINDICAL URBANO NA PARAÍBA:
ORGANIZAÇÃO, LUTAS POR DIREITOS E REPRESSÃO AOS
TRABALHADORES (1958-1964)**

Paula Tamyres Veríssimo da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento parcial às exigências para obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA – PB
OUTUBRO – 2021

**MOVIMENTO SINDICAL URBANO NA PARAÍBA:
ORGANIZAÇÃO, LUTAS POR DIREITOS E REPRESSÃO AOS
TRABALHADORES (1958-1964)**

Paula Tamyres Veríssimo da Silva

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada no Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) em 27 de outubro de 2021.

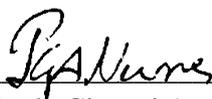
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
(Orientador)



Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual de Campinas
(Examinador Externo)



Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense
(Examinador Suplente Externo)

Prof. Dr. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
(Examinadora Suplente Interna)

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586m Silva, Paula Tamyres Veríssimo da.

Movimento sindical urbano na Paraíba : organização, lutas por direitos e repressão aos trabalhadores (1958-1964) / Paula Tamyres Veríssimo da Silva. - João Pessoa, 2021.

210 f.

Orientação: Tiago Bernardon de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Movimento sindical. 2. Ditadura civil-militar. 3. Classe trabalhadora. 4. Paraíba - História. I. Oliveira, Tiago Bernardon de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 331.105.44(043)

AGRADECIMENTOS

Realizar esta pesquisa e chegar à conclusão deste trabalho, não foi uma tarefa fácil. A minha trajetória familiar é marcada por um longo caminho de exclusão no âmbito acadêmico, que por muito tempo dificultou a nossa entrada em universidades públicas. Por tudo que isso significou (e ainda significa), este trabalho é dedicado à minha família. Agradeço de maneira especial à minha mãe, Maria Elenice, a maior incentivadora dos meus estudos, ao meu pai, Paulo, e a Thais, minha irmã.

Para agradecer ao meu noivo, Eliwerton, me faltam palavras. Pois foi ele que desde a seleção do mestrado acreditou que eu poderia chegar até aqui, em muitos momentos depositando em mim uma confiança que eu mesma desconhecia. Obrigada por toda paciência e cuidado.

Ao professor Tiago Bernardon, meu orientador desde a graduação, que sempre com palavras incentivadoras e orientações maravilhosas, trilhou junto comigo o caminho desta Dissertação. Serei eternamente grata por toda confiança no meu trabalho e por todas as oportunidades concedidas durante a minha trajetória acadêmica. Sem ele esse trabalho não seria possível. De maneira igualmente especial, agradeço ao professor Paulo Giovani, leitor desta pesquisa desde os seus rascunhos iniciais, sempre contribuindo para sua efetivação.

Agradeço também a professora Ana Beatriz, por todo o diálogo sobre o projeto, nas aulas em disciplinas e no acolhimento no estágio docência; ao professor Marcelo Badaró, que muito contribuiu no Exame de Qualificação, mas não pôde estar presente na defesa do trabalho final por razões de força maior; e ao professor Fernando Teixeira, pois, além da contribuição teórica através de suas obras, muito gentilmente aceitou compor a Banca Examinadora.

Agradeço às amigas Elyonara Targino e Bárbara Costa, que de uma maneira muito cuidadosa estiveram ao meu lado em todos os momentos, sobretudo os mais difíceis, reafirmando a premissa “quem tem um amigo, tem tudo”. Também a Letícia Helen, amiga querida, com quem compartilhei áudios intermináveis sobre a dor e delícia de ser uma mestranda em tempos como os nossos e que me ajudou em vários momentos da conclusão desta Dissertação.

Aos meus colegas do GEPEHTO, pelo incentivo, positividade e confiança, como também a todos da turma 2019 do PPGH-UFPB, em especial ao meu amigo Alexandre Araújo, sempre muito sensível e cuidadoso com seus colegas, obrigada por toda força.

Por fim agradeço imensamente à CAPES por oportunizar o financiamento necessário para realização desta pesquisa sob a forma de bolsas, assim como à UFPB, minha porta de entrada para construção de um conhecimento histórico crítico dedicado à classe trabalhadora.

RESUMO

Esta Dissertação analisa a atuação do movimento sindical urbano paraibano entre os anos de 1958 e 1964, contexto de articulação e efervescência das lutas que vinham sendo travadas por setores da classe trabalhadora brasileira, que foram desmanteladas em função da intensificação das práticas repressivas com a promulgação do golpe civil-militar em 1964. Desse modo, apontamos para o entendimento de que este foi um golpe de classe, no qual a desarticulação da classe trabalhadora constituía-se como alvo principal da proposta política das elites civis, empresariais e militares envolvidas naquele processo. Para tanto, buscamos refletir por meio da atuação sindical, as diversas mobilizações de trabalhadores que marcaram o fim do período democrático, as estratégias utilizadas por eles ao recorrer à Justiça do Trabalho, bem como a forte repressão que se abateu sob essas organizações, com cassações de mandatos sindicais, intervenções, prisões e denúncias, sobretudo aos seus principais líderes. Tendo como perspectiva teórica e metodológica a História Social do Trabalho, as fontes utilizadas para essa pesquisa foram os principais jornais paraibanos em circulação na época, ações de sindicatos na Justiça do Trabalho, livros de memórias escritos por sindicalistas atuantes no período, processos de anistia de trabalhadores sindicalizados, Inquéritos Policiais Militares e depoimentos orais. Estas três últimas fontes fazem parte do acervo organizado pela Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. A presente Dissertação se insere na linha de pesquisa História e Regionalidades do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba e tem por objetivo fomentar discussões sobre os trabalhadores paraibanos e suas organizações de classe.

Palavras-chaves: Movimento Sindical; Ditadura Civil-Militar; Classe Trabalhadora; Paraíba – História.

ABSTRACT

This Dissertation analyzes the performance of the urban trade union movement in Paraíba between the years 1958 and 1964, a context of articulation and effervescence of the struggles that were being waged by sectors of the Brazilian working class, which were dismantled due to the intensification of repressive practices with the enactment of Civil-military coup in 1964. Thus, we point to the understanding that this was a class coup, in which the disarticulation of the working class was constituted as the main target of the political proposal of the civil, business and military elites involved in that process. To do so, we seek to reflect, through union action, the various mobilizations of workers that marked the end of the democratic period, the strategies used by them when resorting to the Labor Court, as well as the strong repression that befell these organizations, with impeachments union mandates, interventions, arrests and denunciations, especially to their main leaders. With the Social History of Labor as a theoretical and methodological perspective, the sources used for this research were the main newspapers in Paraíba in circulation at the time, union actions in the Labor Court, memoirs written by union members working in the period, amnesty processes in unionized workers, Military Police Inquiries and oral statements. These last three sources are part of the collection organized by the Truth and Preservation of Memory of the State of Paraíba Commission. This dissertation is part of the History and Regionalities research line and aims to promote discussions about workers in Paraíba and their class organizations.

Keywords: Trade Union Movement; Civil-Military Dictatorship; Working Class; Paraíba – History

LISTA DE ABREVIATURAS

API	Associação Paraibana de Imprensa
CEPLAR	Campanha de Educação Popular
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CONSINTRA	Comissão Intersindical
CONTEC	Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito
CTB	Confederação dos Trabalhadores do Brasil
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IMP's	Inquéritos Policiais Militares
IPES	Institutos de Pesquisas Econômicas e Superiores
JOC	Juventude Operária Católica
MNB-PB	Movimento Nacionalista Brasileiro-PB
MUT	Movimento de Unificação dos Trabalhadores
NDH-CH/UEPB	Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PUA	Pacto de Unidade e Ação
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TRT-13	Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Carteiras de Luiz Hugo Guimarães como associado no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba e como representante da CONTEC.....	37
Imagem 2 – Segunda posse de Luiz Hugo Guimarães como Presidente do Sindicato dos Bancários da Paraíba, realizada no salão nobre do Clube Astréa, sendo saudado pelo tribuno Antônio Bôtto de Menezes (15.11.1951). Na mesa, o representante do Prefeito, o Delegado do Trabalho Luiz Medeiros, Cel. Ramalho, representando o Governador José Américo de Almeida, Luiz Hugo, vereador José Clementino, José Martiniano, delegado do IAPB	38
Imagem 3 – Luiz Hugo Guimarães em reunião da CONTEC no Rio de Janeiro.....	41
Imagem 4 – Pedro Gondim e Luiz Hugo Guimarães, ao fundo o deputado Sílvio Porto e cel. Calixto de Araújo no Palácio da Redenção no I Congresso Sindical dos Trabalhadores da Paraíba	52
Imagem 5 – Ministro do Trabalho Fernando da Nobrega e Luiz Hugo Guimarães na sede do Sindicato dos Bancários da Paraíba.....	53
Imagem 6 – Luiz Hugo entregado memorial de reivindicações dos bancários a Pedro Gondim	56
Imagem 7 – Passeata dos bancários para assembleia que decretou greve em 1961	57
Imagem 8 – Manifestação dos camponeses na cidade de Sapé em protesto pela morte do líder da Liga Camponesa João Pedro Teixeira	60
Imagem 9 – Governador da Paraíba e trabalhadores urbanos e rurais na "Passeata das Ligas" no 1º de Maio de 1962.....	62
Imagem 10 – Rivaldo Cipriano da Costa discursando em 1963.....	64
Imagem 11 – Comemoração do 1º de Maio de 1963 em Cabedelo.....	69
Imagem 12 – Jornal A União no dia 31 de julho de 1962 noticia a vinda do presidente João Goulart a João Pessoa	78
Imagem 13 – Notícia da posse do governador Pedro Gondim em fevereiro de 1961	82
Imagem 14 – Carteira de trabalho de Rivaldo Cipriano da Costa	93
Imagem 15 – Dissídio Coletivo dos trabalhadores nas indústrias de alimentação	107
Imagem 16 – Caminhada em protesto organizada pela categoria da alimentação	108
Imagem 17 – Processo de Firmino Inácio do Nascimento contra o Café Noite Natal em janeiro de 1962	110
Imagem 18 – Foto de Afrânio Gomes Leite retirada do seu processo trabalhista contra o Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A em novembro de 1962.....	112
Imagem 19 – Contrato de Trabalho de Afrânio Gomes Leite. Retirado do seu processo trabalhista contra o Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A em novembro de 1962.....	114
Imagem 20 – Atestado de Dionísio Mendes Queiroz, anexado ao seu processo na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa contra a empresa Matarazzo	121

Imagem 21 – "Rainha dos trabalhadores na indústria" ao lado de João Ribeiro e João Cabral Batista	137
Imagem 22 – Foto retirada do contrato de trabalho de Ivonete Silvestre Pereira, anexada ao seu processo trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa em 1962	131
Imagem 23 – Contrato de trabalho de Ivonete Silvestre Pereira, anexado ao seu processo trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa de 1962	132
Imagem 24 – Declaração de quitação de contas da menor Ivonete Silvestre Pereira, anexada ao seu processo trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.....	133
Imagem 25 – Notícia do jornal O Norte do dia 19 de junho de 1919.....	137
Imagem 26 – Sociedade Anônima Indústrias Reunida Fábrica Matarazzo (IRFM) [s.d]	138
Imagem 27 – Contrato de trabalho de Alice Silva de Souza anexado a sua reclamação trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa	139
Imagem 28 – Atestado de Maria da Luz de Souza anexado a sua reclamação trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa.....	142
Imagem 29 – Foto de Nair Arthur anexada ao IPM Subversão.....	164
Imagem 30 – Carteira profissional de João da Cruz Fragoso	174
Imagem 31 – Documento de transferência para João da Cruz Fragoso do Bando do Nordeste do Brasil.....	175
Imagem 32 – Decreto nº 53. 897 assinado por Castelo Branco demitindo Luiz Hugo Guimarães do seu cargo de professor na Universidade Federal da Paraíba	179
Imagem 33 – Ficha do DOPS de Boanerges Timóteo.....	182
Imagem 34 – João Ribeiro Filho discursando em 1959	184
Imagem 35 – Carteira de Identidade de Luiz Bernardo da Silva.....	186
Imagem 36 – Ficha do DOPS de Luiz Bernardo da Silva	187
Imagem 37 – Nota de natal aos associados do Sindicato dos Bancários, produzido por João da Cruz Fragoso	198

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem acerca do número de ações movidas por gênero	126
Gráfico 2 – Ocupações da Industria Têxtil	129
Gráfico 3 – Objeto das ações	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sindicatos referidos no jornal A União de 1961 a 1964	31
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População economicamente ativa na década de 1960 na Paraíba por ocupação e sexo.....	104
Tabela 2 – Objetos das ações movidas pelos sindicatos.....	104
Tabela 3 – Resultado dos processos movidos pelos sindicatos de 1961 a 1964	106
Tabela 4 – Algumas profissões exercidas por paraibanas/os na década de 1960 – Dados por gênero	127

Sumário

1	INTRODUÇÃO	13
2	TRABALHADORES E ORGANIZAÇÃO SINDICAL NA PARAÍBA (1958-1964)	28
2.1	Primeiros momentos: Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado e Comando Geral dos Trabalhadores na Paraíba.....	28
2.2	Congressos Sindicais, Greves e o 1º de Maio na Paraíba.....	51
2.3	Intensificação das lutas sociais nos governos de João Goulart e Pedro Gondim	69
3	DIREITO E JUSTIÇA COMO ARENA DE LUTAS DOS SINDICATOS PARAIBANOS (1961-1964)	88
3.1	Classe Trabalhadora e as noções de Leis, Direitos e Justiça.....	91
3.2	A Justiça do Trabalho na Paraíba como arena de lutas	100
3.3	A Judicialização dos conflitos trabalhistas e as questões de gêneros e de trabalho infantojuvenil	123
4	O IMPACTO DO GOLPE E A REPRESSÃO SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL DA PARAÍBA.....	145
4.1	1964: um golpe de classe e os sindicatos paraibanos	147
4.2	Perseguição e intervenção aos sindicatos paraibanos no imediato pós-golpe	160
4.3	Perseguição, Resistência e Memória: a busca de sindicalistas paraibanos por justiça.....	188
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
	REFERÊNCIAS	205

1 INTRODUÇÃO

No 1º de Maio de 1963, o jornal *A União* publicou um texto em homenagem aos trabalhadores paraibanos, no qual atribuía características particulares em suas formas de organização. Na notícia, o periódico, que era mantido pelo Estado, destacou que a data lembrava a “harmonia [...] entre trabalhadores e patrões, entre capital e o trabalho”, bem como o caráter pacífico dos trabalhadores paraibanos que não “viviam em choques permanentes, nem em greves e conflitos constantes”¹. Esta declaração é bastante elucidativa para o entendimento dos estudos e ações dos sindicatos e trabalhadores no Brasil durante o início da década de 1960, como também para a compreensão do objeto de pesquisa desta Dissertação: os sindicatos paraibanos.

Seriam os trabalhadores paraibanos efetivamente “pacíficos”? Haveria na Paraíba uma real “harmonia” entre capital e trabalho? Perspectivas teóricas, como a marxista, afirmam que a relação capital/trabalho, por ser uma relação de exploração, é sempre conflituosa, mesmo quando, aparentemente, estabelecem-se sob formas fenomênicas de “consensos”. Cabe-nos, portanto, nesta Dissertação e como profissionais de História, verificar os processos sociais e políticos das relações de exploração e compreendermos, de fato, se afirmações como essa correspondiam à realidade ou procuravam interferir politicamente na realidade para a construção de consensos.

O interesse em pesquisar sindicatos paraibanos no pré e imediato pós-golpe civil-militar surgiu por meio de minha participação em dois projetos desenvolvidos na Universidade Federal da Paraíba durante a graduação no curso de História. No primeiro, organizado pelo professor Paulo Giovani Antonino Nunes, na Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, atuei como voluntária e me foi possível ter contato com a documentação reunida pela Comissão em relação aos perseguidos durante o golpe militar de 1964, mais especificamente os sindicalistas²; no segundo, como bolsista de iniciação científica orientada pelo professor Tiago Bernardon de Oliveira no projeto *Trabalhadores urbanos e suas associações no Nordeste da Primeira República: elementos para interpretação de sua história*,

¹ 1º de Maio e a Paraíba. *A União*, ano LXXI, n. 93, 01 maio 1963, p. 2.

² O trabalho da Comissão resultou em um relatório final que pode ser acessado através do site: <https://cev.pb.gov.br/relatorio-final>. As entrevistas e outros documentos produzidos ou reunidos pela Comissão encontram-se sob os cuidados do Memorial da Democracia na Fundação Casa de José Américo, em João Pessoa.

por alguns anos coletamos dados sobre a classe trabalhadora nordestina nas décadas iniciais do século XX.³

Em conjugação de minhas experiências nestes dois projetos, além de meus interesses relacionados à minha militância política, decidi continuar pesquisando na perspectiva da História Social do Trabalho, a fim de analisar e compreender as estratégias e organizações dos sindicatos urbanos paraibanos entre os anos de 1958 a 1964. Esse recorte foi selecionado por atender o objetivo principal desta Dissertação, que se centra em duas questões fundamentais.

Em primeiro lugar, busca-se analisar as principais frentes de luta do sindicalismo paraibano, sobretudo através da criação da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba em 1958, em meio a um contexto nacional de intensificação de lutas sociais por melhores condições de vida e de trabalho, que se manifestaram em organizações diretas como as greves, mas também em embates de classe em esferas institucionais, por exemplo, através da Justiça do Trabalho.

E em segundo lugar, para buscar compreender como o golpe instaurado em 1964 foi articulado para frear os movimentos sociais em ascensão no período e como, especificamente, o sindicalismo paraibano foi afetado pela repressão.

Vale salientar que, embora a criação e trajetória dos sindicatos mencionados ao longo desta Dissertação sejam anteriores ao recorte temporal estabelecido aqui a partir de 1958, verifica-se um processo de impulsionamento dessas organizações naquele ano, sobretudo a partir da criação da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba, que atuou não apenas no sindicalismo urbano, mas também apoiando diretamente, através de greves, congressos e manifestações, a luta tão intensa dos trabalhadores rurais.

As experiências organizativas compartilhadas por esses sujeitos da Paraíba possuem poucos registros e fontes documentais disponíveis, o que se constitui como um problema comum em relação à pesquisa histórica sobre a classe trabalhadora brasileira. Ainda assim, buscaremos observar parte dessas experiências dos trabalhadores nordestinos em um contexto de profunda dominação oligárquica seguido de um golpe militar que destruiu boa parte da documentação privada dos sindicatos em meio às intervenções impostas a essas entidades.

Diante disso, buscando levantar evidências sobre os sindicatos urbanos e trabalhadores paraibanos, utilizamos como fontes os jornais *A União*, *O Norte* e *Correio da Paraíba*, principais títulos da imprensa paraibana da época, para compreender como os sindicatos se

³ Esse projeto resultou no trabalho de conclusão de curso da autora em 2018 intitulado *Greves nos estados do nordeste na Primeira República: levantamentos quantitativos e aproximações analíticas*.

utilizaram destes periódicos de ampla circulação no estado como meio de divulgação de suas organizações, além de investigar as análises feitas por estes mesmos jornais sobre o movimento sindical na Paraíba.

A escolha desses três periódicos se orientou por diferentes motivos: *A União* por ser o jornal oficial e refletir as perspectivas políticas do governador da época, Pedro Gondim⁴; *O Norte* por apresentar os interesses das classes conservadoras; e o *Correio da Paraíba*⁵ por ser um jornal liberal que se opunha ao governo estadual⁶. Cabe ressaltar que, devido à pandemia do COVID-19, apenas consegui efetuar a conclusão da pesquisa do jornal *A União* nos anos de 1961 a 1964⁷. As informações coletadas nos outros dois periódicos são resultados de consultas a fontes bibliográficas que valeram-se desses impressos durante o período.⁸

Nesse sentido, sabendo que os jornais imprimem valores e posicionamentos daqueles que os constroem, procuramos considerar as funções sociais desses impressos a partir da historicização do seu conteúdo, tendo em vista que suas informações nada possuem de natural, mas são resultados de interesses e regras de condutas estabelecidas pelos grupos políticos que os produziam com objetivos definidos para favorecer os seus interesses. Assim, buscamos analisar como essas ideias expressavam-se através das páginas dos jornais, ao mesmo tempo que os sindicatos utilizavam desses espaços para divulgar suas principais articulações.⁹

Além das fontes impressas, utilizamos também as entrevistas realizadas pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba com sindicalistas atuantes nesse período e dos livros produzidos por eles próprios, que resgatam, em suas narrativas memorialísticas individuais, parte da história dos sindicatos paraibanos. É o caso das

⁴ O jornal *A União*, criado em 3 de fevereiro de 1893, no governo de Álvaro Lopes Machado, teve como seu primeiro redator Tito Henriques da Silva e surgiu como instrumento de conciliação política das lideranças paraibanas em meio ao golpe de Proclamação da República em 1889, tornando-se o periódico do Partido Republicano, o que lhe permitiu posteriormente um maior destaque na imprensa paraibana ao consolidar-se como periódico oficial do Estado.

⁵ Os jornais *O Norte*, criado em 7 de maio de 1908, e o *Correio da Paraíba*, em 5 de agosto de 1953, eram pertencentes a grupos privados e também estavam inseridos nas disputas e interesses políticos da elite paraibana da época.

⁶ VALE, Eltern Campina. *Tecendo fios, fazendo História: a atuação operária na cidade-fábrica de Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*. 2008. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

⁷ Sobre a imprensa paraibana consultar: ARAÚJO, Fátima. *História e ideologia da imprensa paraibana*. João Pessoa: A União, 1983.

⁸ Ressalta-se que, devido à pandemia da COVID-19 no Brasil, o governo da Paraíba, através do Decreto Estadual 40.112 de 13 de março de 2020, suspendeu o atendimento presencial ao público externo nas repartições públicas estaduais, o que impediu a continuação da coleta de dados no Arquivo Público do Estado da Paraíba Waldemar Duarte, onde encontram-se disponíveis os jornais citados.

⁹ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

obras de João Ribeiro Filho *O sindicalismo do meu tempo* (1999), e, de Luiz Hugo Guimarães, *1964: Recordações da ilha maldita* (2002) e *Crônica do Tempo Distante* (2001).

Salienta-se que essas memórias foram produzidas em um momento em que existiam poucas obras relacionadas à história das organizações de trabalhadores na Paraíba de meados do século XX e a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba ainda não tinha iniciado seus trabalhos referentes ao resgate de fontes e depoimentos sobre o golpe civil-militar no estado, em especial relacionados ao movimento sindical. Daí resulta a importância dessas memórias. Esses sujeitos procuraram, de forma individual, resgatar aquilo que consideravam importante em suas experiências pessoais para a constituição da história das lutas sociais que participaram. A lembrança, assim, é entrecortada pelo esquecimento – deliberado ou não – e pelos pontos de vista que atribuem significado às escolhas táticas e estratégicas relacionadas às suas ações.

Neste sentido, deve-se considerar tais materiais, fundamentais para esta Dissertação, em duas perspectivas simultâneas: primeiro, que são obras produzidas por pessoas que viveram os eventos e processos sobre os quais serão abordados aqui, e, portanto, são “testemunhas diretas” dos feitos sobre os quais foram também “sujeitos”; e, em segundo lugar, considerando que são memórias registradas, elaboradas em contextos posteriores sobre seus feitos no passado, também são permeadas por questões do presente em que foram escritas. Assim, é importante ter em vista o que Marilena Chauí destacou em seu prefácio ao livro *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, de Ecléa Bosi: “lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição”¹⁰.

O primeiro livro citado descreve a experiência de João Ribeiro Filho, integrante do Sindicato dos Calçados e um dos presidentes da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba. Ali o autor-militante detalha em suas memórias o funcionamento dos sindicatos paraibanos a partir dos embates internos, suas pautas e organizações em consonância com o cenário de agitação social na esfera nacional até a chegada do golpe de 1964.

A segunda obra, *Recordações da Ilha Maldita*, refere-se ao livro de Luiz Hugo Guimarães, que foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários e do núcleo do Comando Geral dos Trabalhadores na Paraíba. Esse livro trata exclusivamente da sua experiência como perseguido e preso político após o golpe civil-militar na ilha de

¹⁰ CHAUI, Marilena. Prefácio. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. XX.

Fernando de Noronha; e a terceira obra, *Crônica de um tempo distante*, livro do mesmo autor, narra toda a sua trajetória de vida ligada aos movimentos sociais e políticos. De forma geral, esses livros tratam de aspectos autobiográficos de histórias de indivíduos reais, imbuídas de sentimentos diversos que perpassam acontecimentos pessoais e de militância, tornando-se também uma *memória social*. Além disso, utilizamos os depoimentos orais coletados por outros autores, a exemplo do historiador Eltern Campina Vale em seus estudos sobre o Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto, que contribuem igualmente para o resgate da memória e para a análise da história desses sujeitos na presente Dissertação.

Salienta-se, como dito acima, que compartilho a mesma preocupação de Ecléa Bosi em seu trabalho com memórias de velhos no que se refere à veracidade, ausência de espacialidade e cronologia nas memórias dos sindicalistas, pois, como historiadora, interessa-me perceber em suas memórias o “que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida”¹¹. Assim como as outras fontes utilizadas durante essa pesquisa, os conteúdos produzidos pelos líderes sindicais em seus livros são resultado de escolhas pessoais, posicionamentos políticos, contextos históricos e, nesse caso em especial, preocupações com a história e memória de suas experiências de luta.

Outra via documental utilizada para o desenvolvimento desta Dissertação são os processos da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-13). Através destes autos-findos, que foram movidos pelos sindicatos em favor dos seus associados, busca-se apresentar a complexidade da Justiça do Trabalho como uma instituição estatal criada com vistas a tutelar os trabalhadores, mas que tornou-se também um arena de disputas em busca da efetivação de direitos.

Em relação ao período em análise, concordamos com Antonio Luigi Negro ao considerar essas fontes como um recurso importante para compressão e desmistificação da ideia de passividade dos trabalhadores frente às políticas da época implantadas pelo chamado Estado Populista. Por muito tempo, essas fontes foram negligenciadas pela historiografia brasileira, uma vez que alguns historiadores possuíam a concepção de que a ação dos trabalhadores ao recorrer à Justiça do Trabalho representava apenas uma adesão a uma instituição criada com vistas exclusivamente à manutenção da dominação de classe. Nesse sentido, acreditamos que:

Assim como não reinaram o desarraigo e a imoralidade nas senzalas, não reinam entre os trabalhadores do século XX a apatia, a passividade, o conformismo e a ignorância. Precisamente, como evidência disso, o que as fontes da Justiça do Trabalho podem nos revelar são demonstrações claras da

¹¹ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 01.

existência de identidades operárias horizontais, estruturando os mundos do trabalho com a presença ativa das classes subalternas, que quase nunca são um bloco homogêneo disposto para o protesto social.¹²

Atualmente, diversas pesquisas têm reforçado a importância das fontes da Justiça do Trabalho para compreender como trabalhadores urbanos e rurais se utilizaram de um espaço institucional criado com intenções relativas a oferecer formas de conciliação de classes no interior de uma sociedade capitalista, fazendo “justiça” com aquilo que já estava previsto em lei, mas não possuía efetivação na prática.

Dentre essas pesquisas, destacamos: *Trabalhadores no Tribunal: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964*, obra em que Fernando Teixeira da Silva, além de analisar os processos movidos em uma conjuntura de acirramento das lutas sociais no pré-golpe, realiza uma importante contribuição para compreensão do que é a Justiça do Trabalho e como ela se foi se construindo ao longo dos anos no Brasil; a coletânea *A Justiça do Trabalho e sua História*¹³, que reúne artigos que analisam processos judiciais aliados a história oral, organizada pelo mesmo historiador em conjunto com Angela de Castro Gomes; e o trabalho pioneiro de Larissa Rosa Corrêa, *A Tessitura dos Direitos: Patrões e empregados na Justiça do Trabalho 1953-1964*¹⁴, no qual a autora se dedica a compreender como os metalúrgicos do estado de São Paulo construíram uma noção de “cultura de direitos” ao se utilizarem da Justiça para reivindicar seus direitos.

Em relação à historiografia paraibana, apesar da extensa lacuna historiográfica sobre a temática, alguns Trabalhos de Conclusão de Curso e Dissertações recentes têm se utilizado dos processos trabalhistas para compreender as dinâmicas dos mundos do trabalho na Paraíba, impulsionadas sobretudo pela conservação dos processos judiciais pelo Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB), em Guarabira, muitas delas elaboradas em torno do GEPEHTO – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre História do Trabalho na UFPB. Até aqui, apenas uma dissertação de mestrado trata exclusivamente sobre o início do funcionamento da Justiça do Trabalho no estado, intitulada de *Justiça do Trabalho e Classe Operária: A relação entre o capital e o*

¹² NEGRO, Antonio Luigi. O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 6, n. 1, p. 196, 2006.

¹³ SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores no tribunal: conflitos e justiça do trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2019.

¹⁴ CÔRREA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011.

trabalho na Paraíba entre 1941-1945, de Arthur Manoel Andrade Barbosa, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

Por fim, o último conjunto de fontes utilizadas nesta Dissertação remete às organizadas pela Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, entre elas os Inquéritos Policiais Militares, Processos de Anistia e depoimentos orais de sindicalistas que foram perseguidos antes e depois do golpe de 1964.

Diante do exposto, salienta-se que as pesquisas relacionadas aos sindicatos estão profundamente ligadas ao próprio desenvolvimento da história social do trabalho no Brasil. Desse modo, para compreensão do tema desta pesquisa, faz-se necessário uma rápida explanação da trajetória historiográfica relacionada à história da classe trabalhadora brasileira.

Segundo o historiador Claudio Batalha, os primeiros estudos sobre os trabalhadores brasileiros começaram a surgir a partir da década de 1950, caracterizando-se tradicionalmente em análises produzidas pelos próprios militantes de organizações sociais, como os partidos, associações e sindicatos de classe. Conhecida como “produção militante”, essas obras enfatizavam sobretudo os grandes acontecimentos das entidades, como as participações em greves e congressos. Tendo por objetivo enaltecer e legitimar as ações operárias, em um período no qual os historiadores negligenciavam a história dos trabalhadores, essas produções contribuíram posteriormente ao conhecimento histórico como fontes e registros para a historiografia da classe trabalhadora no Brasil.¹⁵

Após uma longa trajetória durante os anos de 1960 de estudos sociológicos caracterizados por grandes sínteses explicativas sobre o movimento operário, os interesses dos historiadores começaram a despertar para a produção de estudos relacionados à condição da classe trabalhadora brasileira, inicialmente restrito a historiadores brasilianistas.

Com essas primeiras análises, os cientistas sociais acabaram reproduzindo mitos que ecoaram durante muito tempo no ambiente acadêmico, como, por exemplo, um peso superestimado da influência estrangeira sobre as primeiras experiências do movimento operário brasileiro, principalmente de vertente anarquista, os limites políticos da classe operária imputados à sua origem rural e à ausência de experiências voltadas às formas de organização tidas por mais combativas, que impactariam na falta de consistência para a deflagração dos vários movimentos durante o início do século XX e em sua adesão a projetos populistas a partir da década de 1930.

¹⁵ Cf. BATALHA, Claudio. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 145-158.

É a partir da década de 1970 que as primeiras pesquisas sobre os trabalhadores surgem como uma preocupação dos historiadores brasileiros. Estudos pioneiros como *Trabalho urbano e conflito social*, de Boris Fausto em 1976, e *Movimento Sindical Operário na Primeira República*, de Lígia Maria Osório Silva em 1977, são exemplos de obras que impulsionaram as pesquisas sobre o operariado brasileiro, abrindo caminho para ênfase em análises restritas, em um primeiro momento, a trabalhadores fabris e urbanos e suas formas de organizações como os sindicatos e associações de classe.

Inicialmente, as produções historiográficas voltaram-se apenas para o movimento operário na Primeira República, com ênfase em organizações mais diretas como as greves, sindicatos e associações em um espaço muito delimitado que considerava em sua maioria apenas as regiões Sul e Sudeste do país, sobretudo os estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Como destacam os historiadores Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva,

É possível discernir ao menos três vertentes de investigação da história dos trabalhadores. Num primeiro momento, o interesse acadêmico concentrou-se no movimento operário da Primeira República, abordando a sua inspiração anarquista e estratégias de recusa em relação ao Estado. No contexto das greves ocorridas no final dos anos 1970 em São Paulo e na região do ABC e suas consequências políticas, como a emergência do novo sindicalismo e a crítica à crença na possibilidade de um Estado protetor e avalista de direitos do trabalhador, não espanta que os estudiosos se mostrassem curiosos sobre a história operária das primeiras décadas do século XX, pois que ela parecia oferecer a imagem da autonomia originária e perdida dos trabalhadores. Tal imagem de autonomia e diversidade do movimento operário do início do século parecia mais compatível com a desenvoltura do novo sindicalismo, além de ajudar a construir o seu contraponto, isto é, o tempo da experiência populista, de sindicatos ditos impotentes e dependentes do Estado, além de carentes de raízes no chão das fábricas.¹⁶

Assim, para os historiadores que vivenciaram a experiência dos movimentos grevistas durante a década de 1970, parecia ser mais conveniente resgatar a história do movimento operário do início do século XX do que do período considerado populista, uma vez que o primeiro trazia consigo a marca da autonomia dos considerados primeiros momentos da formação da classe trabalhadora brasileira, vista como perdida após 1930.

Os primeiros estudos acadêmicos que enfatizaram essas interpretações acerca da autonomia e heteronomia da classe trabalhadora brasileira emergiram no campo das Ciências Sociais e posteriormente foram apropriados pela historiografia. Entre estes, destacamos os

¹⁶ CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos de 1980. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009, p. 30-31.

produzidos pelo cientista político Francisco Weffort¹⁷ e o sociólogo Octavio Ianni¹⁸, que, ao buscar compreender a complexidade da estrutura populista e sua relação com as políticas sociais, enfatizaram os limites da autonomia dos sindicatos e demais organizações de trabalhadores, ao se tornarem instituições corporativistas e acomodar seus interesses de classe à estrutura do Estado. Com o golpe de 1964, essa relação teria entrado em colapso, pois o Estado deixou de cumprir seu papel de mediador e mesmo impulsionador das pautas trabalhistas para reprimir de forma intensa as organizações reivindicativas da classe trabalhadora.

Posteriormente, esses estudos foram responsáveis por orientar diversas outras análises sobre a classe trabalhadora brasileira e suas organizações urbanas, nas quais priorizou-se a investigação das fragilidades dos trabalhadores e suas incapacidades na criação de estratégias para impedir o golpe de 1964. Outras ações e experiências anteriores acumuladas pelos trabalhadores foram marginalizadas nas análises que procuravam compreender o “colapso do populismo”.

Dessa forma, inicialmente os estudos sobre sindicatos durante o período considerado “populista” não recebeu grande espaço e interesse entre os historiadores brasileiros, que, *a priori*, consagrava-o como uma época marcada pela manipulação do Estado através das políticas sociais como a Justiça do Trabalho (1941) e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (1943). Além disso, considerava-se que os líderes sindicais do período passaram a “politizar” o movimento sindical por meio de campanhas políticas, como as lutas pelas reformas de base, em detrimento das pautas e problemas vividos pelos operários em seu cotidiano.¹⁹

Há algumas décadas estudos baseados na perspectiva da História Social do Trabalho vêm construindo mudanças de perspectiva para compreensão do que foi a atuação da classe trabalhadora de 1930 a 1964, através da apresentação das ambiguidades e conflitos sociais característicos desse período.²⁰

A um só tempo, essas análises criticam perspectivas que desconsideram ou minimizam a existência dos conflitos de classe nesse período, substituídos por uma concepção extrapolada de pacto social entre os trabalhadores e o Estado para conquista de políticas trabalhistas, enquanto também problematizam estudos que consideraram os trabalhadores

¹⁷ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹⁸ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

¹⁹ SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, política e trabalho no Porto de Santos. In: FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. p. 56.

²⁰ Sobre isso verificar: FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

passivos e manipulados por uma estrutura sindical corporativista que buscava principalmente atender os interesses da estrutura populista.

Influenciados por historiadores marxistas como os britânicos Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm, e da vertente caracterizada como *história vista de baixo*, nos fins da década de 1980, esses historiadores passaram a incorporar novas interpretações sobre a classe trabalhadora brasileira, explorando experiências históricas de homens e mulheres comuns, antes ignorados pela historiografia clássica.²¹

Nesse sentido, a tradução da obra de Thompson *A Formação da Classe Operária Inglesa* em 1987 foi crucial para a ampliação dos horizontes e perspectivas relacionadas aos estudos do trabalho. Ao apresentar interpretações alternativas, sob uma perspectiva marxiana, aos conceitos de classe e consciência de classe anteriormente consagrados pelo marxismo ortodoxo, a problematização de Thompson feita em 1963 para o caso inglês trouxe elementos novos para redimensionar questões da história social do trabalho do Brasil.

A partir disso, uma história do trabalho voltada apenas ao operariado fabril, mais restrito às regiões economicamente centrais do país, passou a ser considerada inviável, e outros grupos como trabalhadores escravizados, livres e rurais, as questões de gênero e novos recortes cronológicos e espaciais foram incorporados aos estudos historiográficos, gerando novas interpretações. Com isso, os estudos relacionados ao movimento sindical também se transformaram, ao serem observadas as ações de entidades reformistas, mutualistas e outros, para além das dinâmicas de caráter revolucionário.²²

Em oposição crítica à vertente que caracteriza o período de 1930 a 1964 como “populista ou trabalhista”, os historiadores vinculados à história social do trabalho passaram a contestar as ausências dos conflitos sociais nas relações de classe entre patrões e empregados, bem como o modelo pré-definido de Estado (forte) e sociedade civil (frágil) presentes nessas análises²³. Levando em consideração as relações culturais e históricas em que estavam inseridos e como os trabalhadores se identificavam com elas, as relações sociais foram compreendidas não como objetos definidos *a priori*, mas como uma constante construção social a partir de “situações

²¹ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

²² BATALHA, Claudio. *Os desafios atuais da história do trabalho*. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 89-90, 2006.

²³ COSTA, Hélio da; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 210.

concretas nas quais se movem personagens de carne e osso”²⁴. Afinal, a luta por garantias de direitos

[...] exigiam mais do que trabalhadores dóceis ou gratos em relação a um projeto estatal. Implicavam, ao contrário, a existência de trabalhadores com elevado senso de independência política e cidadãos que exerciam domínios de importantes fatias da esfera pública.²⁵

Dessa forma, com vistas a contribuir para essas discussões, esta Dissertação, calcada na perspectiva da História Social do Trabalho, tem por objetivo compreender as estratégias e organizações dos sindicatos urbanos paraibanos, considerando o período que vai de 1958 a 1964 como de intensas mobilizações sociais que impactaram o mundo rural e urbano no estado e no país. O debate historiográfico sobre o caráter da experiência da “Era Vargas”, ou ainda sobre o período entre 1930 e 1964, é clivada de nuances e de discussões profundas.

Diante de sua amplitude e por falta de uma melhor terminologia conceitual que dê conta da complexidade do processo²⁶, em alguns momentos do texto utilizamos o termo populismo para caracterizar esse período, compreendendo, porém, que havia um projeto de modernização do capitalismo brasileiro que procurava oferecer melhorias a algumas partes da classe trabalhadora por meio da legislação trabalhista enquanto almejava certo controle do alcance das mobilizações para não romper com este projeto de desenvolvimento nacional baseado na harmonização das classes sociais. Essa pretensão pela “harmonização”, por sua vez, não impediu a existência de dinâmicas sociais autônomas da classe trabalhadora em meio a essas novas estruturas institucionais.

Para tanto, nos apoiaremos na perspectiva teórica de classe de Edward Palmer Thompson, uma vez que o autor compreende o processo de luta de classes no *fazer-se* da classe trabalhadora, através dos elementos culturais e políticos expressos por meio das experiências concretas de relações sociais de produção. Em suas palavras,

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas

²⁴ COSTA, 2001, p. 216.

²⁵ *Ibidem*, p. 227.

²⁶ Diversos textos sobre o período Vargas serão reportados ao longo da Dissertação. Para dar um exemplo da complexidade do debate pela historiografia contemporânea, avanços, impasses e limites, consultar: PEREIRA NETO, Murilo Leal. Desenvolvimentismo, bonapartismo, populismo: balanço de debates. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 9, n. 17, p. 123-142, jan.-jul. 2017.

experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.²⁷

Nessas relações, as classes proprietárias possuem os meios mais sólidos de afirmar seus interesses, valendo-se de mecanismos, sobretudo repressivos, para definir sua hegemonia. O mesmo não ocorre com a classe trabalhadora, que, por ter sua força de trabalho explorada, sujeita a diversos mecanismos de controle social, tem sua autonomia correntemente negada e infligida pelas classes dominantes, pelo Estado e por diversas outras associações e instituições da sociedade civil. Contudo, essas relações não se dão de forma estática, pois não se pode excluir os confrontos permanentes existentes nessas relações e manifestados através dos conflitos sociais por meio da organização e reivindicações dos trabalhadores.

Dessa forma, concordamos com Thompson ao considerar que “nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a ‘verdadeira’ formação de classe em um certo ‘estágio’ do processo”, como também “na história, nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real que outra”²⁸. Pois o período considerado “populista” ou “trabalhista” foi imbuído de relações de classes concretas, envolvendo ambiguidades resultantes em manipulações e resistências. Assim, é a partir desta perspectiva que procuramos compreender as dinâmicas do capital na sociedade brasileira, observando os movimentos e embates de classes que permeiam os acontecimentos anteriores e estabelecidos a partir do golpe de 1964, sobretudo no contexto do sindicalismo paraibano.

Nesse sentido, compreendemos que o golpe civil-militar ocorrido em 1964 foi um golpe de classe, no qual a desarticulação da classe trabalhadora constituía-se como alvo principal da proposta política das classes dominantes e das elites civis e militares envolvidas naquele processo. Quando nos propomos a produzir uma análise da atuação do sindicalismo urbano paraibano em meio ao processo de instauração do golpe civil-militar de 1964, acreditamos apresentar e considerar as especificidades envolvidas nesse sistema a partir das manifestações da luta de classes, através dos confrontos e conflitos presentes na experiência cotidiana desses sujeitos.

Para isso nos apoiaremos em estudos clássicos desse período como o de René Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, publicado ainda em 1981 e no qual o autor demonstra a articulação existente entre setores civis-empresariais com as Forças Armadas através das organizações

²⁷ THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.10.

²⁸ THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre a classe e “falsa consciência”. THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 269-281.

Institutos de Pesquisas Econômicas e Superiores e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES-IBAD), pelas quais seus principais líderes se articularam para tornar possível a execução do golpe. Também utilizaremos a obra de Maria Helena Moreira Alves²⁹, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, de 1989, ao caracterizar todo o esquema de segurança nacional montado para permitir a continuidade do golpe e suas pautas antipopulares, além de outras obras mais específicas sobre o sindicalismo durante o governo de João Goulart, como *O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1962-1964)*, de Luiz Alberto Moniz Bandeira, e *Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*, de Lucília de Almeida Neves Delgado.

Além desses títulos, ressaltam-se trabalhos mais recentes como os de Marcelo Badaró Mattos³⁰, Demian Bezerra Melo³¹ e o já citado de Fernando Teixeira da Silva³², que se dedicam a estudar o período anterior ao golpe com ênfase na atuação da classe trabalhadora em diversos espaços, como os partidos, sindicatos e tribunais da Justiça do Trabalho. Ao longo do texto, recorreremos ao diálogo com duas coletâneas lançadas em 2001: *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*, organizada por Alexandre Fortes, e *O populismo e sua história: debate e crítica*, organizada por Jorge Ferreira. Sobre estas duas citadas duas obras, a primeira constitui-se de estudos pioneiros influenciados pelas obras de Thompson relacionados à classe trabalhadora brasileira no período “populista”, enquanto a segunda apresenta-se como um conjunto de reflexões críticas sobre a impertinência do conceito de populismo e sua manifestação nas relações de trabalho no Brasil entre 1930 e 1964.

No que tange à historiografia sobre o movimento sindical paraibano, cabe ressaltar que, apesar da ampliação da história social do trabalho no Brasil datar do final dos anos 1980, muito do que tem sido produzido ainda é advindo predominantemente das regiões mais centrais, populosas e desenvolvidas economicamente do país. No caso da Paraíba, estado da região Nordeste em que uma das principais fontes de renda é a agricultura, a maior parte de sua historiografia clássica sobre o século XX relaciona-se aos grupos e famílias locais que ainda dominam a política institucional no estado. A história das pessoas comuns, suas formas de organização e resistência em grande parte dos estudos estão secundarizadas nas produções relacionadas a secas e ações dos principais nomes políticos.

²⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

³⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1988. MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

³¹ MELO, Demian Bezerra. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. 2013. 325f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

³² SILVA, F. 2019.

Nos últimos anos, os cursos e Programas de Pós-Graduação em História vêm apresentando pesquisas na tentativa de mudar esta situação. Nesse sentido, estudos sobre associações mutualistas na Primeira República, formas de organizações dos trabalhadores urbanos e rurais e uso de recursos documentais como os processos das Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho estão paulatinamente provocando outras narrativas e perspectivas sobre a história da Paraíba.³³

No que se refere aos estudos no campo da História relacionados ao movimento sindical durante a década de 1960, além das dissertação produzida por Eltern Campina Vale em 2008, *Tecendo Fios, Fazendo História: A Atuação Operária na Cidade – Fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*, registra-se apenas o artigo do historiador Paulo Giovanni Antonino Nunes *Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba*³⁴ Com relação ao contexto político paraibano, evidenciamos a importante obra de Monique Cittadino, *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*, de 1999³⁵.

Isso significa dizer que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para estreitar as lacunas existentes sobre a história dos trabalhadores e dos movimentos sindicais paraibanos, tanto em referência à história local como em relação à historiografia nacional.

Isto posto, consideramos que as especificidades que envolvem o espaço urbano e regional apresentam possibilidades concretas de compreender o contexto que impulsionou o desenvolvimento das organizações e mobilizações realizadas no Brasil durante o período em análise. Para compreender esses processos, a Dissertação divide-se em outros três capítulos, cuja contagem, pelas novas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), considera como o primeiro esta Introdução.

³³ Neste sentido, destacamos as dissertações de: Waldeci Ferreira Chagas (1996), *Prática Política e Transformações no Cotidiano dos Trabalhadores em João Pessoa na década de 1930*; Márcio Tiago Aprígio de Figueirêdo (2016), *Solidários nos demos as mãos: As Associações mutualistas de trabalhadores na Parahyba do Norte (1881- 1910)*; Valdenisio Ales Cabral (2014), *Comerciários de João Pessoa: novo sindicalismo, conflitos de classe e cultura política*; Lidineide Vieira da Costa (2019), *A Conquista de Direitos Trabalhistas: Lutas Sociais dos Assalariados Rurais da Cana de Açúcar no Agreste e Brejo Paraibano (1980-1987)*; Diognnys Cardoso Estevam (2019), *Trabalho infantojuvenil e luta por direitos nas Mesorregiões da Mata e do Agreste da Paraíba (1987-1990)*; Alisson Luna Matias (2013), *Vozes Dissonantes do Progresso: Cotidiano, Exploração e Resistência dos Operários em Campina Grande (1930-1965)*; Francisco de Assis Barbosa Junior (2014) em *Trabalho na decadência: Relações de Trabalho em Campina Grande no século XX*; além da tese de doutorado de Eltern Campina Vale (2018) “*OPERÁRIOS! UNI-VOS!*”: *Experiência e formação da classe na Fábrica de Tecidos Rio Tinto (Paraíba, 1924-1945)*.

³⁴ NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org.). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: Eduepb, 2015, p. 179-214.

³⁵ CITTADINO, Monique Guimarães. *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba*. João Pessoa: Editoria da UFPB, 1999.

No segundo capítulo apresentamos o contexto político de mobilização dos sindicatos e as especificidades que envolvem o contexto paraibano, destacando as entidades atuantes, suas principais pautas e relações com o Estado através de periódicos que circulavam durante o período, sobretudo o jornal *A União*, órgão oficial do Estado paraibano e que possuía relação direta com o governador da época Pedro Gondim, que teve importante atuação junto a classe trabalhadora e, posteriormente, para a promulgação do golpe na Paraíba. Para o desenvolvimento desse capítulo também utilizamos referências bibliográficas e memórias dos sindicalistas.

No terceiro, analisa-se os processos da Junta de Conciliação e Julgamento em João Pessoa do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-13), destacando como esta instituição atuava no período anterior ao golpe e como passou a atuar diante do declínio do Estado democrático de direito no Brasil. A partir disso, procura-se compreender os conflitos com interesses de classe que foram se desenvolvendo ao longo das relações estabelecidas por trabalhadores, empregadores e o próprio Estado em meio às lutas por conquista de direitos.

O quarto capítulo dedica-se a apresentar o impacto do golpe e a repressão sobre o movimento sindical urbano paraibano por meio da análise de fontes coletadas pela Comissão Estadual da Verdade, como os Processos de Anistia de sindicalistas, Inquéritos Policiais Militares (IMP's) e depoimentos orais, buscando compreender como o golpe de 1964 foi organizado para impedir o avanço das pautas sociais em curso naquele período e observadas nos capítulos anteriores. Destaca-se que essas fontes, assim como as demais trabalhadas durante a pesquisa, foram cruzadas, com objetivo de analisar de forma mais satisfatória as evidências coletadas.

Em suma, pretende-se ao final desta Dissertação, demonstrar e compreender a organização dos trabalhadores paraibanos através do movimento sindical urbano em um contexto de intensificação dos conflitos sociais, como também contribuir para o despertar de pesquisas relacionadas à história social do trabalho na Paraíba, pois ainda há muito a ser feito.

2 TRABALHADORES E ORGANIZAÇÃO SINDICAL NA PARAÍBA (1958-1964)

A gente observa que, na vida, às vezes a pessoa, nós somos levados a participar de toda uma luta começando às vezes do zero. Eu recordo que no movimento estudantil, eu cheguei em João Pessoa aos 17 anos, me interessei pela vida literária dos grêmios estudantis. Depois fui para o Rio de Janeiro e estando lá eu aprendi muita coisa, estudei um pouco lá e voltei com a tendência de ser sindicalista. Ingressei no sindicato dos trabalhadores da indústria de calçados, era pequeno, a indústria era precária na época, mas participamos de vários movimentos.³⁶

Na Paraíba, como enfatizou o líder sindical João Ribeiro Filho na epígrafe acima, apesar do pouco desenvolvimento industrial comparado a outras regiões mais populosas do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, os trabalhadores organizaram-se em torno de diversos movimentos sociais durante os fôlegos democráticos do século XX. Compartilhando experiências vivenciadas em organizações anteriores, os trabalhadores paraibanos, por meio dos seus sindicatos, promoveram ações e lutas na fase da mais ampla mobilização sindical brasileira até a época de nossa investigação, os primeiros anos da década de 1960.

Com o objetivo de analisar esses movimentos, o presente capítulo versa sobre a organização dos sindicatos urbanos paraibanos, suas principais pautas e reivindicações em meio à criação da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e do contexto de ambiguidade política no cenário nacional e local com o presidente João Goulart e o governador Pedro Gondim. Para isso, utilizamos como fontes os jornais da época, referências bibliográficas, livros de memórias e depoimentos de líderes sindicais do período.

2.1 Primeiros momentos: Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado e Comando Geral dos Trabalhadores na Paraíba

O historiador Marcelo Badaró Mattos assinala que o período de 1945 até o golpe civil-militar de 1964 foi marcado por diversas fases do movimento sindical brasileiro. Entre elas

³⁶ João Ribeiro Filho iniciou sua militância sindical no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados e posteriormente se tornou presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Paraíba. Depoimento de João Ribeiro Filho à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba em 26 de novembro de 2013. O acervo da Comissão encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa José Américo

destacam-se a expansão das organizações sindicais e os embates internos provocados por suas várias vertentes, além das greves e das relações com o Estado e diversos partidos políticos que também somaram-se às articulações desse contexto³⁷. Nesse sentido, este primeiro ponto do presente capítulo é dedicado a analisar mais especificamente a conjuntura das grandes mobilizações a partir do final da década de 1950 no estado da Paraíba. Porém, para isso, faz-se necessário destacar alguns acontecimentos anteriores relacionados ao movimento sindical que contribuíram para o desenrolar das organizações no período de 1958 a 1964.

Com os “ventos da democratização” após 1945, as lideranças de esquerda, sobretudo vinculadas ao Partido Comunista do Brasil (PCB), buscaram se aliar a outros grupos políticos, ligados especialmente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para tentar impulsionar os movimentos operários no Brasil. Foi a partir disso que, em abril de 1945, criou-se o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), que tinha como um de seus principais objetivos a criação de intersindicais regionais e comissões de trabalhadores nos locais de trabalho. Essas organizações foram de extrema importância para a o desenrolar das ondas de greves ocorridas posteriormente e para o impulsionamento da criação de organizações de sindicatos e suas representações em todo o país.³⁸

Em 1946, em função do crescimento das entidades sindicais, pelo qual “873 sindicatos foram criados até 1945 e em 1946 surgiram mais 66”³⁹, realizou-se no Rio de Janeiro o Congresso Sindical dos Trabalhadores no Brasil. Em meio a embates de lideranças ligadas ao Ministério do Trabalho contra militantes comunistas também vinculados ao PTB, nesse congresso aprovou-se a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), que tinha como principal objetivo conquistar a autonomia sindical em relação ao Ministério do Trabalho.

Como estratégia para esvaziar a CTB, o Ministério do Trabalho criou a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) em 19 de julho de 1946, a fim de que a entidade viesse a “colaborar com o governo como órgão técnico e consultivo no estudo e na solução dos problemas dos industriários”⁴⁰. Apenas em 1961 a instituição contou com uma diretoria autônoma em relação à perspectiva ministerialista, tendo em sua presidência o importante líder sindical da época Clodsmidt Riani.

³⁷ MATTOS, 2009, p. 77-78.

³⁸ *Ibidem*, p. 79.

³⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 27.

⁴⁰ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). FGV-CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-nacional-dos-trabalhadores-na-industria-cnti>. Acesso em: 01 jun. 2020.

Cabe ressaltar que essas ações ocorreram em um período de intensa repressão aos movimentos sociais e de esquerda. A CTB, bem como as uniões estaduais, foi fechada pela repressão da fase mais dura do governo Eurico Gaspar Dutra, que inaugurou, em 1946, o período comumente tido por “democrático” após o fim do Estado Novo. Além disso, comunistas e líderes sindicais foram fichados e presos acusados de subversão⁴¹, e o PCB considerado ilegal em decisão do Supremo Tribunal Federal em 1947, jogando a ação de seus militantes à clandestinidade.

Ainda assim, os trabalhadores continuaram a se mobilizar, e não apenas no sindicalismo oficial, mas em comissões paralelas de base, como as comissões de fábrica, organizações intersindicais e outras. Independente da vertente adotada – reformistas ou radicais –, havia neste período uma importante força sindical que também se manifestava no campo com as organizações dos trabalhadores rurais e que logo resultariam nas Ligas Camponesas.

Assim, com o fim do governo Dutra e as intensas repressões aos trabalhadores ocorridas sob sua administração, verifica-se a retomada e ascensão do movimento sindical a partir da eclosão de novos movimentos de massa, entre eles os movimentos grevistas. Ainda segundo Marcelo Badaró Mattos, “levantamentos de militantes da época dão conta de 173 greves em todo o país, já em 1951, e 264, em 1952. Em destaque nesses anos, lutas dos têxteis. Em Pernambuco e na Paraíba, em 1952; no Rio de Janeiro, na virada de 1952 para 1953; e em São Paulo, em 1953”⁴². Dentre eles destaca-se a greve dos 300 mil ocorrida entre março e abril de 1953, com início na fábrica de tecidos Matarazzo, em São Paulo, e que alastrou-se posteriormente para outras categorias como a dos metalúrgicos, vidreiros, marceneiros e gráficos. Entre as suas principais pautas estavam o aumento salarial de 60%, estabilidade no emprego e exigência de medidas governamentais contra a carestia de vida.

Ainda em 1953 ocorreu a greve que envolveu 100 mil trabalhadores dos portos do Rio de Janeiro, Santos e Belém, além da realizada em 1957 conhecida como “greve dos 400 mil” e a “greve dos 700 mil” de 1963, voltada para as lutas salariais que se desenrolaram em todo o país. Essa última só teve as atividades retomadas após um acordo válido para os 700 mil trabalhadores envolvidos.⁴³

No estado da Paraíba esse período também foi marcado por diversas reivindicações dos trabalhadores e seus sindicatos. Na pesquisa feita para esta Dissertação, mapeamos nas páginas do jornal *A União* notícias relacionadas ao funcionamento interno dos sindicatos, como notas

⁴¹ MATTOS, 2009, p. 82.

⁴² Ibidem, p. 87.

⁴³ NUNES, 2015, p. 185.

sobre eleições, diretorias e assembleias, que tinham como pautas principais o imposto sindical, o patrimônio material, o balanço financeiro e aumento salarial, além de reuniões coletivas com a Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba, eleições para representantes e suplentes para Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa, greves, organizações de encontros sindicais, assuntos relacionados à previdência e constantes notícias referentes aos movimentos sociais de outros estados.

Os sindicatos paraibanos mapeados e referidos nas notícias do jornal *A União* são:

Quadro 1 – Sindicatos referidos no jornal *A União* de 1961 a 1964

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de João Pessoa
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fumo de João Pessoa – Paraíba
Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecção de Roupas de João Pessoa
Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de João Pessoa
Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape
Sindicato dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga do Porto de Cabedelo
Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Paraíba
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil e dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e de Móveis de Madeira em João Pessoa
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração de Fibras e do Descaroçamento do Algodão do Estado da Paraíba
Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de João Pessoa
Sindicatos dos Arrumadores de João Pessoa
Sindicato dos Professores do Ensino Secundário, Primário e Comercial da Paraíba
Sindicato dos Contabilistas do Estado da Paraíba
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cimento, Cal e Gesso de João Pessoa – Paraíba
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de João Pessoa
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de João Pessoa
Sindicato dos Empregados no Comércio de Campina Grande
Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiros e Similares de João Pessoa

Sindicatos dos Têxteis de Rio Tinto
Sindicato dos Operários nos Serviços Portuários de Cabedelo

Fonte: Elaborado pela autora com base no Jornal no jornal A União (1961 - 1964).

Conforme nos indica Eltern Campina Vale em pesquisa realizada na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), no final da década de 1950 havia cerca de 33 sindicatos em atuação na Paraíba, que representavam as cidades de João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Santa Rita e Rio Tinto. Entre eles, o maior sindicato na época era o Sindicato Têxtil de Rio Tinto, contando com mais de 4.000 associados.⁴⁴ Esta entidade estava profundamente ligada à Fábrica de Tecidos Rio Tinto, localizada na cidade paraibana de mesmo nome desde a sua criação em 4 de fevereiro de 1924. A primeira experiência sindical ali foi criada em 1932 sob o nome de Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape, em função de Rio Tinto ser distrito de Mamanguape até o ano de 1956, quando emancipou-se.⁴⁵

Essa primeira organização parou de funcionar logo em 1933, em função das repressões a que eram submetidos os operários sindicalizados pelo dono da fábrica Frederico Lundgren, que também era um poderoso latifundiário com influências políticas em todo estado e em Pernambuco, no município de Paulista, próximo a Recife, onde mantinha uma fábrica têxtil anterior à de Rio Tinto, a Companhia de Tecidos Paulista. Buscando desarticular o sindicato, Frederico Lundgren perseguiu vários trabalhadores, como o vice-presidente da entidade, o contramestre Manoel Rocha, demitido em abril de 1932, logo após a criação do sindicato.⁴⁶

Esses e outros abusos cometidos pela fábrica foram constantemente denunciados nas páginas do jornal operário pernambucano *Voz Operária*. Além das demissões, os Lundgren desrespeitavam a legislação trabalhista da época ao burlar o pagamento de férias e ao dificultar o pagamento de salários, em especial aos trabalhadores vinculados ao sindicato.

Além das constantes represálias por parte da Fábrica de Tecidos Rio Tinto, os trabalhadores organizados e vinculados ao Partido Comunista do Brasil passaram a sofrer perseguições da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de Pernambuco, que destacou em seus relatórios que ações operárias e ideias do PCB estavam sendo divulgadas na cidade de Rio Tinto, patrocinadas e influenciadas por comunistas de Recife, João Pessoa e Campina

⁴⁴ VALE, Eltern Campina. O sindicato têxtil da cidade-fábrica Rio Tinto: espaço de poder e de disputas políticas (1959-1964). In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz. SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (Orgs.). *Cultura e poder político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

⁴⁵ VALE, 2008.

⁴⁶ Ibidem.

Grande em 1933. Em função dessa vigilância, posteriormente Manoel da Rocha e os operários João Soares de Almeida, Serafim Carneiro da Silva e Luiz Gomes da Silva foram detidos e passaram por constantes perseguições.⁴⁷

É apenas em outubro de 1943, marcado pelo contexto de efetivação da CLT por Getúlio Vargas, que o Sindicato Têxtil de Rio Tinto retomou suas atividades. Porém em sua presidência estava um funcionário de confiança dos Lundgren, Apolônio Gomes de Arruda. Mesmo com essa intensa perseguição e momentos de tutela, a partir de 1946 o sindicato empreendeu diversas ações de reivindicações, como as greves ocorridas nesse ano e em 1951.⁴⁸ Essa primeira onda de greve ocorrida em julho de 1946 realizou-se por melhores condições de vida e trabalho, paralisando todos os serviços da tecelagem da fábrica. Destaca-se que essas pautas já eram reivindicadas desde a criação da primeira experiência sindical dissolvida em função das perseguições empreendidas pelos Lundgren.

Em dezembro de 1951, assim como em todo o país, os trabalhadores de Rio Tinto deflagraram greve pelo Abono de Natal. Na época o jornal comunista de Pernambuco *Folha do Povo* denunciou que a “polícia enviava destacamento à cidade, com 200 homens ocupando as ruas em posição de atirar, e com ameaças de prisão”. Em contraposição, o jornal *A União* informava que a greve terminava pacificamente.⁴⁹

Porém, assim como a *Folha do Povo*, nas fichas de identificação do DOPS da Paraíba encontram-se os registros das perseguições aos trabalhadores durante a greve:

Identificação e fichamento como comunistas, trabalhadores envolvidos no movimento: Elemento, exaltado, tomou parte na greve ali irrompida em dezembro de 1951. Os comunistas fichados pela DOPS-PB são os operários: Inácio Silva, Sebastião Pereira da Silva, João Cassiano de Oliveira, Paulo Félix de Carvalho, Francisco Pereira de Lima, João Penedo da Silva e Augusto Rodrigues.⁵⁰

Em 1959 organizou-se um movimento de reivindicação contra a alteração de pagamento salarial, que passaria de quinzenal para mensal. Os trabalhadores em assembleia decidiram que caso a decisão fosse mantida, entrariam mais uma vez em greve. O fato foi narrado nas páginas do jornal *A União* com título a “Mudança de pagamento (de quinzenal para mensal) vai causar greve em Rio Tinto”⁵¹. Em denúncia, os trabalhadores organizados em comissão liderada pelo

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ VALE, 2008.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Mudança de pagamento (de quinzenal para mensal) vai causar greve em Rio Tinto. *A União*, 14 jan. 1959 apud VALE, 2008.

presidente do sindicato na época, João Batista Fernandes, dirigiram-se até a Delegacia do Trabalho em João Pessoa para questionar as alterações.⁵²

Em função disso, o fiscal do trabalho Manoel Patrício de Araújo encaminhou-se até a fábrica para mediar uma possível conciliação entre as partes. Como resultado ficou estabelecido que os Lundgren não realizariam a alteração, mas o acordo que ainda não tinha sido colocado em prática até aquele momento não agradou aos trabalhadores, que à revelia do sindicato prometeram entrar em greve caso o acordo não fosse cumprido. Contudo, posteriormente a Delegacia do Trabalho determinou o cumprimento do pagamento do salário mínimo, sob pena de multa prevista na CLT, voltando a fábrica atrás em sua decisão.⁵³

Observa-se que mesmo em meio a um contexto de perseguição e tentativa por parte dos donos da fábrica de desarticular o movimento sindical na cidade, os trabalhadores de Rio Tinto continuaram a se organizar e reivindicar melhores condições de trabalho relacionadas a questões básicas como pagamento salarial e efetivação das leis trabalhistas que não eram cumpridas pelo Lundgren, em alguns casos ultrapassando os limites do chão da fábrica e recorrendo à Justiça do Trabalho.

Ao mesmo tempo, é válido ressaltar as ambiguidades presentes na figura do presidente do sindicato dos têxteis de Rio Tinto nesse período, João Batista Fernandes. Como visto anteriormente, ele enfrentou a fábrica ao liderar um movimento de oposição a alteração do pagamento salarial, porém ao mesmo tempo também desempenhava funções de caráter conciliatório, para evitar embates mais intensos entre os trabalhadores e a Companhia.

João Batista permaneceu à frente do sindicato dos têxteis de Rio Tinto de 1951 a 1960, vencendo as eleições sindicais por 4 vezes. A imagem deixada por ele como líder sindical inclui ações assistencialistas e diálogo constante com a fábrica para inibição de conflitos de classes. Sobre essa postura, Antônio Martins Delgado, que foi presidente do Sindicato anos depois (1976-1986), declarou: “Ele era daqueles que coadunava o pensamento do Sindicato com o pensamento da Fábrica, não queria desgostar ninguém, ou melhor, em poucas palavras conforme diz o trabalhador, era ‘água me leva, água me traz’. Isso antes do Antônio Bolinha”⁵⁴.

Outro trabalhador, o serralheiro Júlio Justino da Silva, afirmou que em relação a situações em que os operários eram suspensos sem justa causa, que inclusive foi tema de abertura de processo trabalhista contra a fábrica, como demonstraremos no capítulo 3, a postura de João Batista “era assim, quase que uma dobradinha. Você era suspenso da fábrica, e ia pra

⁵² VALE, 2008.

⁵³ VALE, 2008.

⁵⁴ Ibidem.

lá [para o sindicato]. Ele dizia: ‘deixa essa porcaria pra lá meu irmão. Tome, o sindicato vai dar. Quanto foi? Três dias, pronto, três dias de salário pra você’.”⁵⁵.

Embora exercesse a postura de agradar a dois senhores, João Batista foi perdendo o prestígio para com a classe trabalhadora, dando margem para que a figura de outro líder sindical se acentuasse nesse meio. Ele era Antônio Fernandes de Andrade, que na época realizou intensa oposição à fábrica. Nascido em Guarabira, chegou em Rio Tinto na década de 1940 para trabalhar na Fábrica de Tecidos Rio Tinto. Logo em 1953 se inseriu nas lutas sindicais ao disputar as eleições para direção do Sindicato em oposição à chapa encabeçada por João Batista. 1953 também foi quando que completou 10 anos de trabalho na empresa, conquistando assim a tão sonhada estabilidade na época e mais autonomia para exercer militância sindical.

Em 1960 João Batista e Antônio Fernandes se enfrentaram na disputa pela presidência do Sindicato. Enquanto o primeiro via sua imagem se desgastar ao longo dos anos com a classe trabalhadora, o segundo conquistava cada vez mais prestígio entre ela. Por outro lado, mesmo que João Batista não tivesse o apoio dos trabalhadores, era financiado pela fábrica, como afirmou o carpinteiro José Antônio: “a companhia deu dinheiro para se votar em Batistinha”⁵⁶.

Tendo recebido 1.560 votos, Antônio Fernandes se tornou o presidente do Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto. Sua vitória significou um rompimento da estrutura assistencialista e de tutela que desde a criação imperava no Sindicato, como mencionou o historiador Eltern Campina Vale:

Parece que a assistência na doença, o padrão beneficente já não atendia os trabalhadores, que viviam uma vida cada vez mais complexa no mundo do trabalho e no seu cotidiano, informados inclusive que a roda do mundo girava e a noção de direitos incluía uma legislação e o cumprimento de normas jurídicas.

Parece que já não se contentavam com o pagamento de uma passagem aqui, a doação de um medicamento ali, o pagamento dos dias parados acolá.⁵⁷

Com isso, sua presidência foi marcada pelo apoio da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Paraíba, inclusive se elegendo em 1961 como 3º vice-presidente do Conselho Sindical da Federação e posteriormente com cargo na Confederação Nacional dos Trabalhadores, assim como do CGT e a favor das Reformas de Base.

Sua trajetória enquanto líder sindical também foi marcada por interesse na política. Em 3 de março de 1962 o jornal *A União* divulgou uma notícia com o seguinte título:

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ VALE, 2008.

⁵⁷ Ibidem.

“Trabalhadores ampliam a campanha: a indicação recairá em companheiros”. A notícia destacava que ele era o nome “mais cotado” para assumir algum cargo político com apoio da classe trabalhadora paraibana.

Nas eleições seguintes, em 1962, a fábrica tentou novamente subornar os trabalhadores com o objetivo de impedir a permanência de Antônio Fernandes na presidência do Sindicato. Com o apoio de João Batista como candidato, a Companhia de Tecidos Rio Tinto ofereceu “cinco mil para cada eleitor do sindicato”⁵⁸. Apesar disso, Antônio Fernandes venceu as eleições e continuou realizando trabalhos em defesas dos trabalhadores e contrários aos proprietários da fábrica até ser retirado do cargo pelos militares em 1964, tema que trataremos com mais detalhes no capítulo 4.

Outro Sindicato com expressiva atuação na década de 1950 foi o Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancários da Paraíba, criado em 13 de abril de 1935 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 28 de junho do mesmo ano. Em novembro de 1950, Luiz Hugo Guimarães, que foi o presidente de maior destaque na época, assumiu pela primeira vez a presidência da referida entidade e iniciou um plano para intensificar a sindicalização por todo o estado. Em sua sede, que na época ficava no Edifício José Araújo, na Praça Vidal de Negreiros, na capital, foi instalada uma mesa de sinuca, que junto a uma de bilhar e de uma geladeira, aumentavam a frequência dos trabalhadores ao Sindicato.⁵⁹

Luiz Hugo Guimarães, em seu livro de memórias *1964: recordações da ilha maldita* (2002), lembra que sua trajetória de militância política foi iniciada nos movimentos estudantil e posteriormente, ao se tornar bancário, ingressou no movimento sindical. Nas imagens abaixo se visualiza duas de suas carteiras de sindicalista, uma do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba (SEEBP) e outra da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC).

⁵⁸ VALE, 2008.

⁵⁹ GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Crônica do tempo distante*. Secretaria da Educação e Cultura do Estado, João Pessoa, 2001, p. 205.

Imagem 1 – Carteiras de Luiz Hugo Guimarães como associado no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba e como representante da CONTEC



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Disponível em: http://www.ihgp.net/luizhugo/fotos_mov_sind.htm. Acesso em: 14 jun. 2020.

Em 1944 começou a trabalhar no Banco do Brasil em Natal, capital do Rio Grande do Norte, e, como ele menciona,

Transferido para João Pessoa, iniciei minha atividade no Sindicato dos Bancários, onde participei, a partir daí, de todos os movimentos reivindicatórios. Memoráveis campanhas dos bancários foram desfechadas, assumindo posições de apoio à organização da classe trabalhadora em geral, fortalecendo a organização sindical, participando de greves salariais e de algumas de conotação política.⁶⁰

Em 1951 Luiz Hugo Guimarães assumiu a presidência do Sindicato dos Bancários, onde se manteve com intercalações de mandato até 1964. A partir disso, participou da Comissão de Salário Mínimo da Paraíba, da Justiça do Trabalho como vogal dos empregados, liderou e organizou o I Encontro Sindical dos Trabalhadores, da formação e presidência do núcleo do CGT na Paraíba, foi também Vice-Presidente da Federação dos Bancários do Norte-Nordeste, Delegado na Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), colaborador da assessoria sindical do presidente João Goulart e assessor do Governo da Paraíba para assuntos trabalhistas e previdenciários. Em função dessa vasta experiência como liderança do movimento sindical, Luiz Hugo entrou na primeira lista de cassações e intervenções nos sindicatos com golpe de 1964.

Imagem 2 – Segunda posse de Luiz Hugo Guimarães como Presidente do Sindicato dos Bancários da Paraíba, realizada no salão nobre do Clube Astréa, sendo saudado pelo tribuno Antônio Bôtto de Menezes (15.11.1951). Na mesa, o representante do Prefeito, o Delegado do Trabalho Luiz Medeiros,

⁶⁰ GUIMARÃES, 2002.

Cel. Ramalho, representando o Governador José Américo de Almeida, Luiz Hugo, vereador José Clementino, José Martiniano, delegado do IAPB



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Disponível em: http://www.ihgp.net/luizhugo/fotos_mov_sind.htm. Acesso em: 14 jun. 2020.

Os seus primeiros dois mandatos foram marcados por medidas assistencialistas e conciliatórias. Mesmo assim, ao se candidatar para a reeleição da presidência em 1952, houve um movimento patronal contrário à sua permanência no cargo. O próprio Banco do Brasil já tinha tentando transferi-lo para Ubaitaba, na Bahia, mas como Luiz Hugo não concordou e salientou sua imunidade sindical assegurada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a transferência não foi realizada. Como a chapa de oposição apoiada pelos banqueiros só teve 13 votos, Luiz Hugo permaneceu no cargo como presidente do Sindicato.⁶¹

Reeleito, junto com outros sindicalistas continuou desempenhando funções sindicais que giravam em torno de aumento salarial, disponibilização de consultas odontológicas, palestras e outras pautas assistenciais. Em 1952 o Sindicato participou da campanha nacional contra a cláusula de assiduidade, pela qual o empregado perdia o direito ao repouso semanal remunerado. Criaram juntamente com outras categorias em João Pessoa o núcleo local da Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral, que tinha sido criada inicialmente no Rio de Janeiro. Em novembro desse mesmo ano participou da Convenção Nacional contra Assiduidade Integral, também no Rio de Janeiro, que contou com a participação de 250 delegados de todo o país, sendo o representante da Paraíba Luiz Bernardo da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Pessoa.⁶²

⁶¹ GUIMARÃES, 2001, p. 206.

⁶² Ibidem, p. 211.

Nesse período o governador do estado era José Américo de Almeida, que possuía uma estreita relação com o Sindicato dos Bancários e especificamente com Luiz Hugo Guimarães. Em certa ocasião o governador solicitou ao líder sindical algumas sugestões para o Banco do Estado, que se encontrava em uma situação delicada e que inclusive era alvo do Sindicato na Junta de Conciliação e Julgamento por negar direitos trabalhistas a seus funcionários. Segundo Luiz Hugo descreve, “Levamos várias sugestões ao governador, sendo a primeira mudar a Diretoria e a Administração”, o que de fato aconteceu, pois “qualquer coisa com a classe bancária, José Américo, com seu tino político, recorria ao Sindicato”⁶³.

Em função dessa relação, o Sindicato conseguiu do Governador a doação de um terreno para construção de casas para os bancários, que foram inauguradas com ajuda do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários em 1958 entre os bairros de Tambauzinho e Miramar, em João Pessoa.⁶⁴

Como Luiz Hugo não podia mais ser reeleito para o período 1955 a 1959, o Sindicato elegeu o funcionário do Banco do Brasil Francisco Leite Chaves, que foi posteriormente substituído por Hamilton Machado, do Banco Comércio e Indústria da Paraíba, em função da sua transferência para o Paraná como assistente jurídico.⁶⁵

Porém, em 1957 o Sindicato dos Bancários voltou novamente a ser presidido por Luiz Hugo, que substituiu Hamilton Machado até o ano de 1959. Nesse período, o Sindicato resolveu impulsionar junto aos banqueiros a criação de uma entidade que viesse a representar os patrões nas reivindicações da classe, pois, segundo Luiz Hugo, havia uma dificuldade “para promover acordos rápidos” pela falta de uma organização. Ele próprio foi contratado pelos banqueiros para tomar as providências junto ao Ministério do Trabalho:

Fui o responsável pelo processo, criando a Associação Profissional e depois transformei em Sindicato. Sem o sindicalismo patronal o diálogo com os banqueiros e gerentes da cidade de Campina Grande era difícil. Mantinha com eles entendimentos um a um, demorando estas gestões mais de mês. Era urgente, também, a formação do Sindicato de Campina dos Bancários de Campina Grande, o que foi feito, sem seu primeiro presidente o colega Aristides Lúcio Villar Rabelo, do Banco do Brasil.⁶⁶

Ainda nesse ano, na campanha salarial de 1957, o Sindicato conseguiu firmar um acordo e conquistou “um aumento geral de 30 por cento, aumento mínimo de Cr\$ 1.000,00 e máximo

⁶³ Ibidem, p. 212.

⁶⁴ Ibidem, p. 213.

⁶⁵ GUIMARÃES, 2001, p. 214.

⁶⁶ Ibidem, p. 215.

de Cr\$ 4.000, 00”. Além disso, fundou-se a Federação Norte-Nordeste dos Bancários, tendo por base territorial do estado da Bahia até o do Amazonas. Com sede no Recife, o presidente eleito foi Gilberto de Azevedo, do Sindicato dos Bancários de Pernambuco e Luiz Hugo como vice-presidente e representante do Sindicato dos Bancários da Paraíba.

Em 1958 criou-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC), da qual o Sindicato da Paraíba também era participante, o que deu ainda mais força e reconhecimento à entidade. Na foto abaixo, visualizamos Luiz Hugo presidindo uma das reuniões da CONTEC no Rio de Janeiro.

Imagem 3 – Luiz Hugo Guimarães em reunião da CONTEC no Rio de Janeiro



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Disponível em: http://www.ihgp.net/luizhugo/fotos_mov_sind.htm. Acesso em: 14 jun. 2020.

Essas articulações nos sugerem alguns vieses para pensar a figura de Luiz Hugo enquanto liderança sindical e sua importância junto ao movimento paraibano. Percebemos que nos seus primeiros anos de militância ao lado da categoria ao qual estava vinculado havia uma tendência muito forte de adoção de um sindicalismo reformista, manifestado, por exemplo, na tendência e intenção de resolver os problemas surgidos no ambiente de trabalho em “acordos rápidos”. Mais adiante abordamos outros momentos da militância de Luiz Hugo que também ficaram marcados por atuações em meio a estruturas de poder.

Em meio aos esforços organizativos dos trabalhadores verificados após o fim do Estado Novo, alguns dos quais reportados até aqui, verifica-se, ainda durante a década de 1950, mais especificamente no ano de 1958, a criação da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do

Estado da Paraíba, oficialmente reconhecida pelo Ministério do Trabalho no mesmo ano.⁶⁷ Essa entidade de abrangência estadual, com articulações regionais e nacionais, seria responsável, junto com a categoria dos bancários, por liderar os principais movimentos da classe trabalhadora urbana da Paraíba no início da década de 1960 e impulsionar o sindicalismo no estado até a intervenção implementada pelo golpe de 1964.

A criação dessa Federação foi resultado das articulações entre o vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Ari Campista, do vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria das Alagoas e de líderes sindicais do setor industrial paraibano. Em encontro realizado no estado no ano de 1958, no qual a CNTI tinha por objetivo conhecer de perto a situação e necessidades dos trabalhadores do Norte e Nordeste, o sindicalista paraibano Rildo⁶⁸ aproveitou a oportunidade para encaminhar a solicitação e necessidade de criação de uma federação local, pois segundo ele,

Além dos benefícios que um órgão de segundo grau poderia proporcionar ao sindicalismo estadual, concorria também para que a contribuição do trabalhador paraibano fosse investida em seu próprio benefício, e não como ocorria atualmente, quando toda arrecadação oriunda do Imposto Sindical efetuada na Paraíba, é destinada as federações do Norte Nordeste, com sede no Recife e de lá nada retorna.⁶⁹

Após um acordo feito entre as instituições envolvidas, decidiu-se que a delegação se comprometeria a lutar pela criação e registro da Federação paraibana em troca de apoio dos sindicatos industriais da Paraíba à chapa encabeçada por Ari Campista para presidência da CNTI também marcada para o ano de 1958. Em contrapartida, os sindicalistas paraibanos não hesitaram em apoiar a proposta, tendo em vista que não apoiavam o presidente da CNTI na época, Deocleciano Holanda Cavalcante.

A partir disso, foi criada uma comissão organizadora formada por três sindicalistas escolhidos para elaborar os estatutos da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba. Ressalta-se que esses documentos foram produzidos após informações obtidas por meio da Federação de Alagoas, uma vez que o sindicalista Ivanildo viajou até aquele estado em busca de cópias dos estatutos dessa entidade para embasar a criação do documento da Federação

⁶⁷ RIBEIRO FILHO, João Ribeiro. *O sindicalismo de meu tempo*. Empório dos Livros, 1999, p. 191.

⁶⁸ Destaca-se que nas fontes consultadas não foi possível identificar o nome completo do sindicalista, já que João Ribeiro Filho, apesar de escrever seu livro de memórias em 1999, ainda utiliza pseudônimos para se referir aos companheiros sindicalistas da época. Tendo em vista que esse caso ocorre em outros momentos ao longo do texto, explicamos ao leitor que trata-se de um fato comum em análises relacionadas a sujeitos históricos que não tiveram suas histórias e memórias preservadas ao longo do tempo, como a grande maioria dos sindicatos e sindicalistas em questão.

⁶⁹ RIBEIRO FILHO, 1999, p. 32.

paraibana. Percebe-se então as articulações existentes entre os sindicatos brasileiros, não apenas a nível nacional, por meio das suas representações em confederações, mas sobretudo no aspecto regional.

Essas relações eram compostas de estratégias em interesses de apoio e solidariedade para manutenção da estrutura sindical de caráter reformista, como é explícito na fala do sindicalista Rildo, que, ao propor a criação da Federação paraibana, enfatizava a tutela que os sindicatos e trabalhadores industriais do estado estavam submetidos à Federação regional com sede na capital do estado vizinho de Pernambuco, que, em consequência, administrava todo recurso adquirido e nada retornava para os sindicatos paraibanos.⁷⁰

Com registro aprovado pelo Ministério do Trabalho, a diretoria provisória convocou novas eleições para a diretoria, conselho fiscal e conselho de representantes da Federação. Nessa disputa surgiram duas correntes interessadas em presidir a entidade. A primeira era encabeçada pelo presidente do Sindicato dos Calçados e a outra pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de João Pessoa. O primeiro sindicato possuía apoio não somente dos órgãos sindicais de João Pessoa, como também dos sindicatos de Santa Rita e de Rio Tinto, principais responsáveis pela produção têxtil do estado e que possuíam, desde a década de 1930, uma longa trajetória de solidariedade. O segundo buscava apoio dos sindicatos de Campina Grande através do Sindicato dos Gráficos, que, apesar de não fazer parte da Federação, pois decidiu continuar filiado somente à Federação Nacional, possuía interesses políticos definidos ao não somente apoiar, mas também buscar aliados a uma das chapas que concorriam à eleição.⁷¹

Essa situação foi resolvida por meio de um acordo estabelecido entre os sindicatos em disputa, pelo qual, “em nome da não divisão dos trabalhadores paraibanos”, o presidente do Sindicato dos Calçados propôs uma chapa única. Segundo o sindicalista João Ribeiro Filho, “esse pacto foi cumprido pelas partes, e elegeu por unanimidade a primeira diretoria da Federação”⁷².

Diante disso, compreende-se que a construção da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba foi um processo imbuído de disputas internas na própria estrutura sindical. Dessa forma, é possível visualizar os objetivos dos sindicatos paraibanos vinculados à entidade, que buscavam autonomia e espaço nas decisões que interessavam à classe trabalhadora paraibana em seus aspectos trabalhistas e políticos. Já em seu primeiro ano de

⁷⁰ RIBEIRO FILHO, 1999, p. 33-34.

⁷¹ Ibidem, p. 35-36.

⁷² Ibidem, p. 37.

existência, a Federação passou a organizar manifestações em prol dos problemas mais urgentes da classe trabalhadora paraibana, como a “Marcha da Fome” realizada em 1958 na capital João Pessoa, que aglutinou não apenas os trabalhadores, mas estudantes, funcionários públicos, jornalistas, o Movimento Nacionalista Brasileiro-PB (MNB-PB) e diversos políticos locais.⁷³

O local de sua sede, no Centro da cidade de João Pessoa, pode ser considerado um indício da proximidade que a Federação foi estabelecendo com os trabalhadores paraibanos, tendo em vista que o Centro representava o lugar em que havia uma maior concentração de locais de trabalho.

Além disso, o prédio em que funcionava a Federação localizado na Rua Guedes Pereira, em frente à praça Aristides Lobo, próximo à Prefeitura Municipal, era dividido com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação em João Pessoa e também servia como espaço de reuniões e assembleias para aqueles sindicatos que não possuíam sede própria, como é possível observar na notícia publicada pelo jornal *A União* em 14 de janeiro de 1961, que anunciou seu endereço para a eleição de nova diretoria do Sindicato dos Alfaiates Costureiras e Trabalhadores nas Confecções de João Pessoa e de seus representantes na Federação, bem como seus respectivos suplentes.

A mesma notícia também destaca que, após a eleição, a direção do Sindicato dos Alfaiates e Costureiras passou a ser composta pelos trabalhadores Raul Ferreira dos Santos, Aluísio Cláudio César, Manoel Elias de Jesus, tendo sido eleitos Gabriel de Carvalho Costa, Antônio Alves da Silva e Carlos Basto de Oliveira como seus representantes na Federação⁷⁴. A escolha dos sindicalistas para representar o sindicato junto à Federação expressa a vinculação de cooperação e participação que eles possuíam com a entidade. A partir das notícias publicadas pelo jornal *A União*, verifica-se que a Federação possuía no mínimo 18 sindicatos filiados, o que se constitui como um número de alcance expressivo para a época no estado da Paraíba.

Nesse sentido, além do suporte logístico que a Federação oferecia ao ceder espaço para os sindicatos paraibanos – não apenas aos vinculados à indústria – para realizarem seus encontros, também atuava em outras frentes, como na questão jurídica e econômica ao contratar advogados e contadores para prestar assistência aos sindicatos que não possuíam condições materiais para pagar por esses serviços⁷⁵. Cabe destacar que a questão financeira e patrimonial era de extrema importância para os sindicatos, tendo em vista que, além de subsidiar sua

⁷³ CITTADINO, Monique. *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998, p. 76.

⁷⁴ Direção nova no Sindicato dos Alfaiates. *A União*, ano LXVIII, 14 jan. 1961, p. 07.

⁷⁵ RIBEIRO FILHO, 1999, p. 37.

estrutura e ações organizativas e reivindicativas, as organizações reconhecidas pelo Ministério do Trabalho precisavam prestar contas das questões orçamentárias, sobretudo no que dizia respeito à utilização do imposto sindical.

Em notícia divulgada no jornal *A União* em 5 de março de 1961, a Federação em nota avisou: “ao conhecimento dos senhores empregadores que de acôrdo com o Art.582 da Consolidação das Leis do Trabalho, são obrigados a descontar em folha de pagamento, o Impôsto Sindical devido pelos seus empregados”⁷⁶. Para enfatizar a importância do pagamento, a Federação transcreveu na íntegra o artigo 582 e ofereceu em sua sede as guias utilizadas para o pagamento.

As questões relacionadas ao Imposto Sindical também eram temas constantes de outros sindicatos. Neste mesmo ano o Sindicato dos Contabilistas alertou do mesmo modo aos seus associados que, caso o pagamento não fosse realizado, eles poderiam sofrer consequências junto ao conselho regional da classe.⁷⁷ Na época o Imposto era considerado importantíssimo para manutenção das entidades.

Por outro lado, ao mesmo tempo que o Imposto Sindical era utilizado para esses fins, ainda atendia os objetivos de controle estatal formulados pela estrutura varguista ao regulamentar o Imposto em 1940 por meio do decreto lei 2.377, que “obrigava” a contribuição do trabalhador brasileiro anualmente ao sindicato de sua categoria. Em muitos sindicatos o Imposto significava a manutenção de lideranças burocratizadas que apenas atuavam de forma a atender os seus interesses, conciliando com a burguesia industrial, rural e o próprio Estado as demandas do trabalhador brasileiro.

As ações promovidas pela Federação, que também atuava na esfera assistencial, como por exemplo, ao promover ao trabalhador associado um gabinete dentário, com atendimento noturno para aqueles operários que não tinham condições de ir ao dentista durante o período diurno em virtude da sua jornada de trabalho, ao mesmo tempo possuía vínculos com entidades ligadas com a estrutura estatal. Era o caso da representação junto à Comissão de Salário Mínimo, que reunia periodicamente empregadores e empregados sob a coordenação do delegado do trabalho do Estado. O sindicalista João Ribeiro Filho, que aparece em nossas fontes como presidente da Federação de 1963 até o golpe de 1964, e conseqüentemente teve a oportunidade de participar dessa comissão, destacou que, apesar dos constantes embates envoltos nessas reuniões,

⁷⁶ Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Paraíba. *A União*, ano LXIX, n. 48, 05 mar. 1961, p. 7.

⁷⁷ Sindicato dos Contabilistas do Estado da Paraíba: prazo para recolhimento do imposto sindical. *A União*, ano LXVIII, n. 21, 27 jan. 1961.

[...] as comissões de salários mínimos, não passavam de simples instituições, pelas quais o governo apresentava a opinião pública como interessado em conciliar as partes em litígios, ou seja, o capital e o trabalho. No entanto, decidia sempre, segundo a vontade do grupo governante, em cada momento histórico em que viveu o país.⁷⁸

Apesar disso, a Federação possuía uma estreita ligação com as reivindicações relacionadas às entidades estatais na esfera trabalhista, sobretudo a judicial. Ainda no mês de março de 1961, a entidade enviou, através de telegrama ao Ministério do Trabalho, agradecimentos à reivindicação atendida em relação à permanência de Luiz Medeiros à frente da Delegacia Regional do Trabalho da Paraíba. A mensagem ressaltava que 18 sindicatos filiados e mais 10 sindicatos de categorias diversas reuniram-se na sede da Federação em apoio à decisão.⁷⁹ Além disso, outra frente de reivindicações da Federação pela busca e garantia de direitos se dava pela atuação por meio de representantes eleitos ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários nas esferas regional e federal.

Também destaca-se a importante atuação da Federação junto ao estímulo à ampliação da organização do sindicalismo no estado da Paraíba. Nesse sentido, salientamos a notícia divulgada no dia 10 de fevereiro de 1962 pelo jornal *A União*:

Na execução do plano de sindicalização, geral no Estado, viajaram essa semana, ao hinterland os dirigentes sindicais João Ribeiro Filho e Rivaldo Cipriano da Costa, Presidente e Tesoureiro da Federação dos Trabalhadores da Indústria. Do reide, aqueles líderes se encarregaram de encaminhar junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, nesta Capital, os processos de transformação em Sindicato, da Associação Profissional dos Trabalhadores na Construção Civil e do Imobiliário de Souza e da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Óleo Vegetal de Patos. Quando de sua passagem ao interior do Estado os senhores João Ribeiro Filho e Rivaldo Cipriano fizeram entrega, em Bayeux, da carta de reconhecimento em Sindicato (data 12 do corrente), da Associação Profissional da Construção Civil e do Imobiliário, daquela cidade. Segundo consta, é pensamento dos aludidos sindicalistas, viajarem amanhã à cidade de Itabaiana com a mesma finalidade, encaminhar processo de transformação, tendo como assistida a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Curtume de Couros e Peles.⁸⁰

Nesta notícia, fica evidente a mobilização da Federação para ampliar o sindicalismo no estado e promover por meio da experiência dos sindicalistas que compunham sua diretoria agilidade nos processos de transformações de associações em sindicatos. Cabe destacar que João Ribeiro Filho, além de ser presidente da entidade, também presidia o Sindicato dos

⁷⁸ RIBEIRO FILHO, 1999, p. 39.

⁷⁹ Trabalhadores pedem permanência do delegado do trabalho. *A União*, ano LXIX, n. 52, 11 mar. 1961.

⁸⁰ *A União*, ano LXX, 10 fev. 1962, n.p.

Sapateiros, e Rivaldo Cipriano era presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de João Pessoa. Nesse sentido, a Federação não atuava apenas em causas particulares, mas igualmente de forma articulada e com finalidades precisas para o desenvolvimento do movimento sindical na Paraíba.

No mês de janeiro de 1963, a Federação realizou novas eleições para diretoria, conselho fiscal, representantes da CNTI e seus respectivos suplentes. No dia 15, o jornal *A União* noticiou os membros da nova direção da entidade. A partir de então e até o golpe de 1964, a presidência ficou a cargo de João Ribeiro Filho, tendo como vice Luiz Bernardo da Silva, 1º secretário Rivaldo Cipriano da Costa, 2º secretário Tiago Menor de Souza e como tesoureiro Gabriel de Carvalho da Costa. Os representantes da Confederação eleitos foram Luís Bernardo da Silva, Antônio Fernandes de Andrade, Rosa Dalva Gonçalves e José Pereira de Araújo.⁸¹

Cabe destacar que as reivindicações da Federação também foram impulsionadas por meio da criação em 1962 do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A criação de uma central sindical já era discutida pelas vertentes sindicais da época desde 1960. De 1945 a 1964, a CTB e a CNTI, que compunham as principais correntes do sindicalismo brasileiro, travaram diversas disputas pela hegemonia dos sindicatos. Em 1960, no III Congresso Nacional Sindical, realizado no Rio de Janeiro, aprofundaram-se as discussões para criação de uma Central Sindical. De um lado, os comunistas, representados pelo presidente do Sindicato dos Marceneiros Roberto Morena, defendendo a criação do órgão; e de outro, Holanda Cavalcanti, presidente da CNTI, opondo-se à tese de organização de uma Central Sindical, pois, segundo ele, além da CLT não permitir esse tipo de organização, os objetivos de articular diferentes categoriais em uma única entidade estava na defesa da ação política e não dos interesses profissionais dos trabalhadores. No entanto, após a realização do III Congresso,

Apesar desta divergência, a ideia de fundação de uma Central dos Trabalhadores sai fortalecida junto a um grande número de sindicalistas. A partir daí a maioria das manifestações sindicais caminha nesta direção, tendência que se torna mais acentuada após a queda de Holanda Cavalcanti da presidência da CNTI no final de 1961.⁸²

Foi nesse contexto de disputas internas e efervescência política que, em agosto de 1962, finalmente a ideia de uma central sindical se concretizou no IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores realizado no Rio de Janeiro. A partir da sua criação, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) foi a principal organização a impulsionar as lutas nos anos imediatamente

⁸¹ Sindicato tem nova diretoria. *A União*, ano LXX, n. 300, 15 jan. 1963, p. 7.

⁸² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*. Petrópolis-RJ, Editora Vozes Ltda., 1986, p. 42-43.

anteriores ao golpe. As articulações dos trabalhadores passaram a ocupar ainda mais destaque nos rumos da política brasileira. Criado com a intenção de unificar as lutas em torno das Reformas de Bases, o CGT

Nasceu de um esforço de militantes e operários no sentido de dar continuidade a iniciativas de criação de centrais sindicais, oficialmente proibidas, capazes de aglutinar amplas parcelas de trabalhadores em âmbito nacional. Seu objetivo era não apenas de ampliar o leque de conquistas econômicas da classe operária, mas também interferir diretamente nas decisões políticas do país, articulando a luta dos sindicatos com instituições comprometidas com um plano de reformas estruturais para o Brasil.⁸³

Nesse sentido, salientamos que o CGT foi a principal liderança das lutas sindicais dos trabalhadores desse período, que tinha como prioridade a unificação dos trabalhadores de todo o Brasil em torno dos mesmos objetivos. Sendo uma das principais entidades a interferir estrategicamente nos rumos políticos do país, atuou juntamente a partidos progressistas como o PCB, que atuava na clandestinidade desde 1947, e o PTB, decretando greve geral pelo plebiscito que resultou na volta do regime presidencialista e no fortalecimento na figura de João Goulart junto aos movimentos sociais. Por outro lado, ao mesmo tempo, atuou em campos opostos aos grupos políticos trabalhistas e nacionalistas ligados a João Goulart, apoiando greves e reivindicações de categorias oriundas dos setores públicos e privados, além de aglutinar esforços para a principal pauta do período: as reformas de bases e sobretudo a reforma agrária.⁸⁴

Essas ambiguidades verificadas na estrutura do CGT são parte do próprio contexto em que a entidade foi criada. Em um clima de dualidade provocada pela Guerra Fria, do avanço do conservadorismo no Brasil em oposição às manifestações sociais e em combate ao “perigo comunista”, o Comando Geral dos Trabalhadores atuou em meio a distintas posições políticas manifestadas na época e que igualmente se expressavam no governo do presidente João Goulart. Além disso, como ressalta Lucília Delgado, o aumento da exploração da força de trabalho e o baixo salário resultante da alta inflacionária advinda do governo de Juscelino Kubitschek propiciaram a “emergência e desenvolvimento das pressões trabalhistas”⁸⁵.

Dessa forma, como já salientado, o CGT precisou se mover em um caminho que ora demandava uma postura mais precisa em relação a suas ações e programas, ora buscava por

⁸³ NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano* – v. 3: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 72.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 72-73.

⁸⁵ DELGADO, 1986, p. 24.

meio da negociação formar alianças. É nesse sentido que se verifica a relação entre João Goulart e o CGT. A exemplo disso, na tentativa de driblar a oposição conservadora que se expressava sobretudo por parte dos governos de São Paulo e da então Guanabara, Jango solicitou ao Congresso Nacional o estabelecimento do estado de sítio (medida que suspende por um período a atuação dos Poderes Legislativo e Judiciário). Contudo o movimento sindical sob liderança do CGT considerou a proposta perigosa, pois temia que o estado de sítio pudesse atingir o movimento de forma negativa, chegando até mesmo a lançar um manifesto contrário à proposta.

Diante da pressão estabelecida pelo movimento sindical, CGT e centrais sindicais estaduais, João Goulart resolveu retirar a medida da pauta do Congresso antes que ela fosse votada. Apesar disso, Goulart sofreu algumas consequências em relação ao apoio dos movimentos sociais, gerando um clima de desconfiança que resultou no rompimento da Frente de Mobilização Popular (FMP) com o governo e na renúncia do Ministro da Educação, Paulo de Tarso. Já o CGT, mesmo negando o apoio ao presidente no que se referia à medida, não rompeu definitivamente com Goulart. Concordamos mais uma vez com Lucília Delgado em sua análise em relação à postura do CGT quando afirma:

A posição do CGT no episódio da “crise do estado de sítio” revela sua clara ligação com a política desenvolvida pelo Presidente Goulart, pois mesmo tendo discordando da posição do Presidente ao solicitar ao Congresso a aprovação deste expediente, os líderes do CGT recusaram-se a romper ou mesmo a desenvolver uma crítica mais profunda à política do executivo, que de fato oscila constantemente entre a possibilidade de tomar medidas efetivas para a realização das reformas de base e a manutenção de um modelo econômico incompatível com as pretendidas reformas.⁸⁶

No que se refere ao contexto paraibano, as reformas de base constituíam-se como uma das pautas mais importantes para os movimentos sociais. Além de propor mudanças nas áreas política, fiscal e educacional, possuía como uma das suas principais frentes de luta pela reforma agrária, movimento que passou a unificar as organizações estudantis e sindicais urbanos da Paraíba em favor das Ligas Camponesas. Cabe destacar que a Liga de Sapé foi a mais numerosa do Brasil, contando com cerca de 13.000 membros, seguida pela de Mamanguape, ambas na Paraíba, com 10.000.⁸⁷

Na Paraíba, o núcleo local do CGT foi resultado de articulações de outras entidades sindicais como: a Comissão Intersindical (CONSINTRA); a Federação dos Trabalhadores das

⁸⁶ DELGADO, 1986, p. 24.

⁸⁷ CITTADINO, Monique. Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino Nunes; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho (Orgs.). *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: História, memória e construção da cidadania*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 18.

Indústrias do Estado; o Pacto de Unidade e Ação (PUA) local, criado pelos sindicatos dos portuários e ferroviários de Cabedelo; a Associação Paraibana de Imprensa (API), que durante esse período possuía uma direção progressista sob a presidência do jornalista Adalberto Barreto; além da Campanha de Educação Popular (CEPLAR), que, inspirada pelo método de Paulo Freire, tinha por objetivo promover educação e conscientização junto a camadas populares.⁸⁸

Em fevereiro de 1963, várias entidades de classe de João Pessoa e cidades vizinhas reuniram-se na sede da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado para discutir e organizar o núcleo local do Comando Geral dos Trabalhadores na Paraíba “para dirigir todo e qualquer movimento de reivindicação da classe trabalhadora”⁸⁹. Na reunião foi eleita uma comissão executiva que tinha como presidente Mário Pereira da Silva, vice-presidente Manoel Monteiro, 2º vice-presidente Raimundo Dornelas, 1º secretário Luiz Bernardo da Silva, 2º secretário José Soares dos Santos, tesoureiro João Fragoso e 2º tesoureiro Rivaldo Cipriano da Costa, que ficaram encarregados de estruturar o CGT no estado. Imediatamente a comissão deliberou um protesto em forma de passeatas contra a carestia de vida em João Pessoa e em Campina Grande, que deveria ser organizado posteriormente e noticiado de forma ampla para a sociedade e autoridades paraibanas.

Verifica-se que a formação do CGT na Paraíba, além do apoio de outros movimentos sociais já atuantes no estado, possuía base na Federação e em outros sindicatos. Em notícia divulgada pelo jornal *A União*, destaca-se que a comissão executiva era formada por membros de sindicatos com significativa atuação no período, como é o caso do 1º secretário Luiz Bernardo da Silva, que foi vice-presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Paraíba e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, o tesoureiro João Fragoso, secretário do Sindicato dos Bancários e contribuinte (apesar de não ser filiado) do Partido Comunista, e Rivaldo Cipriano da Costa, como já mencionado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação de João Pessoa e secretário da Federação dos Trabalhadores das Indústrias.

Em abril de 1963 o Sindicato dos Bancários, em nota publicada no jornal *A União*, divulgou que o CGT decidiu em reunião que o nome para presidência do núcleo local deveria ser indicado por este sindicato. No mês seguinte, no dia 21 de maio, no “Boletim dos Sindicatos dos Bancários”, *A União* informou que o nome escolhido para presidir o Comando Geral dos

⁸⁸ GOVERNO DA PARAÍBA. *Relatório da Comissão Estadual da Verdade*. João Pessoa: A União Editora, 2014.

⁸⁹ Trabalhadores se reuniram: vão protestar contra custo de vida. *A União*, ano LXXI, 09 fev. 1963, p. 3.

Trabalhadores na Paraíba foi o de Luiz Hugo Guimarães, presidente do referido Sindicato, que teve 247 votos.⁹⁰

Por essa decisão, nota-se que o Sindicato dos Bancários, ou Sindicato dos Trabalhadores nos Estabelecimentos Bancários da Paraíba (a entidade aparece nas fontes pesquisadas com os dois nomes), possuía importante prestígio na estrutura sindical paraibana. Como já mencionado, desde a sua criação a categoria vinha se organizando intensamente no estado da Paraíba. Segundo Luiz Hugo, a posição de presidente do CGT acarretava diversas atividades, sobretudo na orientação de movimentos reivindicatórios:

Quando houve uma greve na Fábrica de Cimentos, fomos solicitados a interferir. Os trabalhadores da fábrica de Matarazzo cerraram os portões da fábrica e não entrava e nem saía ninguém. Ameaçaram parar o alto forno, que daria um prejuízo enorme à empresa. Dois diretores da fábrica ficaram sem poder sair do recinto da fábrica, inclusive do advogado José Mário Porto. Tivemos que interferir para esclarecer os trabalhadores; como os administradores da fábrica não tinham autoridade para solucionar a pendência (aumento salarial e percentual de insalubridade), o governador Pedro Gondim, a nosso pedido, concedeu passagens de ida e volta a São Paulo para uma comissão e dirigentes da Fábrica negociarem a pendência na sede da Matarazzo.

Quando houve uma paralisação no Porto de Cabedelo por conta do pessoal administrativo que solicitava aumento, o governador Pedro Gondim pediu nossa interferência, tornando possível uma solução conciliatória. Na greve dos tecelões de Rio Tinto, tive que ir lá para conciliar os interesses em choque.⁹¹

Nesses depoimentos verificamos mais uma vez a posição de Luiz Hugo como um líder que atuava no campo da negociação e conciliação para evitar conflitos mais intensos, inclusive a pedido do governador do Estado. Para o sindicalista, os administradores (da fábrica Matarazzo, do Porto de Cabedelo e da Fábrica de Tecidos Rio Tinto) não gozavam da confiança que ele e a CGT possuíam junto aos trabalhadores para impedir a “radicalização” do movimento grevista. Isso lhe conferia um prestígio não apenas com os trabalhadores, que observavam sua demanda resolvida, mas com os proprietários e com o próprio governador Pedro Gondim.

No ponto a seguir trataremos melhor de algumas ações desse e outros sindicatos, como a construção de comissões por empresas, realização de congressos e importantes greves por questões internas às categorias, como aumento salarial e melhores condições de trabalho. Essas e outras reivindicações foram parcialmente registradas na imprensa paraibana, sobretudo no periódico oficial do Executivo estadual, *A União*, por meio do “Boletim Diário dos Bancários”.

⁹⁰ Informativo dos bancários. *A União*, ano LXXI, n. 109, 21 maio. 1963, p. 6.

⁹¹ GUIMARÃES, 2001.

Junto a elas, são também de nosso interesse outras notícias ali reportadas e relacionadas a questões políticas, como o apoio às Reformas de Bases e às Ligas Camponesas.

2.2 Congressos Sindicais, Greves e o 1º de Maio na Paraíba

Uma das principais formas de dinâmica organizativa dos sindicatos durante esse período expressou-se por meio da realização de encontros sindicais, ocasiões em que era possível discutir, de forma articulada, com diferentes entidades e perspectivas, propostas e reivindicações relacionadas aos interesses da classe trabalhadora. Neste sentido, destacamos as organizações dos encontros sindicais realizados de 1958 a 1963 no estado da Paraíba, que envolveram categorias específicas e o operariado de modo geral.

O primeiro encontro, intitulado de I Congresso Sindical dos Trabalhadores da Paraíba, ocorreu entre 10 e 13 de maio de 1958 em João Pessoa e contou com 150 delegados sindicais e cerca de 800 operários. As principais pautas giravam em torno de questões salariais, abono natal, férias, previdência e direito de greve. Esse congresso também contou com a organização do recém empossado governador do estado da Paraíba, Pedro Moreno Gondim, em função do afastamento do ex-governador Flávio Ribeiro Coutinho por motivo de doença.⁹²

Imagem 4 – Pedro Gondim e Luiz Hugo Guimarães, ao fundo o deputado Sílvio Porto e cel. Calixto de Araújo no Palácio da Redenção no I Congresso Sindical dos Trabalhadores da Paraíba



⁹² VALE, 2008.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Acervo de Luiz Hugo Guimarães. Disponível em: <http://www.ihgp.net/luizhugo/index.html>. Acesso em: 16 jun. 2020.

Na foto acima, Pedro Gondim, à esquerda, e Luiz Hugo Guimarães, à direita, aparecem se cumprimentando no Palácio da Redenção, sede do Executivo estadual, onde o governador recebeu os trabalhadores que estavam participando do I Congresso Sindical dos Trabalhadores da Paraíba para um coquetel. Destaca-se que durante o evento o presidente do Congresso, Luiz Hugo Guimarães, apresentou a Pedro Gondim uma moção de aplausos em função de sua atuação junto à classe trabalhadora paraibana, mesmo que sua gestão estadual tivesse há pouco iniciado⁹³.

Essa relação entre os sindicatos paraibanos, sobretudo os seus líderes, com o governador Pedro Gondim se manifestou em episódios e interesses diversos imbuídos de estratégias por parte de ambos, a exemplo dos pedidos feitos pelo governador para que Luiz Hugo intermediasse algumas situações, conforme os casos reportados alguns parágrafos acima. Já Luiz Hugo não restringiu suas relações políticas apenas à figura de Pedro Gondim, mas esteve relativamente próximo a outros importantes nomes da política nacional, como João Goulart, de quem Luiz Hugo foi assessor sindical durante a sua presidência após a renúncia de Jânio Quadros.

No ano seguinte, em 1959, em meio a um contexto de intensas reivindicações e denúncias por melhores condições de trabalho e salário, o então Ministro do Trabalho, Fernando da Nóbrega, visitou a Paraíba na sede do sindicato dos têxteis de Rio Tinto, onde ouviu diversas reivindicações. Na foto abaixo, podemos visualizar o ministro, que também era paraibano, cumprimentando Luiz Hugo Guimarães em sua visita à sede dos Sindicatos dos Bancários. Apesar da fonte não descrever em detalhes a data, consideramos a imagem um importante documento para visualizar aspectos das relações dos sindicatos e seus líderes com a esfera estatal.

⁹³ Desde 1956 Pedro Gondim era vice-governador de Flávio Ribeiro Coutinho, que se afastou do governo por questões de saúde. Seu primeiro mandato iniciou em 4 de janeiro de 1958, portanto poucos meses antes do I Congresso Sindical, vindo a se desincompatibilizar do cargo em março de 1960 para lançar sua candidatura a um novo mandato (campanha sobre a qual trataremos a seguir) e que iniciou em janeiro de 1961 e se estendeu até janeiro de 1966.

Imagem 5 – Ministro do Trabalho Fernando da Nobrega e Luiz Hugo Guimarães na sede do Sindicato dos Bancários da Paraíba



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Acervo de Luiz Hugo Guimarães. Disponível em: <http://www.ihgp.net/luizhugo/index.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

No ano de 1960, os trabalhadores das indústrias têxteis organizaram o Encontro de Operários Têxteis da Paraíba em Rio Tinto, reunindo entidades representativas de Campina Grande, Sapé e Santa Rita, no qual foram discutidas questões internas da categoria.⁹⁴ Ainda no ano de 1960, realizou-se em Campina Grande o II Congresso Sindical dos Trabalhadores da Paraíba, que contou inclusive com a presença do então vice-presidente João Goulart.⁹⁵

No ano seguinte, em 1961, sindicatos, juntamente com estudantes, comissões de igrejas, a Associação de Donas de Casa, a Juventude Operária Católica (JOC), a Associação Profissional de Trabalhadores e outras entidades foram convidados a reunirem-se na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria para organizar os atos do 1º de Maio daquele ano.⁹⁶ Posteriormente o jornal *A União* divulgou em sua primeira página a participação de outras entidades na organização do evento, como também a sua programação:

Este ano, as comemorações dos 1º de Maio, em João Pessoa, sob os auspícios da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Paraíba, têm a colaboração do Governo do Estado, Prefeitura da Capital, Delegacia Regional do Trabalho, Comissão do Imposto Sindical, Sindicato dos Trabalhadores, estudantes, Círculo Operário Católico, Juventude Operária Católica, Associação das Donas de Casa e Ligas Camponesas.

⁹⁴ VALE, 2008, n.p.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 93.

⁹⁶ Comemoração do 1º de Maio: Convite. *A União*, ano LXIX, n. 83, 19 abr. 1961, p. 3.

O programa da festividade que a Federação organizou para o dia dedicado ao trabalhador será o seguinte:

1 – às 5 horas, salva de 21 tiros em todos os bairros de João Pessoa; 6 – as 20 horas no Teatro ação de graças pela passagem do 1º de maio; 3 – as 09 horas início do torneio desportivo sindical no estádio da Graça; 4 – as 12 horas palestra por um representante da Federação na Rádio Tabajara da Paraíba; 5 – as 15 horas, será realizada uma concentração operária no parque Sólon de Lucena ocasião em que o povo ouvirá a palavra do governador Pedro Gondim, do prefeito da capital de líderes sindicais, estudantes e camponeses. Ainda nessa oportunidade o Chefe do Govêrno assinará mensagem ao Legislativo Estadual dispendo sobre a doação de um terreno destinado a Casa dos Sindicatos. No encerramento da concentração, haverá distribuição de brindes e sorteios entre os presentes. 6 – as 20 horas no Teatro Santa Rosa, o Teatro Popular de arte apresentará uma peça para os trabalhadores e respectivas famílias. A entrada aquela casa de espetáculo será fraqueada ao público.⁹⁷

Nessa programação podemos perceber como o movimento sindical paraibano possuía uma estreita relação com o Estado e setores ligados à Igreja Católica. Nesse sentido, o 1º de Maio de 1961 constituiu-se enquanto uma data festiva que não incluía apenas trabalhadores e suas famílias, mas também representantes do Estado, como o governador e o prefeito, em atividades que procuravam tornar o momento mais harmonioso, esvaziando o sentido de luta histórica da data. Contudo é perceptível que, nesse esforço pelo fortalecimento conciliatório entre as classes, também havia lugar para a estratégia, organização e integração de várias categorias, vertentes operárias e outros movimentos sociais, como o apoio dos estudantes e das Ligas Camponesas.

Ainda em 1961, em meio a situações políticas com interesses antagônicos nas esferas nacional e local, os sindicatos paraibanos intensificaram suas reivindicações pela questão salarial e cumprimento da CLT. Segundo nos informa Eltern Vale, em pesquisa realizada no jornal *O Norte*, cerca de 300 operários paralisaram suas funções por não pagamento da produção semanal na fábrica de tecidos Rio Tinto em agosto de 1961. A questão foi acompanhada pelo sindicato que negociou junto aos representantes da fábrica a volta ao trabalho.⁹⁸ Novamente verifica-se que o cumprimento da lei em relação ao pagamento de salário ainda era uma questão recorrente no que tange às reivindicações dos trabalhadores de Rio Tinto.

Neste mesmo ano, outro órgão bastante atuante foi o Sindicato dos Bancários, nesse período com caráter mais combativo, que também participou de diversos eventos da classe relacionados a questões salariais. Além disso, como característica da categoria paraibana, nas evidências já mencionadas, podemos destacar as articulações com outras lideranças e

⁹⁷ Festa para o trabalhador paraibano no 1 de maio. *A União*, ano LXIX, n. 92, 30 abr. 1961, p. 1.

⁹⁸ GUIMARÃES, Luiz Hugo. PREVIDÊNCIA E SINDICALISMO – NOTAS E NOTÍCIAS. EM CONVERSA – TECELÕES. *O Norte*, 10 de agosto de 1961 *apud* VALE, 2008, p. 89.

representações nacionais. É o caso do título da notícia “Sindicato dos Bancários vai indicar delegados à convenção em maio”, que tratou da participação da entidade na II Convenção dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, ilustrando a importância que a categoria depositava nas discussões a nível nacional.

Na campanha salarial desse ano, apesar de todo trabalho de negociação realizado pelo sindicato junto aos banqueiros, os trabalhadores bancários entraram em greve. Antes disso, entregaram ao Delegado do Trabalho Elpídio Cavalcante e ao governador Pedro Gondim um memorial contendo todas as suas reivindicações, que, além do ajuste salarial, pediam salário profissional e a construção um contrato coletivo de trabalho. Na imagem a seguir observamos a entrega desse material, em fotografia na qual Luiz Hugo aparece em frente ao governador Pedro Gondim.

Imagem 6 – Luiz Hugo entregando memorial de reivindicações dos bancários a Pedro Gondim



Fonte: GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Crônica do tempo distante*. Secretaria da Educação e Cultura do Estado, João Pessoa, 2001.

No cenário nacional os banqueiros de todo o país se organizaram em resistência aos pedidos solicitados pelos bancários, que optaram pela deflagração imediata da greve. Na Paraíba, segundo relata Luiz Hugo Guimarães,

O Sindicato realizou uma de suas maiores assembleias, com a presença maciça de associados pertencentes a todos os bancos. Estavam todos conscientizados de que era preciso demonstrar a unidade da classe. O trabalho das Comissões Sindicais de cada banco e a edição de boletins tinham preparado a luta. A assembleia marcada para 18,30 horas foi precedida de uma passeada que saiu da rua Maciel Pinheiro com o Pessoal do Banco do Estado da Paraíba, do

Banco Comércio e Indústria da Paraíba. Banco Meireles e Banco dos Proprietários, e foi engrossando com os funcionários do Banco do Brasil na rua Gama e Melo, do Banco do Povo, Nacional do Norte, da Lavoura, Industrial de Campina Grande pela rua Barão do Triunfo acima, chegando ao Ponto de Cem Réis bastante encorpada. Cartazes e faixas com palavras de ordem, fogos de artifício, foguetões e muita vibração davam uma ideia do que seria a assembleia.⁹⁹

Como estratégia os sindicalistas comunicaram ao governador Pedro Gondim que “a greve era pacífica, meramente salarial, solicitando-lhe que não utilizasse a polícia”, o mesmo foi dito ao comandante do 15º Regimento de Infantaria, coronel Ednardo D’Ávila. Segundo Luiz Hugo essa explicação se fazia necessária em virtude do coronel ser sogro do filho do presidente do Sindicato dos Bancos, que podia solicitar anulação ou intervenção do movimento grevista, pois eram esses “pequenos detalhes importantes para o sucesso da greve”¹⁰⁰.

Entre os vários agentes que negociaram junto aos bancários o fim da greve estão o próprio governador do estado e o delegado do trabalho. No fim, a greve foi vitoriosa para categoria que firmou “um grande acordo”. Nas fotos abaixo visualiza-se momentos da passeata que resultou na greve.

⁹⁹ GUIMARÃES, 2001, p. 221.

¹⁰⁰ GUIMARÃES, 2001, 222.

Imagem 7 – Passeata dos bancários para assembleia que decretou greve em 1961



Fonte: GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Crônica do tempo distante*. Secretaria da Educação e Cultura do Estado, João Pessoa, 2001.

Essas estratégias e relações de luta dos bancários também se manifestavam por meio da solidariedade a companheiros de outros estados quando bancários brasileiros foram presos e perseguidos na Venezuela ao participar de uma Assembleia Geral. No mês de março de 1961, o sindicato paraibano enviou ao embaixador do país vizinho um telegrama solicitando a libertação dos seus companheiros¹⁰¹:

¹⁰¹ Sindicato dos bancários vai indicar delegados à convenção em Maio. *A União*, ano LXIX, n. 87, 25 abr. 1961, p. 3.

Em nome dos bancários paraibanos, solicitamos a V. Excia. interceder junto a seu govêrno sentido da libertação do colega de profissão Américo Chacon presidente do Sindicato do Bancários do Distrito Federal e Miranda, bem assim seus companheiros bancários Rafael Colina, Domingo Villegas, Beltran Rodrigues, Omar Mijuca, Orlando Cordido, José M. Cabrera, Oscar Olmos, Jesus Almenar, Silvestre Valladares, Pascual Ceden, Antonio Ferrer, Luiz Rivera, José Olivar, Carlos J. Fuentes, Oswaldo Alvarez, Freddy Reys, etc. que estão presos desde 30 de novembro último em virtude de participarem de assembleia em que apenas discutiam assuntos de natureza sindical.

Os bancários paraibanos estão, nesse instante, de olhos voltados para aqueles companheiros e seus familiares, e esperam ver atendido êste apêlo, bem assim que cesse qualquer perseguição aos demais dirigentes sindicais bancários.

Fazemos estas solicitações com base nos Protocolos e Convênios Internacionais firmados pelos nossos países em reconhecimento aos Direitos Humanos impostergáveis. Respeitosas saudações. Luiz Hugo Guimarães, presidente.

No ano de 1962 os movimentos passaram a se intensificar cada vez mais. Durante esse ano os sindicatos paraibanos participaram de dois eventos importantes na esfera regional e local: o I Encontro Sindical dos Trabalhadores na Indústria do Norte e Nordeste, em Recife, ocorrido de 20 a 22 de julho, e o IV Encontro Sindical dos Trabalhadores do Brasil, em São Paulo, dos dias 17 a 19 de agosto.¹⁰²

No que se refere ao plano estadual, ainda em janeiro de 1962, o jornal *O Norte*, em artigo assinado pelo sindicalista Luiz Hugo Guimarães, informou que a organização do III Congresso Sindical, que deveria ocorrer na cidade de Rio Tinto, contaria não apenas com o movimento sindical urbano, mas com a presença de nove Ligas Camponesas já confirmadas.¹⁰³

Nesse período, os movimentos sociais do campo vinculados às Ligas Camponesas tornavam-se cada vez mais um problema para as classes proprietárias. Em reação às constantes reivindicações dos trabalhadores rurais, uma crescente onda de violência se instalou no estado. Os latifundiários, na tentativa de intimidar os camponeses, utilizaram-se de várias medidas repressivas, que foram das ameaças e intimidações a agressões físicas e mortes.

Um dos capítulos mais trágicos desses confrontos resultou na morte de dois líderes de ligas paraibanas no ano de 1962. O primeiro deles ocorreu no Engenho Miriri, localizado no município de Mamanguape, onde os trabalhadores rurais reivindicavam o fim do cambão (dia de trabalho sem remuneração nas terras do patrão). Para evitar que essa medida viesse a se concretizar, os proprietários passaram a tomar uma série de medidas visando a expulsão dos trabalhadores de suas terras. Entre elas estavam a prática de soltar o gado nos roçados cultivados

¹⁰² CITTADINO, 1998, p. 110.

¹⁰³ VALE, 2008, p. 93.

pelos camponeses para destruir todo o trabalho realizado pelas famílias durante meses, forçando então sua retirada.

Em meio a isso, o clima de tensão se intensificou cada vez mais e chegou ao seu auge quando o juiz de Mamanguape enviou uma diligência policial até o local, resultando na hospitalização de um camponês após ter sido baleado. Uma semana após o ocorrido os conflitos eclodiram novamente, causando a morte de dois vigias da propriedade por golpes de foice, machado e faca-peixeira, instrumentos utilizados pelos trabalhadores rurais durante o seu cotidiano, assim como também a morte do líder camponês Alfredo Pereira do Nascimento por tiros de revólver.¹⁰⁴

O segundo acontecimento diz respeito à morte de João Pedro Teixeira, líder da maior liga do Brasil, localizada em Sapé, em 2 de abril de 1962, assassinado em uma emboscada, tendo como principal acusado de mandante Aguinaldo Veloso Borges, que, além de ser integrante do grupo da Várzea, também circulava no cenário político na Paraíba. Como resultado dessa posição, na ocasião do julgamento do crime, após uma manobra promovida pelo deputado Joacil Pereira de Brito, Aguinaldo Veloso assumiu o mandato de deputado estadual apesar de ser sexto suplente, o que lhe permitiu utilizar da imunidade parlamentar, sendo até hoje não julgado pelo crime.¹⁰⁵

Na imagem a seguir podemos observar a primeira manifestação realizada na cidade de Sapé pela morte de João Pedro Teixeira, ocorrida na praça João Pessoa, com faixas de protesto que diziam: “Camponeses de luto: João Pedro Teixeira”. Somando mais de 3 mil pessoas, além de trabalhadores rurais o ato contou com a presença de líderes estudantis e comunistas que, juntamente com a viúva Elisabeth Teixeira, discursaram para os presentes sobre a reforma agrária. Na ocasião, Elisabeth também se pronunciou e agradeceu a todos pela solidariedade à sua família e à luta camponesa¹⁰⁶. Segundo *A União*, houve também votos de aplausos ao governador Pedro Gondim pelas medidas tomadas até aquele momento para elucidar o crime¹⁰⁷, que, no entanto, como se disse, nunca teve o responsável julgado ou preso e seus executores absolvidos em março de 1965.

¹⁰⁴ CITTADINO, 1998, p. 88.

¹⁰⁵ NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba: Repressão e legitimação. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho (Orgs.). *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: História, memória e construção da cidadania*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 85.

¹⁰⁶ Vale destacar que João Pedro Teixeira e Elisabeth tiveram 11 filhos, que ficaram sob a responsabilidade apenas da mãe até o golpe civil-militar de 1964, quando foram obrigados a se separar pela perseguição à família. Além disso, em função do assassinato do pai uma de suas filhas, Marluce, veio a cometer suicídio tomando arsênico, e um de seus filhos sofreu um atentado de bala, levando um tiro no olho.

¹⁰⁷ Camponeses de Sapé realizaram primeiro comício de protesto. *A União*, ano LXIX, 1962.

Imagem 8 – Manifestação dos camponeses na cidade de Sapé em protesto pela morte do líder da Liga Camponesa João Pedro Teixeira



Fonte: *Jornal A União*, ano LXIX, 1962.

Diante do recente assassinato do líder camponês, o III Congresso Sindical, ocorrido de 29 de abril a 1º de maio de 1962 na cidade de Rio Tinto, promoveu um Primeiro de Maio diferente dos anos anteriores, em tom menos festivo e mais reivindicativo. Articulado sobretudo pela Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba, com participação de trabalhadores urbanos e rurais, o III Congresso Sindical contou com a participação de sindicalizados dos municípios de Santa Rita, João Pessoa, Rio Tinto, Cabedelo, Bayeux, Campina Grande e outros. Destaca-se que semanas antes os sindicatos paraibanos já estavam em articulação para o evento, escolhendo individualmente seus representantes.¹⁰⁸

Ao fim do Congresso, no próprio dia 1º de maio de 1962, estes trabalhadores seguiram para João Pessoa onde somaram-se aos camponeses na “Passeata das Ligas”, que contou com mais de 10 mil pessoas entre trabalhadores do campo e da cidade, estudantes e apoiadores da

¹⁰⁸ III Congresso Sindical de 29 a 30 de (Rio Tinto). *A União*, ano LXIX, 1962.

causa.¹⁰⁹ Apesar da passeata voltar-se para as reivindicações dos trabalhadores, ao divulgar a programação do evento o jornal *A União*, porém, enfatizou o que seria o apoio da classe trabalhadora ao chefe do Executivo estadual, ao intitular a notícia como “Homenagem dos Camponeses ao Governador: 1º de maio”, destacando que os trabalhadores iriam homenageá-lo (possivelmente em função do seu aniversário celebrado nesse mesmo dia) durante o evento organizado em comemoração às lutas dos trabalhadores de todo o mundo e que continha um forte apelo frente ao assassinato recente de João Pedro Teixeira:¹¹⁰

Na imagem a seguir [Imagem 9] é possível observar o governador Pedro Gondim discursando para os trabalhadores no parque Sólton de Lucena onde concentrou-se a manifestação que iniciou na estação ferroviária. Registra-se na *A União* que a passeata superou as expectativas dos seus organizadores e concentrou os “olhos” de todo o país para a Paraíba. Ainda no momento da concentração os trabalhadores formaram Grupos em filas quase regulares já se postavam nas calçadas, nas balaustradas e no alto dos edifícios ao longo da avenida Guedes Pereira, praças Aristides Lôbo e Pedro Américo e rua Barão do Triunfo, até a praça Napoleão Laureano (Largo da Estação) onde se encontrava o grosso da massa. Pôr toda a parte faixas das delegações, bandeiras e símbolos das Ligas. A bandeira da Paraíba era conduzida pelo garôto Abraão Pedro Texeira, filho do camponês João Pedro Teixeira.¹¹¹

Os lugares destacados nessa notícia referem-se aos locais de sedes de algumas entidades e sindicatos no centro da cidade de João Pessoa que também foram palco de diversas lutas dos movimentos sociais paraibanos. Por exemplo, na Avenida Guedes Pereira, em frente à Praça Aristides Lôbo, localizavam-se as sedes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de João Pessoa e da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias no Estado. Durante a manifestação, cartazes registraram frases como “Queremos terra para os trabalhadores”, “Trabalhadores na Indústria da Construção Civil solidários nas lutas dos camponeses”, “Só se acaba a carestia com a Reforma Agrária”, “Os camponeses da Paraíba saúdam o governador Pedro Gondim”. Na foto abaixo observamos o governador Pedro Gondim discursando para a multidão de manifestantes.¹¹²

¹⁰⁹ Passeatas dos camponeses superou as expectativas. *A União*, ano LXIX, 1962.

¹¹⁰ Homenagem dos Camponeses ao Governador: 1º de maio. *A União*, ano LXX, n. 90, p. 01, 23 abr.1962.

¹¹¹ Passeata dos Camponeses superou expectativas. *A União*, ano LXIX, 1962, n.p.

¹¹² Passeata dos Camponeses superou expectativas. *A União*, ano LXIX, 1962, n.p.

Imagem 9 – Governador da Paraíba e trabalhadores urbanos e rurais na "Passeata das Ligas" no 1º de Maio de 1962



Fonte: *Jornal A União*, ano LXIX, 1962.

A pauta da Reforma Agrária foi responsável por aglutinar os trabalhadores urbanos e rurais em torno de um objetivo único e a Passeata das Ligas no 1º de Maio de 1962 caracterizou-se por essa solidariedade entre as diversas categorias que compunham a classe trabalhadora paraibana. Além do mais, o fato da Paraíba possuir uma população majoritariamente rural, em que muitos trabalhadores urbanos, em suas próprias trajetórias individuais, anteriormente compartilharam experiências de vida no campo, possibilitou uma maior aproximação com a questão, tornando-a uma pauta conjunta dos dois grupos.

Ainda no ano de 1962 ocorreram diversas greves, entre elas a dos trabalhadores das Usinas Santana em Santa Rita e Monte Alegre em Mamanguape, organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação de João Pessoa, que iniciaram o movimento por tempo indeterminado e conseguiram aumento salarial de 25%; e a greve liderada pelo Sindicato da Pesca e Extração do Óleo de Baleia, em Cabedelo, que conquistou aumento de 30% em seus salários.¹¹³

¹¹³ NUNES, 2009, p. 92.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação de João Pessoa foi criado em 23 de julho de 1938, sendo reconhecido por decreto em 1939. Apesar de ter em seu nome a referência à capital paraibana, também possuía base territorial nos municípios de Cabedelo, Santa Rita, Espírito Santo, Pilar, Itabaiana, Sapé, Mamanguape, Rio Tinto, Guarabira, Caiçara, Bananeiras, Alagoa Grande, Brejo de Areia, Alagoa Nova, Serraria, Remígio, Pirpirituba, Pilões, Gurinhém, Pedra de Fogo, Juripiranga, Mari, Bayeux, Camarazal, Belém e Alhandra. Durante esse período foi responsável por travar diversas frentes de lutas por meio de greves, negociações e, como será visto no próximo capítulo, processos a Justiça do Trabalho em favor dos seus associados, constituindo-se como um dos sindicatos mais atuantes durante essa época.

Em virtude da carestia de vida que preocupava os trabalhadores de todo o país no período, os funcionários da fábrica de óleo Matarazzo, por meio do referido sindicato, passou a reivindicar aumento salarial. Rivaldo Cipriano¹¹⁴, na figura do presidente, apesar de assumir uma postura conciliatória, tentou buscar uma solução para a questão, tendo em vista que a fábrica já não havia atendido outras reivindicações, como o funcionamento do restaurante e a instalação da escola para alfabetização.¹¹⁵ Tendo obtido sucesso em sua reivindicação, o sindicato noticiou no jornal *A União* que pretendia estender a luta para as demais fábricas, novamente por acordo pacífico, mas salientou também que não descartava outras formas mais radicais de reivindicação.¹¹⁶

Neste exemplo, fica evidente a posição que o sindicato desempenhava na época, aproximando-se de uma postura mais reformista, em que buscava, a partir de negociações, conquistar pautas mais imediatas como o aumento salarial, mas, ao mesmo tempo, não ignorava a possibilidade de enfrentamentos mais profundos como as greves, muito embora também não tendo a intenção – ou condições – de radicalizar as estruturas sociais postas. Com isso, podemos compreender na prática aquilo que Thompson aponta a *luta de classes* como um processo, pelo qual os próprios trabalhadores se reconhecem em disputas com interesses antagônicos com outras classes, nesse caso seus patrões.

¹¹⁴ Rivaldo Cipriano iniciou suas atividades no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação de João Pessoa no ano de 1945 e a partir de 1948 passou a trabalhar efetivamente para a entidade, até se tornar seu presidente em 1959. Após isso, suas atividades sindicais e militantes só se intensificaram e em 1961 foi preso em função da campanha pela legalidade para que João Goulart assumisse a presidência do Brasil, conforme previsto pela Constituição. Durante 15 dias, Rivaldo ficou preso no 15º Regimento de Infantaria da Paraíba, mas sua estadia na prisão não abalou em nada sua liderança nas lutas da classe trabalhadora paraibana. Voltaremos a narrar a trajetória de Rivaldo no último capítulo dessa dissertação, ao mencionar as perseguições vivenciadas por ele em função do golpe civil-militar de 1964. Processo de Anistia de Rivaldo Cipriano da Costa, 2001, localizado no Memorial da Democracia da Paraíba, na Fundação Casa José Américo

¹¹⁵ Operários da Matarazzo vão cobrar promessas e reivindicar aumento. *A União*, ano LXIX, 1962.

¹¹⁶ Trabalhadores da Indústria de Alimentação vão pedir aumento. *A União*, ano LXIX, 25 mar. 1962, p. 2.

Imagem 10 – Rivaldo Cipriano da Costa discursando em 1963



Fonte: RIBEIRO FILHO, João Ribeiro. *O sindicalismo de meu tempo*. Empório dos Livros, 1999.

Também em 1962, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba voltou a organizar movimentos grevistas. Fruto das Comissões de Empresas, as mobilizações da categoria dos bancários conseguiram um impacto ainda mais forte. Como salienta o secretário do sindicato, João da Cruz Fragoso, “essa prática tornou a mobilização tão forte, que greves, antes quase impensáveis, já contavam com o apoio da maioria dos colegas, como foi o exemplo da conquista do 13º [salário]”¹¹⁷.

Os funcionários do Banco do Nordeste, em virtude do não pagamento da segunda etapa da equiparação salarial em relação aos funcionários do Banco do Brasil, entraram em greve em maio de 1962. Essa pauta tinha sido prometida ainda no governo Jânio Quadros, mas se estendia até o período em que foi deflagrada a greve em função do não cumprimento por parte do presidente do banco, Raul Barbosa. O movimento foi organizado pela Federação Norte-Nordeste, com sede em Recife, contando com o apoio da Confederação dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), tendo os bancários paraibanos representação através de seu sindicato. Cabe destacar que essas reivindicações já eram pautadas pelos bancários desde o mês de janeiro, quando a categoria se reuniu com o presidente João Goulart para tratar das questões salariais.¹¹⁸

¹¹⁷ Depoimento de João da Cruz Fragoso à Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, em 26 de novembro de 2013 apud NUNES, 2015, p. 191.

¹¹⁸ Equiparação salarial: funcionários do BND pedirão... *A União*, ano LXIX, jan. 1962.

Mesmo após vários dias, os bancários do Norte e Nordeste continuavam firmes e sem perspectivas de voltar ao trabalho enquanto não obtivessem a equiparação salarial com os do Banco do Brasil. Concomitantemente, o Sindicato dos Bancários da Paraíba apelava aos deputados estaduais para intermediarem uma comunicação com o presidente da República para que a greve pudesse chegar ao fim, enquanto outras categorias e poderes institucionais se solidarizavam com o movimento, como a Câmara Municipal de João Pessoa, a Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba, Sindicato dos Metalúrgicos e Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de João Pessoa.¹¹⁹

Nesse ínterim, o jornal *A União* divulgava em suas páginas o andamento da greve. Com o título em destaque “Greve do BNB entra em seu nono dia”, o periódico trazia detalhes das negociações que ocorriam em outros estados. No subtítulo “visita de solidariedade”, assinalava que vários dirigentes sindicais, funcionários de outros bancos e representantes das Ligas Camponesas visitavam com frequência a sede do Sindicato dos Bancários da Paraíba em solidariedade e apoio à categoria.¹²⁰

A greve durou 25 dias e foi concluída com um acordo firmado em 5 de junho. Neste mesmo dia o jornal *A União* divulgou que os bancários de todo o país ameaçaram realizar greve geral caso a situação dos trabalhadores do Banco do Nordeste não fosse resolvida. Nesse encontro estabeleceram a criação de um fundo de greve e obtenção de empréstimos para custeio das despesas feitas.¹²¹ Após a finalização da greve foi firmado, entre outras coisas: “1) Equiparação na proporção dos lucros do semestre até atingir os níveis salariais; 2) 20% do abono não compensado pelo acordo sindical; e nenhuma punição aos grevistas com o pagamento dos dias em que ficaram em greve”¹²².

Logo em seguida, no final do mês de julho de 1962, os bancários do Banco do Nordeste entraram novamente em greve. Em reunião “acalorada” na sede do Sindicato paraibano, os trabalhadores reivindicavam o cumprimento do acordo referente à equiparação salarial discutido na greve anterior. Dessa vez a greve foi “branca”, na expressão corrente da época: de braços cruzados sem atender ninguém durante o expediente, os funcionários pressionavam mais uma vez a efetivação do que já tinha sido estabelecido mas que até o momento não havia sido cumprido pelo Banco do Nordeste.

¹¹⁹ Bancários do BNB não voltam ao trabalho sem equiparação. *A União*, ano LXIX, 1962.

¹²⁰ Greve do BNB entra em seu nono dia. *A União*, ano LXIX, 1962.

¹²¹ Bancários preparam greve para esta semana. *A União*, ano LXX, n.121, 05 jun. 1962, p. 1.

¹²² Terminou a greve do BNB. *A União*, ano LXX, 06 de jun. 1962, n. 122.

Em 22 de setembro, os bancários paraibanos deflagram nova greve em consonância com outros estados que pautavam a questão salarial.¹²³ Dias depois, o jornal *A União* noticiou que a greve já tinha sido solucionada por meio de conciliação entre as partes, destacando ainda que o movimento deveria ser resolvido de forma que não acarretasse prejuízos à sociedade.¹²⁴ Como resultado dos acordos firmados nessa conciliação, os bancários divulgaram no mês seguinte, em outubro, que os bancos de João Pessoa não mais funcionariam aos sábados em determinação das decisões tomadas em articulação dos sindicatos com os banqueiros.¹²⁵

Para Luiz Hugo Guimarães, presidente do Sindicato neste período, “o ano de 1962 foi um dos mais movimentados, pois conseguiram o melhor aumento salarial de todos os tempos, com algumas conquistas previstas no nosso Contrato Coletivo de Trabalho”, e encerram o ano com “670 associados”. Porém, nesse registro, não fica claro em qual banco houve o melhor aumento salarial, podemos supor que se tratava do Bando do Brasil, do qual Luiz Hugo era funcionário. Apesar disso, é indiscutível a constatação das diversas lutas travadas pelo Sindicato durante todo esse ano.¹²⁶

No ano de 1963 os bancários, principalmente os trabalhadores do Banco do Nordeste, continuaram requerendo suas reivindicações através de greves. Em março desse ano realizaram greve de 24 horas, que teve o “caráter de advertência e protesto” em função do não pagamento da diferença de gratificação de julho de 1962 e gratificação de janeiro de 1963. A greve foi suspensa com objetivo de iniciarem as negociações, embora essas pautas já tivessem sido motivos de greves e conciliações anteriores em que o resultado não foi efetivado.¹²⁷

Em torno dessas questões os trabalhadores em estabelecimentos bancários realizaram, entre os dias 26 e 28 de julho de 1963, o I Congresso Estadual dos Bancários da Paraíba, tendo como comissão organizadora Luiz Hugo Guimarães, João Fragoso, Sebastião Borges Sobrinho, José Geraldo Alves de Azevedo e Antônio Aragão Filho. As pautas diziam respeito a problemas de organização, salários, previdência social e problemas específicos dos Bancos do Brasil e Nordeste.¹²⁸

A Comissão Organizadora do Congresso ofereceu a todos os participantes um boletim intitulado de “INFORME ESPECIAL”, com as principais pautas do evento:

¹²³ Greve: bancários paraibanos deflagram hoje greve a zero hora. *A União*, ano LXX, 22 set. 1962. p. 8.

¹²⁴ Greve Bancária. *A União*, ano LXX, 25 set. 1962.

¹²⁵ Bancos não mais funcionarão aos sábados. *A União*, ano LXX, n. 219, 05 out. 1962, p. 3.

¹²⁶ GUIMARÃES, 2001, p. 233.

¹²⁷ Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba. *A União*, ano LXXI, n. 55, 14 mar. 1963, p. 6.

¹²⁸ Classe Bancária Paraibana Estará Reunida em Congresso. *A União*, ano LXXI, 09 jul. 1963.

No INFORME o Sindicato denunciou as condições de trabalho de alguns bancos, sobretudo no interior do Estado, onde alguns estabelecimentos teimavam em funcionar aos sábados, afrontando a lei 4.178, que abolira o trabalho bancário aos sábados. Também o trabalho extraordinário sem o pagamento das respectivas horas extras e até o serviço noturno foram denunciados, pedindo uma rigorosa e permanente fiscalização do Ministério do Trabalho. O Sindicato denunciara várias vezes essas irregularidades através dos jornais, do Boletim Sindical e até com alto-falantes nas portas dos bancos infratores.¹²⁹

Entre as principais resoluções aprovadas no Congresso estavam a participação dos trabalhadores nas questões nacionais sobre as Reformas de Base, que já era algo apoiado pelos membros do Sindicato.

Além dos movimentos grevistas, esse ano também foi marcado pela intensa atividade sindical cotidiana. Vários editais de eleições para novas diretorias e realizações de assembleias sindicais foram noticiados pelo jornal *A União* durante todo esse ano, a exemplo dos Sindicato dos Bancários, dos Profissionais Jornalistas, dos Contabilistas, do Comércio de Vendedores Ambulantes, da Construção Civil, dos Professores, dos Trabalhadores na Indústria do Fumo, dos Trabalhadores da Indústria de Cimento, Cal e Gesso e dos Empregados no Comércio Hoteleiros e Similares.

Ainda em fevereiro de 1963 foi empossada a nova diretoria e conselho fiscal da Assistência Social dos Trabalhadores, composta por diversos sindicatos e tendo como representantes eleitos Luiz Bernardo (presidente), Antônio Jaime (secretário) e Agrício dos Santos (tesoureiro). A eleição foi realizada em fevereiro e a posse ocorreu na sede da entidade na Rua Visconde de Pelotas, contando

Com a presença de autoridades estaduais, municipais convidados, além das Representações dos Sindicatos dos Trabalhadores na Construção Civil de João Pessoa, Hoteleiros de João Pessoa, Vendedores Ambulantes, Arrumadores, Trabalhadores do Fumo, Calçados, Metalúrgicos, Alfaiates, Mecânicos de Campina Grande e Hoteleiros, os representantes do IAPC e Trabalhadores da Junta de Conciliação de C. Grande, realizou-se no último dia 4 do corrente, a posse da nova diretoria da Assistência Social dos Trabalhadores da Paraíba, que [...] os destinos da classe no biênio 1963|1965.¹³⁰

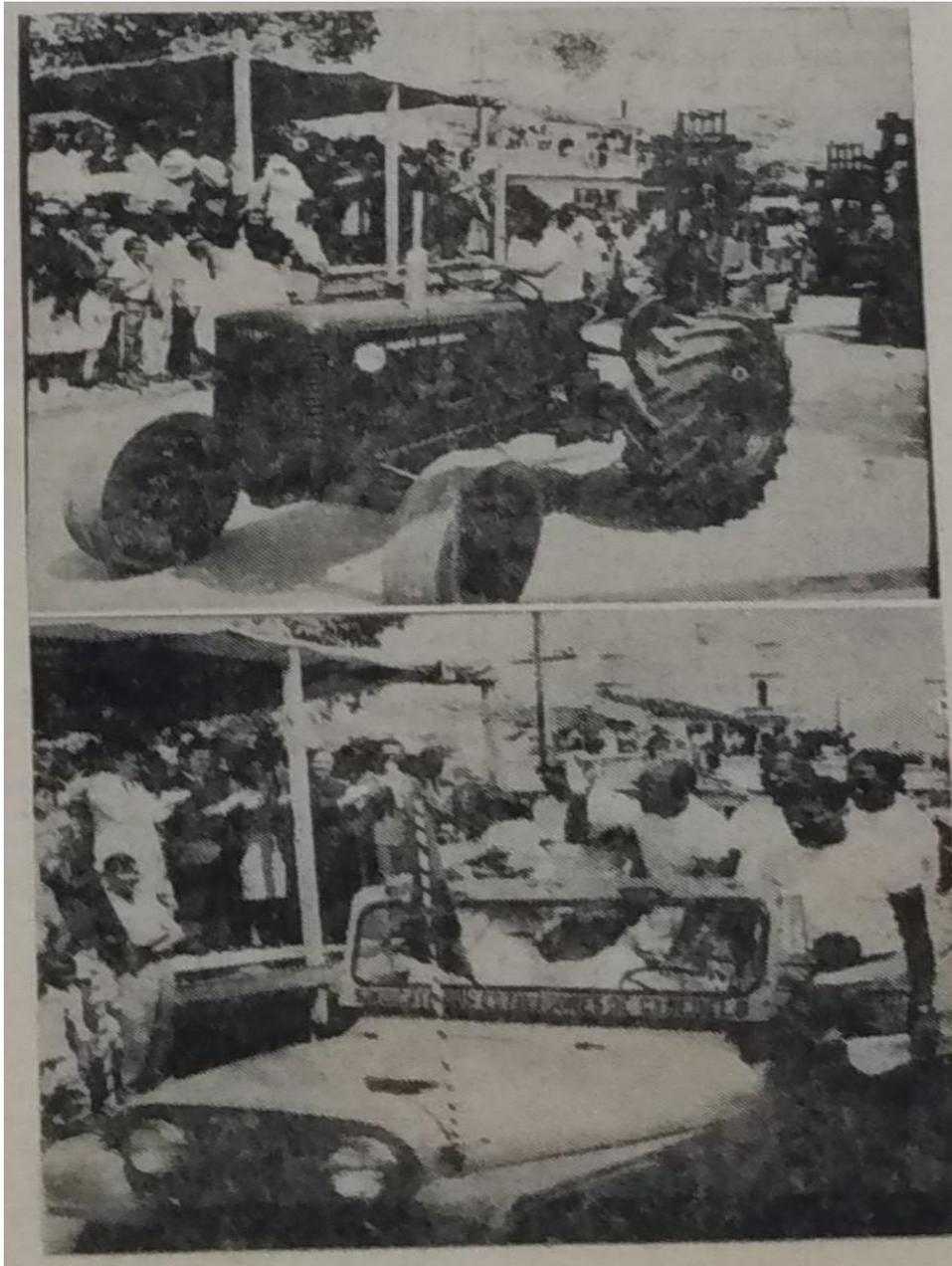
Mudando radicalmente o cenário verificado nas manifestações ocorridas no ano de 1962, em 1963 o 1º de Maio foi celebrado em tom de comemoração na cidade de Cabedelo. Na programação do evento, foi divulgada a realização de um desfile dos sindicatos e alunos da escola estadual da cidade. Logo em seguida, uma competição esportiva e à noite uma recepção

¹²⁹ GUIMARÃES, 2001, p. 237.

¹³⁰ Nova diretoria social dos trabalhadores da Paraíba. *A União*, ano LXXI, n. 31, 08 fev. 1963, p. 3.

dançante para os trabalhadores e suas famílias.¹³¹ Na foto abaixo podemos visualizar o desfile de máquinas utilizadas pelos trabalhadores, evidenciando a importância que as organizações depositavam no avanço da maquinaria na cidade, associada como oportunidade de emprego e renda.

Imagem 11 – Comemoração do 1º de Maio de 1963 em Cabedelo



Fonte: *Jornal A União*, ano LXXI, n. 85, 28 fev. 1963.

¹³¹ Cabedelo vai comemorar com festas o 1º de maio. *A União*, ano LXXI, n. 85, 28 fev. 1963, p. 6.

Na imagem acima, nota-se também um pequeno palco, onde possivelmente estavam líderes sindicais e políticos. Destaca-se que o evento contou com a presença do governador Pedro Gondim, que discursou pregando a necessidade das reformas de bases, ressaltando

A necessidade da união de todos os trabalhadores e estudantes, de todo o povo brasileiro para realização das reformas de base de que precisa o Brasil para realizar o seu processo desenvolvimento, afirmou a S. Excia.: - Como eu me sinto abatido e contrariado nas minhas melhores intimidades ao verificar que ainda retrógrados e reacionários não querem sentir o convite do Brasil, o convite da Pátria nessa convocação para melhores dias.¹³²

Mais uma vez fica evidente a aproximação do governador Pedro Gondim com a classe trabalhadora e os movimentos sociais, sobretudo através do enaltecimento do discurso a favor da Reforma Agrária, da harmonia e da solidariedade entre as classes. A discrepância de combatividade verificada entre as celebrações do 1º de Maio de 1962 e de 1963 é importante para compreensão da política conciliatória estabelecida no período que ora se manifestava em organizações mais profundas e em outros momentos tornava-se mais harmoniosa. No ponto a seguir trataremos de forma mais detalhada como essas relações foram se desenvolvendo em meio à intensificação das lutas sociais nos governos conciliatórios e, por isso, contraditórios de João Goulart e Pedro Gondim momentos antes do golpe de 1964.

2.3 Intensificação das lutas sociais nos governos de João Goulart e Pedro Gondim

Como vimos até aqui, os trabalhadores e sindicatos paraibanos mantiveram diversas ligações com dirigentes políticos da época. Essas relações foram construídas em meio a diversos embates, conflitos e negociações acentuadas durante os primeiros anos de 1960, quando o Brasil e o estado da Paraíba possuíam como dirigentes políticos homens ligados a grupos oligárquicos, mas que ao mesmo tempo construíram suas campanhas com base e apoio popular.

Nesse sentido, destacamos a figura do presidente João Goulart, que mesmo antes de iniciar seu mandato como presidente em 1961 sob forte instabilidade política em um regime parlamentarista, instalado às pressas como acordo político para admitir sua posse constitucional, já possuía uma longa trajetória de vida pública com base progressista e ligado a

¹³² Governador festejou 1º de maio em Cabedelo pregando necessidade das reformas de base. *A União*, ano LXXI, 03 de maio 1963, n. 94, p. 1.

grupos políticos de vertente trabalhista, como em sua atuação no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) criado por Getúlio Vargas em 1945, assim como o Partido Social Democrata (PSD).¹³³

É importante destacar que, apesar do caráter conciliatório, o PTB possuía uma ligação mais estreita com as classes populares e sindicais do que o PSD, composto majoritariamente por grupos oligárquicos ligados à burguesia rural e industrial, e à oposição, de caráter conservador, reunida na União Democrática Nacional (UDN).

Em 1953 João Goulart foi nomeado Ministro do Trabalho por Vargas em seu segundo governo presidencial, cargo que permaneceu durante 8 meses após sofrer cotidianamente acusações dos grandes periódicos de oposição, sobretudo as de Carlos Lacerda, principal liderança da UDN, no jornal *A Tribuna da Imprensa*. Segundo Lacerda e os udenistas, Vargas e Jango, enlameados de corrupção, pretendiam implantar uma República sindicalista no Brasil. Os ataques cresceram após Goulart sugerir a elevação de 100% para os salários mínimos da época, resultando em sua saída do ministério após pressões da burguesia e dos militares.¹³⁴ Com reivindicações que atendiam as pautas populares, Goulart foi consolidando, especialmente após ao suicídio de Vargas em 1954¹³⁵, a imagem de amigo dos trabalhadores, em referência a Vargas como o “pai dos pobres”

Ao longo dos anos de seus governos (1930-1945; 1951-1954), Getúlio Vargas foi construindo uma história e imagem que intencionalmente vinculavam-se com a história da classe trabalhadora brasileira ao propagar por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) com apoio do Ministro do Trabalho, Marcondes Filho (1941-1945), ações assistencialistas vinculadas aos mundos do trabalho nos jornais impressos, nas rádios e em comícios realizados na época que glorificavam e “presenteavam” os trabalhadores com direitos

¹³³ Com o desmantelamento do golpe de 1937, Vargas teve a possibilidade de organizar novas agremiações partidárias que pudessem contribuir para abertura democrática. Com o objetivo de arregimentar partidos que pudessem apoiar a sua vida pública e fazer oposição a grupos oposicionistas que já se organizam na União Democrática Nacional (UDN), Vargas criou o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1962*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Editora UnB, 2001, p. 28.

¹³⁴ BANDEIRA, 2001, p. 57.

¹³⁵ Cabe destacar que o suicídio de Vargas foi precedido por uma série de conflitos com a classe dominante e conservadora brasileira que teve como seu principal expoente a figura de Carlos Lacerda. Tendo sua imagem corroída pela mídia, sobretudo pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, somada a alta inflação que atingia o salário mínimo, Vargas teve sua reputação atacada ao ser acusado de corrupção em vários momentos. O estopim que aceleraria a campanha difamatória contra a sua figura ocorreu na noite de 5 de agosto de 1954, quando Carlos Lacerda foi vítima de um atentado por pistoleiros levando um tiro no pé e matando seu guarda-costas, o major da Aeronáutica, Rubens Vaz. Após investigações privadas comandadas por um grupo de oficiais aviadores, foi apontado como mandante o chefe de segurança de Vargas, Gregório Fortunato. Vargas ao ser surpreendido pela atitude de Fortunato teve sua imagem ainda mais manchada, causando o rompimento do seu vice-presidente Café Filho e a exigência de renúncia por parte das Forças Armadas. Após constantes pressões Vargas suicidou-se com um tiro no coração na manhã do dia 24 de agosto de 1954.

trabalhistas, como forma de demonstrar a solidariedade e preocupação que Vargas tinha para com a classe, ao conceder direitos que, embora já fossem solicitados há anos pelos trabalhadores, passaram a ser de fato legalizados.

Nas intensas campanhas de promoção de sua imagem, Vargas era anunciado como o trabalhador modelo do Brasil, chegando até mesmo a se colocar como o 1º trabalhador brasileiro a ter a Carteira de Trabalho emitida pelo próprio governo. Além disso, sua figura de presidente não era difundida como a autoridade máxima de um país, mas como um companheiro, um amigo e um verdadeiro operário que estava disponível a ajudar e escutar os trabalhadores brasileiros. Com isso, a própria retórica propagada pelo governo passou a ser absorvida pela sociedade, contribuindo para a construção da imagem de Getúlio Vargas como o pai dos trabalhadores, que ao mesmo tempo que legislava para o bem estar social, agia com firmeza e autoridade ao representar de fato o significado de paternidade em um contexto autoritário.¹³⁶

Toda essa criação, quase que mitológica, da pessoa de Getúlio Vargas, acabou penetrando o imaginário social de tal maneira que até mesmo estudiosos desse período passaram a enfatizar os dois lados apresentados por ele como presidente da República. Consequentemente, por muito tempo considerou-se que Vargas reinventou a classe trabalhadora brasileira, construindo oportunidades de organização e efetivação de direitos.

Apesar disso, consideramos que sua política trabalhista se tratou de uma estratégia adotada para efetivar seus objetivos de atender as diferentes classes sociais em disputa, ou seja, ele tornou-se a “mãe dos ricos e o pai dos pobres” de forma intencional. Assim, supor que Vargas agia somente em favor dos trabalhadores é uma falsa conclusão, pois sua atuação partia de “uma combinação de auto-interesse e pressão vinda de baixo”¹³⁷.

Na eleição de 1955 para a Presidência da República, após o suicídio de Vargas, apesar dos círculos mais direitistas do empresariado e das Forças Armadas, com apoio no próprio PSD, tentarem impedir sua candidatura, João Goulart foi eleito vice-presidente na chapa PTB-PSD com Juscelino Kubitschek.

As transformações econômicas acentuadas no governo Kubitschek (1956-1961), com abertura ampla para investimentos estrangeiros, sobretudo na produção de bens de consumo duráveis como os automóveis, resultou em altíssimas perdas salariais, chegando o poder de compra a cair para o valor do ano de 1954 em função da alta inflação resultante do

¹³⁶ Cf. PARANHOS, Adalberto de Paula. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Campinas, 1996; GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

¹³⁷ FRENCH, John. *Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001, p. 50.

endividamento do Estado criado para sustentar os investimentos públicos estabelecidos nos planos do governo.¹³⁸ Essas quedas no salário da classe trabalhadora impulsionaram os movimentos de reivindicações surgidos na época, como as diversas greves e criações de intersindicais.

Em 1960 João Goulart reelegeu-se Vice-Presidente da República, mesmo tendo o seu companheiro de chapa, o Marechal Henrique Teixeira Lott, perdido para Jânio Quadros. No ano seguinte, em 1961, após a renúncia do presidente eleito Jânio Quadros, Goulart assumiu a Presidência do Brasil. Segundo o historiador Moniz Bandeira, Jânio Quadros, eleito pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) com apoio da UDN, renunciou à presidência com o objetivo de “compelir o Congresso a outorgar-lhe o Poder Legislativo e entrar em recesso permanente, como condição para que retornasse ao governo”¹³⁹, pois acreditava que os ministros militares impediriam a posse de João Goulart.

Apesar da latente discordância da ala conservadora e militar às posições de João Goulart, Jânio Quadros não conseguiu apoio necessário para que sua ideia se concretizasse. A manobra criada pelo Congresso foi impedir a posse de Goulart enquanto voltava de uma viagem diplomática a China, aproveitando a oportunidade para empossar interinamente o deputado Ranieri Mazini do PSD.

Em oposição a essa tentativa de golpe, iniciou-se em vários estados do país um movimento contrário à atitude do Congresso de impedir a posse de Goulart, liderado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que mobilizou amplo apoio popular, da Brigada Militar (polícia militar estadual) e de parte das forças militares da 3ª Região. Seus discursos pelo direito de posse de João Goulart chegavam a todo o Rio Grande do Sul e eram retransmitidos por algumas rádios de outros estados a partir do sinal da Rádio Guaíba, de Porto Alegre, convertida, de dentro do Palácio Piratini, em Rádio da Legalidade. Esse movimento, que organizou trincheiras nas ruas da capital e em outras partes do Rio Grande do Sul, com armas nas mãos de parte da população, ficou conhecido como “Campanha pela Legalidade” e envolveu não apenas políticos, policiais e militares, mas também trabalhadores e estudantes, com repercussões e mobilizações em outras partes do país, incluindo a Paraíba.

Rivaldo Cipriano da Costa foi um dos sindicalistas paraibanos a participar ativamente da Campanha pela Legalidade, chegando a ser preso pelo exército por 15 dias no 15º Regimento

¹³⁸ MATTOS, 2009, p. 90.

¹³⁹ BANDEIRA, 2001, p. 65.

de Infantaria em João Pessoa, como forma de represália a sua atuação no movimento¹⁴⁰. Do mesmo modo, a Associação Paraibana de Imprensa (API), liderada por jornalistas progressistas, também atuou intensamente durante a campanha, chegando até mesmo a ser considerada o “quartel-general do estado” do movimento¹⁴¹. A repressão e perseguição também atingiu Leonel Brizola, que foi ameaçado diversas vezes pelo Exército na época.

Antônio Fernandes e Luiz Hugo Guimarães também foram exemplos de militantes sindicais paraibanos que participaram ativamente da campanha, esse último através das suas colunas no jornal *O Norte*, pelas quais manifestou sua defesa para que João Goulart assumisse a presidência do Brasil. Em uma delas escreveu:

Muito justa será qualquer manifestação dos trabalhadores pela posse do Vice-Presidente do Brasil. A conclusão é lógica: Milhões de trabalhadores votaram em JANGO para vê-lo como substituto eventual do sr. Jânio Quadros. Essa votação foi uma ratificação já antes manifestada em 1955. A classe operária, por outro lado, tem em JANGO, o Trabalhador número UM. Por que então não lutar pela posse de JANGO? JANGO no governo é ascensão do trabalhador. Como, pois, admitir-se que os trabalhadores ficassem omissos perante o movimento constitucional pela posse de JANGO? Os trabalhadores serão a base popular do novo governo, disso não podemos ter dúvida. Será possível, pois o diálogo entre a classe obreira e o Governo, diálogo franco e sincero dos operários com o líder que eles conhecem no ombro a ombro das campanhas salariais e das jornadas cívicas pela emancipação social do proletariado brasileiro.¹⁴²

Outro político que apoiou João Goulart na Campanha pela Legalidade foi o governador do estado da Paraíba na época, Pedro Gondim. Logo após a renúncia de Jânio Quadros, Gondim manifestou apoio a posse de João Goulart no jornal *A União*.¹⁴³

Frente ao alcance e força da Campanha da Legalidade, passou-se a uma solução negociada para superar o impasse criado pelas alas conservadoras do próprio Congresso e forças militares: dava-se posse a Jango como Presidente, mas através de um regime parlamentarista instaurado às pressas, que passaria a ser avaliado em um plebiscito posterior. Com a implementação do parlamentarismo, o cargo de Primeiro Ministro ficou sob responsabilidade do deputado mineiro pelo PSD Tancredo Neves, ministro da Justiça de Vargas entre 1953 e 1954, que não conseguiu controlar a elevação geral dos preços e do custo de vida, acelerando

¹⁴⁰ Processo de anistia de Rivaldo Cipriano da Costa (2001). Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. O acervo encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa José Américo

¹⁴¹ Processo de anistia de Rivaldo Cipriano da Costa (2001, p. 125-126). Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. O acervo encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa José Américo

¹⁴² VALE, 2008, n.p.

¹⁴³ CITTADINO, 1998.

cada vez mais a inflação e conseqüentemente os conflitos sociais. Como resultado da crescente luta de classes, expressas não somente nas greves urbanas, mas nos conflitos rurais que reivindicavam a reforma agrária, em setembro de 1962 o Congresso aprovou para 6 de janeiro de 1963 a data do plebiscito popular que definiria a volta do presidencialismo no Brasil.¹⁴⁴

Pedro Gondim novamente manifestou seu apoio a Jango com a convocação da população paraibana à participação no plebiscito, sendo considerado, como afirma a historiadora Monique Cittadino, o líder do movimento pela volta do presidencialismo na Paraíba. Apesar disso, na Paraíba houve um número elevado de abstenções, chegando a totalizar mais de 48% da população de ausentes às urnas. Ainda assim, 178.638 paraibanos votaram NÃO ao Ato Adicional e apenas 19.432 SIM pela permanência do parlamentarismo.¹⁴⁵

Resultado semelhante ocorreu em todo o Brasil. Então, no final de 1962 o povo brasileiro decidiu pela volta do presidencialismo e João Goulart assumiu de fato em 1963 os poderes de Chefe do Executivo. Todavia João Goulart, além de enfrentar durante todo o seu governo forte polarização política e oposição de grupos conservadores com a criação de instituições criadas para combater o suposto “perigo comunista”, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), também encarou o crescimento das manifestações sociais em todo o país que resultou em eclosões de diversas greves de caráter nacional, manifestações estudantis e desenvolvimento da intensificação do principal movimento dos trabalhadores paraibanos, as Ligas Camponesas.¹⁴⁶

Diante disso, na tentativa de manter-se na presidência, Jango traçou um caminho político marcado pela dualidade e conciliação, pois ao mesmo tempo que cumpria um programa favorável às classes populares com apoio às reformas de base, aumento salarial etc., também buscava agradar o alto empresariado e suas pautas conservadoras. Seu modelo de reorganização sustentado pela elaboração do Plano Trienal, que tinha por objetivo dar continuidade ao desenvolvimento do Brasil com a colaboração de investimentos estrangeiros, mas que também contava com um programa anti-inflacionário que colaboraria para a estabilidade salarial, acabou desencadeando severas críticas, tanto dos movimentos sociais, quanto dos grupos conservadores. Essas críticas só poderiam ser amenizadas caso a ambigüidade da postura de Goulart fosse definida, pois

¹⁴⁴ BANDEIRA, 2001, p. 79.

¹⁴⁵ CITTADINO, 1998, p. 127.

¹⁴⁶ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*. Dossiê: 1946-1964: A Experiência Democrática no Brasil, v. 14, n. 28, p. 123-143, Jun. 2010.

Ou o governo completava as medidas de estabilização monetária, de acordo com o figurino do FMI, comprimindo os salários etc., ou reorientava o desenvolvimento do país no sentido da redistribuição de renda, mediante crescente intervenção do Estado na economia, com a limitação dos lucros extraordinários, controle das remessas para o exterior, tabelamento dos preços, reforma agrária, enfim, medidas drásticas e transformações de base, de caráter democrático e nacional. Qualquer das duas opções ultrapassava a força do governo para exigir um governo de força.¹⁴⁷

Todavia essas questões só vieram a ser definidas por Goulart em 1964, quando a eminência de um golpe articulado pelo alto empresariado e pelas forças militares já pairava no contexto político brasileiro e a aproximação mais direta com a classe trabalhadora e suas organizações parecia ser uma das poucas alternativas viáveis para a sua manutenção na Presidência da República.

Apesar disso, durante seu governo, Goulart pôde desfrutar em várias oportunidades do apoio e solidariedade da classe trabalhadora, que já as tinham expressado em sua atuação na Campanha pela Legalidade. Na Paraíba o apoio ao governo de João Goulart pode ser verificado em vários momentos, como por exemplo na articulação das federações e sindicatos para receber o presidente em julho de 1962. A convite das Ligas Camponesas da Paraíba, pela pessoa de um de seus líderes e presidente da Federação, Assis Lemos, que viria a ser deputado estadual pelo PSB em 1962, Jango participou de um encontro com mais “de 10 mil camponeses”¹⁴⁸, poucos meses após o assassinato de João Pedro Teixeira

Embora o convite tenha partido dos trabalhadores rurais, os trabalhadores urbanos e o movimento estudantil também participaram ativamente na organização do evento, chegando até a decretar assembleia permanente para organizar a recepção para a vinda do presidente.

Em reunião na sede da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Paraíba, foram criadas comissões que envolviam os três grupos – trabalhadores rurais, urbanos e estudantes –, que juntamente com o PTB paraibano, tendo à frente o deputado José Targino Maranhão, organizaram o evento. A comissão de organização ficou assim definida:

Pela Federação Rivaldo Cipriano, José Gomes da Silva, Luiz Bernardo e Manuel Borfíro; pelas ligas camponesas Antônio Dantas, João Alfredo Dias, Janiro Pontes e Carlos Augusto de Carvalho; pelos estudantes Antônio Augusto Macedo, Raift Fernandes, Amilton Gomes, Juvêncio de Almeida e Expedito Cavalcanti; pelos jornalistas Gonzaga Rodrigues, Malaquias Batista, João Manoel de Carvalho, Jório Machado, João Santa Cruz, Severino Ramos e Paulo Pontes.¹⁴⁹

¹⁴⁷ BANDEIRA, 2001, p. 103.

¹⁴⁸ A convite das Ligas Jango vem a J. Pessoa. *A União*, ano LXX, n. 127, 12 jun. 1962, p. 1.

¹⁴⁹ Operários decretam assembleia permanente para receber Goulart. *A União*, ano LXX, jul. 1962, n.p.

No dia 26 de julho de 1962, dois dias antes da vinda de João Goulart a João Pessoa, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias divulgou a seguinte nota na imprensa conclamando os trabalhadores e seus familiares para receber o presidente:

A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA, vem na oportunidade CONCLAMAR todos os TRABALHADORES E O POVO EM GERAL, para tributar uma sincera homenagem a S. Excia. Exmo. Sr. Dr. JOÃO GOULART, DD. Presidente da República, no dia 29 do corrente mês de julho quando de sua visita, à heroica cidade de João Pessoa.

Esta Federação vem assim apelar para que os trabalhadores na indústria em particular, compareçam com toda a sua família à grande concentração camponesa e popular que terá lugar no Parque Sólon de Lucena (Lagôa), domingo, dia 29 de julho corrente, às 16,00 horas.

Nosso objetivo é testemunhar a nossa solidariedade ao ilustre homem Público, com referências às medidas progressistas e patrióticas que vem tomando no seu governo, particularmente com relação a POLÍTICA ESTERNA que vem adotando bem como, o clima de liberdades democráticas e sindicais que vem praticando no seu Governo, particularmente, seus últimos pronunciamentos, com relação ao grave problema da REFORMA AGRÁRIA.

João Ribeiro Filho – Presidente; Luís Bernardo da Silva – Secretário; Rivaldo Cipriano da Costa – Tesoureiro.¹⁵⁰

Além do apoio da Federação, que reafirmava a defesa da reforma agrária e a importância da posição do presidente para os trabalhadores paraibanos, o jornal *A União* divulgou diversas notícias sobre a programação do evento dias antes da chegada de João Goulart. E em colunas de opinião, o jornal publicou os seguintes questionamentos que não tiveram assinatura: “Nossa maior preocupação é: que vai resultar de prático desse encontro? Que medidas objetivas serão encaminhadas pelo presidente para solucionar ou ao menos minorar a tensão social dos campos?”¹⁵¹.

De fato, essas indagações referentes ao apoio do presidente à reforma agrária não passaram de promessas em discursos de comícios. Porém sua posição em defesa dessas questões já conferia mais poder e autoridade às reivindicações dos trabalhadores paraibanos, que viam na figura do presidente, ao contrário da maioria dos chefes e políticos locais, um suporte para cobrança de suas pautas.

No dia programado para vinda de João Goulart, o jornal *A União* divulgou em sua primeira página a mensagem do governador Pedro Gondim ao presidente, e dois dias depois, em 31 de julho, ao noticiar os detalhes do evento, destacou em sua primeira página a manchete

¹⁵⁰ Federação convoca o povo para homenagear a Goulart. *A União*, ano LXX, 26 jul. 1962, n.p.

¹⁵¹ Jango. *A União*, ano LXX, jul. 1962, n.p.

“Governador falou a Jango invocando João Pessoa: coragem de desagradar hoje, para servir amanhã”¹⁵².

Imagem 12 – Jornal A União no dia 31 de julho de 1962 noticia a vinda do presidente João Goulart a João Pessoa



Fonte: Jornal A União, ano LXX, n. 164, 31 jul. 1962.

Na imagem acima, no fim da primeira página do jornal A União de 31 de julho de 1962, podemos observar a multidão de populares que compareceu ao encontro segurando faixas e

¹⁵² A União, ano LXX, n. 164, 31 jul. 1962, p. 1.

cartazes que, segundo o texto, pediam reforma agrária e homenageavam o presidente. Também ao pé da página observa-se fotografia do encontro de João Goulart com José Américo, um dos principais líderes políticos da época e correligionário de Getúlio Vargas¹⁵³.

Após a manchete, o periódico divulgou novamente o discurso proferido por Pedro Gondim na ocasião, que entre homenagens e saudações, enfatizou que confiava em Goulart para concretização das reformas que tanto os trabalhadores paraibanos desejavam. Apesar de eleitos em chapas de oposição no cenário político nacional, Gondim e Goulart possuíam diversas semelhanças sobre as quais trataremos com mais detalhes a seguir.

No contexto político paraibano, o governador do período, Pedro Gondim, assim como João Goulart, também buscava fortalecer seu mandato apoiando-se em forças distintas. Eleito para o cargo de vice governador nas eleições de 1955 pelo Partido Social Democrático – PSD, passou a assumir interinamente o governo do estado em 1958, quando o presidente da chapa, Flávio Ribeiro Coutinho, da União Democrática Nacional – UDN, se afastou por motivos de saúde.

Como já mencionado, a UDN foi criada em 1945 em oposição à ditadura varguista e era formada por grupos da alta burguesia financeira rural e urbana. No estado da Paraíba, a UDN uniu dois importantes nomes da política local, José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo. Já o PSD foi criado pelo na época interventor do estado Ruy Carneiro, possuindo uma significativa penetração nos setores urbanos e no aparelho estatal. A historiadora Monique Cittadino destaca, em sua obra *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*, que, enquanto a UDN identificava-se como um partido interiorano, o PSD caracterizava-se como urbano: “além disso, esse caráter rural da UDN paraibana seria responsável pelas características mais conservadoras e autoritárias do partido enquanto a preponderância dos elementos urbanos garantia ao PSD uma marca mais democrática e liberal”¹⁵⁴.

Porém essa diferença não garantia ao PSD um rompimento com as velhas práticas políticas sustentadas pelo poder das oligarquias rurais. Na verdade, sempre que fosse conveniente o partido buscava apoio de chefes políticos locais que não possuíam vínculo com a UDN. Além disso, as distintas formações também não significaram um rompimento total entre as agremiações. Exemplo disso é o acordo entre os dois que resulta na chapa Flávio Ribeiro Coutinho e Pedro Gondim.

¹⁵³ José Américo de Almeida assumiu a interventoria da Paraíba em 1930 e foi Ministro da Viação e Obras Públicas entre 1930 e 1934. Em 1937 era o candidato de Vargas à sua sucessão à presidência da República, mas sua pretensão foi obstruída pelo autogolpe que instituiu o Estado Novo e resultou em rompimento de relações entre ambos, que seriam restituídas somente em 1950.

¹⁵⁴ CITTADINO, 1998, p. 29-31.

Em 1957, com o afastamento de Flávio Ribeiro, Pedro Gondim teve a oportunidade de se aproximar do eleitorado paraibano, sobretudo com as classes populares, a partir de suas ações e políticas de governo assistencialistas que lhe renderam não só o apoio, mas campanhas que reivindicavam sua candidatura na eleição para governo do estado em 1960. Com isso, em março de 1960 deixou o cargo de governador para poder se candidatar novamente no pleito eleitoral seguinte.

Todavia, mesmo com apoio de grupos políticos como a UDN e de grande parte da classe trabalhadora, as lideranças do PSD possuíam outros planos para encabeçar a chapa do partido, que optava pelo nome do irmão do presidente do partido, Janduhy Carneiro. Pedro Gondim, na tentativa de não abandonar o PSD, tentou articular-se em diversas reuniões, sugerindo até mesmo um terceiro nome as lideranças, o de José Joffily. Mesmo assim o PSD permaneceu irreduzível, o que resultou na expulsão de Gondim em abril de 1960. Em contrapartida, por meio de um telegrama, Gondim respondeu com uma frase que se tornaria a base de sua campanha marcada pela narrativa da renovação e do apoio das forças populares: "prefiro ser expulso por rebeldia a ser condecorado por subserviência"¹⁵⁵.

A partir disso, passou a integrar a legenda do Partido Socialista Brasileiro – PSB e recebeu apoio da UDN, PL e dissidências do PSD. Como resultado de sua aliança com a UDN, foi indicado para compor a chapa como vice-governador André Souza Gadelha, líder udenista de Sousa, município localizado no sertão do estado.¹⁵⁶

Buscando intensificar a aproximação com as classes populares, Pedro Gondim sustentou financeiramente sua campanha política por meio de uma estratégia diferenciada para a época, que consistia em doações dos próprios apoiadores: “essa identificação surtiu efeito e a população passou a mobilizar-se na arrecadação de fundos para o candidato”. Como exemplo disso, verifica-se a notícia divulgada no dia 6 de maio de 1960 pelo jornal *O Norte* informando que “moradores da rua Santo Elias entregaram a Gondim, em uma manifestação bastante concorrida, um cheque para ajudá-lo em sua campanha”, além de “vinte e três mil cruzeiros foram entregues, anteontem por moradores da rua 4 de novembro ao candidato opositor, para a campanha”¹⁵⁷.

Essa tática usada por Pedro Gondim o consolidou como o candidato identificado com o povo, pois aparentemente o distanciava de práticas corriqueiras na política paraibana em que os principais donos de terras e engenhos investiam de forma pessoal e intensa com seus recursos

¹⁵⁵ CITTADINO, 1998, p. 100.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 101.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 101.

em suas campanhas. Além disso, frases como “Está com medo? Estou com Pedro” e “Pedro é irmão do povo, Janduhy é irmão de Ruy”, também contribuíam para sua campanha com base no apelo às classes trabalhadoras.¹⁵⁸

Tendo vencido as eleições, Pedro Gondim assumiu o governo do estado em 1961. Apesar de toda narrativa criada durante toda sua campanha em torno do candidato ideal das forças populares e da renovação política, “a sua vitória, se por um lado significou a derrota do esquema de alianças Ruy Carneiro/Argemiro Figueiredo, por outro lado garantiu a volta da UDN ao poder do estado. O resultado dessa eleição só pode ser entendido como mais um revezamento das elites políticas em seu controle do aparelho estatal”¹⁵⁹.

Apesar das ambiguidades de João Goulart e Pedro Gondim, os sindicatos paraibanos, ao verificarem que algumas de suas demandas poderiam ser resolvidas de forma estratégica e conciliatória, apoiaram os dois políticos durante grande parte de seus mandatos. Ao se disponibilizarem como agentes no processo de negociações entre os trabalhadores e patrões, sobretudo no estado da Paraíba, onde os trabalhadores sofriam constantes assédios dos latifundiários, tornavam os conflitos mais seguros para a classe trabalhadora não apenas no sentido da violência, mas também na efetivação dos acordos realizados.

Exemplo disso é o discurso de Pedro Gondim no dia de sua posse em 1961 intitulado de “*Faz-se necessário um Governo Diferente*”, pelo qual afirmou que os eleitores paraibanos realizaram a sua própria candidatura e diante disso ele aceitou realizá-la em seu governo, colocando-se como o intercessor do povo e das causas sociais.

Na imagem abaixo podemos visualizar que o jornal *A União* registrou que o evento contou com pessoas de todas as classes sociais com fisionomias que expressavam alegria, estampando em sua primeira página fotos da comemoração de posse que destacava a figura de Pedro Gondim em meio à multidão de pessoas em volta.¹⁶⁰ Além disso, recebeu diversos telegramas de apoio e felicitações, como o da Associação Camponesa de Sapé, remetido em nome dos seus 4.000 associados, e ao mesmo tempo da classe ruralista, por meio de sua Federação das Associações Rurais (FAREPA), que em mensagem ao governador indicou o nome do agrônomo Carlos Pessoa para a Secretaria de Agricultura.¹⁶¹

¹⁵⁸ Ibidem, p. 103.

¹⁵⁹ CITTADINO, 1998, p. 103.

¹⁶⁰ Faz-se necessário um governo diferente. *A União*, ano LXIX, n. 25, 02 fev. 1961.

¹⁶¹ Camponeses de Sapé agradecem ao governador. *A União*, ano LXIX, n. 29, 08 fev. 1961.

Imagem 13 – Notícia da posse do governador Pedro Gondim em fevereiro de 1961



Fonte: *Jornal A União*, ano LXIX, n. 25, 02 fev. 1961.

Em função do seu discurso proferido na vinda de Jango à Paraíba em 1962 em favor da reforma agrária, Pedro Gondim recebeu apoio de diversas organizações e da classe trabalhadora paraibana. Entre estas instituições estavam a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, Federação das Ligas Camponesas, Associação Paraibana de Imprensa e o reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), além de grupos políticos como o PSB e dos presidentes dos poderes Legislativo e Judiciário, entre outros.¹⁶²

Esse apoio também se manifestava em forma de homenagem, como expressado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil e dos Oficiais Marceneiros, que dedicaram votos de aplausos ao governador, do mesmo modo que ocorreu na cerimônia da inauguração de nova sede do Sindicato dos Operários dos Serviços Portuários de Cabedelo, que contou com a presença de Pedro Gondim, e até mesmo com fotos suas nas sedes dos sindicatos do estado.

Não apenas em discursos de eventos políticos, mas na imprensa local, nacional e em relatórios de pesquisas, como o apresentado pelo governador no ciclo de estudos do Instituto

¹⁶² Federação dos Trabalhadores da Paraíba envia sua solidariedade ao governador. *A União*, ano LXIX, 1962.

Nacional de Estudos Superiores realizado em janeiro de 1962, Pedro Gondim reafirmou seu apoio às Ligas Camponesas, destacando inclusive as péssimas condições de vida e trabalho dos camponeses. Além disso, ao assumir uma postura conciliatória para a eclosão dos conflitos que emergiam no campo, rejeitava eminentemente o uso da violência contra as manifestações de trabalhadores rurais.¹⁶³ Essa postura do governador também era salientada pelos seus secretários, a exemplo da declaração do Secretário do Interior e Segurança Pública, Silvio Porto, em março de 1962, no jornal *A União*:

O Governo do Estado não admite, sob nenhuma hipótese, que grupos armados substituam a ação da polícia. O problema da terra, enquanto não se efetiva a Reforma Agrária, deve ser solucionado pelo Poder Judiciário. (...) Este pronunciamento vale como uma advertência a camponeses e proprietários para que não insistam em transformar o Estado em campo de violência.

Apesar da postura ambígua e conciliatória manifestada pelo governo do estado, em vários momentos foi reconhecida pelos sindicatos paraibanos como relativamente positiva, em um contexto marcado pela intensificação dos conflitos sociais, que, por vezes, chegou ao seu ápice com assassinatos e constantes perseguições à classe trabalhadora. Por outro lado, na prática significou “deixar no abandono aquela que no momento estava em uma clara demonstração de desvantagem logística”¹⁶⁴ e sobretudo material, já que essas disputas envolviam manutenção de renda e sobrevivência da classe trabalhadora.

Além disso, as contradições do governo de Pedro Gondim também eram resultado direto da base conservadora que o apoiou em sua campanha. Apesar de Gondim passar por vários partidos entre 1961 e 1966, como o PSB e o Partido Democrata Cristão - PDC, durante sua trajetória política sempre contou com o apoio da UDN. Como salientado, a UDN caracterizava-se como um partido conservador, de grandes proprietários de terras e empresas do estado. Flávio Ribeiro Coutinho, um dos seus principais líderes, compunha o grupo de latifundiários que exercia uma importante influência na política local e que contrariava e reprimia os movimentos sociais que surgiram na época, sobretudo os movimentos relacionados às Ligas Camponesas. Esse grupo ficou conhecido como “Grupo da Várzea”, em referência à região da zona do Várzea da Paraíba.¹⁶⁵

¹⁶³ CITTADINO, 1998, p. 115-118.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 119.

¹⁶⁵ Esse grupo era formado por grandes proprietários localizados ao longo do rio Paraíba. Além do poder econômico, também desempenhavam forte influência no cenário político, com representantes na Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados e em outros espaços de poder. Ver mais em: MENEZES, Marilda; MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. *Ruris*, v. 5, n. 1, p. 83-117, 2011.

Nesse contexto, as ações dos sindicatos paraibanos passaram a ter expressiva divulgação na imprensa, como já salientado nos pontos anteriores deste capítulo. Porém a cobertura do jornal *A União* aos eventos relacionados ao movimento sindical e aos movimentos sociais também era resultado direto da política conciliatória de Gondim.

Ao mesmo tempo que destacava o papel do sindicalismo paraibano por meio de notas dos próprios sindicatos e de notícias de jornalistas considerados de esquerda, também cumpria o papel resultante da postura ambígua do governador do estado em reprimir, quando julgava que fosse necessário, esses grupos considerados progressistas. É o caso, por exemplo, da demissão dos jornalistas Hélio Zenaide, Gonzaga Rodrigues e Jório Machado em 1962 para atender as demandas dos latifundiários que não estavam encarando com bons olhos as posturas “esquerdistas” dos jornalistas. Com essa medida, Gondim evitou que o industrial Renato Ribeiro Coutinho fundasse outro jornal e concorresse com o do estado.¹⁶⁶

Diante dessas posições, Pedro Gondim, mesmo atendendo em parte os anseios da classe trabalhadora e em sua maioria as reivindicações dos grupos conservadores, sofria pressões dos dois lados. No que se referiam às críticas dos trabalhadores, elas centravam-se na negligência do governo do Estado em relação às diversas violências que se desenrolavam sobretudo no campo contra os trabalhadores rurais, os espancamentos de Assis Lemos – presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba e político ligado às posições de esquerda na época – e Pedro Inácio de Araújo, conhecido por Pedro Fazendeiro, por membros da família de latifundiários Veloso Borges.¹⁶⁷ Este último, Pedro Fazendeiro, desapareceu em setembro de 1964 após ser preso por agentes do Estado, ficando a família sem notícia dele desde então.¹⁶⁸ Em contraposição, os proprietários criticavam o governo por sua inoperância diante as organizações dos trabalhadores rurais, “permitindo que ocorressem movimentos armados dos camponeses”, o que na verdade nunca ocorreu no estado da Paraíba.¹⁶⁹

As posições políticas de Pedro Gondim só vieram a se definir de fato no final do ano de 1963. Tendo que lidar com as constantes pressões dos grupos conservadores, que receavam um levante da classe trabalhadora urbana e rural em meio aos constantes conflitos, greves e reivindicações, essas tensões se intensificaram após três eventos que ocorreram a partir de novembro de 1963.

¹⁶⁶ VALE, 2008, p. 81.

¹⁶⁷ CITTADINO, 1998, p. 120-121.

¹⁶⁸ Para mais informações sobre o desaparecimento de Pedro Fazendeiro verificar o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação e Memória do Estado da Paraíba.

¹⁶⁹ CITTADINO, op cit., p. 121.

Em função do não cumprimento da lei que assegurava aos estudantes secundaristas e universitários o pagamento de apenas 50% do valor total das passagens, juntamente com os trabalhadores urbanos os estudantes realizaram uma manifestação em frente ao Palácio da Redenção, no Centro da capital João Pessoa, que resultou no choque com a guarda policial do governo, gerando a morte de um policial e vários feridos. Segundo os estudantes, elementos estranhos se infiltraram no movimento na intenção de sabotá-lo. Em função disso, no dia seguinte “os estudantes depredaram repartições governamentais e chegaram a ameaçar invadirem o Palácio da Redenção”¹⁷⁰.

Em 15 de janeiro de 1964 um novo conflito viria a se somar às tensões sociais entre os trabalhadores, Estado e burguesia no município de Mari. Nesse dia, alguns trabalhadores que preparavam a terra para o cultivo foram surpreendidos por um grupo ligado à Usina São João, de propriedade dos Ribeiro Coutinho, quando iniciaram uma discussão. A partir disso, eclodiu-se um conflito que resultou em 12 mortos e vários feridos de ambas as partes. Dentre os mortos estavam o presidente da Liga Camponesa de Mari, Antônio Galdino, e o contador da Usina, Fernando Gouveia. Imediatamente os proprietários realizaram um protesto na frente do Palácio do Governo acusando os governos estadual e federal de serem os responsáveis pelo conflito e conseqüentemente das mortes, exigindo “a imediata adoção de medidas repressivas”¹⁷¹.

O terceiro evento que veio acirrar a conjuntura estadual ocorreu em 3 de março de 1964, em função da notícia de que o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, visitaria João Pessoa. Em contraposição, estudantes e grupos de esquerda ocuparam a Faculdade de Direito declarando oposição a Carlos Lacerda e a Pedro Gondim. No encontro dos grupos de esquerda com o grupo conservador e lacerdista, liderado pelos deputados estaduais Joacil de Brito e Marcus Odilon, as tropas do Exército intervieram para retirar os estudantes do local, levados presos para o DOPS e sendo liberados apenas após interrogatório de madrugada.¹⁷²

Após esses acontecimentos o governo de Pedro Gondim passou a atuar de fato ao lado das classes conservadoras. Imediatamente ao conflito de Mari, foi realizado um inquérito para apontar os culpados, como também foi enviado um forte aparato policial aos locais considerados de maiores tensões por parte do governo e latifundiários, como Sapé e Mari. Em virtude disso, os líderes sindicais organizados pelo CGT anunciaram a realização de uma greve

¹⁷⁰ CITTADINO, 1998, p. 136.

¹⁷¹ Ibidem, p. 136. Sobre esse conflito, conferir: COELHO, Nelson. *A tragédia de Mari*. João Pessoa: Idéia, 2004. SANTOS, Maria Clyvia Martins dos. 2017. 187f. *A tragédia de Mari: resistência camponesa no município de Mari em 1964*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

¹⁷² Ibidem, p. 137.

em solidariedade aos trabalhadores rurais, reivindicando a retirada do policiamento em Mari, o desarmamento dos proprietários rurais e a devolução dos instrumentos de trabalho dos camponeses.¹⁷³

No final de fevereiro de 1964 a Frente de Mobilização Popular, o CGT, os sindicatos e as Ligas Camponesas anunciaram a elaboração de um acampamento na frente do Palácio da Redenção, mais uma vez em protesto à presença de policiais na região da Várzea. Por outro lado, o governo anunciou que reprimiria o movimento caso ele fosse realizado e autorizou a sua execução no Parque Sólon de Lucena (Lagoa) apenas em forma de comício. Apesar disso, os organizadores da proposta mantiveram sua posição afirmando que realmente iriam realizar o movimento sem divulgar a data. Em resposta, Pedro Gondim então resolveu conclamar o Exército e sitiar toda a cidade.¹⁷⁴

Ao utilizar as forças do Estado para reprimir os movimentos sociais, Pedro Gondim assumiu de fato sua postura em favor dos grupos conservadores. Cabe ressaltar que esses conflitos se intensificaram em meio ao contexto de efetivação do golpe que ocorreria dias depois e do qual o então governador foi adepto, apesar de toda a proximidade com João Goulart manifestada nos anos anteriores.

Ao mesmo tempo, nesse contexto de conturbação política também existiram manifestações por anseios políticos pelos próprios trabalhadores paraibanos. Nesse sentido, percebe-se que havia uma preocupação por parte deles em também contribuir para as decisões políticas do estado.

Foi nesse cenário que em 1963 Antônio Fernandes, que na época era o presidente do Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto, disputou as eleições para prefeitura de Rio Tinto com o slogan “campanha dos tostão contra o milhão” e teve resultado favorável. Sua vitória se tornou um marco na política da cidade, pois significou a ruptura dos domínios dos Lundrengs que financiavam as campanhas dos candidatos com vistas a defender seus interesses.

Sua vitória teve grande repercussão na imprensa e entre organizações operárias, pois como destacou em nota a Federação dos Trabalhadores da Indústria dos Estados da Paraíba em 30 de novembro de 1963 no jornal *Correio da Paraíba*, tratava-se de “um marco histórico na luta da classe operária”:

Saudação da FTI

A FTI do Estado da Paraíba, neste instante em que um operário assume o cargo de Prefeito Municipal de Rio Tinto, grande centro industrial do Estado, vem a

¹⁷³ CITTADINO, 1998, p. 139.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 140.

público saudar o ilustre Companheiro Antonio Fernandes de Andrade pela elevada investidura. Esperamos que a sua administração sirva de exemplo e torne-se um marco histórico na luta da classe operária. É pois, com satisfação que assistimos pela primeira vez na Paraíba um trabalhador assumir tão alta função e ascender ao cenário político de nossa Província.

Ass. João Ribeiro Filho – Presidente

Rivaldo Cipriano da Costa – Secretário

Gabriel de Carvalho Costa – Tesoureiro¹⁷⁵

É importante salientar que embora Antônio Fernandes fosse simpatizante do Partido Comunista da Paraíba, venceu as eleições pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), dado que o PCB estava na ilegalidade. Apesar disso, com o golpe civil-militar de 1964 Antônio teve seu mandato cassado pela Câmara Municipal, fato que será discutido em detalhes no capítulo 4 desta Dissertação.

* * *

A partir da quantidade de entidades analisadas durante esse capítulo, percebe-se que o movimento sindical desse período, sobretudo com atuação na região metropolitana de João Pessoa, caracterizava-se pela diversidade de categorias profissionais. Diante disso, cabe destacar que, em sua maioria, as ações promovidas pelos referidos sindicatos não possuíam a intenção de radicalizar as estruturas sociais, mas sim de buscar respostas imediatas para questões emergentes, como a carestia de vida e melhores condições de trabalho.

Contudo, suas organizações não devem ser consideradas inferiores em relação a entidades que possuíam programas mais radicais quanto às suas bandeiras e formas de organização, mas sim problematizadas a partir de seus objetivos de luta. Pois, como explica o historiador inglês Edward Thompson, a questão da consciência de classe não é algo estático que possui uma fórmula com aplicabilidade, mas sim um processo histórico que se desenvolve de formas distintas em diferentes contextos, sob contingências culturais, econômicas e de correlação de forças políticas diferentes.¹⁷⁶

Os trabalhadores sindicalizados aqui estudados, ao se comportarem de forma classista, defendendo e lutando pelos seus interesses próprios, perceberam as diferentes situações de classe em que estavam inseridos em meio às relações conflituosas geradas pelo próprio processo, mesmo sem estabelecerem uma ruptura com o modelo social existente.

¹⁷⁵ Saudação da FTI. *Correio da Paraíba*. 30 de novembro de 1963.

¹⁷⁶ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

As relações de ambiguidade provocadas pelo próprio contexto social e histórico da época, no que diz respeito à atuação dos sindicatos e das entidades intersindicais como a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado e do Comando Geral dos Trabalhadores, manifestaram-se no campo das lutas mais diretas como as greves e outros atos, mas também no campo contraditório e litigioso da Justiça do Trabalho.

No capítulo a seguir, passaremos a analisar como os sindicatos aqui estudados passaram a fazer uso da Justiça do Trabalho, em um momento de intensas mobilizações sociais e políticas, para buscar efetivar direitos que há anos tinham sido conquistados através de organizações sindicais como os congressos, greves, comissões de fábrica e outros, mas que na prática não se efetivavam e não eram respeitados pelos patrões. Nesse sentido, a Justiça do Trabalho foi se delineando – a partir dos embates de classes envoltos nesse processo – como mais uma esfera de conflitos de classes pelo qual se processavam, desta vez em termos essencialmente jurídicos, as reivindicações sociais e políticas dos trabalhadores e de seus sindicatos, como será verificado a seguir.

3 DIREITO E JUSTIÇA COMO ARENA DE LUTAS DOS SINDICATOS PARAIBANOS (1961-1964)

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE MAMAGUAPE, com sede em Rio Tinto, Estado da Paraíba, vem por meio do seu advogado abaixo assinado, requerer a V. Excia. o ajuizamento da presente ação trabalhista contra a COMPANHIA DE TECIDOS RIO TINTO, com sede em Rio Tinto, Estado da Paraíba, em favor de sua associada MARIA DA PENHA ALVES DOS SANTOS.¹⁷⁷

No dia 1º de fevereiro de 1953, Maria da Penha Alves dos Santos começou a trabalhar na Companhia de Tecidos Rio Tinto na função de fiandeira. Segundo ela, durante os 5 anos em que esteve trabalhando na Companhia nunca faltou ao trabalho. Mesmo assim, em 20 de fevereiro de 1962, ela foi suspensa por 15 dias sem justa causa.

Provavelmente, na impossibilidade de resolver a situação com a própria fábrica, Maria da Penha recorreu ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape que, em favor de sua associada, entrou com uma ação trabalhista no dia 23 de fevereiro de 1962 contra a Companhia, citada na epígrafe deste capítulo, solicitando que a suspensão indevida fosse tornada sem efeito e que o período de 15 dias fosse ressarcido à trabalhadora.

Apesar de não ter sido mencionada no requerimento da ação trabalhista, a solicitação de outros direitos que podiam estar relacionados à indenização por tempo de trabalho, já que se tratava de um caso sobre “suspensão injusta” e não de demissão, ficou estabelecido na audiência de conciliação realizada no dia 14 de março de 1962 na Junta de Conciliação e Julgamento em João Pessoa, a partir da proposta de seu presidente, o juiz Luiz de Oliveira Gusmão, que Maria da Penha receberia por parte da Companhia de Tecidos Rio Tinto, R\$ 35.000 (trinta e cinco mil cruzeiros), referentes ao tempo de serviço, aviso prévio, férias e “demais títulos de direito do trabalho”. Ou seja, a partir daquele momento Maria da Penha era levada a encerrar os vínculos trabalhistas com a Companhia.

O processo não especifica o motivo da empresa de suspendê-la, mas podemos supor duas hipóteses ao analisarmos o caso de Maria da Penha. A primeira é que a Companhia afastou a trabalhadora para não pagá-la durante o período em que esteve suspensa; a segunda é que essa atitude foi somente uma desculpa para sua demissão. No entanto, o que talvez a empresa não

¹⁷⁷ Processo trabalhista de Maria da Penha Alves dos Santos movido na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa em 1962.

tivesse previsto foi a ida de Maria da Penha ao Sindicato da sua categoria que acabou resultando no pagamento rápido e imediato dos seus direitos trabalhistas.

Apesar de parecer um caso simples e de fácil resolução, para a época, uma trabalhadora do interior do estado recorrer à Justiça do Trabalho por meio do seu Sindicato, além de envolver questões de deslocamento, já que seu local de moradia e trabalho eram a mais de 60 km da capital onde se localizava a Junta de Conciliação e Julgamento, também implicava a manutenção do seu próprio meio de sobrevivência, tendo em vista que a Companhia de Tecidos Rio Tinto, como foi mencionado no capítulo anterior, possuía históricos de perseguição/demissão a trabalhadores que se envolvessem com questões sindicais, sobretudo em períodos em que a fábrica não possuía controle sobre o Sindicato, como é o caso da época em que Maria da Penha foi suspensa, no momento que o presidente Antônio Fernandes fazia oposição à Companhia.

Como menciona Ângela de Castro Gomes, a história dos trabalhadores que recorriam à Justiça para fazer valer os seus direitos é marcada por uma trajetória conflituosa, pois levar um problema trabalhista à instância judicial significava enfrentar relações de poder marcadas por longas trajetórias de dominação, e no caso de Maria da Penha, oligárquicas, já que se tratava de uma Companhia pertencente a uma das famílias mais influentes e importante que se fixaram na Paraíba, os Lundgren. Nesse sentido, concordamos com a historiadora fluminense quando menciona que essas experiências trazem consigo “uma história cheia de dificuldades e de resistências”¹⁷⁸.

Dessa maneira, é sobre histórias semelhantes à da tecelã Maria da Penha, que envolvem questões de negligências e busca por direitos e justiça, que esse capítulo se dedica. Seu processo reflete problemáticas comuns vivenciadas por trabalhadores da época que recorriam à Justiça ao lidar com estruturas e forças de poder na sociedade, como é o caso das próprias Juntas de Conciliação e Justiça do Trabalho, criadas com o objetivo de tutelar as ações dos trabalhadores e seus sindicatos pelo Estado, e com empregadores autoritários que não respeitavam a legislação trabalhista.

Por isso, abordaremos neste capítulo o funcionamento da Justiça do Trabalho na Paraíba, com ênfase nas relações estabelecidas pelos sindicatos urbanos com o órgão entre os anos de 1961 a 1964. Para isto, analisamos alguns processos da Junta de Conciliação e

¹⁷⁸ GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 9.

Julgamento da Justiça do Trabalho da Paraíba (atualmente TRT-13), à época submetido ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sediado em Recife.¹⁷⁹

Esses processos foram analisados com objetivo de compreender as principais demandas dos trabalhadores ao recorrerem à Justiça, as estratégias adotadas por eles ao confrontarem seus padrões movendo ações em prol de seus direitos, a partir da compreensão que a Justiça do Trabalho, que foi inicialmente criada a com intenção de tutelar e amenizar os conflitos surgidos entre a classe trabalhadora e o capital, tornou-se também um espaço de “judicialização” dos conflitos e, portanto, de mediação das relações entre partes desiguais, entre capital e trabalho. Pois como mencionou o historiador Fernando Teixeira,

Entender a Justiça do Trabalho ora como expressão cínica e individualista dos interesses da classe dominantes, ora como uma “Justiça dos Trabalhadores”, restauradora implacável de direitos usurpados, é uma forma de fixar uma falsa antinomia. Mais eficaz seria compreendê-la como uma arena de conflitos em diferentes contextos históricos, um campo de negociação entre forças sociais desiguais, mas em que os trabalhadores contam com direitos reconhecidos sobre “os mais fortes”.¹⁸⁰

Dessa forma, voltamo-nos aos seguintes questionamentos que nortearam os objetivos desse capítulo: Como os sindicatos paraibanos atuaram em favor dos seus associados ao recorrer à Justiça? Havia uma compreensão do que a instituição representava para a classe por parte dos trabalhadores paraibanos? Qual função a Justiça do Trabalho desempenhou para os sindicatos urbanos da Paraíba em meio a um contexto de intensificação dos conflitos sociais e com conspirações golpistas da direita conservadora?

A fim de responder esses questionamentos, analisamos 95 processos que vão do ano de 1961 a 1964, mais especificamente 1 em 1961, 77 em 1962, 8 em 1963 e 9 em 1964. Ressalta-se que a disparidade do número de processos do ano de 1962 em relação aos demais, refere-se ao fato dele ter sido coletado integralmente no acervo do TRT-13 em João Pessoa, ficando os outros anos incompletos em função do fechamento temporário do arquivo devido à pandemia da COVID-19 no Brasil.

A seguir, no primeiro ponto deste capítulo, abordaremos as principais correntes historiográficas que discutem como a classe trabalhadora brasileira foi se apropriando das

¹⁷⁹ Sobre o recorte cronológico desse capítulo datar de 1961 a 1964, e não de 1958 a 1964, como sugerimos na introdução da Dissertação, deve-se ao fato de que inicialmente essa pesquisa estava restrita ao primeiro período mencionado, porém em função da forte atuação sindical paraibana a partir do ano de 1958, o recorte inicial sofreu alterações. Mas, devido ao fechamento das dependências públicas estaduais por conta da pandemia de COVID-19, não foi possível voltar em tempo hábil aos arquivos da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, local onde era realizada a pesquisa nos autos-findos. A disparidade entre os números de processos consultados ano a ano, a serem mencionados logo a seguir, também se deve à mesma razão.

¹⁸⁰ SILVA, F. 2019. p. 34.

noções de Leis, Direitos e Justiça, em torno da estrutura varguista estabelecida a partir de 1930 no Brasil, até o golpe civil-militar de 1964.

3.1 Classe Trabalhadora e as noções de Leis, Direitos e Justiça

O primeiro ponto deste capítulo busca apresentar a legislação trabalhista ressignificada e implementada por Getúlio Vargas a partir do seu primeiro governo, bem como os ideais de um Estado protetor e mediador dos conflitos de classe entre trabalhadores e empresários. Essas observações preliminares serão importantes para compreendermos a estrutura populista que ainda vigorava durante os primeiros anos da década de 1960 e as relações de conciliação e/ou disputas que os trabalhadores e os seus sindicatos foram estabelecendo com ela no recorte temporal específico de nossa investigação.

Além disso, levamos em consideração as abordagens historiográficas sobre a importância da relação estabelecida entre Vargas com os trabalhadores brasileiros e suas organizações, pois como menciona Marcelo Badaró Mattos, “qualquer análise do Brasil pós-1930 tem que levar em conta o peso dos 15 anos do primeiro governo Vargas”, que, acima de tudo, buscou se estabelecer como “interventor da legislação social”¹⁸¹.

Ao assumir o poder, ainda no Governo Provisório da “Revolução de 1930”, Getúlio Vargas sinalizava de imediato algumas bases do que viria a ser o trabalhismo que permearia todo o seu governo, ao criar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 26 de novembro de 1930. Esse ministério representava a nova era que se pretendia implantar no Brasil “a presença do Estado regulamentando e fiscalizando as relações entre capital e trabalho no país”¹⁸². Logo em seguida, no mesmo ano, em 12 de dezembro, foi decretado que todas as empresas tivessem 2/3 dos seus trabalhadores nacionais, o que na prática, em um contexto já de baixa dos contingentes de imigrantes, significava sinalizar simbolicamente aos trabalhadores brasileiros que eles seriam prioridade e não mais os operários de nacionalidades estrangeiras, como foi feito no início da República.

No ano seguinte, em 1931, foi promulgada a lei de sindicalização. Apesar de regulamentar por meio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio os sindicatos já existentes, a lei estabelecia o princípio da unidade sindical, determinando a existência de uma só associação oficial para cada profissão, limitando, portanto, a liberdade sindical nos termos

¹⁸¹ MATTOS, 2009, p. 61.

¹⁸² GOMES, 2002, p. 23.

que vigorava antes, desde 1907. Além disso, a lei ainda previa que só poderiam usufruir da legislação trabalhista aqueles trabalhadores que estavam sindicalizados, tornando assim a sindicalização brasileira quase que obrigatória para o pleno exercício de direitos dos trabalhadores.¹⁸³

Em 1932 foi instituída a Carteira de Trabalho, constituindo-se como mais um mecanismo a contribuir para construção do ideal governista de pretender conferir dignidade ao trabalhador brasileiro como construtor da nação. Na foto abaixo é possível visualizar a carteira de trabalho de Rivaldo Cipriano da Costa, que desde 1945 estava vinculado ao Sindicato de Alimentação de João Pessoa e, logo depois, em 1959, viria a tornar-se presidente da entidade, construindo uma longa trajetória de militância sindical no estado.

Imagem 14 – Carteira de trabalho de Rivaldo Cipriano da Costa



Fonte: Processo de Anistia de Rivaldo Cipriano da Costa (2001). Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Além disso, foi nesse mesmo ano que o Estado brasileiro passou a reconhecer as profissões que poderiam existir de forma oficial, permitindo a partir disso que os trabalhadores pudessem recorrer aos órgãos que posteriormente se vinculariam à Justiça do Trabalho, como por meio das Comissões Mistas de Conciliação e das Juntas de Conciliação e Julgamento, nas

¹⁸³ GOMES, 2002, p. 25.

quais congregavam-se representantes de empregadores e de empregados e eram coordenadas por um advogado representante do Estado.¹⁸⁴

Apesar dessas primeiras leis criadas por Vargas possuírem o objetivo de burocratizar os sindicatos, ao mesmo tempo ocasionou um impulsionamento das instituições dos trabalhadores que antes possuíam pouca credibilidade junto ao Estado brasileiro. No caso do estado da Paraíba, possibilitou uma confiança para que as entidades que antes se constituíam como associações de classe passassem a ter mais legitimidade para reivindicar direitos, inclusive na esfera da Justiça.

Vários sindicatos paraibanos foram criados nesse período, como o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústria de Alimentação de João Pessoa, fundado em 1938 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1939. O fato de serem reconhecidos como órgão oficial pelo Ministério do Trabalho aparentava significar um importante prestígio e autenticidade ao sindicato para atuação nas instâncias governamentais, pois em documentos oficiais, como os pedidos de ações trabalhistas enviados a Justiça do Trabalho, além do ano de criação, também mencionavam a data em que o Ministério os havia reconhecido.

Nesse período também foram criados o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cimento, Cal e Gesso de João Pessoa em 1937, o Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiros e Similares de João Pessoa em 1938 e anteriormente a esses, o Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba em 1935. Esses dois últimos incluem-se diretamente em uma das políticas trabalhistas do governo Vargas, que foram as disputas para Vogais dos trabalhadores na Justiça do Trabalho.

Luiz Hugo Guimarães, outro sindicalista que se tornou presidente da sua entidade, nesse caso do Sindicato dos Bancários, travou diversos embates para ocupar o lugar de Vogal dos Empregados na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. Inicialmente tentou ocupar a vaga na campanha realizada em 1951, mesmo ano em que assumiu a presidência do Sindicato. Porém durante o processo percebeu que a nomeação dependia de articulação política de tipo personalista, pois mesmo tendo apoio de nomes importantes e do próprio presidente da Junta na época, o juiz Clóvis dos Santos Lima, o senador “Epitacinho” Pessoa, que era filho do ex-governador João Pessoa, com influências no PTB e amigo de Getúlio Vargas, interferiu e indicou o nome do presidente do Sindicato dos Empregados Hoteleiros e Similares de João Pessoa, José Félix da Silva, ficando Luiz Hugo como seu suplente.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 26-27.

A disputa para ocupar a vaga de Vogal dos Empregados era acirrada, pois o representante recebia por sessão que comparecia 1/3 do pagamento prestado ao juiz por no máximo 20 sessões que participava, e, o mais importante, conferia prestígio a quem ocupava o cargo pela classe trabalhadora, uma vez que se tratava de um representante com poder de influência nos julgamentos e que estava ali para efetivar as leis e direitos pelos quais agiam os sindicatos nas ruas. Por esses motivos, Luiz Hugo relatou em um dos seus livros de memórias que:

A indicação do garçom José Félix para vogal na campanha de 1951, alertou-me para a campanha de 1953. Eu acabava de ser reeleito presidente do Sindicato e meu grupo sindical resolveu que deveria pleitear novamente aquela designação para vogal.¹⁸⁵

Com isso, Luiz Hugo aliou-se ao candidato dos empregadores, Djalma Gusmão, que estava pleiteando o cargo para Vogal de sua classe. Como parte das estratégias para serem os respectivos indicados, eles viajaram até o Rio de Janeiro depois de elaborar uma listagem de pessoas para visitar e que tinham influência sobre o presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Recife, o juiz Eurico Chaves, que era a pessoa responsável pela nomeação em João Pessoa. Chegando lá, entraram em contato com o na época senador Ruy Carneiro, o influente jornalista Assis Chateaubriand e deputados da bancada paraibana, que prontamente se disponibilizaram a apoiá-los.

Em um almoço realizado no hotel em que estavam hospedados, Luiz Hugo foi chamado para a mesa principal e lá conheceu o Ministro Barros Barreto, que era presidente do Supremo Tribunal Federal na época e com bastante influência em todos os âmbitos da Justiça Brasileira. “Por sorte”, na expressão do próprio Luiz Hugo, ao se apresentar ao Ministro, acabou conquistando seu apoio. Sobre esse episódio ele relata:

Conversamos sobre o movimento rotatório, considerando-me bastante lisonjeado com aquela oportunidade. Lá para tantas, o ministro me perguntou o que estava fazendo no Rio. Expliquei-lhe que estava pleiteando minha nomeação para vogal dos empregados na Junta de Conciliação de João Pessoa, dependendo essa nomeação do presidente Eurico Chaves, do Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco. Com a maior naturalidade, o ministro Barros Barreto disse-me que conhecia Euriquinho e que telegrafaria para ele solicitando meu aproveitamento. Indiquei também o nome do companheiro Djalma Gusmão e sugeri que ali mesmo redigíssemos o telegrama que ele assinaria. “Não, eu passarei um telegrama oficial pelo Tribunal” – disse ele.¹⁸⁶

¹⁸⁵ GUIRMARÃES, 2001, p. 207.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 208.

No final do dia a cópia do telegrama foi enviada ao hotel em que Luiz Hugo estava hospedado, segundo ele o seu contentamento era grande, pois se tratava do “apoio da maior autoridade da magistratura nacional”. A estratégia utilizada por ele e pelo seu companheiro de viagem, Djalma Gusmão, apesar de parecer contraditória em nossa análise, pois na prática, após as indicações, os dois estariam de lados opostos, também significava uma expressão do projeto de conciliação do qual Luiz Hugo fazia parte e que resultou finalmente na sua nomeação.

Após voltar para João Pessoa, resolveram fazer uma visita ao presidente Eurico Chaves, com objetivo de conhecê-lo pessoalmente, quando tiveram o seguinte diálogo:

- De onde vocês vieram?
- Estamos vindo de João Pessoa, respondi.
- Não parece, pois já recebi tantos telegramas do Rio de Janeiro, o que só falta mesmo receber um telegrama do Presidente Getúlio Vargas.¹⁸⁷

Por meio de toda essa negociação e estratégia, Luiz Hugo conseguiu se manter no cargo por diversos mandatos até o golpe de 1964. Além da remuneração que recebia, construiu entre as classes trabalhadora e patronal paraibanas um grande prestígio e liderança, como já visto nas relações com políticos locais e nacionais, expressa também na escolha de seu nome para representar o núcleo paraibano de uma das organizações mais importantes do Brasil na década de 1960, o CGT.

Como visto no capítulo anterior, Luiz Hugo ocupou diversos cargos importantes na estrutura sindical paraibana e que inclusive ultrapassaram os espaços ocupados pela sua categoria, a bancária. Embora ele tenha construído uma longa trajetória como representante da classe trabalhadora paraibana, fica evidente no exemplo citado anteriormente e até mesmo no caso da articulação para criação do sindicato patronal dos bancários, que sua figura também invocava uma série de contradições, pois essa relação intensa com a estrutura populista da época o tornava um líder conciliador e reformista.

Outro mecanismo criado pela estrutura populista foram os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que se organizavam por categoria profissional e também incluíam membros dos empregados e empregadores, mas que, em 1966, em meio à ditadura civil-militar, foram extintos. No caso dos trabalhadores das indústrias da Paraíba, uma das representações foi exercida por João Ribeiro Filho, que, como já mencionado nesse trabalho, foi presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba.

¹⁸⁷ GUIRMARÃES, 2001, p. 208-209.

Outras leis e políticas trabalhistas foram criadas até o estabelecimento da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, como a instituição do salário mínimo em 1940, a criação do imposto sindical em 1942, além das intensas propagandas realizadas por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do próprio ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, que de janeiro de 1942 a julho de 1945 falava semanalmente pelo rádio comentando sobre a legislação que estava sendo implantada por Vargas em benefício do trabalhador brasileiro:

Nessas palestras, em tom coloquial, a mais alta autoridade na área do trabalho dirigia-se aos trabalhadores para falar sobre a legislação social, anunciando novas medidas, esclarecendo dúvidas e, principalmente, afirmando o quanto Vargas, pessoalmente, estava se dedicando à resolução da questão social, chegando mesmo a antecipar-se às demandas dos trabalhadores.¹⁸⁸

Toda essa estrutura estatal em torno dos trabalhadores brasileiros e suas organizações provocaram diversas interpretações sobre a figura de Vargas, como também a visão que os próprios trabalhadores possuíam de todo esse processo. Entre os historiadores surgiram diferentes maneiras de interpretar esse período, sobretudo em relação à legislação trabalhista e à Justiça do Trabalho.

Inicialmente, as organizações de trabalhadores brasileiros durante o Estado Novo foram interpretadas por cientistas sociais e historiadores como uma estrutura que fazia parte da base do governo getulista e era sustentada por meio da Previdência Social e da Justiça do Trabalho. Nesse sistema, aos sindicatos cabia assistir os trabalhadores e colaborar com o governo de modo que ações mais diretas por parte desses não viessem a atrapalhar os objetivos da construção de um Estado árbitro dos conflitos sociais, constituindo-se assim como uma entidade quase que demiúrgica, cujas estrutura e pretensões passariam a ser chamadas de populistas por seus opositores.

Concomitantemente, a política implementada durante esse período assumia que algumas reivindicações da classe trabalhadora eram legítimas e precisavam de fato ser atendidas, porém sempre de maneira limitada, dentro da ordem estabelecida, pois ao mesmo tempo que os trabalhadores e seus sindicatos deveriam ter seu lugar ao sol, as fronteiras da tutela do Estado precisavam estar muito bem demarcadas para que os espaços de poder não fossem ultrapassados e o capitalismo mantido e desenvolvido, a fim de servir o conjunto da nação brasileira, constituída por classes sociais distintas porém harmônicas, cujos vínculos de colaboração seriam propiciados justamente pela gestão do Estado-árbitro.

¹⁸⁸ GOMES, 2002, p. 41.

Nesse sentido, toda legislação consolidada e agrupada na CLT durante a Era Vargas seria a responsável, em grande medida, por determinar algumas das principais pautas dos sindicatos e trabalhadores brasileiros e a evitar projetos revolucionários que almejassem o fim das classes sociais. Considerava-se que “toda legislação pós-revolucionária [1930], através de um conjunto de normas reguladoras das relações de trabalho, estabeleceu os temas de disputa, a forma de solucioná-la e os instrumentos contendedores”¹⁸⁹. Dessa maneira, questões como pagamento do salário mínimo, reajustes salariais, adicionais referentes à insalubridade e ao trabalho noturno, como outras questões relacionadas a acidentes de trabalho, passaram a ser consideradas temas centrais das reivindicações dos sindicatos brasileiros.

Além disso, a CLT passou a ser considerada pelos primeiros estudiosos dos sindicatos brasileiros como uma legislação criada apenas para controlar e tutelar as organizações dos trabalhadores, sendo sua autonomia em criar e estruturar entidades como Sindicatos e Federações apenas uma farsa promovida pelo Estado Populista. A prática de reconhecimento oficial das instituições sindicais, o poder de intervenção a essas entidades, a aplicação de imposto sindical de forma obrigatória e a possibilidade de congelamento das contas bancárias sindicais contribuíram para reforçar essas ideias nesses estudos pioneiros

No que se refere ao período que vai de a 1956 a 1964, a cientista política Maria Hermínia Tavares de Almeida considera que houve um distanciamento dos modelos de sindicatos totalmente tutelados pelo Estado para uma estrutura sindical com viés ideológico, que orientou sobretudo, a atuação dos líderes sindicais nesse período. Segundo essa interpretação, as questões políticas passaram a ser o ponto central das discussões e as ações sindicais e os problemas cotidianos dos trabalhadores foram abandonados pelos sindicatos brasileiros. Ou seja, se antes eram nas pautas imediatistas que se concentravam as críticas, a partir da década de 1950 o abandono delas, por questões que os estudiosos julgavam ser provenientes da politicagem realizada pelos principais líderes sindicais, passou a ser o problema central dos sindicatos brasileiros.

Já em interpretações como as produzidas por Jorge Ferreira e outros autores consagrados na Nova História Política, compreende-se que o período de 1930 a 1964 foi na verdade permeado por uma relação de relativo equilíbrio entre a burguesia, o Estado e os trabalhadores brasileiros, que negociavam entre si o estabelecimento das pautas sociais. Na leitura desse autor, isso se devia à identificação da política vigente no período com os reais anseios da classe

¹⁸⁹ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Novas Estruturas. *Debate & Crítica*, n. 6, 1976, p. 53.

trabalhadora brasileira, vindo a identificar a consciência de classe com a execução da política erigida por Vargas. Portanto, para ele, não havia uma estrutura populista onde o Estado por meio de uma estrutura corporativista impactava de maneira negativa as organizações e consciência dos trabalhadores, muito menos uma figura autoritária como a de Getúlio Vargas, mas sim uma relação de cooperação entre as classes, e, sobretudo de afinidade do projeto de emergência de direitos com a consciência da classe trabalhadora, que, por sua vez, não estaria interessada em projetos revolucionários e na eliminação das classes sociais, como comunistas e anarquistas denunciavam à época e a análise marxista insistiria em repetir em suas análises sobre o populismo brasileiro.

O período que se inaugura com a “Revolução de 1930” além de, na prática, se caracterizar por suas contradições históricas próprias de um país que vivenciava um novo momento do seu capitalismo, também é marcado por interpretações diversas, como as mencionadas acima. Nesse trabalho, nos aproximamos da análise realizada pelo historiador John French ao considerar que o intervencionismo estatal nas relações trabalhistas impostas pelo governo Vargas por vezes “teve resultados inesperados e paradoxais” e que, portanto, a experiência histórica dita populista no Brasil não pode mais ser analisada “pela ótica da propaganda e da demagogia”, mas tampouco pode ser confundida com a “verdadeira consciência de classe” sem que houvesse mediações de ordem ideológica e hegemônica.

Um exemplo das contradições vivenciadas nesse período está na oposição que o paraibano José Peba realizou à figura de Getúlio Vargas, mesmo inserido em meio a uma região marcada pela influência do paternalismo e na postura do presidente como o “pai dos pobres”. Sindicalista e filiado ao Partido Comunista desde o final da década de 1930, o desemprego fez com que migrasse para o Recife e passasse a trabalhar na Fábrica de Calçados, mas sem abandonar a luta intensa e radical.

Em 1940 Getúlio Vargas foi visitar o Recife e os proprietários da fábrica em que Peba estava trabalhando exigiram que os operários realizassem uma manifestação para o homenagear o presidente. Porém essa ideia não foi bem aceita por ele e outros companheiros do Partido Comunista que se recusaram a participar do evento, alegando que se tratava de idolatrar um ditador. Em função disso foi suspenso por 15 dias do seu trabalho.

Ao mesmo tempo, grupos de outros sindicalistas paraibanos lidavam com a figura de Vargas de maneira diferente, ao considerá-lo um grande líder que representava a classe trabalhadora brasileira. A exemplo disso, temos a visita de Vargas à Paraíba em setembro de 1933. Na oportunidade a União Operária Beneficente enviou ao Interventor Federal da época, Gratuliano Brito, o seguinte telegrama:

J. Pessôa, 21 – União Operária Beneficente justa satisfação felicita vossencia motivo próxima visita eminente presidente Getúlio Vargas e grande bemfeitor ministro José Americo nossa querida terra. Saudações – José Lianza e João Belisio.¹⁹⁰

Nesse sentido, compreendemos que, primeiro os trabalhadores e seus sindicatos possuíam posições políticas diferentes e que, ao lidar com estruturas complexas, conflituosas e permeadas por relações de poder, foram transformando-as a partir das suas vivências e experiências culturais. A utilização por esses da estrutura populista e, conseqüentemente, da legislação e judiciário trabalhistas pode ser considerada um exemplo disso, muito embora essas instituições não tenham perdido a intenção dos seus objetivos iniciais de efetivar alguma forma de controle das organizações e reivindicações da classe trabalhadora para mantê-los dentro de limites jurídicos compatíveis com a ordem capitalista. Ainda assim, tais recursos institucionais e legais foram ressignificados em muitos momentos e aspectos.

Desse modo a Justiça do Trabalho e a CLT por muitos anos foram ignoradas por historiadores e cientistas sociais por compreenderem que a judicialização dos conflitos eliminaria a possibilidade de luta política e organizações coletivas autônomas dos trabalhadores. Para essa visão interpretativa sobre a Era Vargas, a classe trabalhadora brasileira tinha caído na armadilha de participarem da “construção corporativa de sua própria subordinação, através da incorporação dos canais oficiais disponíveis para a luta por seus direitos”¹⁹¹.

Porém, o que a análise dos autos judiciais tem proporcionado à historiografia mais recente das últimas décadas é que o recurso da Justiça do Trabalho significou mais uma possibilidade de arena de lutas para efetivação e conquistas de direitos, uma vez que em meio às reclamações os trabalhadores e seus sindicatos precisaram utilizar estratégias e conhecer a legislação trabalhista para enfrentar grupos de empregadores poderosos que burlavam as leis, assim como se observou com mais atenção a atuação dos próprios juristas nas audiências, cujas decisões e condutas nem sempre beneficiavam os trabalhadores, ao contrário dos costumeiros reclames liberais.

Logo, ao contrário da autopropaganda governamental, da Justiça do Trabalho e CLT estavam longe de serem instituições perfeitas, por onde se promovia a harmonização entre capital e trabalho. Tampouco garantiam o exercício pleno de direitos para os trabalhadores, pois, como menciona o historiador John French ao tratar da Justiça do Trabalho,

¹⁹⁰ A próxima visita do presidente Getúlio Vargas à Paraíba. *A União*, ano XLI, n. 187, 22 ago. 1933, p. 01.

¹⁹¹ SILVA, F. 2019, p. 23.

Ineficiência administrativa, tribunais superlotados e uma tendência a “conciliação” frequentemente produziam o que pode ser denominado de “justiça com desconto”. Mesmo quando ganhava um caso legal, por exemplo, um trabalhador brasileiro era forçado a um acordo com seus patrões, obtendo um valor muito menor do que o inscrito em seus direitos legais, caso contrário teria de enfrentar atrasos intermináveis devido aos apelos da empresa.¹⁹²

Ainda assim, desde a década de 1930, especialmente entre 1958 e 1964, recorte temporal que nos interessa de modo mais particular nesta Dissertação, era um recurso à disposição dos trabalhadores para fazer frente a possíveis arbítrios do capital em suas relações contratuais até então vistas entre duas partes livres e iguais. O recurso da efetivação jurídica do direito, ainda que limitado, “com desconto”, em articulação com as mobilizações coletivas pela conquista de direitos, não foi desprezado pela classe trabalhadora e por suas organizações sindicais. Nosso objetivo aqui é analisar essa estrutura como um campo de força em que diversos atores sociais se movimentaram com interesses antagônicos, se apropriaram dos recursos disponíveis e os recriaram de acordo com as necessidades que surgiam em cada contexto.¹⁹³ Os próximos dois pontos deste capítulo são dedicados a analisar como os sindicatos paraibanos atuaram em favor dos seus associados ao recorrer à Justiça do Trabalho em meio a relações tão conflituosas entre patrões e empregados.

Mais especificamente no ponto a seguir, trataremos da formação da Justiça do Trabalho com ênfase na Paraíba e as reclamações empreendidas por sindicatos urbanos na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa, pormenorizando alguns exemplos de ações e apresentando algumas reflexões sobre o que a Justiça do Trabalho podia significar para os trabalhadores, sindicatos e sociedade paraibana.

3.2 A Justiça do Trabalho na Paraíba como arena de lutas

Como mencionou o historiador Fernando Teixeira da Silva, “às vésperas do golpe civil-militar de 1964, os trabalhadores e suas organizações frequentavam com assiduidade as dependências da Justiça do Trabalho em todas as suas instâncias”¹⁹⁴. Neste ponto abordaremos os primeiros momentos da Justiça do Trabalho na Paraíba e como ela ao longo dos anos foi se tornando um campo de embate utilizada pelos sindicatos em busca da efetivação dos direitos trabalhistas dos seus associados. Utilizaremos para isso referências bibliográficas sobre a

¹⁹² FRENCH, 2001, p. 19.

¹⁹³ SILVA, F. 2019, p. 54.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 29.

temática, autos judiciais movidos pelos sindicatos urbanos em favor dos seus associados e periódicos da época.

Desde o início do século XX já se discutia no meio jurídico brasileiro a efetivação de um tribunal que fosse composto entre patrões e operários. Um grande divulgador dessa ideia foi o advogado Evaristo de Moraes. Concomitantemente, refletia-se sobre a relação harmoniosa que os sindicatos deveriam adotar nas relações entre patrões e operários. Porém, antes disso, trabalhadores já lidavam com a Justiça no tratamento de suas condições de trabalho e liberdade, como é o caso dos vários escravizados que recorreram aos tribunais para finalizar as suas condições de escravizados.¹⁹⁵

Apesar disso, foi em abril de 1923 que o Conselho Nacional do Trabalho (CNT) passou a atuar com o objetivo de exercer uma relação de conciliação e arbitragem nas relações conflituosas surgidas no ambiente de trabalho. Esse “tinha uma estrutura tripartite, com 8 representantes do governo, 2 dos patrões e 2 dos trabalhadores”. Em 1928 o CNT passou também a julgar processos relacionados a questões de trabalho “mediando e julgando conflitos entre empregadores e empregados, além de fixar jurisprudência, por exemplo, no âmbito da estabilidade no emprego, lei de férias e pensões dos ferroviários”¹⁹⁶.

Em 1932, já sob os primeiros anos do governo Vargas, foram criadas as Comissões Mistas de Conciliação e sua composição também contava com representantes de empregados e empregadores (chamados de vogais) escolhidos através de sorteio a partir das indicações dos sindicatos. Essas Comissões tinham “competência para julgar, visando tão somente conciliar e mediar os conflitos coletivos entre capital e trabalho”, e caso as partes não entrassem em acordo propunha-se “um árbitro ou enviar a controvérsia para o Ministério do Trabalho”¹⁹⁷.

No primeiro Dia do Trabalho “comemorado” pela ditadura do Estado Novo em 1938, Vargas “anunciou na ocasião o regulamento da lei do salário mínimo e assumiu o compromisso de, a partir de então, sempre *presentear* os trabalhadores na área da política social”¹⁹⁸. A partir disso, o 1º de Maio tornou-se uma comemoração de massas que reunia milhares de trabalhadores em estádios de futebol lotados, ansiosos para mais um anúncio de direitos que seriam “concedidos” por Vargas.¹⁹⁹

¹⁹⁵ Sobre isso ver: CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Orgs.). *Direitos e Justiça no Brasil: Ensaio de História Social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

¹⁹⁶ SILVA, F. 2019. p. 45.

¹⁹⁷ Ibidem, 2019, p. 46.

¹⁹⁸ GOMES, 2005, p. 216

¹⁹⁹ Ibidem, p. 216.

Com isso, as Juntas de Conciliação se instalaram nas capitais brasileiras no dia do trabalhador, 1º de Maio, para significar que o tribunal representava um “presente” que o então Chefe de Estado oferecia à classe trabalhadora e tentar esvaziar o sentido de luta e resistência da data, além de objetivar escamotear as experiências de organizações coletivas de anos anteriores e que tendiam a se evidenciar durante esses momentos.

No dia 1º de maio de 1941, instalou-se em João Pessoa a Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) por meio do Decreto-Lei nº 1.237 de 2 de maio de 1939, na sede da Sétima Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que se localizava no Centro da capital do estado, na Praça Antenor Navarro.

Segundo nos informa o pesquisador Arthur Manoel Barbosa, conforme consta na ata de inauguração da Junta, a solenidade contou com a presença de várias autoridades políticas, jurídicas, empresariais e militares, assim como representantes da classe trabalhadora através de sindicatos e associações de classe. A instituição desta JCJ visava assistir os trabalhadores predominantemente nas áreas mais próximas a João Pessoa, como as cidades de Sapé, Guarabira, Santa Rita, Mamanguape, Rio Tinto, Bayeux e Campina Grande, localidades em que na época existia alguma industrialização.²⁰⁰

As Juntas de Conciliação e Julgamento eram restritas exclusivamente a trabalhadores sindicalizados e suas decisões cabiam à Justiça Comum. Essas se constituíam por dois vogais indicados pelos sindicatos e o presidente era nomeado pelo ministro do Trabalho.²⁰¹ Segundo nos informa Fernando Teixeira, a estrutura da Justiça do Trabalho como é comumente conhecida só foi instalada no ano de 1941. Porém com a Constituição de 1946 o órgão sofreu a mudança mais significativa daquele momento, que foi o seu desmembramento do Poder Executivo, passando a se tornar autônoma do Poder Judiciário.²⁰²

Buscando compreender como os trabalhadores lidaram e atuaram na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa, para esta Dissertação analisamos 95 processos movidos por sindicatos em funcionamento na Paraíba durante os anos de 1961 a 1964. 77 desses processos referem-se ao ano de 1962 e os demais distribuem-se da seguinte forma: 1 em 1961, 8 em 1963 e 9 em 1964²⁰³. Entre as profissões dos trabalhadores estão motoristas de veículos,

²⁰⁰ BARBOSA, Arthur Manoel Andrade. *Justiça do Trabalho e Classe Operária: a relação entre capital e o trabalho na Paraíba entre 1941-1945*. 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019, p. 47-54.

²⁰¹ SILVA, F. 2019, p. 46.

²⁰² Ibidem, p. 47.

²⁰³ Como já dito antes, essa disparidade do ano de 1962 para com os demais anos deve-se às dificuldades impostas pelas restrições sanitárias de proteção à pandemia da COVID-19 no Brasil, desde o decreto o Decreto Estadual 40.112 de 13 de março de 2020. Foi preciso suspender o atendimento presencial ao público externo nas

secretários administrativos, tecelões e tecelãs, padeiros e auxiliares, serventes, cozinheiros, trabalhadores braçais, auxiliar draguista, vendedoras, maquinista, cortadores e limpadores de cana, empacotadores, bancários e bancárias, vendedores/entregadores, pedreiros, amassador, panificadores, garçons, balconistas, gráficos, carpinteiros e outros.

Cabe destacar que, segundo aponta o Censo Demográfico de 1960, existiam na Paraíba 508.868 homens e 86.486 mulheres economicamente ativas com ocupações nas áreas urbanas e rurais, distribuídos em atividades extrativas e industriais, de um total populacional de 1.991.145, como é possível observar na tabela abaixo.

Tabela 1 – População economicamente ativa na década de 1960 na Paraíba por ocupação e sexo

População	Homens	Mulheres
1. 991. 145	508.868	86.486
Atividade Extrativas	5.749	160
Atividades Industriais	6.765	27.431

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Censo Demográfico de 1960.

Ou seja, embora existisse uma grande concentração da mão de obra ativa executada por pessoas do sexo masculino, eram as mulheres que ocupavam em maioria os postos de trabalho nas atividades industriais, a maioria relacionada à alimentação e à tecelagem, enquanto que em atividades extrativas (exploração dos produtos naturais) havia uma predominância do trabalho masculino.²⁰⁴

No que diz respeito àquilo que os trabalhadores e os processos descrevem como “demitidos sem recebimento dos direitos”, incluem-se demandas por aviso prévio, repouso remunerado, diferença salarial, abono de natal, folgas, horas extras, indenização e 13º salário. Em sua maioria os processos listavam três ou mais dos direitos descritos anteriormente em suas ações, os demais são específicos de algumas categorias e representam números menores no total dos processos.

Tabela 2 – Objetos das ações movidas pelos sindicatos

Objetos das ações	1961	1962	1963	1964
Demissões sem o pagamento dos Direitos	1	50	10	8

repartições públicas estaduais, como é o caso do local onde encontram-se esses autos findos, a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

²⁰⁴ Dados mais detalhados dessas atividades e da ocupação por gênero estarão logo a seguir, no item 3 deste capítulo, intitulado “A Judicialização dos conflitos trabalhistas e as questões de gêneros”.

Auxílio maternidade		1		
Suspensão injusta		4		1
Suspensão/ Repouso remunerado		2		
Diárias				
Anotação de carteira profissional		1		
Reintegração		1		
Auxílio enfermidade		1		
Adicional de 20%		3		
Taxa de insalubridade		3		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos processos analisados da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (1961-1964).

O fato das ações aqui analisadas estarem concentradas nas “demissões sem o pagamento dos direitos” nos diz muito sobre o compromisso da classe patronal para com a efetivação das leis trabalhistas. Em muitos casos era preferível eventualmente correr o risco de enfrentar os trabalhadores na Justiça e arcar com custos processuais do que efetivar aquilo que já era de fato um direito legal da classe trabalhadora.

Embora a CLT fosse relativamente recente, os trabalhadores brasileiros que recorriam à Justiça nesse período já haviam incorporado a ideia dos direitos legais estabelecidos e que, portanto, deveriam ser cumpridos. Por outro lado, o que observamos através dos processos trabalhistas é uma tendência dos empregadores de buscar deslegitimar a legislação, criando obstáculos para efetivação dos direitos dos pobres. Pois, como disse Edward Thompson ao analisar o direito costumeiro na Inglaterra do século XVIII, seria ingenuidade “supor que os ricos e poderosos não infringissem a lei e não fossem predadores”²⁰⁵.

Em geral os processos correspondem a ações rápidas que, por meio dos advogados e/ou presidente das entidades os trabalhadores, requeriam direitos que estavam previstos por lei e em apenas uma audiência o acordo se efetivava. Como podemos observar na tabela abaixo, os resultados mais frequentes referem-se às conciliações e logo em seguida aos arquivamentos dos processos. Nesse último caso diversos fatores podiam contribuir para que um trabalhador viesse

²⁰⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*: Um estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 90.

ter sua ação arquivada, entre eles destacamos o receio de perseguição da classe patronal, os custos e a longa espera do resultado em algumas situações.

Tabela 3 – Resultado dos processos movidos pelos sindicatos de 1961 a 1964

Resultado das ações	1961	1962	1963	1964
Conciliação		48	8	8
Arquivamento		18		
Reintegração		1		1
Desistência		1		
Ação perdida		3		
Arquivamento/Conciliação		3		

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos processos analisados da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (1961-1964).

No que diz respeito aos objetos dos demais processos analisados, como já mencionado, a maioria das ações solicitavam aquilo que já estava previsto em lei, mas que os patrões não efetivam ao dispensar ou demitir os trabalhadores, demonstrando que não havia uma responsabilidade e reconhecimento por parte deles em relação aos direitos trabalhistas.

Nas imagens a seguir é possível observar como os trabalhadores paraibanos por meio dos seus sindicatos se relacionaram com seus patrões ao realizarem a “judicialização dos conflitos”. Na primeira foto podemos visualizar posições clássicas de uma audiência de conciliação em que trabalhadores e seus advogados se confrontam com o patronato e seus representantes jurídicos ao sentarem em uma mesa com espaço e altura igual para as duas classes.

Imagem 15 – Dissídio Coletivo dos trabalhadores nas indústrias de alimentação



Fonte: RIBEIRO FILHO, João Ribeiro. *O sindicalismo de meu tempo*. Empório dos Livros, 1999.

Apesar da fonte não especificar a data, sabemos que se trata de uma audiência de dissídio coletivo dos trabalhadores na indústria de alimentação de João Pessoa. Do lado esquerdo, os representantes da categoria: o presidente do sindicato, Rivaldo Cipriano, o advogado da entidade, José Gomes, e João Ribeiro Filho, vogal dos trabalhadores e Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria no Estado da Paraíba; e do lado direito os advogados das empresas em questão. Ao fundo podemos observar um número expressivo de pessoas, provavelmente trabalhadores, com suas bandeiras em punho que acompanhavam as discussões.

Cabe destacar que José Gomes aparece em nossas fontes constantemente como o principal advogado responsável por defender a classe trabalhadora paraibana através dos seus sindicatos, sendo o responsável por fazer a defesa desses na Justiça do Trabalho. Além disso, era filiado do Partido Comunista e oferecia seu próprio escritório para reuniões do partido.

Já na imagem a seguir, podemos visualizar “uma passeata de protesto” que se deu contra o pedido dos advogados das empresas que solicitaram o afastamento do presidente do Sindicato, Rivaldo Cipriano, das discussões relacionadas ao dissídio coletivo. A marcha ocorreu na rua Aristides Lobo, Centro de João Pessoa, onde se situava a sede do Sindicato e da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias. Apesar de não termos encontrado a época em que ocorreram esses fatos nas fontes consultadas, podemos afirmar que perpassam os anos de 1959 a 1964, período que Rivaldo Cipriano esteve como presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de João Pessoa.

Imagem 16 – Caminhada em protesto organizada pela categoria da alimentação



Fonte: RIBEIRO FILHO, João Ribeiro. *O sindicalismo de meu tempo*. Empório dos Livros, 1999.

As duas imagens podem ser relacionadas às considerações levantadas por Thompson ao observar que as noções de leis, direitos e justiça, assim como quaisquer outras normas, são construções sociais que provocam sentidos distintos nas diferentes classes que as utilizam, pois tratam-se de homens e mulheres de carne e osso e com problemas reais. Nesse caso, ao sentirem-se intimidados no ambiente da Justiça pelos patrões que queriam desestabilizar as reivindicações retirando a presença do presidente do sindicato, recorreram ao espaço de visibilidade das ruas para exigir a efetivação dos seus direitos com a participação da liderança da categoria.

Para compreender melhor as estratégias e ações dos sindicatos paraibanos ao recorrer à Justiça, retomamos a seguir a análise dos processos trabalhistas.

O único processo do ano de 1961 que analisamos até aqui demonstra bem as discussões levantadas sobre a continuidade das ações e preservação dessas fontes. Iniciada em 12 de maio de 1961 pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão do Estado da Paraíba em favor do seu associado Geraldo Irineu da Silva, a reclamação solicitava da empresa de Fiação Brasileira de Sisal S.A, localizada no município metropolitano de Bayeux, o pagamento do aviso prévio, férias e indenização ao trabalhador, pois ele, em 4 de abril de 1961, recebeu aviso prévio sem justificativa e no dia 8

do mesmo mês se acidentou na empresa e passou a receber salário por meio da Companhia de Seguros Brasil – Companhia de Seguros Gerais durante o período que esteve em recuperação.

Posteriormente, quando se recuperou, a empresa não quis mais receber o trabalhador, que foi informado por outros companheiros que não seria do interesse da empresa manter Geraldo no cargo, pois ele já estava próximo de completar um ano de serviço. Após a exposição dos fatos, no processo só consta a notificação enviada ao reclamado, tornando o resultado da ação desconhecida por falta de documentação anexada.

Essa situação é recorrente nos processos trabalhistas brasileiros, que por muito tempo não tiveram uma preservação adequada, chegando a serem eliminados pela Justiça, o que é permitido pela Lei 7.627/1987, ainda vigente. Foi apenas após o interesse dos estudiosos no tema, que a situação dessas fontes foram paulatinamente mudando em algumas regiões do país. Esse exemplo se repetirá em outras análises mencionadas ao longo deste capítulo.

Já em janeiro de 1962, o Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro e Similares de João Pessoa protocolou reclamação judicial em favor de Firmino Inácio do Nascimento contra a empresa Café Noite de Natal reivindicando diferença de salário, horas extras e folgas. Firmino Inácio do Nascimento começou a trabalhar no estabelecimento em 13 de março de 1961 com salário de G\$: 800.00 (cruzeiros). Posteriormente o dono da empresa estabeleceu que todos os funcionários receberiam 1% das vendas, e a partir disso Firmino passou a receber 700.00 cruzeiros sem direito a folgas ou refeições. Foi despedido por não aceitar ficar até de manhã no trabalho.

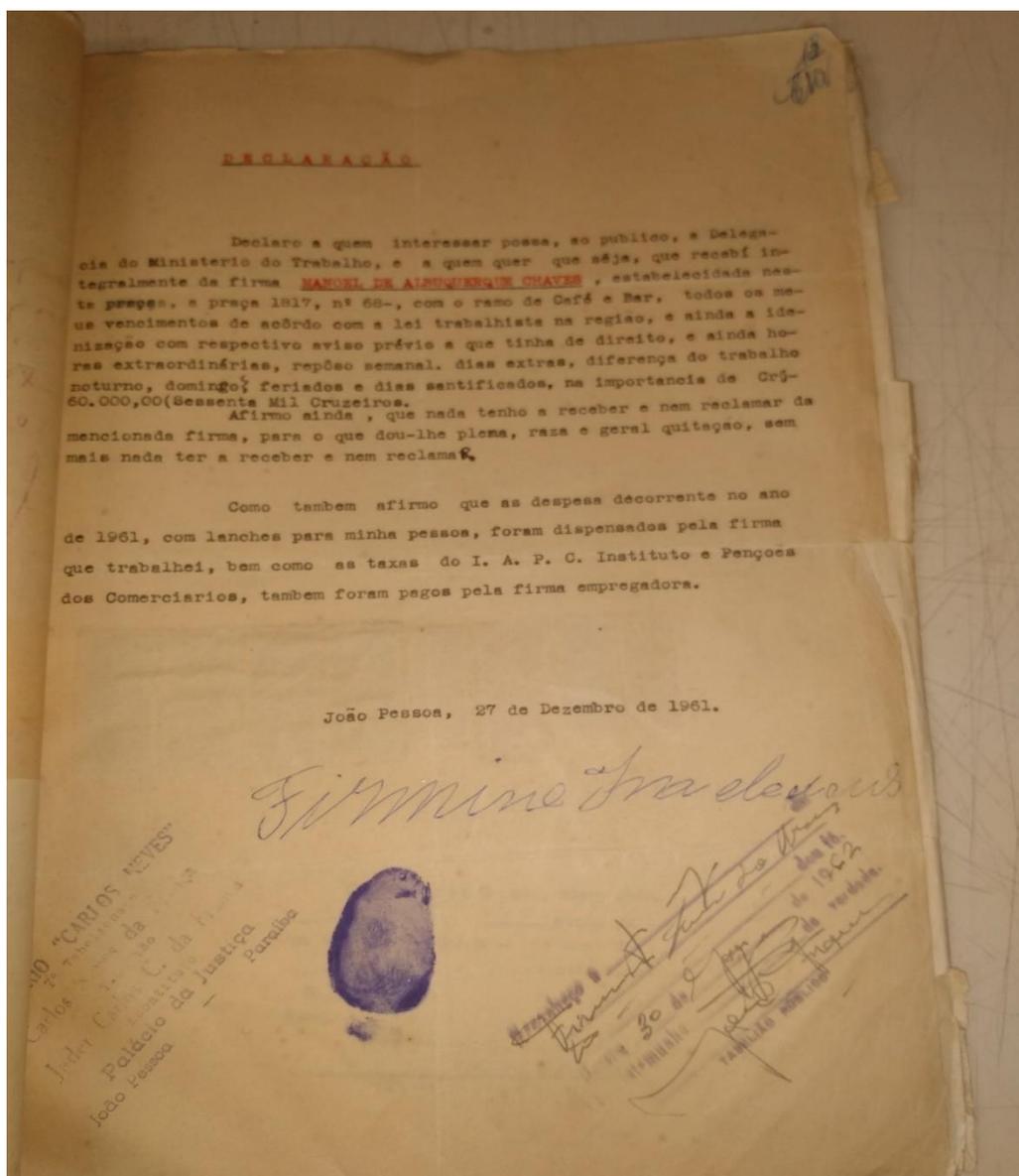
Em função disso, o sindicato ao qual era filiado entrou com uma ação solicitando que fosse paga a diferença de salário de acordo com a CLT, ou seja, 32 folgas trabalhadas, 540 horas extras, perfazendo assim um total de 67.162,00 cruzeiros. A audiência de conciliação foi marcada para o dia 26 de janeiro de 1962, mas o dono da empresa, Manoel Albuquerque Chaves, não compareceu e, em consequência disso, o juiz, Luiz Oliveira Galvão, determinou que ele devia pagar o valor solicitado e os custos do processo.

Em 8 de fevereiro de 1962 Manoel Albuquerque recorreu da decisão ao 6º Tribunal do Trabalho, sediado em Recife, justificando que no dia da audiência de conciliação estava doente e anexou um atestado médico ao processo assinado pelo Dr. Evaldo Trajano de Sousa Silva, que escreveu “atesto que o senhor Manoel Albuquerque Chaves esteve sob meus cuidados profissionais entre os dias 25 e 28 [do] mês [de janeiro de 1962]”.

Além disso, ao recorrer da decisão, o empregador destacou que foi o Sindicato quem entrou com o processo e não o próprio Firmino, sendo impedida essa ação perante a lei, pois o trabalhador já tinha entrado em acordo com Manoel Albuquerque, inclusive assinando

declaração que comprovava que a empresa já tinha quitado todos os salários e direitos pendentes. Porém é possível observar na declaração que Firmino só sabia assinar seu nome, pois consta ainda a digital do seu polegar no documento, o que nos leva ao entendimento que ele não soube ler o que estava escrito e que possivelmente foi lido por alguém da empresa.

Imagem 17 – Processo de Firmino Inácio do Nascimento contra o Café Noite Natal em janeiro de 1962



Fonte: Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (1962).

No dia 17 de fevereiro de 1962 o sindicato enviou à Junta de Conciliação um documento afirmando que a empresa reclamada estava realizando essa ação para protelar o pagamento da decisão estabelecida e pedia a reafirmação do que foi decidido. Por outro lado, não questionou a declaração assinada por Firmino que o patrão anexou ao processo.

O processo foi enviado ao TRT da 6ª região em 20 de fevereiro de 1962 e deliberou-se que a decisão da Junta de João Pessoa estava anulada para melhor apreciação das novas provas. A nova audiência foi marcada para dia 25 do mesmo mês, mas em atendimento à solicitação do sindicato foi adiada em virtude de Firmino se encontrar enfermo. A data marcada foi 8 de outubro de 1962 e novamente Firmino não apareceu e a reclamação foi arquivada, sendo ele condenado a pagar todos os custos do processo.²⁰⁶

Mais uma vez nos deparamos com várias interrogações sobre a não continuidade do processo apresentado por Firmino Inácio do Nascimento através do seu Sindicato. Teria ele se intimidado pela ação do dono do Café Noite Natal? Firmino teria conhecimento do acordo que estava estabelecendo com Manoel Albuquerque ao assinar a declaração? Manoel estava mesmo doente quando faltou a primeira audiência de conciliação? Firmino estava mesmo doente na data da segunda audiência? O Sindicato Empregados do Comércio Hoteleiro e Similares de João Pessoa entrou com a ação sem o conhecimento de Firmino? São questões que podem levantar diversas respostas a partir das informações levantadas, mas nenhuma resposta concreta.

Ao mesmo tempo, existiram casos na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa cujos processos demoraram anos para serem finalizados. É o caso do menor Afrânio Gomes Leite, contratado como mensalista em 15 de outubro de 1960, por meio de concurso público pelo Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A.

²⁰⁶ Processo de Firmino Inácio do Nascimento contra o Café Noite Natal em janeiro de 1962. Fonte: Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba.

Imagem 18 – Foto de Afrânio Gomes Leite retirada do seu processo trabalhista contra o Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A em novembro de 1962



Fonte: Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (1962).

Depois de quase 2 anos de serviços prestados, em 20 de setembro de 1962 Afrânio foi dispensado do seu trabalho sem justa causa. Porém o Banco da Lavoura o informou que pagaria aviso prévio, indenização, férias e salários vencidos. Até aqui nos deparamos com uma história comum do universo trabalhista de admissão e demissão de funcionário.

Entretanto, em 5 de novembro de 1962, em favor de Afrânio, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba entrou com uma ação trabalhista invocando o artigo 513 da CLT, que entre outras questões garantia a representação perante autoridades jurídicas de interesses individuais ou coletivos de seus associados:

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba, sediado nesta Capital à rua Eliseu Cesar, nº 40, primeiro andar, por meio do seu presidente abaixo assinado, na forma do artigo 513, alínea a, da Consolidação das Leis do Trabalho, propõe uma RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, contra o Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A, com agência estabelecida à rua Barão do Triunfo, nº 500, nessa cidade, em nome do seu associado Afrânio Gomes Leite, brasileiro, solteiro, bancário, menor, portador da Carteira de Trabalho nº 17 287, assistido por seu pai Amarildo Leoncio Leite do Nascimento, pelas razões que se seguem.

O advogado que também era presidente do Sindicato, Luiz Hugo Guimarães. No longo pedido de reclamação, alegou que a função que Afrânio desempenhava no Banco da Lavoura era semelhante à função realizada por adultos que trabalhavam como contínuos e serventes e mesmo assim ele recebia metade do salário pago na época, com a justificativa de ser menor de

idade. Por esses motivos cobrava-se, de 20 de outubro de 1960 até 20 de setembro de 1962, o equivalente a ¢\$ 100.618,00 (cruzeiros) de diferença salarial. Junto com os argumentos expostos, a reclamação o Sindicato também anexou um quadro com detalhamento de cada mês e o seu proporcional.

Para embasar ainda mais seu argumento, o advogado do Sindicato se utilizou de artigos da CLT, obras jurídicas e até mesmo decisões do STF. Além disso, salientou que a Delegacia Regional do Trabalho já tinha notificado o referido Banco pela prática de não realizar o pagamento de salários e que o aprendiz bancário não estava assegurado na legislação trabalhista, pois para cumprir as funções bancárias não precisava de aprendiz, sendo por essa situação que realizavam-se concursos públicos. Em suas palavras,

Só o aprendizado autoriza a redução salarial do trabalhador menor de idade. Ora, se o nosso associado não estava sob regime de aprendizagem no Banco, como reduzir seus salários? O reclamante prestava serviço de contínuo, para cujas funções fora contratado mediante concurso de seleção. Na atividade que estava afeta constava serviços equivalentes ao de contínuo, tais como levar papéis de carteira em carteira, servir café aos funcionários e clientes, entregar correspondências na rua, entregar títulos para aceite e recolhê-los aceitos ou não, auxiliar a limpeza e encerramento do Banco, e outros serviços dessa natureza, peculiares ao contínuo e servente do Banco. [...]
Convém salientar que o aprendizado bancário não está previsto na legislação protecionista brasileira[...] se preocupou apenas com o aprendizado comercial e industrial.

No processo está anexado o contrato de trabalho de Afrânio e também o requerimento de seu pai, Amarílio Leoncio Leite do Nascimento, que era funcionário da Delegacia Regional do Trabalho e solicitou a essa repartição o número de vezes que o Banco da Lavoura tinha sido atuado pelos artigos 76 e 117 da CLT sobre salário mínimo. Na certidão apresentada, datada do dia 29 de outubro de 1962, consta um resumo de ações desde 1958 em que o Banco foi intimado, muitas das quais não tinham sido finalizadas em 1962.

Mediante as informações levantadas que foram anexadas no processo de solicitação de reclamação, compreendemos que o Sindicato dos Bancários e o seu associado, Afrânio, possuíam um conhecimento aprofundado da CLT e das repartições trabalhistas paraibana. Ao contrário dos processos vistos anteriormente, nesse caso o trabalhador em questão, além de ter prestado concurso para o cargo, o que nos sugere uma educação avançada para a época, também possuía conhecimento sobre seus direitos.

No dia 9 de novembro de 1962, o banco foi notificado para comparecer no dia 19 de dezembro do mesmo ano a audiência na JCM de João Pessoa, quando foi remarcada para o dia 7 de dezembro a pedido do Sindicato. Enquanto Afrânio estava sendo representado por Luiz Hugo, presidente do seu Sindicato que também era advogado, o Banco tinha como procurador Luiz Teixeira de Carvalho.

A primeira testemunha do Banco foi o funcionário José Waldenir de Carvalho, que trabalhava há mais de 10 anos na empresa. Ele disse que “o serviço de aprendizagem desde que haja da parte do empregado melhor disposição é fácil” e que não tinha conhecimento se Afrânio ajudava na limpeza do ambiente e que ele foi demitido pela “falta de interesse e disciplina que foram se acumulando”. Por outro lado, disse que Afrânio não tinha nenhum privilégio de horário e cumpria as 6 horas diárias e não saía antes com a finalidade de estudar.

A segunda testemunha a favor do banco foi o funcionário Marconildo Rique Dias, que trabalhava há 3 anos na empresa e relatou não saber o motivo da demissão de Afrânio, que o estágio interno era de 1 ano e que em algumas ocasiões o reclamante ajudava na limpeza, entregava correspondências aos correios e auxiliava no fechamento do banco. Além disso, não sabia se o banco havia sido multado por diferença salarial de Afrânio e que ele tinha trabalhado o mês de setembro de 1962, sendo que o acordo de aumento salarial realizado com os banqueiros passou a valer no dia 1º daquele mesmo mês.

Cabe salientar que a primeira página da audiência não consta no processo. O que temos é a continuação dos argumentos do advogado do banco, que destaca inaplicável a reclamação, pois, segundo ele, Afrânio cumpria sim a função de aprendiz. Ao mesmo tempo mencionava que, caso a Junta considerasse a reclamação justa, deveria avaliar os valores citados na reclamação, pois o acordo de aumento salarial foi firmado em 26 de setembro, e, embora a cláusula de vigência retroagisse ao dia 1º, Afrânio foi demitido em 20 de setembro de 1962.

O Juiz Luiz de Oliveira Galvão propôs a conciliação entre as partes, mas não foi aceita por Afrânio, que passou a relatar seu sistema de trabalho no banco. O depoimento é longo, mas importante, por isso está transcrito na íntegra. Interrogado, Afrânio mencionou:

Que dentro do Banco distribuía papeis, entre as carteiras dos funcionários, distribuía café os funcionários, entregava papéis, documentos de cobrança na praça e nas segundas feiras pela manhã, não só ele reclamante, como os demais menores que ali trabalhavam faziam a limpeza do estabelecimento; que não recebia nenhuma aprendizagem no banco; que o seu serviço consistia nas atividades acima mencionadas; que no Banco trabalhavam dois menores como contínuos; um maior como contínuo também e outro como servente; que êsses maiores não obstante prestarem serviço de produção idêntica à dos menores, percebia, por ser maiores, o salário de adulto, com o qual não eram contemplados os menores que que percebiam os salários na base de 50% atribuído ao trabalhador adulto; que foi despedido do serviço sem justa causa vez que nenhum ato cometeu que justificasse a sua dispensa; que estava trabalhando no Banco reclamado durante os vinte dias de setembro sendo despedido no dia vinte, antes portanto da assinatura do acôrdo de aumento salarial; que o acôrdo firmado entre os sindicatos de bancários e banqueiros começou a vigorar a partir do 1º de setembro do corrente ano, época em que o reclamante, como acima disse, ainda estava trabalhando no Banco reclamado; que os empregados que permaneceram no Banco receberam o salário do mês de setembro com o aumento decorrente do acôrdo salarial já citado; que no Banco reclamado ainda continuam a prestar serviços quatro menores, vencendo o salário na base de 50% do que é pago ao adulto; que não obstante as multas infringidas pela Delegacia do Ministério do Trabalho no tocante ao pagamento de 50% aos menores o Banco ainda continua a prática de pagar aos menores o salário reduzido, sujeitando-se embora às multas que lhe são impostas; que não assinou nenhum documento de quitação de qualquer tipo, tanto assim é que o Banco em face de sua recusa em receber determinada importância fez, em favor dele reclamante, uma consignação em pagamento.

Nesse momento Afrânio foi questionado pelo vogal dos empregadores, Djalma Gusmão, sobre o trabalhador que também era contínuo, mas nesse caso maior de idade:

Ingressou no serviço antes dele reclamante contando atualmente com oito anos de serviço; que o contínuo adulto, acima referido, quando ingressou no Banco, já era de maior; que o maior referido ingressou no Banco na qualidade de contínuo, feito pelos menores; que antes de ingressar no serviço de contínuo interno, feito pelos menores; que antes de ingressar no serviço em outro estabelecimento bancário; que antes de entrar no Banco não recebeu nenhuma instrução relativa a manuseio de papéis entre as carteiras do Banco; que no dia em que entrou no Banco entregaram-lhe os papeis para distribuição nas carteiras e cheques para carimbar que quem lhe indicou êsse serviço foi outro empregado, também de menor, embora mais antigo; que quando foi distribuir avisos de títulos de cobrança na praça, foi, no primeiro mês depois de ingressar no serviço do Banco, filiou-se ao Sindicato dos Bancários; que deu ciência ao seu Sindicato dessa situação irregular com o que o Banco lhe impunha o pagamento de 50% de salário e que a Delegacia do Ministério do Trabalho, tomando conhecimento dessa irregularidade, autou e multou, por mais de uma vez, o Banco reclamado; que a ficha para efeito da extração de carteira profissional do reclamante foi preenchida pelo Banco reclamado para admiti-lo como contínuo; que sabe que da ficha do pedido de carteira ao Ministério do Trabalho consta a expressão – em fase de experiência; que essa experiência teria a duração de um ano depois do que o reclamante seria ou não aproveitado no serviço.

Já o advogado do Banco destacou “que depois que o menor completa dezoito anos o Banco os admite como funcionários, mas depois que os mesmos se submetem a exame”.

Além disso,

Que a função do reclamante é distribuir papeis e fichas de crédito entre as carteiras dos funcionários e depois do expediente para o público, preparar a expedição de aviso de crédito destinada às congêneres; que esporadicamente o reclamante servia café na gerência, isso mesmo na ausência do servente; que o reclamante também ajudava na limpeza, no encerramento e limpeza é feito no turno da manhã das segundas feiras, ficando dispensados do expediente do turno da tarde, os que prestam êsse serviço; que acha que dentro de uns seis meses o reclamante já estava em condições de entregar, com certo desenvolvimento, papéis e fichas entre as carteiras de funcionários. Perguntado pelo advogado do reclamado disse que a prova de seleção é feita exclusivamente entre os menores aprendizes; que o Banco tem um servente de nome José Alexandre de Farias que é encarregado da limpeza do Banco; que tem também continuo, maior, de nome José Vieira Maia da Silva

Luiz Hugo, que representava o sindicato e Afrânio nesse processo também se pronunciou, dizendo:

Ficou suficientemente provado que o reclamante não é menor aprendiz na forma da legislação do trabalho. A prova dos autos, confirmada pela prova testemunhal, e sobretudo pelas declarações do representante da empresa, demonstra que o reclamante foi admitido para prestação de serviço como contínuo. É a própria declaração do Banco em documento [...] que se dirigindo no Ministério do Trabalho, especifica no documento “Declaração de função” – Admitirá o reclamante na função de contínuo – as declarações do representante da empresa asseguram que o serviço de menor é idêntico aos dos contínuos e serventes do Banco, pois o mesmo entregava títulos na praça, correspondência, servia café e distribuía papéis pelas carteiras. Por outro lado não tinha qualquer privilégio de horário para estudo, não ficando, portanto, caracterizado qualquer aprendizagem metódica na empresa. Os acórdos salariais publicados no Diário Oficial de 31 de 1961 e 4 de dezembro de 1962, cujos exemplares se pede juntada não foram cumpridos pelo Banco ensejando, por isso, a presente reclamação de diferença salarial. O Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, inúmeras vezes tem decidido pelo pagamento de salário de adulto ao menor que trabalha sem aprendizado. Vale salientar a decisão unânime publicada no Diário de Justiça de Pernambuco de 19 de setembro de 1962, em que foi relator o ilustre Desembargador dr. Clóvis dos Santos Lima, cuja ementa é a seguinte – Menor não aprendiz. Direito ao salário de empregador maior. Recurso a que se nega provimento. Numerosos são os Acórdãos do Tribunal Superior do Trabalho e do mais alto Pretório. A própria Junta em várias, sucessivas e brilhantes decisões tem se encaminhado por essa trilha hoje uniforme na jurisprudência trabalhista brasileira. O próprio advogado da empresa em que pese o esforço de sua dialética e o brilho de sua palavra reconhece nas entrelinhas de sua contestação que o menor merece receber a diferença salarial pleiteada na petição inicial, no valor de 100. 618, 00 em consequência espera o postulado que a Junta dê integral acolhida ao pedido que se faz.

Não querendo as partes entrar em acordo, o juiz Luiz Oliveira Galvão decidiu remarcar para o dia 17 de dezembro de 1962 o momento para proferir a decisão final do processo. Após expor um resumo da audiência, dispôs sobre o seguinte resultado:

Ante o exposto, decide a Junta por maioria, contra o voto do Vogal dos Empregadores que admite o cálculo apresentado pelo reclamante mas observada a base do menor, ou seja 50% do salário do adulto – para julgar precedente a reclamação para condenar como condena o reclamado a pagar G\$: 100.618,00 cruzeiros ao reclamante. Esta decisão deverá ser cumprida dentro de dez dias e foi prolatada na presença das partes.

Não aceitando a decisão que era favorável ao trabalhador e menor Afrânio, o Banco da Lavoura entrou com recurso no Tribunal Regional do Trabalho em 27 de dezembro de 1962. No documento, de início foi solicitada a anulação do processo, pois alegava-se que na decisão apresentada pela Junta “prevaleceu, portanto, o voto do ilustre Vogal dos Empregados”. Vale lembrar que nesta época Luiz Hugo, além de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Bancários, também ocupava o posto de Vogal representando os trabalhadores paraibanos, com isso o Banco queria alegar que nesse processo Luiz Hugo estava cumprindo dupla função e tinha se posicionado de forma arbitrária.

Entre outras petições, como a menção as jurisprudências sobre a matéria, o Banco também alegava que o fato de Afrânio ter sido considerado aprendiz “foi fruto de mero arbítrio da Presidência da Junta”, pois “a prova dos autos levava a um caminho inteiramente diverso”. Ou seja, tinha-se a intenção de abrir uma lacuna sobre o tratamento dado ao caso, podendo até mesmo sugerir que havia uma relação entre a presidência da Junta e do próprio Luiz Hugo.

Em resposta ao recurso apresentado, o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários da Paraíba, por sua vez, destacou no dia 4 de janeiro de 1963 que houve um equívoco por parte da secretária da Junta ao relacionar a presença de Luiz Hugo na audiência como Vogal dos Empregados que foi reconhecido pela mesma ao informar por certidão que realmente houve uma confusão dos papéis. Para Luiz Hugo, a alegação do Banco não passava de uma estratégia para “fugir ao cumprimento da lei, de ganhar tempo, de massacrar o trabalhador, procrastinando o feito, estribando na força do poder econômico”.

O parecer apresentado pelo procurador José Guedes Corrêa Gondim Filho representando o Ministério Público, em 8 de março de 1963, acabou anulando a decisão da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa ao argumentar que não houve representação do Vogal dos empregados no julgamento e nem do seu suplente. Essa decisão também foi corroborada pelos Desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, ao considerar que foi “aberrante a não participação do Vogal dos Empregados no Julgamento”.

Desse episódio em específico, podemos supor várias hipóteses. Luiz Hugo já havia atuado como representante do Sindicato e de seus associados em outras reclamações e por isso a secretaria da Junta não considerou sua presença irregular? Foi uma estratégia utilizada pela Junta para que o processo não fosse validado pelo TRT da Sexta Região? O Banco da Lavoura teve participação nessa ação?

O que sabemos com certeza é que o Banco se utilizou dessa situação para desestabilizar a decisão proferida na primeira instância, já que a legislação era clara quanto a representação classista, inclusive com cargos de suplentes. Isso fez com que a reclamação, que já durava mais de 1 ano, voltasse novamente à estaca zero.

Com isso, uma nova audiência foi marcada quase um ano após a decisão do Tribunal Regional do Trabalho, para o dia 3 de fevereiro de 1964. Porém a reclamação de Afrânio foi novamente adiada, pois estranhamente não foi mais uma vez convocado o suplente de Vogal dos Empregados, ficando remarçada para o dia 7 do mesmo mês e ano. Porém nesse dia foi remarcada novamente para o dia 13 “pelo adiantado da hora”.

Enfim no dia 13 de fevereiro de 1964 foi realizada a nova audiência, quando estiveram presentes, além do Presidente da Junta, o Juiz Luiz de Oliveira Galvão, o Vogal dos Empregadores Djalma V. Gusmão, o suplente do Vogal dos Empregados Jairo Correia Lima e os mesmos representantes de cada parte envolvida no processo. Esses apresentaram os mesmos argumentos da audiência anterior. Em função disso, o juiz Luiz de Oliveira apresentou por duas vezes propostas de acordos que não foram aceitas entre as partes. Infelizmente, a ata da audiência não menciona o teor dessas propostas, o que o fez partir para a sugestão de dissídio com os Vogais.

Embora o Vogal dos Empregadores, Djalma Gusmão, tendo mais uma vez votado contra a decisão dessa audiência, a Junta decidiu pela segunda vez julgar procedente a ação movida pelo Sindicato dos Bancários em favor de Afrânio Gomes, determinando que o Banco pagasse o valor solicitado no início da reclamação em 1962, ou seja, G\$: 100.618,00 (cruzeiros).

Não tendo se conformado com a nova derrota, o Banco da Lavoura entrou novamente com pedido de recurso para reaver a decisão proferida pela Junta de Conciliação e Julgamento, recorrendo ao Tribunal Regional da 6ª Região no dia 21 de fevereiro de 1964, ou seja, dois anos após o início do encaminhamento da ação trabalhista.

Dessa vez, no dia 6 de maio de 1964, o Tribunal Regional do Trabalho resolveu converter o processo em diligência. A partir dessa decisão, o processo permaneceu estacionado por mais de 2 anos e só voltou a ser tramitado de fato após uma solicitação de Afrânio em outubro de 1966.

Após anos de tramitação processual, sendo alguns deles totalmente inválidos, já que a ação trabalhista não estava sendo discutida, no dia 9 de fevereiro de 1967 o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região declarou justa e correta a última decisão estabelecida pela Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. Porém foi apenas no dia 26 de abril de 1967 que Afrânio Gomes Leite pôde enfim assinar o termo de pagamento e quitação da sua indenização no valor de 100,61 (cem cruzeiros novos e sessenta e um centavos).²⁰⁷

Esse processo nos leva a compreender o interior do funcionamento da Justiça do Trabalho e dos embates de classe vivenciados por intermédio dessa instituição. Apesar de Afrânio, com apoio do seu sindicato, possuir um vasto conhecimento acerca da legislação da época e das inadimplências que a empresa reclamada possuía em relação ao não cumprimento da CLT, ao recorrer das decisões proferidas pela Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa ao Tribunal Regional da Sexta Região, o Banco da Lavoura ainda conseguiu ter as decisões anuladas, trazendo um prejuízo ao trabalhador por anos. Ou seja, mesmo não seguindo a lei, a Justiça permitiu que o empregador de Afrânio garantisse legitimidade para recomeçar do zero uma reclamação trabalhista que não teve resultado inicial favorável para ele.

Observa-se, portanto, que embora Afrânio depois de 5 anos tenha conseguido finalizar a reclamação trabalhista com resultado a seu favor, precisou demandar um esforço logístico grandioso para isso. Um outro trabalhador ou trabalhadora de outra categoria, não amparado por um sindicato forte como o dos bancários, e que não tivesse tanto conhecimento acerca dos seus direitos como Afrânio demonstrou ter, obteria o mesmo resultado? Possivelmente seria muito difícil. Em suma, essa ação nos demonstra que a Justiça do Trabalho, ao contrário do acostumou-se a crer, em muitos casos também dificultou a efetivação de Direitos.

Já dentre os processos movidos no ano de 1963, destacamos o do funcionário Dionísio Mendes de Queiroz, que em agosto desse ano, por meio do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de João Pessoa, ao qual era associado, entrou com uma ação contra a Firma Matarazzo após ser demitido, quando apresentou atestado médico depois de sofrer acidente de trabalho em janeiro de 1962.

Durante esse tempo, cabe ressaltar que Dionísio estava sendo assistido pelo Instituto de Previdência Social. Em seu atestado registra-se que enquanto estava realizando a limpeza da máquina, os rolos o atingiram causando uma contusão na mão direita. Ao retornar ao trabalho,

²⁰⁷ Processo de Afrânio Gomes Leite contra o Banco da Lavoura de Minas Gerais em novembro de 1962. Fonte: Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba.

foi demitido sem aviso prévio, não recebendo 13º salário, nem pagamento pelo tempo que ficou disponível para a empresa, sendo esses os pontos que requeria na Justiça.

Imagem 20 – Atestado de Dionísio Mendes Queiroz, anexado ao seu processo na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa contra a empresa Matarazzo

Para SERVIÇO MÉDICO Dr. A. Gomes		Objeto COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE NO TRABALHO		Data 15-1-62 N.º 2
Nome do Acidentado Dionísio Mendes Queiroz		Data nascimento 19-10-39	N.º D. E. T. 491	Seção MEC.
Local do acidente João Pessoa		Data e hora do acidente 13-1-62 20		
Testemunhas presenciais João Alves da Silva Francisco Chagas dos Santos				
Causas do acidente O prestava serviço na Sub-Secção 04-ENERG, no to em que limpava o rolo da máquina, foi atingi- dos rolos, causando contusão na mão direita.				
Recomendações: PRIMEIRO Primeiro curativo foi no Pronto Socorro.				
A SER PREENCHIDO PELO SERVIÇO MÉDICO				
Foi tratado no Ambulatório? <i>Sim</i>				
Foi levado ao Hospital? <i>ocasionalmente</i>				
Seguinte condução:				
Data das lesões: <i>Contusão na mão direita</i>				
A SER PREENCHIDO PELA DIREÇÃO DA UNIDADE				
Foi dada a ficha de Acidente no Trabalho?				
Foi encaminhado à Seção Legal?				
Providências tomadas:				
Observações:				
Serviço		Escarregado Administrativo		
		Diretor da Unidade: I. BRASIL JULIA DE JOÃO PESSOA		

Fonte: Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (1962).

No dia da audiência de conciliação, o advogado da empresa argumentou que Dionísio só tinha trabalhado apenas 3 dias e logo em seguida acidentou-se, por isso não tinha direito à indenização pedida. Além do mais, afirmou também que pela CLT o empregador possuía a prerrogativa de demitir o trabalhador em sua volta da Previdência. Por sua vez, o advogado do trabalhador manteve os pontos pedidos no início da ação, o que resultou em uma intervenção por parte do juiz Luiz Oliveira Galvão, que decidiu em favor de Dionísio para receber indenização por falta de aviso prévio, mas também em favor a empresa, que não foi obrigada a pagar o valor referente ao 13º salário, bem como outros valores referente ao tempo em que Dionísio ficou disponível a ela.²⁰⁸

²⁰⁸ Processo de Dionísio Mendes Queiros, contra a Firma Matarazzo em agosto de 1963, localizado na Junta de Conciliação da Justiça do Trabalho de João Pessoa (Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba).

Ou seja, para a empresa Matarazzo não importava se Dionísio havia se acidentado em suas repartições ou não, o que interessava era livrar-se o quanto antes dele. No próximo ponto desse capítulo veremos outros exemplos de processos envolvendo as negligências dessa mesma empresa.

Além disso, durante o processo não se apresentou provas ou argumentos sobre as condições de trabalho que levaram o operário a sofrer o acidente, muito menos foi questionado pela Junta de Julgamento. No fim, para Dionísio, assim como para a maioria dos processos catalogados nesse trabalho, o que houve foi uma “justiça com desconto”, como destacou John French ao se referir aos acordos realizados entre trabalhadores e patrões com a interferência da Justiça do Trabalho.

Analisamos a seguir um dos processos movidos pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cimento, Cal e Gesso de João Pessoa, que nos revela mais um importante exemplo das disputas envoltas dentro das relações de trabalho e de classes antes da eclosão do golpe civil-militar de 1964.

Em fevereiro de 1964 Odilon Sales da Silva, por meio do sindicato acima citado, entrou com um processo contra a firma a qual era empregado após ser suspenso por três dias com desconto do período em seu salário. A Cia Paraibana e Cimento Portland/SA alegou que a suspensão ocorreu por terem encontrado o operário dormindo em horário de trabalho.²⁰⁹ No dia da audiência, a empresa anexou às provas uma declaração de advertência dada pelo supervisor da área a Odilon em punição por ser pego dormindo. Além disso, apresentou depoimentos de outros trabalhadores que colaboravam com a versão, mas apenas um deles, José Daniel, confirmou que o caso realmente tivesse acontecido. Já Edson Cardoso Diniz afirmou em juízo que, diante da distância em que estava de Odilon, não tinha certeza se ele se encontrava ou não dormindo, mas acreditava nas palavras do seu supervisor.

Por sua vez, Odilon também apresentou duas testemunhas. O senhor José Alderico do Nascimento, que informou que o seu colega não se encontrava dormindo, mas sim que “se encontrava em posição de relaxamento” e “que esse fiscal é costumeiro em prejudicar seus companheiros”. Além disso, disse também “que é permitido ao trabalhador sentar estando a máquina parada ou trabalhando”. O senhor Genival Paiva também confirmou a versão apresentada pelo reclamante. Após os testemunhos, o magistrado, Luiz de Oliveira Galvão,

²⁰⁹ Processo de Odilon Sales da Silva, contra a CIA Paraibana e Cimento Portland/AS em fevereiro de 1964, localizado na Junta de Conciliação da Justiça do Trabalho de João Pessoa (Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba).

decidiu em favor de Odilon, pois as partes não entraram em acordo, sendo a decisão do juiz que a empresa reembolsasse o trabalhador pelos dias descontados pela suspensão.

Neste exemplo, temos uma clara demonstração das relações entre tempo e disciplina de trabalho controlada pelo capital, em que o trabalhador procura buscar estratégias para amenizar ou burlar a dominação dos corpos e mentes no ambiente de trabalho, recorrendo ao contraditório ambiente da Justiça do Trabalho, que ora tentava controlar os trabalhadores, ora abria brechas para as suas demandas. Ficam evidentes também as disputas internas entre os próprios trabalhadores em meio à hegemonia do capital.

É neste caminho que procuramos estabelecer uma relação com as problemáticas propostas por Thompson, sobretudo em sua obra *Costumes em Comum*, na qual em alguns capítulos dedica-se a compreender a mudança do tempo a partir do desenvolvimento do modo capitalista na Inglaterra do século XVIII²¹⁰, em que o acúmulo de experiência e conflitos próprios da dinâmica do sistema capitalista nos permite compreender as relações de classe e luta de classes envolvidas nesse processo.

Antes da Revolução Industrial, “o padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade”, porém essa situação foi se modificando quando os empregadores capitalistas passaram a controlar o tempo e a torná-lo uma via de exploração da mão de obra.²¹¹ Apesar disso, essas mudanças não foram sempre marcadas por uma internalização dessa disciplina, mas também por intensos conflitos que se manifestaram de diferentes maneiras, como é o caso de Odilon Sales mencionado anteriormente, e da defesa empregada a ele pelo seus companheiros de trabalho Alderico do Nascimento e Genival Paiva, ao defender que Odilon estava em “posição de relaxamento” e qualquer trabalhador poderia descansar enquanto a máquina realizava as suas funções.

Apesar disso, a disciplinarização do tempo foi incorporada de forma tão intensa pelos capitalistas, pelas crenças religiosas e pelo próprio trabalhador, que até profissões foram criadas para fiscalizar o tempo destinado a cada atividade. Nesse caso em específico, o supervisor era visto como um sujeito que gostava de “prejudicar seus companheiros”, e que portanto não fazia vista grossa para “moleza” no ambiente de trabalho. Geralmente, as pessoas que cumpriam essa função acabavam reforçando a própria ideia do capitalismo moderno que considerava (e considera) o tempo como expressão de dinheiro.

²¹⁰ THOMPSON, 1998.

²¹¹ *Ibidem*, p. 282.

Em suma, podemos compreender que a luta dos trabalhadores urbanos e sindicalizados na esfera jurídica pautava-se na efetivação de direitos que já estavam estabelecidos por lei, mas que não eram respeitados e cumpridos pelos patrões. Tendo em vista que a maioria dos processos aqui analisados dizem respeito a demissões sem justa causa e sem pagamento daquilo que estava previsto, percebe-se a falta de compromisso e valor que os empresários depositavam nas leis trabalhistas. Assim, pensando nos diversos entraves que ainda hoje fazem com o que os trabalhadores não recorram à Justiça do Trabalho, por temor aos patrões e receio de não conseguirem mais entrar no mercado de trabalho, o número de pessoas que ficaram sem receber “seus direitos” após demissões sem justa causa, acidentes de trabalho e outros, pode multiplicar-se.

Apesar disso, através dos processos analisados e da crescente bibliografia sobre o tema, fica evidente que, embora a Justiça do Trabalho e da própria CLT tenham sido criadas com propósitos que perpassam as noções de dominação e tutela, os trabalhadores souberam traçar estratégias para utilizar a legislação de modo que os favorecessem.

Além disso, a organização através de sindicatos, mesmo em um país marcado por golpes e conseqüentemente perseguições à classe trabalhadora, em uma região com forte traços de autoritarismo da classe dominante (política e empresarial) como a Paraíba, demonstra que esses sujeitos aproveitaram os fôlegos democráticos existentes durante o século XX, e em particular a estrutura fornecida pela legislação e do judiciário dedicado à relação capital x trabalho, para (re)articularem as experiências e conquistas adquiridas em momentos posteriores da formação da classe trabalhadora brasileira.

No ponto a seguir analisamos especificamente as reclamações movidas por mulheres sindicalizadas, tendo em vista que, em comparação aos homens, recorreram menos à Justiça do Trabalho no período e processos analisados nessa dissertação, embora como visto na tabela 3, o número de mulheres empregadas na indústria da Paraíba era bem superior ao de homens (mulheres 27.431 x homens 6.765). O recorte específico sobre o gênero feminino deve-se também ao fato das particularidades das mulheres trabalhadoras ao enfrentarem, simultaneamente à exploração da força de trabalho, uma forte dominação patriarcal nas relações de poder sociais e trabalhistas na época.

3.3 A Judicialização dos conflitos trabalhistas e as questões de gêneros e de trabalho infantojuvenil

Ao longo da história das sociedades patriarcais a opressão desencadeada sobre o gênero feminino sempre foi (e continua sendo) uma constante. Desde a sedentarização da humanidade, a divisão sexual do trabalho foi permeada de relações de poder e hierarquia entre os sexos. Com o modo de produção capitalista e as definições sobre a divisão sexual do trabalho moderno, essa problemática apenas se acentuou e possibilitou a sustentação necessária para a manutenção e reprodução desse sistema.

Como enfatizou Friedrich Engels em sua obra – publicada originalmente em 1884 – *A origem da propriedade privada e do Estado*, “o primeiro antagonismo de classe coincide com a do sexo feminino pelo masculino”. Com a emergência da sociedade de classes e a inserção paulatina das mulheres no mercado de trabalho produtivo, elas passaram a ser duplamente exploradas, já que a imposição da figura feminina como cuidadora do lar, das crianças, idosos e doentes (trabalho não produtivo) não desapareceu socialmente.²¹² Portanto essas permanências de opressão e de exploração não podem ser observadas de forma “natural”, mas sim como um processo de desigualdades históricas.

No Brasil, a problemática do patriarcado não pode ser desconsiderada em nenhuma análise que leve em consideração o estudo do desenvolvimento do capitalismo e as relações conflituosas entre as classes sociais geradas a partir dele. As relações de trabalho construídas nesse país há mais de 520 anos estão permeadas de desigualdades de gênero e raça e transitam entre o arcaico e o moderno, conservando velhas práticas exploratórias que envolvem a manutenção da relação de poder e dominação, sobretudo entre patrão e empregado, homem e mulher. Ou seja, no Brasil o desenvolvimento do capitalismo “soube lidar de maneira primorosa com a ordem patriarcal e de gênero para garantir suas necessidades de acumulação, explorando o trabalho das mulheres e relegando-as majoritariamente aos baixos salários”²¹³.

Já especificamente no nordeste brasileiro, durante os primeiros anos da década de 1960, as mulheres que também exerciam funções assalariadas no mercado de trabalho precisaram lidar com jornadas que se relacionavam diretamente com suas condições de sexo, gerando imposições e relações de poder profundas com raízes históricas e morais. Diante disso, esse ponto busca analisar a luta por Direitos de sindicalistas paraibanas, bem como compreender as principais categorias ocupadas e reivindicações, empreendidas por essas mulheres. Para isso, utilizamos sobretudo Processos Trabalhistas e dados do Censo Demográfico de 1960.

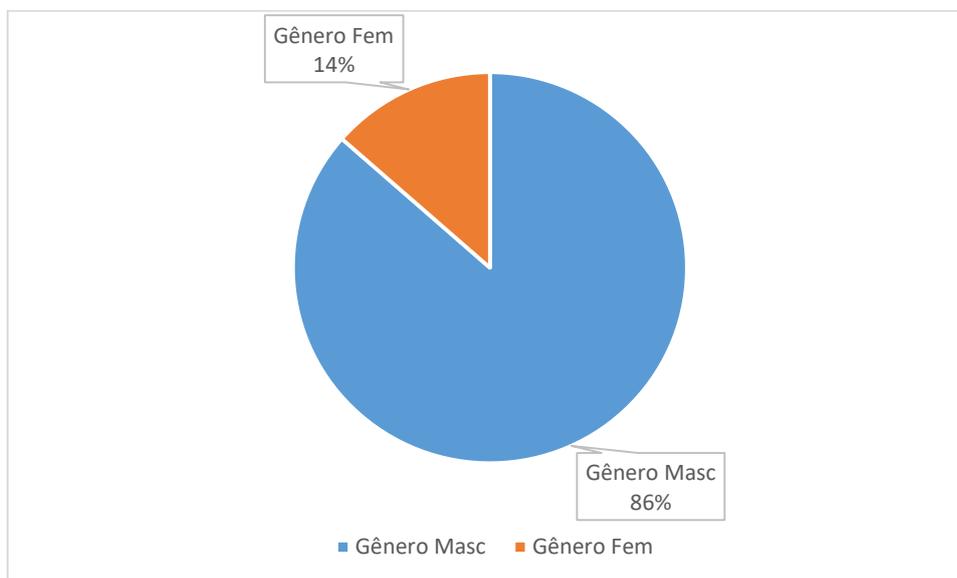
²¹² ENGELS, Friedrich. *A origem da família e da propriedade privada e do Estado*. São Paulo, Boitempo, 2019 apud, MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*, 2019, p. 59.

²¹³ BEZERRA, Lucas; NOGUEIRA, Leonardo. Relações patriarcais de gênero e formação econômica-social brasileira: pressupostos e fundamentos. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, jul-dez. 2018, p. 162.

Conforme reportado anteriormente, entre o número total de processos analisados nesse capítulo, 83 referem-se a ações movidas por pessoas do gênero masculino e apenas 13 do gênero feminino. Além disso, é válido salientar que durante todo os eventos abordados a partir capítulo 2, as principais lideranças sindicais e que organizaram os diversos movimentos ao longo dos anos de 1961 a 1964 foram predominantemente desempenhadas por homens. Ressalvado o papel de liderança desenvolvido por Elizabeth Teixeira na Liga Camponesa de Sapé após o assassinato de seu marido, as mulheres aparecem escamoteadas em temas relacionados à participação da família em mobilizações relacionadas ao 1º de Maio, ou para enfatizar o discurso moralizante de responsabilidade do trabalhador perante sua esposa e filhos, remetendo à ideia de perigo ao se aliarem a grupos e movimentos “esquerdistas” e “comunistas”.

No gráfico abaixo é possível observar a porcentagem desses números através dos processos movidos pela Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa que ilustra a discrepância entre os gêneros que ocupavam os espaços públicos e privados, doméstico e empregatício.

Gráfico 1 – Porcentagem acerca do número de ações movidas por gênero



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos processos analisados da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (1961-1964).

Além disso, as trabalhadoras paraibanas podiam ser evidenciadas nos movimentos de trabalhadores em espaços de concursos de beleza, como demonstrado na foto abaixo em que é possível visualizar a “rainha dos trabalhadores na indústria da “Paraíba”, juntamente com João Ribeiro Filho (Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Paraíba e do Sindicato da Indústria de Calçados), que fala ao microfone ao lado do vereador João Cabral Batista. A partir dessa imagem ressaltamos o lugar reservado às trabalhadoras, que, apesar de

extrapolarem os espaços privados, eram submetidas à moralidade e perfeição nos significados de “bela e recatada”.

Imagem 21 – "Rainha dos trabalhadores na indústria" ao lado de João Ribeiro e João Cabral Batista



Na foto em primeiro plano se vê o autor, a rainha dos trabalhadores na indústria da Paraíba e o vereador João Cabral Batista, na festa de coroação da mais bela indústria da Paraíba.

Fonte: RIBEIRO FILHO, João Ribeiro. *O sindicalismo de meu tempo*. Empório dos Livros, 1999.

Levando em consideração a porcentagem das ações movidas por mulheres nesse trabalho, que não chegam a somar 20% do total dos processos analisados, além da ausência nos papéis de liderança das instituições mencionadas ao longo dessa dissertação, podemos constatar que as mulheres recorriam menos a Justiça do Trabalho comparado aos homens. Mas por que isso acontecia?

O Censo Demográfico da década de 1960 do estado da Paraíba indica que 86.486 mulheres faziam parte da população economicamente ativa com ocupação acima dos 10 anos de idade, como demonstrado na tabela 3. Já os homens compunham um total estipulado em 508.868 pessoas. Ou seja, havia uma discrepância muito significativa. Além disso, os principais serviços desempenhados por mulheres referiam-se a ocupações consideradas como “femininas”.

Na tabela a seguir é possível verificar que as principais profissões ocupadas pelas mulheres paraibanas concentravam-se nos serviços domésticos e de alimentos, lavadeiras, alfaiates, costureiras, bordadeiras e em outros ramos da indústria e agricultura.

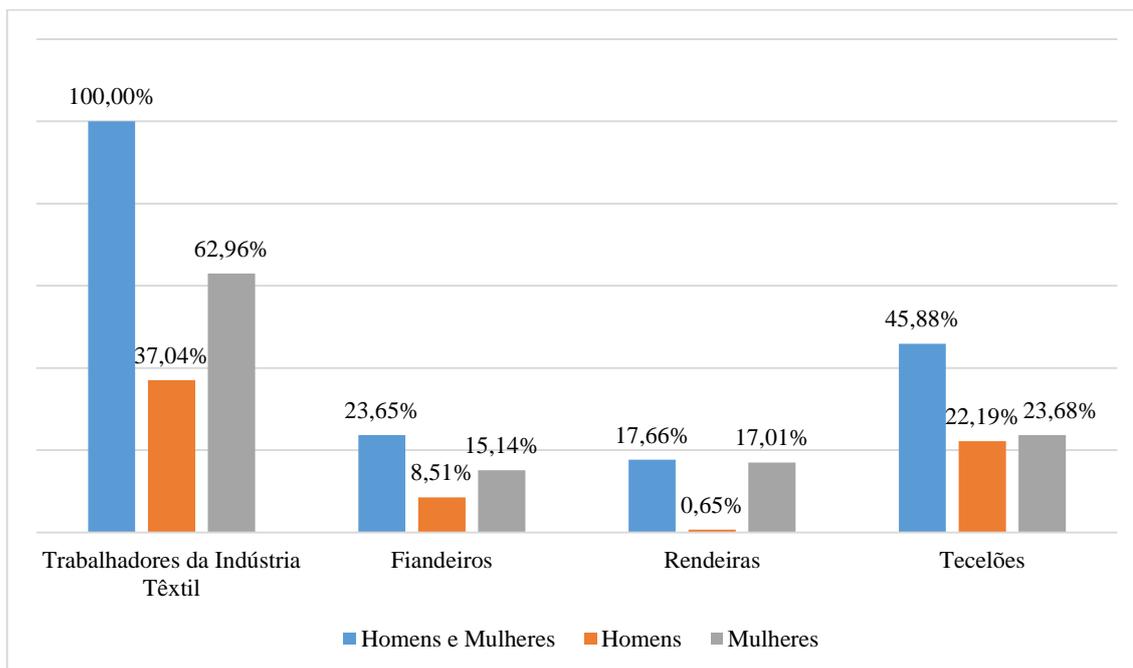
Tabela 4 – Algumas profissões exercidas por paraibanas/os na década de 1960 – Dados por gênero

OCUPAÇÕES/PROFISSÕES	MULHERES	HOMENS
----------------------	----------	--------

Agricultores	336	5.927
Trabalhadores agrícolas qualificados	14	519
Trabalhadores agrícolas não qualificados	34.712	389.163
Trabalhadores da Enxada	34.423	384.160
Pescadores e Caçadores	78	3.222
Ocupações das Indústrias de transformação e construção civil	36.105	13.972
Ocupações da Indústria de Mecânica	101	6.499
Ocupações na indústria da construção civil	107	11.159
Ocupações na indústria de alimentação e de bebida	161	2.219
Ocupações na indústria gráfica	19	278
Estivadores	4	809
Ocupações domésticas remuneradas e dos serviços de alimento	14.781	1.275
Lavadeiras e engomadeiras	4.963	185
Trabalhadores braçais sem especificação	116	3.239
Sapateiros	64	3.965
Alfaiates e costureiras	7.557	1.255
Bordadeiras	993	11
Balconistas e Vendedores	1.770	10.634
Motoristas	31	7.507

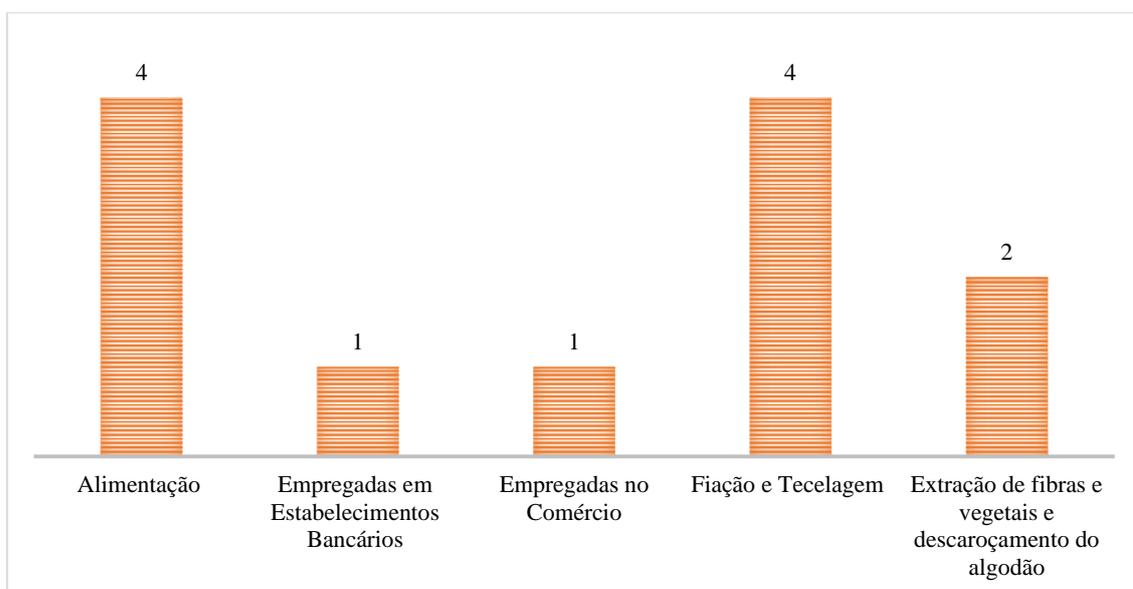
Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Censo Demográfico de 1960. Fundação - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Departamento de Estatísticas de População, Volume I, Tomo V.

Porém era na indústria têxtil que as mulheres ocupavam mais da metade dos postos de trabalho, chegando a somar 4.054, enquanto aos homens totalizavam apenas 2.385. Desse total, 975 mulheres ocupavam a função de fiandeiras enquanto 548 eram homens, 1.095 mulheres trabalhavam como rendeiras e apenas 42 homens na mesma ocupação. Além disso as mulheres também eram a maioria entre os tecelões, ocupando 1.525 em comparação a 1.429 homens. Esses números podem ser melhor compreendidos a partir das porcentagens demonstradas no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Ocupações da Indústria Têxtil

Fonte: Gráfico elaborada pela autora com base nos dados do Censo Demográfico de 1960. Fundação - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Departamento de Estatísticas de População, Volume I, Tomo V.

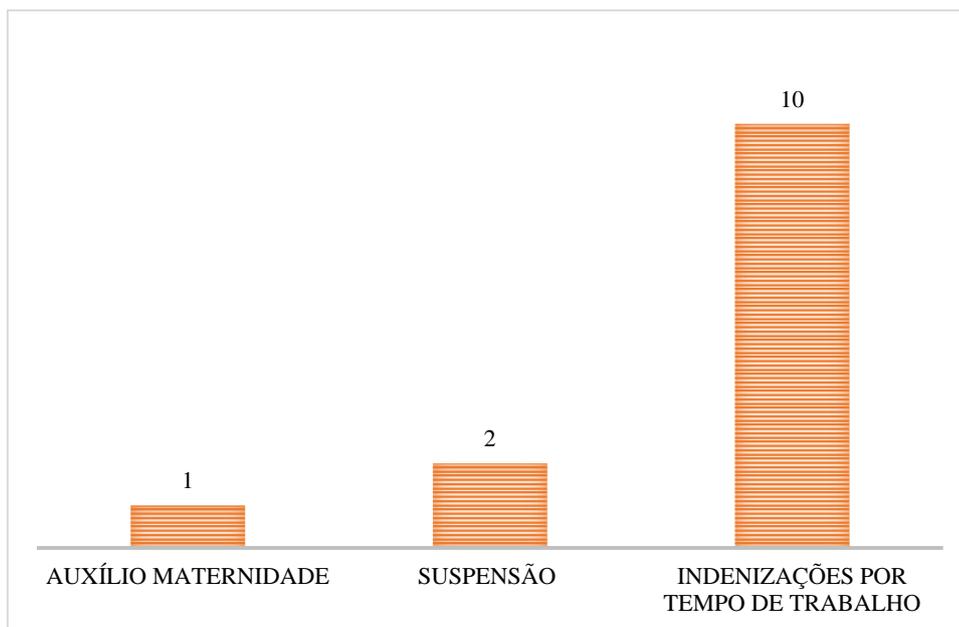
Nos 13 processos referentes a ações movidas por sindicalizadas paraibanas analisadas nesse capítulo, é possível verificar que entre as principais categorias envolvidas estavam exatamente as ocupações nas indústrias de alimentação e têxtil, também vistas no gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Processos movidos por categoria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Censo Demográfico de 1960. Fundação - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Departamento de Estatísticas de População, Volume I, Tomo V.

Já no que se refere aos objetos das ações, assim como demonstrado no ponto anterior, a grande maioria dos autos trabalhistas são movidos em função de direitos não pagos ao final do contrato ou prestação de trabalho. Nesses casos recorreu-se à Justiça em busca de aviso prévio, diferenças salariais, férias, 13º salário e outros. Além desses, nos casos das trabalhadoras incluem-se a solicitação de auxílio maternidade e suspensões sem justa causa.

Gráfico 4 – Objeto das ações



Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Censo Demográfico de 1960. Fundação - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Departamento de Estatísticas de População, Volume I, Tomo V.

O caso de Ivonete Silvestre Pereira é bastante ilustrativo para compreender as ações que envolveram as demissões sem justa causa e o não pagamento dos “direitos” por parte de empregadores que não respeitavam a legislação trabalhista. Paraibana nascida em João Pessoa no dia 8 de abril de 1944, filha de Jorge Silvestre Pereira e Olidina Pereira, Ivonete começou a trabalhar na S/A Industrias Reunidas F. Matarazzo em 17 de outubro de 1960, quando tinha apenas 16 anos como menor aprendiz.

Imagem 22 – Foto retirada do contrato de trabalho de Ivonete Silvestre Pereira, anexada ao seu processo trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa em 1962



Fonte: Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (1962).

Em seu contrato de trabalho consta que em sua função como aprendiz recebia a quantia de G\$ 10,10 por hora e seu expediente iniciava às 7h e finalizava às 16h, e também que era parda, tinha olhos e cabelos pretos, com 1,51 de altura, pesando 50 quilos.

No dia 8 de janeiro de 1962, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de João Pessoa entrou com uma ação contra a empresa Matarazzo na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa em função da demissão sem justa causa de Ivonete em 27 de novembro de 1961. Nos motivos da reclamação o sindicato afirmava que, mesmo sendo menor aprendiz e recebendo apenas 50% do salário estabelecido na época, ela cumpria carga horária e realizava atividades de uma trabalhadora adulta, o que segundo a entidade desrespeitava o “artigo 3º da Portaria Ministerial nº 43, de 23/4/53”, já que o contrato de menor aprendiz só estava estabelecido no papel e a prática era outra.²¹⁴ Por isso o Sindicato também questionava o valor que Ivonete havia recebido de indenização após ser demitida, que tinha sido calculado com base em salário de trabalhadora menor.

Assim, na ação trabalhista o Sindicato, em favor de sua associada, solicitava a diferença salarial referente a todo seu tempo de serviço, diferença de indenização, aviso prévio e férias. Na imagem abaixo é possível visualizar o registro de empregado de Ivonete na Matarazzo, com

²¹⁴ “Art. 3º. Nenhum contrato de aprendizagem terá validade se tal condição não for previamente anotada na carteira do menor, ex vi do disposto no artigo 5º do Decreto nº 31.546, de 6 de outubro de 1952” (BRASIL, 1953, n.p.).

sua assinatura e informações pessoais. No tópico “Anotações “Especiais” consta “Categoria e Ocupação Habitual: Aprendiz - Desc. de Máquinas”.

Imagem 23 – Contrato de trabalho de Ivonete Silvestre Pereira, anexado ao seu processo trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa de 1962

Fonte: Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (1962).

No dia 9 de janeiro de 1962 a firma Matarazzo foi informada da ação movida pelo Sindicato e notificada a comparecer à sede da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa logo a seguir, no dia 15. Porém, no dia 16, o Sindicato informou à Junta que, por motivo de doença, Ivonete não poderia comparecer à audiência e solicitava seu adiamento, que ficou marcada para o dia 24 de janeiro. Em todo o texto a entidade de classe se refere à reclamante como “menor”, o que nos sugere que a instituição estava definindo claramente o objeto central da reivindicação.

Em função da ação ter sido novamente adiada por solicitação de “requerimento das partes”, a audiência só teve início no dia 5 de fevereiro de 1962. No processo não está anexada a primeira folha da ata da audiência. Mas através das demais é possível compreender o conteúdo discutido nesse primeiro momento de embate.

Os representantes da empresa se restringiram a argumentar em seus pronunciamentos que Ivonete teria recebido tudo aquilo que tinha direito por lei ao final do contrato de trabalho e que ela exercia atividades voltadas a menor aprendiz e por isso a reclamação deveria ser considerada improcedente. Mencionava-se também que os valores recebidos por ela na indenização após a demissão estavam totalmente condizentes com aquilo que havia recebido ao

longo da sua prestação de serviço, inclusive com reajustes salariais realizados de outubro de 1960 a novembro de 1961, no qual em outubro desse mesmo ano passou a receber G\$:18,80.

Além disso, defendia-se que a própria Portaria 43 demonstrava uma elasticidade no quesito das deliberações do menor no ambiente de trabalho, sendo que esse poderia receber instruções na empresa e que o Supremo Tribunal Federal já havia julgado um caso em 1958 com a mesma reclamação e ação foi julgada improcedente. Para embasar ainda mais seus argumentos, a empresa, através dos seus advogados, mencionou que Ivonete tinha em novembro de 1961 solicitado em ação na JCJ G\$ 11.752,00 à empresa, mas que foi arquivada em função do não comparecimento de sua parte. Porém, agora que o Sindicato estava à frente da ação, solicitava-se o valor “exagerado” de G\$ 54.120,80.

Em defesa de Ivonete o Sindicato alegava que o valor solicitado correspondia aos anos por ela trabalhados, já que a empresa havia pago a indenização tendo como base apenas 50% do salário na época. Além disso, o Vogal dos Empregados, Luiz Hugo Guimarães, mencionou que o recibo de quitação dado a Ivonete “não foi endossado pelo seu pai ou sua mãe” e que, por ela ser menor, não tinha valor algum. Na imagem abaixo é possível visualizar a quitação de contas com a assinatura de Ivonete.

Imagem 24 – Declaração de quitação de contas da menor Ivonete Silvestre Pereira, anexada ao seu processo trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa



Fonte: Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (1962).

Posteriormente, os representantes da Matarazzo alegavam que o serviço desenvolvido por Ivonete poderia ser aprendido dentro de 30 dias e que ela realmente trabalhava as 8 horas diárias e mais uma vez citava a elasticidade da legislação referente ao trabalho de menor e que o próprio TST já havia deliberado sobre isso. Além disso, para justificar que Ivonete teria tido aprendizagem em seu processo de trabalho, mencionavam que aquele era o primeiro emprego dela e que por esse motivo teve que ser ensinada a manusear as máquinas.

Mesmo tendo o Presidente da Junta, o juiz Luiz Galvão, sugerido duas vezes negociações para acordo durante a audiência, as partes não concordaram entre si e ficou estabelecido que no dia 12 de fevereiro seria divulgada a decisão por meio do órgão. Nesse dia, a Junta apresentou sua decisão após apresentar um resumo das reclamações apresentadas por Ivonete através do seu Sindicato e da defesa apresentada pela reclamada. Sobre o teor da decisão ler-se o seguinte:

A reclamante, apesar de haver declarado ter firmado acordo com a reclamada um contrato de trabalho por safra, como aprendiz de “descarregador de máquinas” de que nunca executara idêntico serviço em nenhuma parte e de ter recebido de quitação de aviso prévio e indenização pelo excedente de trabalho prestado extra contrato, vem reclamar os pagamentos das parcelas contidas na sua inicial.

Contesta a reclamada o pretendido direito da reclamante amparado na interpretação dada pelo STF de que ao menor será atribuído metade (50%) do salário pago ao trabalhador adulto; que tendo o reclamante assinado o recibo de quitação, nada mais pode pleitear:

Isto posto e:

Considerando que a lei só permite a redução do salário de menor quando êste se encontrar submetido à formação profissional, hipótese que não ocorre no caso dos autos;

Considerando que a simples consideração de “menor” como “aprendiz” não basta, devendo ainda resultar provando que o menor sujeito ao aprendizado metódico;

Considerando que, embora contravertida a matéria em exame, não se pode reduzir o salário de quem presta serviço igual ao de um adulto, pelo simples fato de ser MENOR;

Considerando que o recibo [...] não pode ser aceito como quitação de vez que o mesmo foi firmado pela menor sem assistência do pai, da mãe ou responsável ficando o mesmo sem nenhuma valia quanto a rescisão contratual, valendo apenas como simples pagamento de quantia ali mencionada;

Considerando que o aviso prévio foi dado pela empresa, em tempo conforme documento [...]

Considerando que o mais dos autos, DECIDE a Junta, por maioria – contra o voto do vogal dos empregadores que admite o recebido apresentado como de quitação total – julgar procedente, em parte, a reclamação, para condenar, como condena a reclamada à pagar a reclamante a quantia de G\$: 43.418, 80 referente à diferença de salários; G\$: 8.064,00 de indenização e 5.376, 00 de férias, compensando-se a importância de G\$: 6.481,60 já recebida, perfazendo, um total de G\$ 50.377,20, além das custas no valor G\$ 1.333.60.

Essa decisão que foi proferida na presença do advogado da Reclamada, deverá ser cumprida dentro de dez dias, notificada a reclamante.

De que, para constar, eu Chefe da Secretaria, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Presidente, pelos vogais e por mim subscrita.

Porém a decisão não foi aceita pela firma Matarazzo que decidiu recorrer ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com sede no Recife. Ao expor os fatos ao Tribunal, a empresa declarou que a decisão em favor da menor Ivonete “foi fruto de mero arbítrio dos julgadores da 1º instância”, pois “as provas dos autos levam a um caminho inteiramente diverso”. Além disso, ao novamente destacar que a trabalhadora tinha assinado contrato de trabalho e pagamento de indenização dentro da legalidade, critica o trabalho da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa ao dizer que o argumento utilizado por ela foi “simplesmente gracioso”.

Em todo o conteúdo do recurso apresentado, os advogados da empresa Matarazzo se utilizaram de outros casos semelhantes e que formavam uma sólida jurisprudência contrária à decisão da Junta, repetindo que o próprio Tribunal Superior do Trabalho já havia tomado decisões que flexibilizam a questão da aprendizagem no trabalho de menor e que Ivonete recebia mais de 50% do salário estipulado para a época, e que mesmo assim isso não tinha sido levado em consideração pela JCJ de João Pessoa.

Por outro lado, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de João Pessoa em favor de Ivonete, em sua contestação ao recurso apresentado pela Matarazzo, destacou mais uma vez que a trabalhadora não realizava trabalho de menor, mas sim cumpria uma carga horária de 8 horas diárias e que o recurso apresentado pela empresa era “profundamente ruim”. Ao final também citava diversos acórdãos que tiveram decisões favoráveis aos trabalhadores em caso semelhantes ao de Ivonete, ao se direcionar aos desembargadores que iriam decidir sobre o conteúdo do recurso.

No parecer apresentado, o Procurador José Guedes Corrêa Gondim Filho, em 27 de março de 1962, afirmou que, ao mesmo tempo que nada nos autos concluía que Ivonete fosse efetivamente aprendiz e, portanto, deveria receber a diferença de indenização e férias, deveria ser apurado o valor total da decisão da Junta para levar em consideração as variações de salário no período em que a menor ficou empregada na empresa e que já tinha recebido em sua indenização.

Porém, como o recurso só foi aceito em parte, a empresa Matarazzo novamente recorreu da decisão e em 23 de julho de 1962 e notificou ao Tribunal Regional do Trabalho que iria interpor um novo recurso ao Tribunal Superior do Trabalho. Entretanto, em setembro de 1962 o Tribunal Regional do Trabalho publicou uma decisão afirmando que para esse caso não

caberia mais recurso, pois a partir dos autos apresentados estava provado, pelos próprios argumentos da empresa, que a função desempenhada por Ivonete não dependia de aprendizagem, tendo a trabalhadora recebido formação por apenas 30 dias, e que, portanto, desempenhava funções de uma trabalhadora adulta e por isso a última decisão era soberana.

Em 4 de fevereiro de 1963, Ivonete foi notificada pela Junta de Conciliação e Julgamento da decisão do Tribunal Regional do Trabalho, assim também como a empresa Matarazzo, e em 6 de fevereiro desse mesmo ano um mandato para cumprimento do pagamento por parte da empresa a Ivonete foi expedido pela Junta. Na decisão ficou estabelecido a quantia de G\$: 30.000,00 de diferença salarial, aviso prévio e férias. Enfim Ivonete recebeu a quantia em 16 de abril de 1963, momento em que foi assinado pelas partes o termo de pagamento e quitação.

Apesar de não corresponder ao valor inicial requerido pelo Sindicato, ao recorrer à Junta Ivonete teve a possibilidade de reaver os valores que tinha direito e que foram usurpados pela firma Matarazzo durante seu período de trabalho na empresa. Além disso, percebe-se que a sua entidade de classe foi crucial para esse processo, que acompanhou a sindicalizada durante toda a ação durante cerca de 1 ano em função dos recursos apresentados pela empregadora. Ou seja, um contrato de trabalho que durou 13 meses, acabou gerando uma espera na Justiça de 15 meses.

A espera, as decisões da Justiça e os recursos movidos pela empresa no caso de Ivonete ilustram bem as dificuldades que uma trabalhadora brasileira enfrentava durante esse período, especialmente menor de idade, pois apesar de existir uma legislação que resguardava os direitos trabalhistas, não havia uma cultura de cumprimento correto da mesma por muitos empregadores, a exemplo da empresa Matarazzo, que preferia pagar os custos do processo e dos advogados, como continuaremos analisando a seguir.

As Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo surgiram no Brasil por meio da criação do italiano Francisco Matarazzo, que em 1881 migrou para o país e passou a comercializar banha de porco no estado de São Paulo. Posteriormente, adquiriu um moinho para fabricar farinha, e para produzir os seus próprios sacos que embalavam a farinha, adquiriu máquinas de tecelagem, pouco tempo depois passou a produzir tecidos para mercado e expandir suas fábricas para todo o país. Assim,

Imagem 26 – Sociedade Anônima Indústrias Reunida Fábrica Matarazzo (IRFM) [s.d]



Fonte: Mapio.net. Disponível em: <https://mapio.net/pic/p-3575711/>. Acesso em: Acesso em: 03 jan. 2021.

Nitidamente conservador em seus ideais, o fundador da fábrica Francisco Matarazzo foi um grande simpatizante da ideologia fascista, tendo recebido até mesmo de Mussolini a Ordem da Coroa da Itália, a Grã-Cruz, uma espécie de condecoração de honra a cidadãos italianos, além de doar recursos ao movimento italiano da juventude fascista. Embora no Brasil não tenha participado de nenhum grupo fascista, é muito provável que ele não tenha conseguido separar as suas questões políticas e pessoais com as profissionais.²¹⁶

No brasão da empresa, estampava-se o lema “Fé, honra e trabalho”. No que se refere à questão da honra, claramente correspondia aos “bons modos” que se exigia no ambiente de trabalho e cobrava-se do trabalhador, pois em relação ao cumprimento da legislação trabalhista havia uma clara despreocupação em garantir a efetividade dos direitos dos operários. Francisco Matarazzo chegou inclusive a mencionar que um dos motivos dos altos preços dos artigos brasileiros devia-se ao custo da mão de obra, pois o Brasil possuía a prática de adotar as conquistas liberais em favor dos operários.²¹⁷

Semelhante ao caso de Ivonete, temos a ação das menores trabalhadoras paraibanas Alice Alves de Souza, Esmeraldina Caldas, Maria Santana Soares, Yeda Alves da Costa, que também eram contratadas pela firma Matarazzo no início da década de 1960. Elas entraram

²¹⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. [s.d].

²¹⁷ Ibidem.

com uma ação contra a empresa em junho de 1962, igualmente solicitando diferença salarial em relação ao período que trabalharam na empresa através do seu Sindicato. Todas foram contratadas no ano de 1961 entre os meses de setembro e novembro e foram demitidas no mesmo dia, em 14 de junho de 1962.

Pelo contrato de trabalho de Alice Alves é possível identificar que ela sabia escrever seu nome, ou seja, não era analfabeta e assinou o documento para trabalhar na função de aprendiz como “descaroçador de algodão com salário de G\$: 16,60 cruzeiros por hora”. Das quatro, ela é a única que tem seu contrato de trabalho anexado ao processo. No dia marcado para audiência de conciliação, 13 de julho de 1962, todas compareceram com a presença das mães, suas responsáveis em função da menoridade apresentadas por elas.

Imagem 27 – Contrato de trabalho de Alice Silva de Souza anexado a sua reclamação trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa

13-1961
437

S/A INDUSTRIAS REUNIDAS F. MATARAZO
São Paulo
Ernesto Ferrari
Diretor Unidade
Piedade Graça
Fazenda Graça

Alice Alves de Souza
Gracilaria
Aprendiz
AV. da Liberdade, 315
solteira

Bayeur

1º - O locador obriga-se a entregar a seu período experimental de **90** dias, um 4. subarrendando o tempo da vigência do presente contrato, a qualificação escrita da locatária, antes de entrar em serviço.

2º - Durante o período experimental, assiste a ambas as partes, o direito de dar por terminado o contrato, sem ônus e condições de custo, mediante notificação a outra parte.

3º - O locador, nas hipóteses e condições deste contrato, prestará a locatária e em demais empresas associadas ou sociedades dela subordinadas ou a ela ligadas por qualquer forma, ou em estabelecimentos que forem designados, em caráter único, os serviços que a locatária for venha a exercer dentro dos seus estabelecimentos.

4º - Até deliberação no contrato, o locador prestará aos serviços profissionais a locatária no cargo de **Aprendiz** com a denominação de **Carga das Maquinas**, no **626-Descaroçador de Algodão-Sub-Secção 01-BENEF.**

5º - O locador obriga-se a:

- assegurar, com seus afilhados, todos os trabalhos que a locatária atribuir ao cargo que lhe for confiado, conformemente com e segundo as ordens e instruções dadas pela locatária, sob os diretos da parte que o representar;
- dedicar toda a sua atividade exclusivamente ao serviço da locatária, sem desídia, em caso algum, seja para trabalho próprio, seja de outros, desde os instrumentos, ainda que sua remuneração ou remuneração;
- não prestar, durante o tempo deste contrato, informações a terceiros a respeito da locatária, quanto aos serviços que lhe foram ou vierem a ser prestados, em razão do cargo, ou pelo fato de trabalhar para a locatária;
- não tomar parte como sócio, acionista ou titular de empresa, ou iniciativa, que concorra ou possa vir a concorrer com qualquer das atividades da locatária ou de sociedades ou empresas que tenham ou possam ter a concorrer com qualquer das atividades da locatária ou de sociedades ou empresas, serviços ou outras de qualquer espécie;
- cumprir e fazer cumprir não só o regulamento do pessoal e as ordens ou instruções que forem dadas diretamente pela locatária, ou por intermédio de seus representantes autorizados, como também os outros regulamentos expedidos, elaborados e fornecidos, com toda a pontualidade, nos horários de trabalho que forem estabelecidos.

6º - O início do trabalho experimental fica estabelecido a partir do dia **1-9-1961**.

7º - O presente contrato vigorará durante **Safrã 61/62** ano em que o locador há superado o período experimental e recebido carta de confirmação, referente à cláusula primeira.

8º - No decorrer do prazo qualquer das partes poderá dar o presente contrato por terminado a contar de **8** dias da data de denúncia.

9º - Com remuneração de todos os seus serviços, a locador receberá **Cr\$ 16,60 por hora e mais o R.S. Remunerado "Rescindindo este contrato ao locador nada terá a receber a título de indenização ou Aviso Prévio".**

10º - A infração, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas deste contrato, ocasionará a sua rescisão de pleno direito, com as sanções previstas na Conciliação dos Lei do Trabalho.

11º - Fica eleito o município de **João Pessoa** para domicílio das partes contratantes.

12º - Vai o presente em **2** vias, para um só efeito, assinadas pelas partes e testemunhas.

13º - O presente é válido, a não ser que se referir o contrato. **Safrã de Algodão em cargo 1961/62.**

João Pessoa, 13 de Setembro de 1961

Alice Alves de Souza
(Assinatura do empregado)

Ernesto Ferrari
(Assinatura do empregador)

TESTEMUNHAS EVENTUAIS

Fonte: Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (1962).

Nesse dia, o advogado da Matarazzo, Giacomo Porto, utilizou os mesmos argumentos da ação trabalhista analisada anteriormente, citando a flexibilidade da legislação sobre o trabalho do menor em outras decisões sobre diferença salarial e aprendizagem no local de trabalho. Para validar seu discurso e descredibilizar a reclamação das menores, mencionava-se ainda que a partir de março do ano de 1962 elas passaram a receber 60% do salário mínimo regional.

Apenas Maria Santana Soares foi interrogada na audiência e confirmou algumas informações mencionadas pela empresa, como que em seu período de trabalhado na empresa recebeu aumento salarial e que “prestavam serviço 8 horas por dia... que não tinham uma hora destinada a aula”. Além disso, Maria relatou que elas foram demitidas sem justa causa e sem o término do contrato de trabalho.

Já o advogado José Gomes, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de João Pessoa que estava representando as menores, em seu depoimento destacou que a ação trabalhista se fundamentava na lei que regulamentava o serviço de aprendizagem metódica, sobretudo a Portaria 43. Além disso, não constava a função de “aprendiz” nas carteiras de trabalho de Esmeraldina Caldas e Yêda Alves, mas sim “operárias” e finalizou destacando que esse assunto já havia sido discutido inclusive pelo Tribunal Superior do Trabalho em anos anteriores, tendo causa ganha para a classe trabalhadora.

Mesmo tendo o presidente da Junta, o juiz Luiz de Oliveira Galvão, oferecido a possibilidade de conciliação por duas vezes, as partes não entraram em acordo e ele acabou julgando a ação trabalhista procedente, devendo a empresa pagar as diferenças salariais das menores reclamantes.

Porém a Matarazzo não ficou satisfeita com a decisão da Junta e entrou com um pedido de recurso ao Tribunal Regional do Trabalho em 23 de julho de 1962, alegando que a decisão foi resultado de “mero arbítrio” por parte dos julgadores da primeira instância, pois o que o conteúdo dos autos apresentava era outro.

Apesar disso, mesmo recorrendo ao Tribunal Regional do Trabalho, a decisão novamente não foi favorável à empresa Matarazzo. Em 22 de março de 1963, o procurador Júlio de Godoy da Matta Machado negou o recurso, declarando que “as alegações da recorrente não encontram o menor apêio nos autos e nas disposições legais que disciplinam a espécie”. Em 3 de abril de 1963 novamente o Tribunal Regional do Trabalho enfatizou a decisão de não aceitar o recurso e no dia 7 de maio de 1963, uma vez que os desembargadores do Tribunal

concordaram com o parecer da Procuradoria Regional e mais uma vez negaram a decisão recorrida.

A partir dessas decisões, o advogado do Sindicato José Gomes, em meio à ânsia de finalmente finalizar a ação, solicitou no dia 26 de agosto à Junta de João Pessoa uma nova audiência para enfim determinar a sentença proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, e que posteriormente ficou marcada para o dia 9 de setembro de 1963. Nesse dia foi determinado que Alice Alves, Esmeraldina Caldas, Maria Santana Soares e Yêda Alves da Costa receberiam “à 1º - R\$15.000,00, à 2º - R\$10.000,00, à 3º - R\$15.000,00 e à 4º - R\$10.000,00 referentes ao objeto da liquidação da sentença”. No dia 11 de setembro de 1963, realizou-se o pagamento do acordo celebrado.

Por meio dessas ações percebe-se que a fábrica Matarazzo possuía um histórico de não cumprimento dos contratos de trabalho e da legislação vigente. O fato de contratar trabalhadoras menores de idade pode nos sugerir que havia uma prática corriqueira de não cumprir com as obrigações trabalhistas previstas no contrato de trabalho que beneficiavam a classe trabalhadora, como também que essas ações não tiveram resultados negativos para a empresa por um bom tempo, já que nos exemplos expostos anteriormente a empresa sempre recorreu das decisões dos tribunais.

Essas estratégias eram práticas comuns dos empregadores brasileiros e ocorreram em todas as regiões do país, como no caso dos trabalhadores aprendizes em Juiz de Fora que em 1953 recorreram à Justiça do Trabalho em ações coletivas e que levaram várias fábricas têxteis da cidade a pagar a diferença salarial de centenas de trabalhadores menores.²¹⁸ Além disso, mesmo com o período de redemocratização e ampliação de direitos com a Constituição de 1988, as questões relacionadas ao trabalho infanto-juvenil ainda era um constante no cenário paraibano, inclusive em regiões interioranas como a Mata e o Agreste do estado.²¹⁹

Outra demanda comum a mulheres trabalhadoras referia-se aos casos que envolviam o período de gestação. Como no caso de Maria da Luz, trabalhadora paraibana da Companhia de Tecidos Rio Tinto que estava em estado adiantado da gravidez e por esse motivo solicitou auxílio maternidade, mas não foi atendida pela fábrica.

Essa atitude levou Maria da Luz a procurar o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape, que em seu favor entrou com uma reclamação na Junta

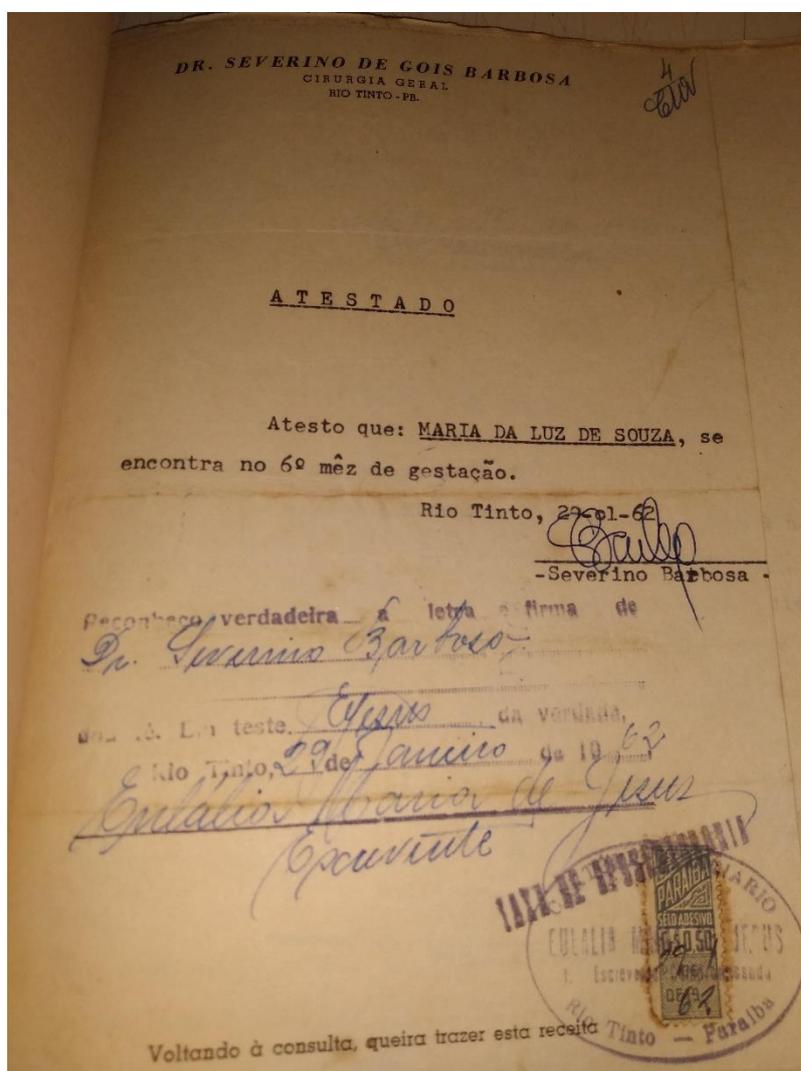
²¹⁸ SILVA, Alessandra Belo Assis. Trabalhadores “aprendizes” na Justiça do Trabalho: o caso dos menores operários de Juiz de Fora na década de 1950. *Aedos*, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 92-113, 2016.

²¹⁹ ESTEVAM, Diognnys Cardoso. *Trabalho infantojuvenil e lutas por direito nas Mesorregiões da Mata e Agreste da Paraíba (1987-1990)*. 2019. 190f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

de Conciliação e Julgamento de João Pessoa, requerendo as 12 semanas de trabalho a que ela tinha direito, e que totalizavam o de G\$:18.816,00.

No dia 7 de fevereiro de 1962 a Companhia de Tecidos Rio Tinto foi notificada que deveria comparecer à reunião na JCJ no dia 15 do mesmo mês. Nos autos do processo infelizmente não consta a ata da reunião de conciliação, mas podemos observar um atestado médico comprovando o sexto mês de gravidez de Maria da Luz, além da digital do seu polegar na assinatura, indicando que ela não era alfabetizada.

Imagem 28 – Atestado de Maria da Luz de Souza anexado a sua reclamação trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa



Fonte: Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (1962).

O termo de conciliação foi assinado no dia 15 de fevereiro, quando foi acordado que Maria receberia Cr\$ 45.000,00 referentes a auxílio maternidade, indenização por tempo de serviço “e demais títulos de direitos de trabalho”. A reclamada também ficou encarregada de

pagar as custas do processo. Nesse mesmo dia também foi assinado o termo de pagamento e quitação da dívida por parte da empresa.

Percebe-se, portanto, que existia uma compreensão, por parte desses empregadores aqui analisados, que nenhum funcionário deveria ir ao seu sindicato e muito menos reclamar na Justiça em busca de seus direitos estabelecidos por lei. Nem mesmo se fosse o caso de estar impossibilitada de trabalhar em função de um estado avançado de gravidez.

Diante do exposto, nesse ponto pudemos observar o quão dificultosa era a situação das trabalhadoras paraibanas, que em função da condição histórica e social que elas ocupavam estavam submetidas a diversos níveis de exploração. Apesar de nenhum processo especificar claramente problemas relacionados à condição do gênero feminino, exceto o de Maria da Luz citado anteriormente, essas trabalhadoras estavam envoltas em uma sistema de intensa dominação patriarcal e também política, por meio das fortes oligarquias que dominavam as esferas trabalhistas e políticas na Paraíba.

* * *

As fontes da Justiça do Trabalho podem nos revelar diversas possibilidades de análise sobre a classe trabalhadora, seja ela de caráter organizada ou não. No caso específico desta pesquisa, através dos processos da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa, foi possível compreender como os trabalhadores urbanos incorporaram a CLT e o próprio acesso à Justiça, como algo que deveria ser reconhecido como legítimo e justo, que se tornou uma das principais legislações do país, influenciando a vida nacional até hoje.

Além disso, contribuiu também para reafirmar a posição dos trabalhadores paraibanos em meio a uma política populista não de modo passivo, mas sim de forma reivindicativa, em que a Justiça do Trabalho, criada com intenções de amenização dos conflitos sociais, também se constituiu enquanto um campo de disputas e interesses de classe próprios das contradições geradas pelo capital. As reivindicações nos tribunais vistas em exemplos referidos neste capítulo, regulamentadas pela lei e pela perspectiva de harmonização das relações capital/trabalho, possuem relação direta com as formas de organização sindical e o impulsionamento que a ação coletiva, analisadas no capítulo anterior. Mesmo com diversos limites políticos estabelecidos pelas regras legais e por dinâmicas de correlações de forças desiguais, a ação sindical era exercida dentro e fora dos tribunais em direção ao avanço da

garantia de direitos do conjunto da classe trabalhadora, ainda que fossem mínimos e “com desconto”, conforme expressão do historiador John French.

Compreendemos que, ao analisar autos-findos vinculado a sindicatos, estamos evidenciando apenas uma parcela dos de baixo e não temos por objetivo aglutiná-los em um bloco uniforme, mas sim evidenciar a história das pessoas comuns através dos seus conflitos cotidianos e das suas necessidades de reivindicação que surgem em meio as suas posições culturais e históricas.

Apesar de toda essa luta pela efetivação de direitos, em 2019 os trabalhadores brasileiros retrocederam ao início do século XX com a extinção do Ministério do Trabalho. Durante as eleições para presidente em 2018, o hoje eleito vice-presidente, general Hamilton Mourão, discursando para lojistas, chegou a afirmar que o 13º salário era algo que só existia no Brasil: “Jabuticabas brasileiras. Décimo terceiro salário. Se a gente arrecada 12, como pagamos 13? É complicado. É o único lugar em que a pessoa entra de férias e ganha mais. Coisas nossas, legislação que está aí”²²⁰. Já o presidente Jair Bolsonaro afirmou para o canal de televisão SBT que dependendo do clima haveria possibilidade de acabar com a própria Justiça do Trabalho: “Isso daí, a gente poderia até fazer, isso está sendo estudado. E, havendo o clima, nós podemos discutir essa proposta e mandar pra frente. Nós queremos”²²¹.

Dessa forma, fica evidente que hoje as principais forças políticas que estão no poder consideram a Justiça do Trabalho, o Ministério do Trabalho e a própria CLT como impasses para o livre desenvolvimento econômico do Brasil. Como afirmou o historiador Fernando Teixeira da Silva, “a narrativa da modernização se apresenta sob o signo do novo absoluto e a história perde autoridade sobre o presente”²²².

Diante desse cenário, vivenciamos um golpe à democracia burguesa que vem se acentuando desde 2016 com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e que tem atingindo os trabalhadores brasileiros de diferentes formas. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, os historiadores dedicados à produção historiográfica sobre o golpe militar instaurado em 1964 têm ocupado um campo de disputa conceitual e teórica sobre os acontecimentos que envolvem

²²⁰ SETO, Guilherme. Vice de Bolsonaro, Mourão crítica 13º salário e fala em reforma trabalhista ‘séria’. *Folha de São Paulo*, 27 de set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/vice-de-bolsonaro-mourao-critica-13o-salario-e-fala-em-reforma-trabalhista-seria.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2021.

²²¹ BOLSONARO diz estudar projeto para acabar com a Justiça do Trabalho. *Poder 360*, 03 de jan. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-estudar-projeto-para-acabar-com-a-justica-do-trabalho/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

²²² SILVA, Fernando Teixeira. Leis, Justiça do Trabalho e a força da “modernização”. *Carta Maior*, 22 de jan. 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/Extincao-da-Justica-do-Trabalho/231>. Acesso em: 13 fev. 2021.

a temática. Entre elas, situam-se as discussões sobre o espaço dedicado aos trabalhadores e suas formas de organização nas produções históricas e o caráter e interesse de classe do golpe.

No próximo e último capítulo desta dissertação, veremos que o golpe de 1964, que também teve como base discursos de modernização, desenvolvimento do país e estabelecimento da moral através do combate ao comunismo, iniciou um processo de cassação de mandatos, intervenções em sindicatos, perseguições e prisões dos principais líderes do movimento sindical paraibano. A repressão que se seguiu aos sindicatos nos ajudará a compreender como a relação entre organização sindical/lutas por direitos/ reivindicações na Justiça causava incômodo às relações capital/trabalho mesmo com sua perspectiva de harmonização e com todos os limites regulamentares dentro da ordem capitalista. A análise a seguir, sobre as perseguições efetivadas contra lideranças sindicais e entidades paraibanas reportadas nos capítulos anteriores, permitirá reforçar a observação sobre o conteúdo de classe do golpe de 1964 no Brasil.

4 O IMPACTO DO GOLPE E A REPRESSÃO SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL DA PARAÍBA

A democracia ruiu.

(João Ribeiro Filho, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba).

A V. Excia, eu devo dizer que desde os primeiros momentos nunca faltou a cooperação do Estado, e o papel desempenhado pela Polícia foi de tal modo eficiente que posso assegurar que se as nossas preocupações desde os primeiros instantes desapareceram, foi porque sabíamos que contávamos com um aliado leal, disposto a tudo fazer para nos ajudar. A ajuda foi permanente, foi contínua e em todos os entendimentos que fiz com V. Excia. notei que era do absoluto interesse do Governo manter firme os laços que já nos uniam.
(Cel. Eduardo D'Ávilla, comandante do 15 RI em 1964 sobre Pedro Gondim).

O golpe de 1964, a despeito de mascarar seu propósito ditatorial, mediante uma intensa agitação e propaganda em torno da manutenção do regime democrático, com o que obteve significativo apoio civil, foi um golpe das elites, das classes mais abastadas, das oligarquias rurais, senhoriais, das elites militares, da classe empresarial. Não se tratou de uma quartelada com apoio civil, mas de uma ação organicamente articulada por civis e militares, que resultou em enorme fortalecimento do poder econômico, social e político do empresariado, dentro e fora das fábricas e na transformação da questão operária em questão de “segurança nacional”.
(Relatório final da Comissão Nacional da Verdade, 2015)

Os trechos destacados na epígrafe acima nos remetem a sujeitos essenciais para a compreensão do golpe civil-militar instaurado no Brasil a partir de abril de 1964. De um lado localizavam-se os trabalhadores e suas organizações que sentiram desmoronar todo um período de lutas intensificado desde o final dos anos de 1950; de outro as elites políticas, empresariais e militares que, em aliança, destituíram um governo democrático e perseguiram movimentos sociais e grupos de esquerda em nome de um regime que garantisse o desenvolvimento do capital nacional associado ao multinacional, através da intensificação da exploração da classe trabalhadora brasileira. É sobre esses sujeitos que trata o conteúdo deste último capítulo da Dissertação.

Como visto no final do capítulo 2, antes mesmo da promulgação do golpe civil-militar, na Paraíba já se vivenciava um estado de repressão aos movimentos sociais urbanos e rurais. Ainda no final do ano de 1963, o governador Pedro Gondim assumiu de fato uma postura aliada às classes conservadoras empresariais, latifundiárias e militares em contraposição à postura

conciliatória e também próxima das organizações dos trabalhadores assumida por ele próprio no início de seu governo. Em função disso, o clima de intolerância e perseguição aos movimentos de trabalhadores paraibanos intensificou-se e veio ao seu ápice com a efetivação do golpe de 1964.

Segundo aponta o relatório final da Comissão Nacional da Verdade em 2015, para os trabalhadores e suas organizações, o amanhecer do dia 1º de abril de 1964 representou a intervenção por parte do Ministério do Trabalho de 409 sindicatos e 43 federações em todo território nacional. Ao todo, até 1970 foram atingidas entre 536 entidades sindicais e 10.000 dirigentes cassados. A região mais prejudicada de todo o país foi o Nordeste, que totalizou 42% dessas intervenções.

Neste capítulo, temos por objetivo analisar a repressão que se abateu com a instauração do golpe civil-militar aos sindicatos urbanos da Paraíba, a partir das intervenções as entidades, como também as torturas e violações de direitos que ultrapassaram o ano de 1964, perdurando os 21 anos de ditadura a que os trabalhadores foram submetidos. Para isso, utilizamos como fontes, além de referências bibliográficas e impressas, os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) sobre líderes sindicais paraibanos, os Processos de Anistia requeridos por eles após a redemocratização, os depoimentos orais colhidos pela Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, além de obras produzidas pelos próprios sindicalistas narrando as suas experiências nesse período.

A partir disso, busca-se contribuir para a historiografia sobre as organizações dos trabalhadores brasileiros no pré e imediato pós golpe, considerando que esse processo ainda é alvo de diversas críticas em relação à postura dos trabalhadores e dos movimentos de esquerda na efetivação da ditadura a partir de 1964. Muitos estudos, embora discutam o período, suas causas e consequências, negligenciam o protagonismo da classe trabalhadora, em favorecimento de perspectiva que:

Talvez alimentada ainda a ideia corroída de “culpa” dos mesmos por suas ações no pré-golpe de 1964 ou pela distorcida visão de que eles nada teriam feito no pós-Golpe. Esquemáticamente, teriam se “equivocado” no pré-1964, sido “derrotados” em 1964 e ficado “imobilizados” no pós-1964.²²³

Dessa forma, concordamos com a perspectiva do historiador Marco Aurélio Santana, ao considerar que, embora a literatura sobre os Mundos do Trabalho esteja sendo alvo de fartas análises nas últimas décadas, no que se refere às obras que tratam do processo do golpe civil-

²²³ SANTANA, Marco Aurélio. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 33, 2014, p. 87.

militar, os trabalhadores e suas organizações ainda permanecem como “sujeitos ocultados” na imensa maioria delas.

No ponto a seguir, passaremos a analisar como o golpe de 1964 foi articulado por setores empresariais e militares para frear os movimentos de trabalhadores em ascensão desde o final dos anos 1950, rompendo o Estado Populista e instaurando um modelo econômico político favorável ao desenvolvimento da burguesia multinacional associada.

4.1 1964: um golpe de classe e os sindicatos paraibanos

Atualmente, o conceito de classes têm sido alvo de diversas discussões que questionam a sua real eficácia para a análise dos acontecimentos sociais contemporâneos. Esse fenômeno tem sido observado nas produções acadêmicas desde os anos de 1970. Segundo Marcelo Badaró Mattos, essa discussão está permeada por dois principais eixos:

O primeiro deles é o recuo no seu emprego por cientistas sociais em geral e historiadores em particular. O segundo eixo diz respeito às razões pelas quais tais pesquisadores identificam na atualidade uma configuração social em que as classes sociais e suas lutas já não seriam autorreferências para os grupos humanos, ou o seriam numa escala muito limitada e secundária, o que significaria sua fragilidade como conceitos-chave para o entendimento do presente, ou mesmo do passado.²²⁴

Ao longo deste trabalho, propomos uma discussão inversa a essa tendência criticada por Mattos, pois, como ele, consideramos os conceitos de classes sociais e luta de classes como essenciais para compreendermos os eventos que permeiam o golpe de 1964, tendo em vista que o entendemos como um golpe de classes desenrolado para reprimir os intensos movimentos sociais em curso desde o final da década de 1950 que “atrapalhavam” o desenvolvimento pleno da burguesia empresarial. Levando em consideração as formulações propostas por Marx e Engels ao encontrar a materialidade dessas categorias nos fenômenos sociais, concordamos com os autores quando definem que,

Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta comum contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos

²²⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. Classes Sociais e Luta de Classes: a atualidade de um debate conceitual. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 20, 2007, p. 48.

singulares à divisão do trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho.²²⁵

Nesse sentido, Marx e Engels, ao proporem uma concepção de classe que só se constitua em relação (de exploração, e, portanto, de oposição) a outras classes, se direcionava para o papel transformador que a luta de classes operava (e opera) na busca de uma transformação social. Como afirma Marcelo Badaró,

A associação entre os conceitos de classes sociais e lutas de classe tornava assim passíveis de compreensão tanto os fundamentos da divisão econômico-social das sociedades capitalistas, quanto a natureza do conflito social característico da maior parte da história da sociedade.²²⁶

No que diz respeito ao acirramento das lutas de classes vivenciadas no Brasil desde o segundo governo de Getúlio Vargas, o cientista político René Dreifuss foi o primeiro estudioso a compreender o golpe de 1964 como um movimento de classe organizado de forma ostensiva pelos interesses do empresariado nacional e multinacional associado às forças militares.

Para ele, desde o governo Juscelino Kubitschek essa força dominante criou um conjunto de agentes sócio-políticos, civil e militar composto por diretores e proprietários de multinacionais e associados, administradores de empresas privadas, técnicos, executivos de estatais e oficiais militares como verdadeiros intelectuais orgânicos que penetraram a administração pública, em alguns momentos estimulados pelo próprio Estado, a partir da criação de associações de classes que posteriormente seriam responsáveis pela efetivação do golpe de 1964. Nas palavras do autor, esses agentes

Objetivavam uma ruptura efetiva ou o esvaziamento do corporativismo associativo populista, pelo estabelecimento de novos loci e focos de poder econômico no interior do aparelho do Estado e de novas formas de comunicação de classe com centros de tomadas de decisão.²²⁷

Para isso, fazia-se necessário reprimir de forma ostensiva as crescentes mobilizações de trabalhadores urbanos e rurais, analisadas no capítulo 2 e 3, decorridas dos embates de classe provocados pela crise inflacionária que assolava o país desde o governo Juscelino Kubitschek. Para a burguesia, a superação desses embates só poderia ser realizada a partir de meios repressivos à classe trabalhadora de modo ainda mais intenso que o modelo de contenção aplicado pelo Estado Populista. Dessa maneira, para a radicalização do capitalismo brasileiro

²²⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007, p. 63.

²²⁶ MATTOS, 2007, p. 36.

²²⁷ DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 66.

“era necessário contar com uma mão de obra barata e disciplinada... era imprescindível efetivar um Golpe de Estado, impor uma ditadura e intensificar a via repressiva de controle sobre os trabalhadores”²²⁸.

Com base nisso, apresentaremos a seguir uma análise pautada pelo entendimento que o conceito de classes é de crucial importância para compreensão dos embates produzidos pelo capitalismo brasileiro desde o final dos anos 1950, bem como as suas contradições manifestadas no acirramento das lutas de classe, que resultou em uma ação repressiva por parte dos setores empresariais e militares às organizações dos trabalhadores, evidenciada através da instauração do golpe civil-militar de 1964.

Como anteriormente mencionado, no início dos anos de 1960, a classe dominante passou a formar os agentes responsáveis pela infiltração dos seus interesses na política e economia brasileira. Esse bloco modernizante-conservador era formado por subgrupos compostos de grandes empresários, tecno-empresários e oficiais militares.²²⁹

O subgrupo formado pelos empresários e profissionais técnicos compunha-se das elites locais das grandes cidades brasileiras que compartilhavam interesses em comum e realizavam papéis de lideranças em grandes empresas. Com o objetivo de tentar neutralizar seus reais interesses políticos, eles também eram nomeados de técnicos. As camadas mais altas e influentes do empresariado brasileiro também integravam parte dos agentes responsáveis por esse bloco e foram denominados por Dreifuss de “tecno-burocracia”. Esses, além de influenciarem toda a máquina estatal, participavam e organizavam seminários e congressos para discutir os ritmos do desenvolvimento brasileiro, em associações comerciais e industriais, centro culturais, na Escola Superior de Guerra²³⁰ e em suas próprias organizações de classe com objetivo de propagar de forma rápida e precisa a ideia de perigo dos movimentos sociais e da ineficácia da política populista para o Brasil.²³¹

²²⁸ CALIL, Gilberto Grassi. Elio Gaspari e a ditadura brasileira: uma interpretação revisionista. In: SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (Orgs.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 83.

²²⁹ DREIFUSS, 1981, p. 71.

²³⁰ A Escola Superior de Guerra foi uma instituição criada em 22 de outubro de 1948 com objetivo de formar, através do oferecimento de cursos, setores da classe dominante e militar em torno de questões referentes a segurança e desenvolvimento do país. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/escola-superior-de-guerra-esg>. Acesso em: 21 fev. 2021. Cumpre salientar ainda que ela, no contexto do pré-golpe militar, impulsionou ideias relacionadas a Guerra Fria e combate ao comunismo, tornando-se um local de ligação política e econômica a partir de treinamentos sobre administração pública e segurança nacional, baseados no fortalecimento e desenvolvimento do capitalismo (DREIFUSS, 1981, p. 80).

²³¹ DREIFUSS, op. cit., p. 72-76.

Já o subgrupo de oficiais militares foi formado inicialmente por um pequeno grupo que após a Segunda Guerra Mundial possuía interesses modernizantes e conservadores para o Brasil, e que posteriormente expandiu suas ideias para toda hierarquia militar, a partir da formação oferecida pela Escola Superior de Guerra no combate aos movimentos de esquerda e da proliferação do comunismo. Além disso, eles também estavam vinculados a partidos políticos conservadores, como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Democrata Cristão (PDC).

Esses três subgrupos tinham o objetivo de transformar o processo de desenvolvimento do Brasil “em direção à criação de uma sociedade capitalista”²³² livre dos vícios do populismo, formando um bloco sólido conservador contra manifestações sociais e/ou trabalhistas. Além disso, compartilhavam entre si a participação na Escola Superior de Guerra, responsável por formar as bases da doutrina de Segurança Nacional e capaz de garantir a efetivação de um golpe de Estado, como o implantado no Brasil posteriormente. Essa aproximação também se fortalecia a partir da inclusão de militares em posto de comandos de empresas brasileiras e na formação de grupos ideológicos e propagandísticos contra o comunismo e a esquerda que adentravam através dos meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, livros e outros) o cotidiano da população brasileira.

Juntos esses agentes formaram a principal organização política de oposição à estrutura populista e aos avanços das reivindicações realizadas pela classe trabalhadora brasileira, levando suas propostas de mudança e penetração política através de escritórios de consultoria, associações de classe, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), grupos de ações, sendo o mais importante deles o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e escritórios de consultoria tecno-empresarial, responsáveis por viabilizar estudos e pesquisas que auxiliavam o empresariado a lidar com a legislação populista, como também por projetar reformas econômicas que possibilitasse a penetração e o crescimento da classe dominante através de políticos com mandatos no Congresso Nacional.²³³

Dentre essas várias formas de organizações, a principal estrutura a garantir o progresso da classe dominante brasileira se constituía “através de novas ou renovadas associações de classe que orientavam os empresários sobre assuntos referentes à produção e a administração”²³⁴. Essas associações passaram a ocupar um espaço mais amplo, a partir do

²³² DREIFUSS, 1981, p. 79.

²³³ Ibidem, p. 82-83.

²³⁴ Ibidem, p. 93.

clima de instabilidade provocado pela alta inflação deixada pelo governo Juscelino Kubitschek, a renúncia do presidente Jânio Quadros e a ascensão de João Goulart à presidência, que herdou além disso, a intensificação das disputas entre o capital transnacional e a classe trabalhadora brasileira em torno do Estado Populista.

A partir de 1962, em meio à intensificação das lutas de classes provocadas pelos rumos do capitalismo brasileiro, a classe dominante, previamente articulada e organizada em todo o país, compreendeu que, para derrubar a estrutura de governo conciliatória e ambígua que se mantinha no poder até aquele momento, era necessária uma organização mais efetiva e sem apego à democracia burguesa.

Com isso, grupos de empresários e militares passaram a intensificar sua organização política em torno de duas principais instituições de classe, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que ficou conhecido como “complexo IPES/IBAD”. Essas organizações foram articuladas por setores empresariais em aliança com a alta cúpula militar e tinham como objetivo a realização de mudanças na área da economia e no sistema político brasileiro.

O IBAD foi criado em maio de 1959, em contraposição à crescente inflação do governo Juscelino Kubitschek por grupos de empresários conservadores, que posteriormente intensificaram sua atuação em oposição ao governo João Goulart, financiando e apoiando campanhas políticas contra esse último.²³⁵ Já o IPES passou a existir de forma oficial em 29 de novembro de 1961, atuando de duas formas, a primeira delas como um centro de estudos e pesquisas sobre os problemas sociais brasileiros, sendo fachada para a sua segunda e real configuração que concentrava-se em coordenar uma sofisticada campanha ideológica e militar.

O IBAD, além de também se constituir como uma instituição que atuava no campo político, prestava apoio tático ao IPES, se responsabilizando e assumindo a organização de atividades secretas e reacionárias. Essas instituições de classe foram responsáveis por organizar em diversas partes do país grupos da classe dominante, militares e até mesmo de camadas sociais intermediárias, em torno do combate ao comunismo e contrários às reformas de base reivindicadas pela classe trabalhadora, através de palestras, participações em rádio e programas de televisão, assim como por meio de publicações de livros e revistas.²³⁶ Além disso, as suas bases de atuação e apoio ultrapassavam o espaço brasileiro e também recebiam aparato logístico

²³⁵ PAULA, Cristiane. O instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD. A trajetória política de João Goulart. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. [s.d.]. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_Brasileiro_de_Acao_Democratica. Acesso em: 17 dez 2020.

²³⁶ DREIFUSS, 1981, p. 165.

e financeiro dos Estados Unidos, contando com a ajuda de instituições como a American Economic Foundation (AEF), da CIA e de presidentes americanos como John Kenedy e Lyndon Johson, que possuíam o interesse em desestruturar a esquerda na América Latina e propagar a ideia de perigo que o comunismo ofereceria.²³⁷

No Nordeste, o núcleo local do IPES foi formado pelo general Golbery em abril de 1962, porém era o IBAD que possuía mais penetração na região.²³⁸ O general Golbery foi um importante articulador de militares que participavam da Escola Superior de Guerra e que se tornariam comandantes do golpe de 1964, como Ernesto Geisel e João Figueiredo. Na Paraíba, além da organização da classe dominante empresarial e latifundiária, nos meses anteriores ao golpe de 1964 também verificou-se uma articulação entre esses grupos e o próprio Estado através do governador Pedro Gondim e das forças militares locais.

No entanto também havia um entendimento, que se expressava através de alerta e manifestação de resistência por parte dos movimentos sociais, do caráter golpista do IBAD. Em carta enviada ao governador do estado de Pernambuco, Miguel Arraes, em janeiro de 1964, o presidente da Liga Camponesa do Estado da Paraíba, Antônio José Dantas, mencionou: “Temos um Governo do povo, levado ao poder pela vontade dos trabalhadores dos campos e das cidades, contra a corrupção do IBAD”. Em referência específica ao poder exercido pelas oligarquias nordestinas, o militante destacou que o governo de Miguel Arraes, em aliança com a classe trabalhadora, atuava “contra a prepotência dos usineiros e outros grandes proprietários, contra as disposições dos patrões de fora e de dentro, contra a frente de mobilização dos privilegiados”²³⁹. Essa posição, segundo ele, não mais podia se verificar no governo estadual paraibano sob a liderança de Pedro Gondim.

No estado da Paraíba a classe dominante vinculada aos grandes latifundiários estava organizada através da Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), também conhecida como Liga dos Latifundiários (LILA). Segundo a historiadora Monique Cittadino, a “APRA exercia uma atividade paramilitar, voltada para a defesa das suas propriedades privadas” e contra os intensos movimentos deflagrados no campo. Esses proprietários, segundo depoimentos do deputado estadual da UDN na década de 1960, Joacil de Brito Pereira, já se encontravam totalmente armados à época do golpe, pois “todos eles tinham munições, todos

²³⁷ DREIFUSS, 1981, p. 172.

²³⁸ Ibidem, p. 188.

²³⁹ SCOCUGLIA, Afonso Celso. *As provas da ditadura na política e na educação: O Inquérito Policial Militar (IPM) da Paraíba (1964-1969)*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019, p. 152.

eles tinham metralhadoras em suas propriedades”²⁴⁰ para uma organização mais defensiva e direta contra os movimentos de trabalhadores, sobretudo rurais. Em seu livro de memórias, ele destacou o seguinte sobre o golpe civil-militar de 1964:

Estávamos prontos para enfrentar o pior. Adquirimos armamento e munição em São Paulo. O Coronel Roberto de Pessoa fez nossa ligação com o Governador Ademar – e o auxiliar do Governo paulista, ele nos levou no Governador Ademar – e o resto nós fizemos: eu, Aguinaldo Veloso Borges, Antônio Ribeiro Pessoa, João Batista de Lima Brandão, Sindulfo Guedes Santiago, Marcos Odilon, Flaviano Ribeiro Coutinho e Luiz Ribeiro Coutinho. A essa altura, não estavam sós os proprietários rurais. Homens de todas as classes passaram a ajudá-los, a apoiá-los. Jornalistas como Antônio Barroso Pontes, Archimedes Cavalcanti, Antônio de Arruda Brayner, José Leal e Otinaldo Lourenço formavam decididamente conosco. O General reformado do Exército, Renato Ribeiro de Moraes; o dentista Fernando Furtado; o médico João Gonçalves Toscano de Medeiros; o Sargento reformado do Exército, Reinaldo de Melo Celani; o Sargento Lira e vários outros, como outro Tenente reformado do Exército, Fontele. Finalmente, uma plêiade de paraibanos de todos os segmentos sociais. Em Campina Grande, formamos poderoso núcleo. O Juiz aposentado Manoel Casado Nobre, o empresário Juarez Barreto, o advogado Rui Barbosa, o Dr. Ermírio Leite, os irmãos Paulo e Enivaldo Ribeiro, Luismar Resende e tantos outros cidadãos livres ficaram ao nosso lado. Em Areia, Severino Teixeira de Brito Lira, o Coronel José Maria da Cunha Lima e o seu sobrinho Roberto Cunha Lima, João Barreto e seu filho Haroldo Barreto, o Professor Manoel Gouveia, o proprietário José Rufino de Almeida e muita gente mais.²⁴¹

Além disso, deputados estaduais e federais, líderes e proprietários das indústrias e comércio ligados a partidos de direita, como a UDN e PSD, mantinham contato permanente com o coronel Ednardo d’Ávilla Melo, considerado por Joacil como “uma espécie de chefe militar da Revolução na Paraíba”. Essas ligações demonstram as barreiras rompidas em uma simples formação e organização de oposição aos movimentos sociais para uma articulação golpista com o objetivo preciso de barrar as organizações de trabalhadores que na Paraíba já se materializavam por meio das repressões a esses grupos mesmo antes o golpe de abril de 1964.²⁴²

Na esfera nacional o presidente João Goulart sentia a organização dessas oposições ao seu governo através da cada vez mais acentuada instabilidade política instaurada no país. Como afirma o historiador Caio Navarro de Toledo, o governo Jango “nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado”²⁴³. A sucessão de crises que o levou ao poder caracterizava-se pelos colapsos na econômica financeira, a crescente mobilização popular e crises no âmbito

²⁴⁰ CITTADINO, 1988, p. 146-149.

²⁴¹ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2015, p. 131-132.

²⁴² CITTADINO, 1998, p. 147.

²⁴³ TOLEDO, Caio Navarro (Org.). *1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*, 2 ed. Campinas: Ed da Unicamp, 2014. p. 39.

político-institucional que enfraqueceram os dois anos e meio de sua existência, impedindo-o de consolidar seus principais projetos políticos, como o fracasso do Plano Trienal e a impossível aprovação do Congresso e apoio por parte da classe dominante das Reformas de Base.

As conspirações golpistas por parte de setores empresariais, militares e políticos conservadores se intensificaram ainda mais com três episódios ocorridos no mês de março de 1964. O primeiro deles ficou conhecido como Comício das Reformas e ocorreu em 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro, reunindo mais de 200 mil pessoas que exigiam a concretização das reformas de base. Com cartazes em punho declaravam “reformas ou revolução”; “Força para os militares gorilas”; “Defenderemos as reformas à bala”; “Legalidade ao PCB”; “Reeleição de Jango”. Nesse evento, João Goulart anunciou que por meio de decreto iria nacionalizar as refinarias particulares de petróleo e desapropriar terras que possuíam mais de cem hectares e que estavam ladeadas em rodovias e ferrovias federais.²⁴⁴

O segundo episódio deu-se a partir do evento “a revolta dos marinheiros”, que ocorreu no dia 25 de março, quando mais de mil fuzileiros navais e marinheiros comemoravam o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais como uma forma de resistência à ilegalidade que a entidade sofria na época. O governo, ao decretar anistia geral a todos os participantes, despertou a ira do Clube Naval e do Clube Militar.

Já o terceiro ocorreu apenas cinco dias depois, após o comparecimento e discurso de João Goulart na reunião da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar da Guanabara, na qual o presidente aproveitou a oportunidade para denunciar através de discurso transmitido por rádio e tevê, as pressões que vinha sofrendo, que segundo ele eram financiadas pelo imperialismo estadunidense e pela burguesia brasileira.

Esses posicionamentos do presidente desencadearam uma série de reações da classe média e da burguesia brasileira, que “sob a bandeira do anticomunismo e da defesa da Propriedade, da Família e da Moral Cristã, saíam às ruas para pedir o impeachment de Goulart”²⁴⁵. Em todo o país, após o Comício das Reformas, eclodiram eventos intitulados como “marcha da Família com Deus pela Liberdade”, denunciando a “república sindicalista” que Jango queria implantar no Brasil e incitando um golpe de Estado pelas Forças Armadas.

Nos últimos dias de março os prenúncios do golpe também se manifestavam na imprensa. Na Paraíba o jornal *A União* na edição do dia 26 de março de 1964 replicou uma notícia vinda do Rio de Janeiro em que o presidente da UDN, Billac Pinto, denunciou: “o

²⁴⁴ TOLEDO, 2014, p. 49.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 50.

presidente da República está planejando um golpe com apoio do Partido Comunista, através do governador de Pernambuco, senhor Miguel Arraes”²⁴⁶.

Esse discurso estratégico, e tantos outros propagados pela mídia, de um possível golpe sindicalista que estaria sendo elaborado por João Goulart, serviria apenas para inflamar o discurso “anticomunista” que setores da classe média conservadora denunciavam nas ruas. Após a instauração do golpe civil-militar, ficou evidente que Jango não possuía intenção ideológica e nem recursos materiais para implantação de uma “república sindicalista”, como estava sendo difundido por grupos da direita conservadora.

Na realidade, eram os grupos de direita que há anos já se articulavam para barrar o desenvolvimento e manutenção do Estado Populista. A formação do “Complexo Ipes/Ibad” e as diversas ações realizadas por essas instituições na esfera política através das intensas propagandas ideológicas sobre uma “comunização” do país, aliada à formação de civis e militares na Escola Superior de Guerra, forjaram a base para a instauração do golpe civil-militar em abril de 1964.

Em contraposição às notícias veiculadas por jornais de grande circulação, o jornal *Última Hora* – Edição do Nordeste, que foi criado para apoiar o governo Getúlio Vargas –, com circulação no Recife, no dia 31 de março estampou em sua primeira página: “Nem golpe contra o govêrno, nem golpe contra o povo”²⁴⁷. Nessa mesma edição, a notícia intitulada “CGT Mobilizado” destacou: “ontem, o CGT divulgou comunicado a tôdas as organizações sindicais do País no sentido de que se mantenham preparadas para deflagrar greve geral em todo o território nacional, a qualquer tentativa de golpe no mandato do presidente João Goulart”²⁴⁸. Da mesma maneira, *A União*, também no dia 31 de março, noticiou em sua primeira página: “CGT alerta o país contra possível golpeamento no mandato de Jango”²⁴⁹.

Com a intensificação das forças golpistas propagadas pela classe dominante e de estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, João Goulart se integrou cada vez mais aos movimentos sociais e as forças das esquerdas, fortalecendo e estimulando a principal pauta dos trabalhadores, as reformas de base, na tentativa de barrar os opositores que o perseguiram durante todo o seu governo. Por outro lado, na Paraíba o governador Pedro Gondim se aglutinava aos grupos conservadores de comerciantes e donos de terra. Apesar dessa clara

²⁴⁶ Planeja Golpe. *A União*, ano LXXIII, n. 68, 26 mar. 1964, p. 3.

²⁴⁷ *Última Hora*, ano II, n. 396, 31 de mar. 1964, p. 1.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 2

²⁴⁹ CGT alerta país contra possível golpeamento no mandato de Jango. *A União*, ano LXXIII, n. 60, 31 mar. 1964, p. 1.

diferença, João Goulart e Pedro Gondim compartilhavam em comum o despreparo para encarar o golpe de 1964, seja em condição de oposição ou apoio.

Após a deflagração do golpe, na madrugada do dia 1º de abril, quando as forças militares comandadas pelo general Mourão Filho saíram de Minas Gerais e marcharam para o Rio de Janeiro, João Goulart posteriormente partiu para o estado do Rio Grande do Sul e, com receio de explodir uma guerra civil, exilou-se no Uruguai dias depois. Já Pedro Gondim, mesmo aliado aos grupos da direita paraibana, viu-se encurralado por chefes militares e proprietários locais a aderir o golpe ou se retirar do cargo de governador do estado e ter sua liberdade cerceada. Porém, escancarando o oportunismo que norteou todo o seu governo, na manhã do dia 1º de abril ele aderiu ao golpe.

Já os grupos golpistas da Paraíba estavam preparados para uma possível resistência no estado. O então deputado estadual Joacil de Brito mencionou, em depoimento para livro de memórias 30 anos depois, que reuniu vários civis para caso surgisse alguma eventualidade, pois essa organização tinha partido de um pedido feito pelo coronel Plínio Pitaluga, que temia uma defasagem nas tropas paraibanas se essas tivessem que se deslocar ao Recife, onde poderia surgir uma resistência por parte do governador Miguel Arraes:

Arregimentamos esse pessoal, até às 11h da manhã. Entreguei ao coronel Plínio Pitaluga uma relação nominal e toda a essa gente foi recrutada. Prometi mil homens, mas oferecemos ao Exército um total de mil e duzentas pessoas. [...]. Trouxeram toda essa gente das suas fazendas, engenhos e usinas. Colocamos os nossos contingentes nas adjacências da Capital, em lugares de fácil acesso. E uma boa parte devidamente armada pelo Exército. Muitos já estavam nos arrabaldes de João Pessoa, onde moravam. Pertenciam aos esquadrões organizados pelo General Renato Ribeiro de Moraes. A maior parte constituída de ex-soldados, ex-cabos e ex-sargentos reformados ou excluídos do Exército e da Polícia. O General os conhecia e tinha os seus endereços. Já os havia preparado para os combates e para as guerrilhas. [...]. Esses contingentes seriam empregados no policiamento ostensivo da cidade, aproveitando-se de preferência reformados do Exército e da Polícia; na ocupação de repartições públicas federais, sempre sob o comando de um sargento ou de um oficial; na ocupação de rádios e jornais locais, se fosse necessário. Recrutamos também os nossos jornalistas, a saber, José Leal, Otinaldo Lourenço, Antônio de Arruda Brayner, Osias Nacre Gomes, Antônio Barroso Pontes, Archimedes Cavalcanti, entre outros.[...] Não foi preciso, porém, utilizar essa gente por nós arregimentada.²⁵⁰

O ponto culminante dos acontecimentos iniciados em 31 de março ocorreu com apoio do Congresso Nacional no dia 2 de abril de 1964. Em sessão extraordinária foi declarada vaga a presidência da República, com a justificativa que Jango teria abandonando o cargo

²⁵⁰ PEREIRA, Joacil de Brito. *A Vida e o Tempo*. Memórias, vol. II João Pessoa: Editora da UFPB, 1997, p. 109-110 apud GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 136.

presidencial, embora estivesse no Rio Grande do Sul, assumindo provisoriamente o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzili.

Após uma série de pronunciamentos à população brasileira anunciando o novo programa de governo, “O alto comando da revolução” liderado pelos militares General da Costa e Silva, Almirante Augusto Rademaker e o Brigadeiro Correia de Mello, prometeram restaurar a moral, a legalidade e democracia do país ao eliminar o perigo vermelho do comunismo. Contraditoriamente, essas promessas ocorriam em meio ao golpe contra a democracia brasileira e o estabelecimento do general Castelo Branco como presidente do país.²⁵¹

O resultado disso foi a deposição do presidente eleito João Goulart, o desmantelamento do Estado Populista, a repressão aos movimentos sociais e de esquerda e o estabelecimento de um estado autoritário capaz de garantir o desenvolvimento do capitalismo brasileiro aliado ao multinacional através da repressão e violência.

Com a instauração da presidência golpista iniciou-se em todo o país uma série de perseguições contra os trabalhadores e movimentos sociais de esquerda, que ficaria conhecida como “Operação Limpeza”. Essa operação era resultado direto das articulações entre a Escola Superior de Guerra, o IPES e IBAD, que anos antes já tinham organizado um esquema de “Segurança Nacional” que seria responsável por logo nos primeiros dias do golpe perseguir aqueles indivíduos considerados “inimigos internos” por estarem vinculados a movimentos sociais e/ou ao governo anterior.²⁵²

O sindicalista João Ribeiro Filho, em seu livro de memórias sobre sua trajetória de militância sindical, registra que no expediente do dia 31 de março na sede da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Paraíba, apesar de ter apresentado pouca movimentação, vivenciou-se um clima de tensão entre os trabalhadores da entidade. Ao fim do dia, o próprio João Ribeiro, que era presidente da Federação, e o secretário Rivaldo Cipriano decidiram que, em virtude das notícias vindas de Minas Gerais, para garantir a segurança de seus familiares, a melhor opção seria proteger-se em um local seguro onde poucos soubessem o real endereço.²⁵³ Porém, após alguns dias da deflagração do golpe, decidiram prestar esclarecimentos aos militares, resultando na prisão deles por vários meses.

Além disso, as reações imediatas ao golpe também envolveram outros episódios de resistência, como é o caso do movimento organizado pelos trabalhadores do Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto, que seguindo a orientação política do CGT entraram em greve no dia 1º

²⁵¹ ALVES, 2005, p. 63.

²⁵² *Ibidem*, p. 64.

²⁵³ RIBEIRO FILHO, 1999, p. 126-132

de abril após assembleia geral extraordinária. Segundo a ata da reunião, o presidente do sindicato, Antônio Fernandes (conhecido por Bolinha), que também tinha sido eleito prefeito de Rio Tinto em 1963 pelo PTB, e o advogado da entidade, José Gomes, assinalaram a importância da greve geral para a defesa da democracia brasileira e continuação do governo de Jango. A partir desse entendimento, além de paralisarem suas funções, centenas de operários bloquearam a estrada de acesso à cidade em resistência ao golpe civil-militar que estava sendo implantado.

Anos mais tarde, em entrevista ao historiador Eltern Campina Vale, alguns trabalhadores lembraram esses momentos. Júlio Justino destacou que, com a notícia do golpe, foi para frente do sindicato:

Eu fui pra lá, para frente do sindicato, daí disseram: olha, rapaz, vamos lá no Patrício (o operário se refere ao nome de uma rua próxima à fábrica), porque ta lá um piquete de greve para não entrar ninguém. Eu fui. Eu saí pra lá.²⁵⁴

Já Severino Nascimento Soares, que era vigia da fábrica, informou que, ao chegar para o turno de trabalho das seis horas da manhã do dia 1º de abril, os trabalhadores foram pegos de surpresa com a notícia da greve e do golpe que se instalara. Segundo ele,

Quando foi umas seis e meia para as sete horas, eles taparam a estrada, para quem viesse de Mamanguape para cá, não passar, só o povo mesmo de Bolinha (apelido do prefeito e presidente do sindicato dos têxteis de Rio Tinto). Mas quando o negócio virou mesmo, e Luiz de Barros veio para cá, ainda pegou gente na estrada mandou tirar. Bolinha pressentiu e se mandou, ele e Ximenes de mandaram logo, que Luiz de Barros vinha pegar os dois.²⁵⁵

Luiz de Barros era um coronel da polícia temido pelos trabalhadores, lembrado pela tecelã Clotilde Cavalcante Juvenal como um homem “muito brabo mesmo”, e por Júlio Justino como alguém bastante violento: “o negócio dele era chegando e dando pancada, né? Era o jeito dele de assombrar o povo”. O juiz Hermilio Ximenes, que possuía grande prestígio entre os trabalhadores da cidade, e que posteriormente foi cassado pelo golpe civil-militar, descreveu o coronel como “um pau mandado do governo da Paraíba, acostumado a espancar camponês a serviço dos proprietários; era um bandido”²⁵⁶.

Já o ex-torneiro de marcenaria da fábrica, Luiz Juvenal, menciona que quando Luiz de Barros chegou ao sindicato onde estavam reunidos os grevistas, Antônio Bolinha lhes disse

²⁵⁴ VALE, 2008, n.p.

²⁵⁵ Ibidem, n.p.

²⁵⁶ Ibidem, n.p.

“meu povo não sai ninguém. Luiz de Barros tá vindo aí, mas não saí ninguém, ele não é bicho não. Deixa que eu converso com ele, eu sei resolver meus problemas com ele”. Na ata do sindicato da assembleia geral do dia 1º de abril descrevem-se com mais detalhes a chegada das tropas militares a Rio Tinto:

Por volta das 10:30 horas, chegava ao município uma guarnição da Polícia Militar do Estado da Paraíba, sob o comando do Sr. Coronel Luís de Barros, aquartelando-se na Delegacia local. Dentro de poucos minutos depois, o Sr. Coronel mandou um dos seus comandados, intimar o Presidente do Sindicato que recusou. Novamente o Coronel em companhia de seus auxiliares, dirigiu-se ao sindicato; ficando o Sr. Coronel em plena rua e convidando o Sr. Presidente a ir até sua presença, no que não fora atendido novamente. Entretanto o Sr. Presidente convidou o Sr. Coronel a entrar, afim de conversarem. O Sr. Coronel exigiu a retirada de todos os trabalhadores que ocupavam a sede e suas adjacências. Em seguida interditou toda a artéria do quarteirão, armou uma metralhadora no prédio fronteiro ao Sindicato, e, pôs em cada porta e janelas da sede sindical, um policial apontado o fuzil ou metralhadora na direção do Presidente do Sindicato. Em seguida, restando apenas o presidente no recinto, o Sr. Coronel também armado de metralhadora penetrava no recinto, acompanhado de outros militares. Enquanto os dois se entendiam, a vista de todos de longe presenciava a cena os policiais ainda davam tabefes e coronhadas de fuzis. Cerca de 12 (doze) horas o Coronel retirou-se com o grupo e o Sindicato permaneceu aberto.²⁵⁷

Após essa ação repressiva e a retirada dos sindicalistas grevistas da sede de sua entidade, o presidente Antônio Fernandes, o Bolinha, aproveitou a oportunidade para sair de Rio Tinto no espaço de tempo em que o Coronel Luiz de Barros estava ausente do município. Sobre ele e o resultado da sua fuga saberemos mais detalhes no próximo ponto deste capítulo. Em relação ao episódio de resistência narrado anteriormente por alguns trabalhadores, podemos considerar algumas questões. A primeira delas é que inegavelmente Antônio Fernandes detinha uma liderança sobre a classe trabalhadora local, a segunda é que havia um clima de segurança dos trabalhadores na figura dele e de sua parte havia uma ideia de autoridade do governo João Goulart que impediria o avanço das forças golpistas pelo país.

Entretanto, não havia forças materiais suficientes para uma resistência firme que pudesse barrar os grupos de civis e militares que há anos já articulavam o golpe de 1964. A falsa sensação de poder que Antônio Fernandes detinha ao ocupar ao mesmo tempo o cargo de prefeito e de líder sindical de um dos maiores sindicatos paraibanos foi frustrada pelas mesmas classes – proprietários e militares – que buscaram oprimir a organização sindical em Rio Tinto e barraram a pequena mas brava resistência no município.

²⁵⁷ VALE, 2008.

A imprensa só veio se manifestar sobre o acontecimento no dia 3 de abril, quando o jornal *Correio da Paraíba* noticiou como manchete “Camponeses e operários reagiram em Rio Tinto”, e ainda acrescentou que só após a chegada Coronel Luiz de Barros conseguiu-se reestabelecer a ordem.²⁵⁸

O mesmo ocorreu em dois municípios do sertão paraibano, Pombal e Sousa. Em Pombal os advogados Plínio Leite Fontes e Antônio Dias de Queiroga organizaram centenas de pessoas para protestarem contra o golpe civil-militar em frente à prefeitura. Na ocasião transmitiu-se através de alto-falantes a Cadeia da Liberdade do Rio Grande do Sul. Diferente de Rio Tinto, em Pombal não houve uma repressão militar mais direta. Para acabar com o evento, os agentes contaram com o apoio da mãe de Antônio para convencer o filho a encerrar a manifestação. Já em Sousa o prefeito Antônio Mariz realizou um comício contra o golpe em praça pública sendo posteriormente preso. Do mesmo modo ocorreu com o prefeito de Campina Grande, Newton Rique, que, ao declarar-se contrário ao golpe, teve seu mandato cassado.²⁵⁹

No que tange à esfera militar, o Boletim Nº 72, 1/4/1964 da Polícia Militar evidencia sua prontidão para os acontecimentos que se seguiram no dia 1º de abril de 1964, chegando a convocar inclusive militares que estavam de férias no período:

Em virtude da gravidade da situação nacional conturbada com os recentes acontecimentos em alguns Estados da Federação, em decorrência de que esta Polícia Militar se encontra em rigorosa prontidão, determino que a partir desta data, todos os militares (Oficiais e Praças) que estejam em gozo da licença especial, férias ou dispensa de serviço, se apresentem às unidades ou serviços a que pertencem, nesta Capital ou em Campina Grande, ficando suspenso o gozo das mesmas até ulterior deliberação.²⁶⁰

Posteriormente, o Boletim Nº 86, do dia 18, suspendeu a ordem, tendo em vista “a normalização das coisas e o controle de subversão de elementos comunistas”²⁶¹. No ponto a seguir analisaremos como sindicalistas paraibanos e todos aqueles que tinham estabelecido algum tipo de posicionamento à esquerda e/ou em apoio ao Estado Populista, assim como as entidades a que estavam vinculados, sofreram violenta perseguição e repressão após a promulgação do golpe civil-militar.

4.2 Perseguição e intervenção aos sindicatos paraibanos no imediato pós-golpe

²⁵⁸ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 183.

²⁵⁹ Ibidem, p. 132.

²⁶⁰ Ibidem, p. 181.

²⁶¹ Ibidem.

Em sua clássica obra *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, Maria Helena Moreira Alves analisa como setores civis e militares implantaram um “Estado de Segurança Nacional” objetivando transparecer uma áurea de “legalidade” ao processo que levou ao golpe, através da promulgação de Atos Institucionais que possibilitaram o estabelecimento de um Estado autoritário que se impôs desde os primeiros momentos do regime militar para eliminar seus opositores. Este ponto dedica-se a compreender como o Estado de Segurança Nacional afetou os sindicalistas paraibanos e suas entidades.

O primeiro Ato foi redigido em segredo e assinado em 9 de abril de 1964 e, além de limitar os poderes do Congresso Nacional, transferindo-os para o Executivo, também estabeleceu a prerrogativa de suspender os direitos individuais, cassar mandatos legislativos federais, estaduais ou municipais e aposentar ou transferir para reserva arbitrariamente civis e militares.²⁶²

A partir disso, o Alto Comando Revolucionário consolidou toda logística golpista planejada há anos apenas acrescentando e reformulando pontos da Constituição vigente com o AI-1. Após estabelecer plenos poderes ao Presidente da República, limitou até mesmo a sua base política e militar de apoio, que não podia questionar os rumos estabelecidos pelos militares após o golpe sob ameaça de ter cargos cassados, serem aposentados compulsoriamente e ainda perderem seus direitos políticos. Ressalta-se que nessa mesma lógica incluíam-se todos os funcionários públicos a níveis estadual, municipal e federal.

Além disso, os artigos 8º e 10º do AI-1 estabeleciam, respectivamente, que inquéritos poderiam ser abertos para “apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente”; e que “No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos”, possibilitando as bases dos Inquéritos Policiais Militares e estabelecendo de fato as perseguições a seus opositores.

Ao final do Ato Institucional n 1º estava anexada uma lista com mais de 100 pessoas que a partir daquele momento tiveram imediatamente seus direitos políticos cassados, ficando impossibilitadas de por 10 anos votar, candidatar-se ou participar de qualquer atividade política.

²⁶² ALVES, 2005, p. 66-67.

O primeiro da lista era o presidente golpeado João Goulart, seguido de 40 membros do Congresso Nacional e mais 100 pessoas consideradas “inimigas” do regime.

O presidente do Sindicato dos Bancários, Luiz Hugo, cita em seu livro de memórias que, desde o dia 2 de abril, um amigo o tinha informado que seu nome fazia parte de uma lista de procurados entregue ao Palácio da Redenção, vinda do Regimento de Infantaria ou do DOPS, e que após receber a notícia seu primeiro pensamento foi: “Vou fugir. Nunca pensei em conjugar esse verbo. Não se tratava de conjugá-lo, mas de exercê-lo em toda a sua plenitude”. Essa tensão sentida pelo bancário também já tinha se manifestado no presidente e secretário da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, que, logo após a efetivação do golpe, temendo represália por parte dos militares, esconderam-se em um local secreto.

As perseguições aos sindicatos e seus associados se intensificaram com a promulgação no dia 27 de abril, já sob o governo do General Castelo Branco, do decreto-lei que instituía os Inquéritos Policiais Militares – IPMs, cuja principal função era investigar todas as atividades de pessoas consideradas pelos militares como subversivas e/ou comunistas. Os IPMs, por não se submeterem a regras de comprovação das acusações, mas sim através de decisões arbitrárias, “constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do inimigo interno”. Após abertura do inquérito o alegado devia responder pelas acusações submetidas e o seu resultado final dependeria dos presidentes, governadores e prefeitos.²⁶³

Os Inquéritos Policiais Militares e os seus atos subsequentes como depoimentos e prisões ocorreram em diversos locais da Paraíba, como as cidades de Sapé, Cabedelo, João Pessoa, Bayeux e Campina Grande.

Em Sapé, onde estava localizada a maior Liga Camponesa do Brasil, mesmo antes do golpe civil-militar de 1964 os trabalhadores rurais sofriam intensas perseguições que resultavam em prisões e torturas. Além do próprio aparato militar, como já foi mencionado, os latifundiários da região também atuavam no campo da repressão aos camponeses, contratando capangas para promover humilhações, espancamentos e mortes. Essas atuações tinham inclusive o apoio e consentimento do Exército, que prestava informações sobre as movimentações das Ligas nos municípios vizinhos ao de Sapé, como Mamanguape, Mari e Cajá.

Essas perseguições eram comandadas pelo Coronel Luiz de Barros, o mesmo que oprimiu o movimento de resistência ao golpe em Rio Tinto. Vários são os relatos de tortura aos camponeses. Aos casos mais emblemáticos que já foram mencionados nesse trabalho, como o

²⁶³ ALVES, 2005, p. 69.

de João Pedro Teixeira em 1962 e Nego Fuba e Pedro Fazendeiro logo depois do golpe, somam-se a outras dezenas de violências. É o caso, por exemplo, de Nair Arthur em 1963, que foi espancada ao ir reclamar de uma surra que seu filho tinha levado dos capangas de Agnaldo Veloso Borges. Na foto a seguir é possível observar a trabalhadora com curativo em um dos olhos e o inchaço em seu rosto.

Imagem 29 – Foto de Nair Arthur anexada ao IPM Subversão



Fonte: Relatório da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (2017).

O grupo de latifundiários possuía uma forte ligação com o Exército. Ao serem presos, muitos trabalhadores eram levados a João Pessoa, para o 15º Batalhão de Infantaria Motorizada - Batalhão Vidal de Negreiros, que foi um dos locais de repressão e tortura na Paraíba. O militante da esquerda, Martinho Campos, relatou que lá “jogavam água o dia inteiro nos presos e os acordavam com pontapés”²⁶⁴. João Ribeiro Filho, também preso no 15º RI em 2 de abril de 1964, afirmou que “no quinze o terror era o Major Cordeiro, todo mundo tinha medo, ele entrava na prisão a qualquer hora do dia e da noite para ameaçar”²⁶⁵.

Além disso, em João Pessoa a perseguição também ocorria em outros locais como na Delegacia de Investigação e Captura, na Polícia Federal e no 1º Grupamento de Engenharia,

²⁶⁴ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 296.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 297.

esse último foi um dos primeiros lugares para onde os presos políticos foram levados. Em Bayeux, o local de tortura era o 16º Regimento de Cavalaria Mecanizada e em Cabedelo o Ministério da Agricultura. Em Campina Grande, o principal lugar de violação de direitos situava-se em uma propriedade privada do comerciante Manoel Bezerra, conhecida como “Granja do terror”, e teve seu auge na década de 1970. Entre as torturas ocorridas no local podemos citar “interrogatórios com socos e pontapés, choques elétricos com fios conectados nas orelhas e nos órgãos sexuais, além de fortes ameaças”²⁶⁶.

Na Paraíba, há registros de vários IPMs, como por exemplo os denominados de Subversão, Rural, Grupo dos Onze, PORT, Ibiúna, UNE (União Nacional dos Estudantes) UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) PCR (Partido Comunista Revolucionário) PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e Ação Popular.²⁶⁷ Analisaremos, por enquanto, o IPM denominado como “Processo de subversão Geral da Paraíba”, que inicialmente foi conduzido por militares do 1º Grupamento de Engenharia em João Pessoa, sob comando do Major Ney de Aquino, e encerrado após 1000 dias de “investigações”, no qual se concluiu que as primeiras 32 pessoas indiciadas “não tinham culpa formada”. Paralelamente, transcorreu outro Inquérito em Campina Grande comandado pelo Coronel João Viana e depois juntado ao de João Pessoa.²⁶⁸

Posteriormente, o IPM Nº 70/64 – Subversão, que funcionava no Grupamento de Engenharia em João Pessoa, foi reaberto no 15º Regimento de Infantaria do Exército sob direção do Major Cordeiro, também na capital paraibana, e posteriormente passaram a ser coordenados pela 7ª Região Militar do IV Exército, sediada em Recife, capital de Pernambuco. Segundo Afonso Celso Scocuglia,

Em seu conjunto, depois de assumido pela 7ª Região Militar do IV Exército, sediada em Recife, o IPM indiciou 52 pessoas integrantes de sindicatos de trabalhadores, partidos políticos, entidades estudantis, professores, camponeses e dirigentes das Ligas, militares, juízes, deputados estaduais, prefeitos, vereadores, além de outras organizações e entidades da sociedade civil. Muitas outras pessoas serviram de testemunhas de acusação e de defesa. Entre indiciados, acusadores, testemunhas, defensores, militares responsáveis, entre outros, centenas de pessoas estiveram envolvidas diretamente no desenrolar do IPM que, ao todo, durou quase cinco anos.²⁶⁹

²⁶⁶ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 312.

²⁶⁷ Ibidem, p. 161.

²⁶⁸ SCOCUGLIA, 2019, p. 390.

²⁶⁹ Ibidem, p. 21.

Além disso, como os IPMs eram coordenados por coronéis da Polícia Militar, ao serem designados para essa função estabeleciam suas próprias regras para comprovação das acusações aos considerados “subversivos” e qualquer testemunho da “opinião pública” era suficiente para provar as denúncias²⁷⁰. No caso do IPM N° 70/64, as testemunhas de acusação eram parte da própria estrutura golpista paraibana, como o político da UDN Joacil de Brito Pereira e o na época estudante de direito Marcus Odilon Ribeiro Coutinho. Ressalta-se que esse último pertencia à importante família de usineiros e latifundiários Ribeiro Coutinho, que no estado da Paraíba, além da influência econômica, ocupou diversos cargos políticos como o de governador, prefeito, deputado e outros.

Em meio a centenas de pessoas que foram investigadas nos Inquéritos instalados no estado da Paraíba, as 52 pessoas que foram indiciadas no IPM N° 70/64 de 1964 a 1969 na 7ª Região Militar do IV Exército, sediada em Recife, em sua maioria eram acusadas de fazer apologia à revolução socialista, integrar partidos de esquerda como o PCB e o PTB, participar e liderar movimentos sindicais, estudantis e camponeses. Entre os líderes sindicais indiciados estavam: Antônio Fernandes de Andrade, Luiz Hugo Guimarães, João Ribeiro Filho, Rivaldo Cipriano da Costa, Luiz Bernardo da Silva, Boanerges Temóteo de Souza, Jason Gonçalves e José Pereira dos Santos.

Na citação abaixo apresentamos o teor dos Inquéritos produzidos sobre Luiz Hugo, João Ribeiro e Luiz Bernardo, de quem mais adiante, junto com outros sindicalistas, abordaremos em detalhes seus casos:

Luís Hugo Guimarães, brasileiro, com 39 anos, [...] exercia as funções de presidente do Comando Geral dos Trabalhadores Estadual [...] era atuante, a serviço do Partido Comunista Brasileiro, do qual fazia parte como presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

João Ribeiro Filho, brasileiro, 36 anos, [...] sapateiro [...] integrava a direção do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) como Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria. Nessa qualidade, participou de reunião conjunta, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Frente de Mobilização Popular (FMP), realizada em 24 de fevereiro de 1964, cuja finalidade era articular um movimento de pressão ao Governo do Estado. Era agitador atuante e violento a serviço do Comunismo Internacional. Na função de Presidente dos Trabalhadores da Indústria, retransmitiu um telegrama da CNTI aos sindicatos filiados, assinado por Dante Pelacani, de teor subversivo. Luiz Bernardo da Silva, brasileiro [...] integrava o Comando Geral dos Trabalhadores de João Pessoa, onde ocupava cargo de Secretário, tendo comparecido as reuniões do Comando Geral dos Trabalhadores Nacional. Nessa qualidade, participou de reunião conjunta, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Frente de Mobilização Popular (FMP), realizada em 24 de fevereiro de 1964, cuja finalidade era articular um movimento de

²⁷⁰ ALVES, 2005, p. 69-70.

pressão ao Governo do Estado. Era atuante e Membro de Destaque (Secretário do CGT) do Partido Comunista Brasileiro.²⁷¹

Nestes exemplos, ficam evidentes as funções dos Inquéritos Policiais Militares e seus objetivos. Através deste mecanismo, trabalhadores passaram a ter sua vida vigiada e qualquer ligação com movimentos sociais e de esquerda constituíram-se como motivos para futuras prisões, cassações e intervenções a sindicatos e seus líderes. No teor dos IPMs citados, podemos visualizar o controle de informações sobre esses sujeitos obtidos logo no imediato pós-golpe. João Ribeiro foi classificado como “agitador atuante e violento a serviço do Comunismo Internacional” e Luiz Hugo e Luiz Bernardo como atuantes do Partido Comunista Brasileiro. Porém, ao contrário do que foi registrado, dentre os três, Luiz Hugo não integrava o PCB.

Além disso, ser indiciado em um IPM significava não apenas a perseguição individual e de militância, mas também a vigilância entre a vida pessoal, familiar e profissional. Todos os âmbitos do cotidiano da pessoa indiciada mudavam radicalmente, já que em muitos casos, sobretudo aquelas que desenvolviam papel de liderança em movimentos sociais, perdiam seus empregos, eram obrigadas a residir em outras cidades/estados e ainda conviver com a ideia de que podiam ser inquiridos outras várias vezes para prestar esclarecimentos sobre si e outros acusados de subversão. Ou seja, o esquema de Segurança Nacional já estava tão fortemente estabelecido que, logo no imediato pós-golpe, “o pente fino” em busca do inimigo interno instaurou um clima de terror e medo entre os movimentos sociais.

O presidente do Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto e prefeito da mesma cidade, Antônio Fernandes, também foi indiciado no IPM – Subversão. Após o rápido movimento de resistência ao golpe que liderou, fugiu de Rio Tinto e só posteriormente se apresentou ao Quartel do 15º Regimento de Infantaria, onde permaneceu preso por seis meses. Além de ter sido destituído de suas funções como presidente do Sindicato, que foi colocado sob a intervenção e presidência de João Batista, também perdeu seu mandato de prefeito. Questionado sobre sua atuação no episódio de resistência ao golpe respondeu:

Perguntado sobre os acontecimentos que se verificaram em RIO TINTO nos dias 31 de março e 1º de abril e que foram divulgados pela imprensa, respondeu que na noite de 31 Mar/1º Abr, foi procurado por JOSÉ GOMES DA SILVA, advogado de seu Sindicato, que lhe disse ter eclodido em Minas Gerais um movimento de rebeldia contra o Presidente da República, visando à sua deposição, e que o Sindicato de RIO TINTO, como os demais, não poderia omitir-se; que o proletariado de todo o País já se tinha manifestado contrário ao movimento e pretendia opor-se ao mesmo; que objetando ao dito JOSÉ GOMES DA SILVA as consequências que adviriam para o Município

²⁷¹ Inquérito Policial Militar (1964 apud NUNES, 2015, p. 206-207).

e para o Sindicato de uma tomada de posição contra o Movimento Revolucionário o mesmo respondeu-lhe que não haveria problemas, pois o próprio Ministro da Guerra pretendia manter o Sr JOÃO GOULART no seu cargo; que esta conversa teve lugar no portão da fábrica, por volta de três horas e trinta minutos do dia 12 de abril; que o pessoal da fábrica presenciou esta conversa, pois estava na hora de entrada de um dos turnos, aderiu ao movimento preconizado por JOSÉ GOMES DA SILVA e suspendeu as suas atividades, atitude que foi sendo tomada aos poucos pela totalidade dos operários que, posteriormente, se dirigiram para a sede do Sindicato; que, na sede do Sindicato, JOSÉ GOMES DA SILVA iniciou uma pregação de exaltação do movimento de resistência a tentativa de deposição do Presidente GOULART, incitando os operários e trabalhadores em geral a agirem no sentido de abortar o Movimento Revolucionário em todo o País pela paralização de suas atividades e, se necessário, pela atuação em força, utilizando todos os meios disponíveis.²⁷²

O presidente do Sindicato dos Bancários de Campina Grande, Jason Gonçalves de Lima, também respondeu ao mesmo Inquérito e, ao ser questionado sobre a fama de agitador na cidade, contrapôs que só poderia ser pelo fato de ser líder sindical e organizador de protestos sociais:

No dia 20 de junho de 1964 outro termo de perguntas foi feito pelo Major de Oliveira Aquino, desta vez ao Jason Gonçalves de Lima. O mesmo afirma que foi Presidente do Sindicato dos Bancários e que estava no Sindicato no dia 1º de Abril. Ao ser “perguntado se o Sindicato recebeu alguma comunicação ou ordem a respeito da greve geral de solidariedade ao Governo João Goulart, respondeu que ao Sindicato não chegou qualquer ordem ou comunicação nesse sentido, pelo menos que fosse do conhecimento do depoente. Perguntado se tomou conhecimento de ordens do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), transmitidas por estações de rádio da Guanabara e relativas à deflagração de uma greve geral no País, respondeu afirmativamente; que, todavia, o Sindicato não orienta as suas decisões por notícias vinculadas pelo rádio, pelo que não tomou qualquer atividade; que, no dia 1º de abril não houve trabalho nos Bancos da cidade, mas isso se deu em consequência de haver o Governo decretado feriado bancário. Perguntado em que período exerceu suas atividades de Presidente do Sindicato dos Bancários respondeu que desde [...], quando foi eleito pela primeira vez, até o dia 1º de abril, pois foi reeleito; que esse período foi interrompido pelo seu licenciamento, em outubro de 1962. Perguntado se o seu Sindicato tinha representantes no CGT Estadual, respondeu negativamente. Perguntado se, alguma vez, o seu Sindicato participou de greves de solidariedade a reivindicações de outras classes ou de natureza política, respondeu que tais movimentos nunca tiveram acolhida no seu Sindicato. [...] Perguntado se compareceu a uma reunião realizada na sede dos Sindicatos Reunidos, em 25 de março deste ano, reunião essa em que foi comemorado o 42º aniversário do Partido Comunista Brasileiro, com uma conferência, pronunciada por Oliveiros Oliveira, respondeu afirmativamente; que, todavia, lá compareceu a convite de alguém que não se recorda sob o pretexto de que se tratava de uma reunião para debater o problema da falta de água na cidade. Perguntado se se recorda de algumas das pessoas de lá se encontravam, respondeu que só se

²⁷² GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 506-507.

lembra de Oliveiros Oliveira, o conferencista, que falou sobre a história do Partido Comunista Brasileiro e de Francisco Lima. Perguntado se conhece José Pereira dos Santos, vulgo Peba e quais as relações que mantinha com o mesmo, respondeu afirmativamente; quais as relações que mantinha com Peba eram de natureza profissional, ou, então, sindical, pelo fato do mesmo ser Presidente de um Sindicato, nesta cidade.[...] Perguntado a que atribui a fama de agitador que desfruta na cidade, respondeu que só pode atribuir ao fato de, no desempenho das funções de Presidente do Sindicato dos Bancários, ter dirigido alguns movimentos de reivindicação da classe; que qualquer pessoa que estivesse naquelas funções teria, também conquistado essa fama. Perguntado se conhece Aristides Lúcio Villar Rabêlo e qual o conceito que desfruta o mesmo na classe bancária, respondeu que o mesmo foi fundador do Sindicato dos Bancários, ato positivo que lhe deve ser creditado, mas é um personagem muito controvertido.²⁷³

Ao final do IPM Nº 70/64, concluiu-se que algumas entidades paraibanas com redes de apoio no contexto nacional foram as responsáveis por promover a “subversão” no estado: o Partido Comunista, o Comando Geral dos Trabalhadores, a Frente de Mobilização Popular, Frente Parlamentar Nacionalista e o Movimento de Ação Popular.²⁷⁴ Entidades que antes do golpe e seu subsequente desmantelamento atuavam no campo progressista e da esquerda, mas que, com exceção de alguns setores do Partido Comunista, não buscavam ou planejavam nenhuma ação de mudança radical nas estruturas sociais.

Apenas no final de 1968 e início de 1969 todos os indiciados no IPM Nº 70/64 obtiveram os seus habeas corpus. Após 5 anos de tramitação sendo submetidos a recorrentes interrogatórios, todas aquelas 52 pessoas indiciadas por esse IPM foram consideradas “livres”²⁷⁵. Porém as consequências desses atos ultrapassaram o ano de 1969 e muitos só vieram a restabelecer suas vidas sem perseguições com o fim do golpe civil-militar.

Os sindicalistas paraibanos também foram alvo de outro IPM. Esse ficou encarregado de apurar a participação de militantes sociais no chamado “Grupo dos Onze”, organização que tinha sido criada por Leonel Brizola em 1963 e tinha por objetivo lutar pelas reformas de base. Na Paraíba o Inquérito foi comandado pelo major José Benedito Montenegro de Magalhães Cordeiro e indiciou 83 pessoas. Entre os sindicalistas estavam dois membros do Sindicato dos Bancários, novamente Luiz Hugo Guimarães e Antônio Aragão Filho:

ANTÔNIO ARAGÃO FILHO, brasileiro, casado [...] 26 anos de idade [...] funcionário do Banco do Nordeste [...]. Exercia funções no escritório de José Gomes da Silva, onde funcionava uma célula comunista. Foi preso em 1961 em companhia de outras pessoas portando material de natureza subversiva. Infringiu, assim, o artigo 99 da Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953;

²⁷³ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 512.

²⁷⁴ SCOCUGLIA, 2019, p. 379.

²⁷⁵ Ibidem, p. 456.

LUIZ HUGO GUIMARÃES, brasileiro, casado, [...] 39 anos de idade [...] bancário e advogado [...] . Confessou ter dirigido o C.G.T, durante seis meses, tendo comparecido a reuniões dos Presidentes do CGT no Rio de Janeiro. É fichado no DOPS. Está incurso, nas sanções penais dos artigos 7º, 9º e 12 da Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953.²⁷⁶

Segundo depoimento de João da Cruz Fragoso à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória, Antônio Aragão Filho era um homem bom e de princípios morais, mas que em consequência de sua militância foi preso nove vezes e ainda demitido do seu emprego no Banco do Nordeste:

Antônio Aragão Filho parecia revestido de coração de tão humano, foi ele quem primeiro me deu orientação cristã, de estar sempre atendo para servir, visitar os doentes ajudar a todos que precisasse [...] no comunismo como todo partido ele era proselitista, mais de uma maneira profundamente criativa, ele tomava um jogo de xadrez e saía pelo bairro de Jaguaribe ensinando a manejar as peças mais dando a ideia da luta de classe identificando duas peças com os patrões e as outras com os operários, foi preso nove vezes, demitido do BNB e ficou impedido de assumir qualquer emprego a não ser informalmente.²⁷⁷

Os sindicalistas paraibanos também sofreram vigilância norte-americana. Em um aerograma enviado para o Departamento de Estado dos Estados Unidos sob título “Political Prisoners in Paraíba” (Prisioneiros políticos da Paraíba), no dia 2 de junho de 1964, apresenta-se uma lista com 32 nomes, entre eles o dos sindicalistas Antônio Fernandes de Andrade, João Ribeiro Filho, Luís Bernardo da Silva, Luiz Hugo Guimarães e Rivaldo Cipriano. Com exceção de Luiz Hugo, todos os outros possuíam um destaque, como podemos compreender no texto:

As seguintes pessoas, aparentemente todas da Paraíba e detidas em João Pessoa, foram formalmente colocados em “custódia preventiva” pelas autoridades da Sétima Região Militar. Membros do Partido Comunista, e aqueles que se acredita serem membros, são marcados com um asterisco (*).²⁷⁸

Notícias de outros sindicalistas e entidades também criaram um clima de tensão e insegurança nos trabalhadores paraibanos que, além da perseguição individual, passaram a ter a sede dos seus sindicatos invadidas. Em 15 de abril, o jornal *A União* noticiou que havia sido iniciada um dia antes as intervenções em alguns sindicatos paraibanos:

O Sr. Elpídio Cavalcanti – Delegado Regional do Trabalho, assinou atos, no dia de ontem, decretando intervenção em quase todos os sindicatos profissionais da categoria de trabalhadores da Paraíba e, apenas foram excluídos dessas medidas os Sindicatos dos Jornalistas Profissionais, Garçons, Comerciários, Gráficos e Trabalhadores de Cimento de João Pessoa.

²⁷⁶ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 513.

²⁷⁷ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 513.

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 187-188.

Os demais órgãos de classe estão sob regime de interventoria, inclusive os de Areia, Rio Tinto, Santa Rita e Campina Grande, conforme apurou a nossa reportagem. Eis os que estão sob regime de intervenção e seus respectivos interventores:

Sindicato dos Bancários, sr. Luís Teixeira; Sindicato Têxtil de Rio Tinto, sr. João Batista Ferreira; Sindicato dos Metalúrgicos, sr. Antônio Ferreira; Sindicato dos Trabalhadores em Agave, sr. Vicente Ferreira; Sindicato dos Alfaiates, sr. Antônio Alves da Silva; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçado, sr. Luís dos Passos; Sindicato dos Panificadores, sr. Antônio Rodrigues da Silva; Sindicato Textil de Santa Rita, sr. Geraldo Calixto; e Federação dos Trabalhadores na Indústria, sr. Lourival Cavalcanti dos Anjos.²⁷⁹

Como visto, algumas categorias ficaram de fora dessas intervenções. No que se refere aos trabalhadores da imprensa paraibana, cabe ressaltar que a Associação Paraibana de Imprensa também sofreu intervenção e jornalistas vinculados a ideias de esquerda anos antes já haviam sofrido perseguições por parte de grupos políticos conservadores. Porém alguns jornalistas ligados a grupos da direita, como José Leal, Otinaldo Lourenço, Antônio de Arruda Brayner, Osias Nacre Gomes, Antônio Barroso Pontes e Archimedes Cavalcanti foram inclusive recrutados por Joacil de Brito para uma possível reação negativa e de resistência ao golpe civil-militar, o que pode explicar a não intervenção em seu sindicato.

Por que então os demais sindicatos ficaram de fora das intervenções? Qual a motivação política por trás dessa ação? Havia uma relação anterior entre esses e as forças conservadoras que comandaram o golpe civil-militar na Paraíba, como foi possível verificar no caso do sindicato dos jornalistas? O que de fato podemos afirmar é que, por meio das notas divulgadas por essas entidades no jornal *A União* em anos anteriores ao golpe, percebe-se que havia uma articulação intensa de mobilização sindical. Como visto no capítulo 2, nas páginas do jornal vinculado ao governo estadual, muitos sindicatos tratavam publicamente de algumas questões relacionadas a orçamento, imposto sindical, diretoria e até mesmo processos que envolviam a Justiça do Trabalho. Por outro lado, não há menção a vinculações com outras entidades, a exemplo do CGT, que discutiam questões nacionais e coordenavam ações em favor das Reformas de Base, por exemplo, e que na época representava uma interligação com pautas que também se relacionavam ao campo político, extrapolando as demandas mais imediatas e cotidianas dos sindicatos.

Ressalta-se que as intervenções a sindicatos e entidades que estavam vinculadas a movimentos sociais ocorreram em todo o país. Segundo Maria Helena Moreira Alves, logo após

²⁷⁹ Iniciadas intervenções federais nos sindicatos da Paraíba. *A União*, ano LXXIII, n. 81, 15 abr. 1964, p. 3.

o golpe, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica foram mobilizados para realizarem uma “varredura com pente-fino”, cujo objetivo era encontrar os considerados subversivos:

Ruas inteiras eram bloqueadas e cada casa era submetida a busca para detenção de pessoas cujos nomes constavam em listas previamente preparadas. O objetivo era “varrer” todos que estavam ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964. Especialmente visados eram líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo.²⁸⁰

Para justificar as invasões aos sindicatos e outros órgãos ligados a movimentos sociais os militares se utilizavam de três principais justificativas: os funcionários da entidade haviam desaparecido e portanto presumia-se abandono, tendo o Ministério do Trabalho que intervir para indicar novos responsáveis; os integrantes eram subversivos; ou o comando militar da região era obrigado a intervir para impedir futuras atividades subversivas.²⁸¹

Um dos casos mais emblemáticos desse período trata da intervenção ao Sindicato dos Bancários da Paraíba, à época, como vimos nos capítulos anteriores, um dos mais atuantes no estado, e a perseguição desencadeada aos seus principais líderes. Além de organizarem o I Congresso Estadual dos Bancários, seus dirigentes estavam vinculados às pautas das Ligas Camponesas e fomentaram a construção do CGT na Paraíba²⁸². O presidente do Sindicato, Luiz Hugo Guimarães, que também liderava a célula do CTG no estado, assim como o secretário João da Cruz Fragoso e o membro Derly Pereira, por suas ações e atuações no sindicalismo da época, sofreram severas perseguições do regime militar.

João da Cruz Fragoso, nascido no sertão paraibano do município de Teixeira, então secretário do Sindicato dos Bancários em 1964, assumiu a presidência interina da entidade logo após Luiz Hugo Guimarães tomar conhecimento que seu nome estava em uma lista de cassações políticas. Enquanto João Fragoso assumia a presidência do Sindicato dos Bancários interinamente após o desaparecimento de Luiz Hugo, os militares iniciaram o processo de intervenção por meio do investigador Maffei, que invadiu a entidade e o expulsou de lá junto com o funcionário Fernando Melo, preso durante a ocasião.

Porém, antes do dia 31 de março, a diretoria do sindicato, ao compreender que as forças golpistas se intensificavam, resolveu tomar algumas precauções que envolviam a sua sede. Além de sacar o dinheiro que havia em conta e dividir entre os membros (valor que

²⁸⁰ ALVES, 2005, p. 72.

²⁸¹ Ibidem, p. 84.

²⁸² NUNES, 2015, p. 191.

posteriormente foi devolvido ao sindicato já sob intervenção), também retirou todas as pastas de correspondências, inclusive aquelas em que se faziam referência aos Delegados do Sindicato nos municípios onde havia concentração bancária. Segundo Luiz Hugo Guimarães, foi a partir dessa medida que outros colegas do movimento sindical não chegaram a ser perseguidos.²⁸³

Além disso, a intervenção é mais um caso da arbitrariedade da Polícia Militar, que segundo João da Cruz Fragoso, “cometeu um equívoco ao declarar que a Diretoria havia abandonado o Sindicato dos Bancários, pois já foi dito, a Polícia expulsou-a de lá”. Em seu depoimento ele ainda acrescentou que para os golpistas “seria inconcebível deixar um sindicato, atuante como o dos Bancários, funcionando com a mesma Diretoria, em pleno momento revolucionário”²⁸⁴.

Logo em seguida, em 29 de maio de 1964, João da Cruz Fragoso enviou ao Delegado Regional do Trabalho, Elpídio Cavalcante, um requerimento solicitando uma certidão declarando os motivos do seu afastamento, que até então não tinha sido oficializado. Solicitava também

Esclarecer se esta medida foi de caráter geral, isto é, extensiva a toda Diretoria do Sindicato dos Bancários, ou se foi determinada por atuação comprometedora do requerente a frente da Secretária/do mencionado Sindicato, como também se até o presente momento foi apurado qualquer coisa que pudesse caracterizar o peticionário como subversivo.

Em 5 de junho o Delegado Elpídio respondeu o requerimento decretando a intervenção do sindicato, que passou a ser “presidido” pelo interventor Geraldo Teixeira de Carvalho, apenas com a ordem final de “CUMPRA-SE”:

Senhor.

Com referência a sua petição datada de 29 de maio último, para conhecimento de V. Sa. Seguem abaixo transcritos:

O Delegado Regional do Trabalho e Previdência Social no Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que vários Sindicatos da categoria profissional incorreram nas proibições previstas pelo artigo 525 nas alíneas “a”, “d” e “e” do artigo 521, tudo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943; Considerando o disposto nos decretos 9.085/46 e 23.046/47 e jurisprudência firmadas pelo Supremo Tribunal Federal, publicada no Diário da Justiça de 30.1.1950; Considerando, ainda, que diversos dirigentes sindicais fecharam, inexplicavelmente, as sedes de seus sindicatos e se ausentaram para destino ignorado, deixando os mesmo sem assistência e sem orientação, constando nessa situação o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba, RESOLVE, com apoio no artigo 528, na Consolidação das Leis do Trabalho, nele intervir em face de se achar incurso nos já mencionados

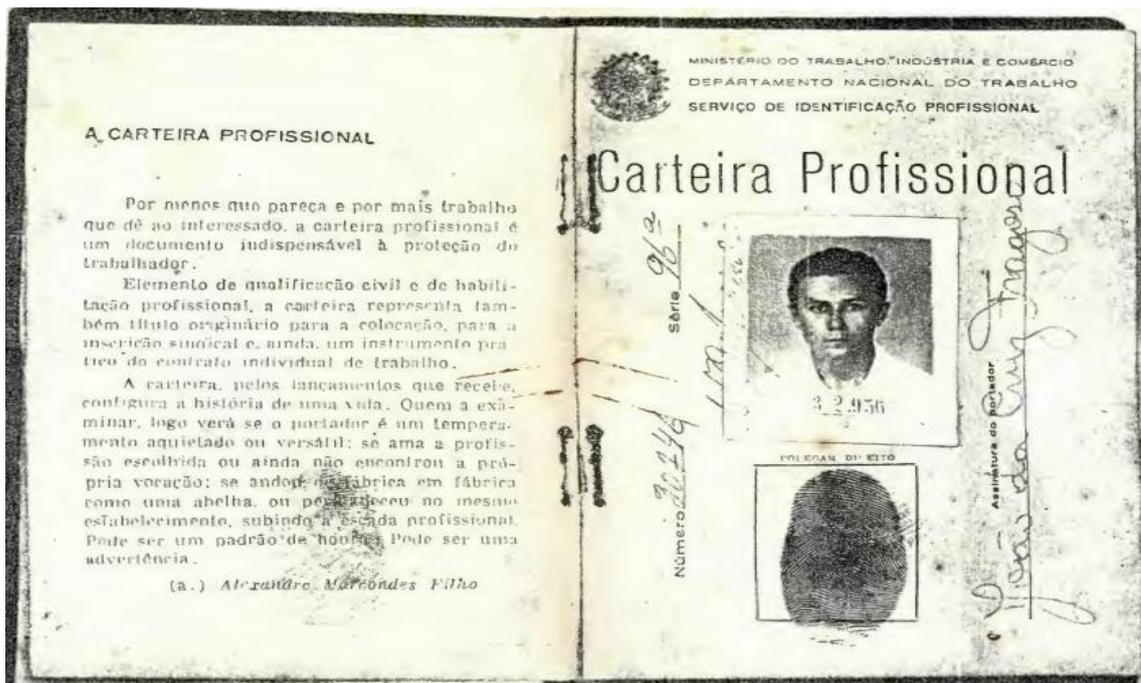
²⁸³ GUIMARÃES, 2002, p. 27.

²⁸⁴ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 509.

artigos 521 e 525 do mesmo Diploma Legal, e, ainda, em vista das circunstâncias decorrentes do atual movimento de Renovação Democrática vitorioso em todo o território Nacional, designando interventor para esse Sindicato o associado GERALDO TEXEIRA DE CARVALHO, com a missão de proceder nova eleição no prazo de noventa (90) dias (art. 554). RECORRO, ex-ofício dessa decisão para Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social. Ao Interventor, para tomar conhecimento. CUMpra-SE. (as) Elpídio Cavalcante de Oliveira.²⁸⁵

Após este episódio, João da Cruz Fragoso passaria por diversas investigações internas realizadas pelo próprio Banco do Nordeste, do qual era funcionário admitido em concurso público em 1958, para que as forças da repressão viessem a conhecer suas posições ideológicas e atuação em movimentos sociais no estado da Paraíba desde que ingressou no Sindicato dos Bancários e em 1962 foi eleito secretário. Abaixo visualizamos a sua carteira de trabalho à época.

Imagem 30 – Carteira profissional de João da Cruz Fragoso



Fonte: Processo de anistia de João da Cruz Fragoso (2001). Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Para interrogá-lo, foi enviado pelo Banco do Nordeste um auditor vindo de Fortaleza que lhe questionou acerca da sua atuação em greves, a função de secretário do sindicato e suas posições ideológicas. Segundo João Fragoso em seu processo de anistia,

²⁸⁵ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 508.

Por várias vezes o referido auditor esteve em contato com as Forças Armadas nesta cidade (João Pessoa), e logo após seu regresso a Fortaleza este requerente foi destituído das funções de Chefe de Seção, sem que o mesmo requerente e a Administração da Agência de João Pessoa fossem consultados.²⁸⁶

Em outubro de 1964 recebeu a notícia de que estava sendo transferido para a cidade de Tauá, no estado do Ceará, que segundo ele “fica acerca de 1.100km de João Pessoa, as estradas não eram asfaltadas, não possuindo hospitais ou sequer um posto de saúde, com população de 15 a 20.000 mil habitantes”. Na imagem abaixo podemos visualizar o documento de transferência assinado pelo presidente do banco, Raul Barbosa.

Imagem 31 – Documento de transferência para João da Cruz Fragoso do Bando do Nordeste do Brasil

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A. (08/10/64)

ATO No. 8.982
DATA: 08 / 10 / 64

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

O Presidente do BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

RESOLVE :

Natureza da medida Remoção, "ex-officio".

Data da vigência -----

Nome JOÃO DA CRUZ FRAGOSO.

Cargo secretário "A".

Lotação Agência de Tauá.

em comissão -----

Prazo -----

Observações Removido da Agência de João Pessoa.

RAUL BARBOSA
PRESIDENTE

Anexo 14

Fonte: Processo de anistia de João da Cruz Fragoso (2001). Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Não concordando com a transferência, sobretudo por questões familiares, já que sua esposa era funcionária pública da Legião Brasileira de Assistência e o casal tinha dois filhos pequenos, João Fragoso enviou uma correspondência ao banco alegando seus motivos para discordar da decisão:

João Pessoa, PB, 27 de outubro de 1964
Ao Banco do Nordeste do Brasil S/A
Senhor Gerente,

²⁸⁶ Processo de Anistia de João da Cruz Fragoso (2001). Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. O acervo encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa José Américo

Tendo sido interpelado por V.S.; hoje/ cerca das 14:00 horas, na presença dos funcionários JERÔNIMO RIBEIRO COUTINHO, ROMERO CUNHA LIMA, E IDVALDO VELOSO TOSCANO DE BRITO, se queria receber ajuda de custo e adiantamento para fazer face às despesas com remoção para cidade de Tauá, remoção esta, determinada pela Superior Administração do Banco do Nordeste, venho esclarecer:

- a. Não concordo, de forma alguma com a referida remoção.
- b. Não quero receber ajuda de custo ou adiantamento.
- c. Não autorizo creditar em minha conta de depósito, existente nesta agência, quaisquer valores relacionados com ajuda de custo ou adiantamento. Concordo com o crédito em minha conta de apenas: Vencimentos em face do período de férias 23 de outubro – 1963/1964; Diferença de vencimentos, aliás, em face do aumento salarial de setembro de 1964; serviços extraordinários em face do mês de outubro de 1964.

Fica claro que tais valores só poderão ser creditados quando eu não estiver presente para recebê-los por Caixa.

Solicito a V.S.; acusar o recebimento do presente, na 2ª via.

Em face do exposto julgo assim o assunto definitivamente esclarecido.²⁸⁷

Após isso, João da Cruz Fragoso iniciou um processo na Justiça do Trabalho recorrendo da decisão da agência bancária em transferi-lo sem consulta prévia, que durou anos e foi até a 3º instância. Em 28 de abril de 1966, dias antes da decisão favorável ao seu processo, recebeu a notícia de que estava sendo demitido do Banco do Nordeste por justa causa, fato que marcará toda a sua vida a partir de então e que será melhor abordado último ponto deste capítulo.²⁸⁸

Já Luiz Hugo Guimarães passou os primeiros dias logo após o golpe escondido tentando escapar da perseguição militar na casa de um amigo. Apesar de considerar um bom refúgio, Luiz Hugo temia que fosse encontrado e não conseguia tranquilizar-se, também pensando em sua família que estava sofrendo vigilância. Segundo ele, nessa situação passavam-se diversos pensamentos em sua mente: “Quem está nessas circunstâncias tem mil planos, mil alternativas. Por isso muita gente se entrega logo. É menos massacrante que ficar esperando o inesperado. É esse inesperado que arrasa”²⁸⁹.

Não suportando mais a espera, Luiz Hugo decidiu ir prestar esclarecimentos no 15º Regimento de Infantaria, considerando que, por não ter ligações com nenhum partido de esquerda e nem se considerar um comunista, iria apenas esclarecer os fatos. Porém os acontecimentos ocorreram de outra forma. Ao chegar no 15º RI, mandaram-lhe voltar no outro turno. Quando retornou, o Major Cordeiro já estava com sua ficha:

²⁸⁷ Processo de Anistia de João da Cruz Fragoso (2001). Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. O acervo encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa José Américo

²⁸⁸ Processo de Anistia de João da Cruz Fragoso (2001). Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. O acervo encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa José Américo

²⁸⁹ GUIMARÃES, 2002. p. 25.

Enquanto esperava, entrou o coronel Pitaluga. Conversou com o coronel D'Ávila e botou um olho feio para mim. Pensei que ia ser fuzilado ali mesmo. Do primeiro andar do quartel já desci escoltado. Fui levado para o xadrez, ao lado do corpo-da-guarda. Não era bem um xadrez, era uma saleta onde os sargentos ficavam quando eram detidos por qualquer infração ao RDE (Regulamento Disciplinar do Exército).²⁹⁰

No 15º Regimento de Infantaria encontrou diversos companheiros do movimento sindical, estudantil, camponês, como também funcionários públicos e intelectuais. Através do seu irmão, que era sargento, Luiz Hugo foi informado que seu nome estava na lista do AI-1, que cassou por dez anos os direitos políticos de mais de 100 cidadãos. Ele era o número 47 da lista. Esse fato é narrado em seu livro de memórias com certa honra. Em várias passagens Luiz Hugo enfatizou que, em meio a tantas lideranças sindicais importantes na lista, ele também estava presente. Claro que devemos levar em consideração o fato do sindicalista ter feito a declaração em momento posterior ao golpe e em um país com a liberdade democrática já estabelecida. Provavelmente à época o sentimento era outro. Da mesma forma, observa-se uma contradição no título de seu livro de memórias *Recordações da Ilha Maldita* em referência à Ilha de Fernando de Noronha, onde esteve preso, em contraposição ao que ele traz em seu texto, chegando até mesmo mencionar que aquele momento também poderia ser considerado como uma espécie de “férias forçadas”.

Ressalta-se também que Luiz Hugo por ser um homem esclarecido, sabia a importância da sua atuação e trajetória, e por esse motivo citou que, “desde os primeiros dias na prisão, no quartel do 15º Regimento de Infantaria, passei a escrever um diário resumido. Ia anotando todas as ocorrências. Vai constar de minha autobiografia, pensei”²⁹¹. Preocupava-se também em guardar o material, então “metia na fronha e enfiava por baixo do colchão. Sempre mudando de lugar. Faria o livro com base dos apontamentos. Faria nem que fosse por fazer. Se não publicasse, mas teria um livro”²⁹².

No dia 28 de abril de 1964 recebeu a notícia de que ele e mais 4 companheiros seriam levados para a Ilha de Fernando de Noronha, sendo libertado apenas no mês de junho de 1964. No período em que esteve lá, os sentimentos de ansiedade, tédio e preocupação tomavam conta do seu cotidiano. Apesar disso, relata que estava em “melhores condições”, já que a alimentação e as acomodações eram superiores a do 15º RI em João Pessoa.

²⁹⁰ GUIMARÃES, 2002. p. 29.

²⁹¹ GUIMARÃES, 2002, p. 32.

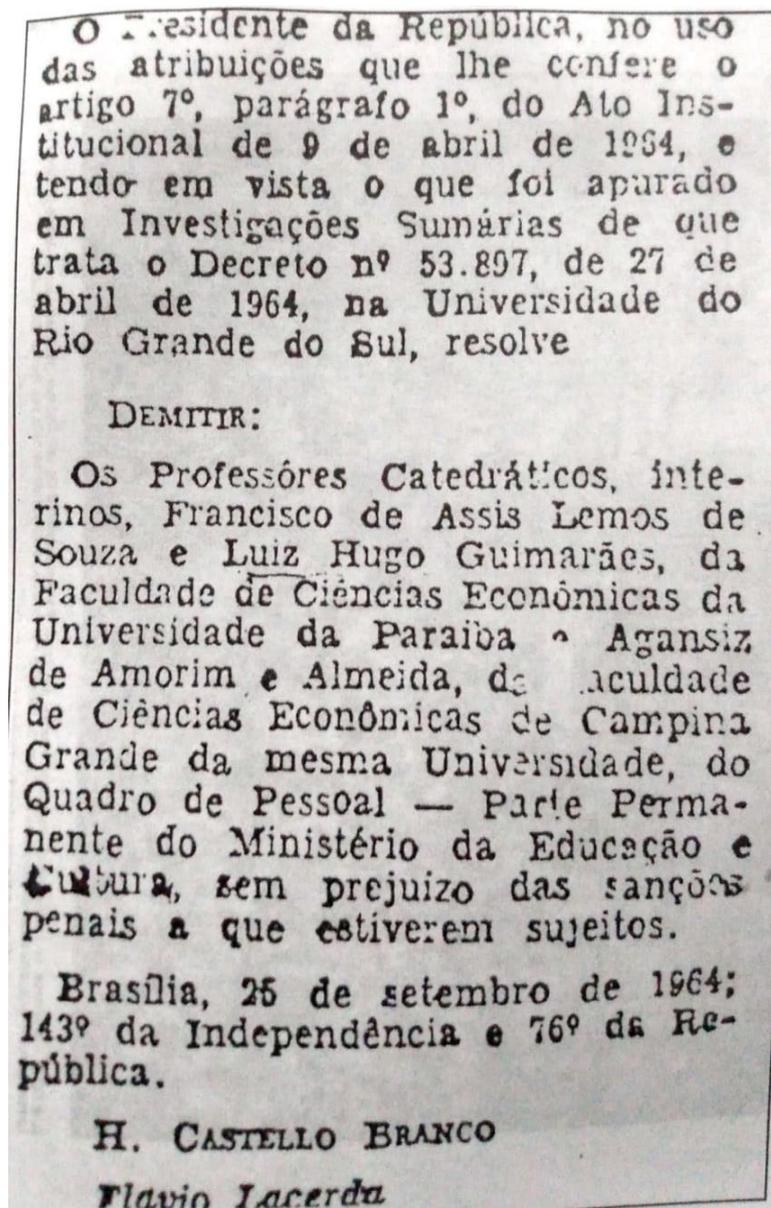
²⁹² Ibidem, p. 35.

A Ilha de Fernando de Noronha, local em que Luiz Hugo foi preso, abrigava presos políticos considerados pela ditadura como perigosíssimos para a sociedade brasileira. Luiz Hugo dividiu espaço com Miguel Arraes, governador cassado de Pernambuco, que permaneceu preso mais de um ano no local. Após ser solto em junho de 1964, o sindicalista voltou a ser procurado pelo Exército em sua casa, que novamente o prendeu no dia 25 de julho de 1964, em virtude da reabertura do Inquérito Subversão pelo Major Cordeiro no 15º Regimento de Infantaria.

Neste mesmo período, foi submetido a uma avaliação interna da Faculdade de Ciências Econômicas onde era professor, a fim de investigar sua atuação no movimento de resistência ao golpe. Apesar de apresentar várias provas da sua boa conduta, em setembro de 1964 foi demitido do seu emprego de professor catedrático interino da Universidade Federal da Paraíba²⁹³, assim como Assis Lemos e Agassiz de Almeida, ambos ligados às Ligas Camponesas, através de Decreto do General Castelo Branco que foi publicado no Diário Oficial da União no dia 28 de setembro de 1964, que podemos verificar na imagem abaixo.

²⁹³ GUIMARÃES, 2002, p. 125.

Imagem 32 – Decreto nº 53.897 assinado por Castelo Branco demitindo Luiz Hugo Guimarães do seu cargo de professor na Universidade Federal da Paraíba



Fonte: GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Recordações da ilha maldita*. João Pessoa: FUNESC, 2002.

Depois dessas passagens pela prisão, Luiz Hugo, mesmo “livre”, sempre precisava prestar esclarecimento aos militares e, além de ter seus direitos políticos cassados, em outubro de 1964 foi transferido pelo Banco do Brasil à sua revelia para trabalhar em Rondônia.²⁹⁴ Ao chegar lá relembra que foi recebido “com muita satisfação, pois era considerado entre os colegas como figura VIP por ter sido cassado no primeiro listão e por ser o funcionário mais graduado da agência”²⁹⁵.

²⁹⁴ GUIMARÃES, 2002, p. 129.

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 136.

Derly Pereira, que também era membro do Sindicato dos Bancários e funcionário do Banco do Nordeste, sofreu perseguição e foi preso após o golpe civil-militar. Em depoimento ele relatou que após ser preso foi demitido, mas logo recontratado, pois o banco devia esperar as ordens do comando militar. Além disso, mencionou que durante a sua prisão ficou totalmente incomunicável:

Quando estourou o golpe, eu fui preso no primeiro dia da abertura dos bancos, porque houve um recesso bancário, mais ou menos de uma semana, quando reabriu a atividade no primeiro dia eu fui preso, fui o segundo bancários preso, o primeiro havia sido Moura Beleza, que tinha sido presidente do sindicato e candidato a prefeito em Fortaleza, eu fui o segundo, o primeiro do Banco do Nordeste. Fui conduzido pro quartel do exército, onde entrei em contato com companheiros dos mais diversos, dirigentes sindicais, estudantes, intelectuais, funcionários públicos e nós permanecemos nesse presídio, nessa prisão por um mês qualquer coisa, dois meses, quando eu fui transferido aqui pra João Pessoa, chegando no aeroporto Castro Pinto tinha um colega do banco que acho que eu tava vindo, tinha um cortejo, parecia até que... soldado militar, oficial, quando ele correu pra me abraçar os soldados agarraram e empurraram ele pra baixo. Eu não vim algemado por uma coincidência. Quem me trazia era o major Eraldo Costa Novaes, que era o pior militar que tinha no quartel com os presos políticos, ele diariamente, visitava o quartel de manhã e à tarde e dava um esculacho em alguém. [...] Eu sei que ele me deixou aqui no 15 RI, do 15 RI eu fui transferido para o grupamento, onde... lá no 15 RI estava o Jório Machado, o Santa Cruz, Aragão, Aragão não... foi em 64... eu sei que tinha um grupo que era um grupo separado da gente e a massa que eram os dirigentes sindicais que a gente ficava lá separados deles. Pouco depois eu viajei, eu vim pra esse grupamento, grupamento de engenharia, daí eu fui levado pra Campina Grande; aí eu dei um depoimento pro major Aquino, que por sinal não me pareceu um cara muito arbitrário, ele me tratou muito bem, daí fui levado pra Campina Grande, passei outra temporada em Campina, dei lá mais um bocado de depoimento, depoimento para o Banco do Nordeste, depoimento na auditoria do banco, depoimento não sei pra quê. Soube que havia sido demitido do banco, poucos dias depois eu soube que tinham revogado a minha demissão, porque o banco tinha que aguardar a ordem lá da comissão geral... e nesse negócio eu sei que fui levado pra Recife e fiquei mais ou menos uns dois meses, um mês e tanto, lá no CPOR do Recife, em Casa Forte, quando finalmente eles viram que não adiantava. Eles pensaram em me levar pra Fernando de Noronha, mas tinha, primeiro não tinha uma motivação principal, o negócio é que tinha um coronel em Campina Grande que tinha ódio de mim, na hora que estourou o golpe ele mandou me prender em Fortaleza. E eu sei que tempos depois me chamaram lá e disseram “rapaz, você pode ir embora, tá liberado”. Durante esse tempo que eu estive preso foi sempre incomunicável, eu não podia me comunicar com a família, com ninguém, era um negócio terrível, porque a gente não podia ler jornal, escutar rádio, receber carta, as cartas que a gente recebia eram censuradas, inclusive teve um fato de um soldado lá do quartel que ele vez ou outra passava uma carta, e numa dessas cartas, eu tinha uma noiva, e a noiva indignada porque eu tava preso, que não entendia porque eu tava preso, não havia motivo, aí eu escrevi que quando o país estava sendo dirigido por ladrões, corruptos e tiranos, essas coisas aconteciam e não tinha muito o que explicar, minha explicação era essa. Eu sei que em Recife eu fui dar outro depoimento e o cara já estava com minha cartinha lá, ‘mas rapaz, você tá dizendo que a revolução

é de ladrões e corruptos, ladrões e tiranos’, eu digo ‘olha, o problema da tirania é que eu estou aqui incomunicável há três meses, não tenho contato com a família, a família está proibida, eu não posso ler jornal, não posso acompanhar nada, e isso é um cerceamento de liberdade que só ocorre nos estado que [...] por outro lado, o problema do ladrão é Ademar Barros que tá aí proclamando que é o líder da revolução’.²⁹⁶

Com isso, fica evidente que havia um interesse em desarticular a ação dos principais líderes sindicais envolvidos nos movimentos da classe trabalhadora nos anos anteriores ao golpe, que nada mais solicitavam do que direitos efetivados em lei ou demandas particulares de cada categoria.

Além disso, no caso dos bancários mencionados acima, percebe-se também uma relação de colaboração destes bancos públicos e privados com a ditadura, ao transferir para locais distantes e até mesmo impor investigações internas aos seus funcionários, que poderiam ser caracterizados como subversivos e comunistas, para assim sofrerem punições e demissões, como se verifica no caso de Derly Pereira que, continuando seu depoimento, relatou:

Me soltam e eu volto para o Banco do Nordeste, reassumo minha função, fico lá numa, num lugar, como diziam, que era o limbo, porque eu não tinha função, era só marcar o ponto e não podia sair também. Quando finalmente vem o decreto de Castelo Branco que demite 19 do Banco do Nordeste, entre eles eu. [...] a gente ficou proibido de operar com qualquer órgão público, proibido de assumir qualquer emprego público, ficamos impedidos de finalmente praticar os atos da agenda civil mesmo, era um negócio terrível.²⁹⁷

Ao ter seu emprego retirado, Derly Pereira sequer possuía a liberdade de procurar outra função no setor público. Com isso, logo que foi solto o sindicalista passou a dar apoio a organizações que aderiram à luta armada inicialmente em Fortaleza e posteriormente em São Paulo, onde foi preso e trazido novamente para o Ceará. Sobre essa prisão, disse Derly:

Tortura, vamos dizer, eu não posso nem falar em tortura, quando eu me lembro o que houve com Calistrato, Aquino [...] foram coisas extremamente cruéis e desumanas, eu levei cutucada de fuzil, máscara, bota capa na cabeça do sujeito, ameaça, mas do ponto de vista de tortura física propriamente dita eu só levei essas porradinhas. E a humilhação, agora a humilhação é desde a hora que você ingressa até quando sai, na hora de sair os caras lhe humilham, ‘já vai né, comunista safado, você vai voltar aqui’.²⁹⁸

As formas de tortura contra seu companheiro foram tão violentas que Derly chegou a minimizar as agressões que ele próprio sofreu. Do ponto de vista da humilhação, era comum

²⁹⁶ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 509.

²⁹⁷ Ibidem, p. 510.

²⁹⁸ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017.

que os agentes chegassem até o último nível de rebaixamento da pessoa humana, desvalorizando os ideais, princípios e trajetória do torturado.

Já Boanerges Timóteo de Souza, sindicalista e funcionário do Banco Industrial da Paraíba, foi preso ainda no dia 30 de março no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa, onde participava de um comício, e foi levado ao DOPS para prestar esclarecimentos. Porém lá permaneceu preso por volta de uma semana e, segundo consta em seu Processo de Anistia, foi “bastante torturado com emprego de pau-de-arara, pontapés, bofetadas entre outros tipos de violência”²⁹⁹.

Em sua ficha do DOPS consta que foi preso em comício a favor das reformas de base e que a situação dele era de “incompatibilidade com a revolução”. Além disso, evidencia que a agência do Banco do Brasil tinha solicitado sua documentação para nomeá-lo em função da sua aprovação em concurso público.

Imagem 33 – Ficha do DOPS de Boanerges Timóteo

Delegacia de Ordem Política Social
ARQUIVO GERAL

Comissão de Anistia
F. 1
57

SEGURANÇA POLITICA

Nome: BOANERGES TEMÓTEO DE SOUZA (DA COSTA)

Filiação: Antonio Temóteo e Aurora Furtado de Lacerda

Naturalidade: Bonito de Santa Fé PE

Residência: Rua Antonio Lira nº 96 N/Capital

Profissão: Estudante

73 - 112
N. do Prentuário

Data da abertura

HISTÓRICO

Foi preso em flagrante delito, no dia 30/03/ fazendo propeganda, de comícios que se realizariam em favor das Reformas de Base. "trabalhou nos meses de janeiro e fevereiro" para comissão de "indicalização Rural do Ministerio do Trabalho. Foram apreendidos em seu poder documentos mais tarde indentificados como ordens do Comitê Estadual do Parti

²⁹⁹ Processo de anistia requerido por Boanerges Timóteo de Souza. 2001.

HISTÓRICO:

do Comunista Brasileiro. Comparecia à sede do Comité Estadual do Partido Comunista Brasileiro, segundo suas próprias declarações. Seu nome consta em documento autêntico apreendido na sede do Comité Estadual do PCB, como "executante de tarefas", em benefício do Partido. Frequentava constantemente a Sede do Comité Estadual do PCB. Era atuante e exercia tarefas, as famosas "tarefas" de cunho subversivo do Partido Comunista.

Esta indiciado em IFM, realizado no 1º GptE. Foi denunciado pelo Promotor substituição da auditoria Militar da 7ª RM. Oton Fialho de Oliveira, como infrator da Lei de Seg. Nacional. Tal denúncia foi publicada na Imprensa de Pe (Jornal do Comércio), de 03/07/65, e no Jornal (União PB) 5/7/65, A situação desse indiciado, perante o movimento de 31 de Mar. de 64 é de incompatibilidade com a Revolução, face ao que os autos constam, como adversário do regime democrático por ela restabelecido. Consta que a Direção do Banco do Brasil solicitou a Agência local a documentação desse concursado para nomeação em Of. 306 -E/2 de 23/08/65, foi informado a Superintendência do Banco do Brasil - Rio de Janeiro. J.Pessoa. (Anotação feita em 17/11/65.

Fonte: Processo de Anistia de Boanerges Timóteo. Arcevo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória (2001).

O seu companheiro João da Cruz Fragoso relembra a noite em que recebeu a notícia que Boanerges foi preso:

Estávamos numa reunião de rotina no Sindicato, na noite de 31 de março, quando chegou uma pessoa avisando que Boanerges Timóteo de Souza, bancário do Banco Comercial e Industrial da Paraíba (Banco esse da família Ribeiro Coutinho) fora preso num comício em Cruz das Armas. Boanerges foi preso e entregue ao delegado da Polícia Civil Sílvio Neves que torturou barbaramente, quebrando seu braço, rompendo os pontos de uma recente cirurgia de amígdalas, causando-lhe tantos sofrimentos que atingiu suas faculdades mentais, o que motivou, no futuro, seu afastamento precoce do Banco do Brasil, para o qual tinha sido nomeado.³⁰⁰

Em função das perseguições a que foi submetido, Boanerges não pôde assumir o cargo de bancário no Banco do Brasil, ao qual tinha sido aprovado em concurso público no ano de 1963. Como em sua ficha do DOPS existia a informação que Boanerges havia sido aprovado em concurso, podemos supor que houve uma interferência das forças militares para que sua nomeação não fosse efetivada. Foi apenas no ano de 1986 que o sindicalista conseguiu assumir suas funções, mas devido às demais prisões, perseguições, torturas e traumas vivenciadas por ele durante o golpe militar, foi aposentado por "invalidez". Sobre sua militância após o imediato pós-golpe, abordaremos no último ponto deste capítulo.

Além dos casos envolvendo os bancários, destaca-se também a perseguição sofrida por João Ribeiro Filho, que à época era integrante do Partido Trabalhista Brasileiro e ocupava o cargo de presidente da Federação dos Trabalhadores da Paraíba na Indústria do Estado da

³⁰⁰ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 518.

Paraíba, tendo seu mandato cassado em função da sua prisão no dia 3 de abril de 1964, vindo a ser solto apenas em 18 de maio de 1964 com a determinação de que não poderia se ausentar do estado nos 30 dias seguintes. Além disso, foi demitido do cargo de conselheiro no COAP-PB (órgão semelhante ao Procon atualmente), destituído da função de Vogal da Comissão de Salário Mínimo do Ministério do Trabalho, também do cargo de 1º suplente de vogal da Junta de Julgamento e Revisão do IAPI e do Conselho de Educação e Cultura do Estado da Paraíba.³⁰¹

Em razão de sua prisão, João Ribeiro perdeu o emprego, pois o seu patrão o informou que não poderia empregar ninguém com ideias contrárias ao regime. Em seu Processo de Anistia, o sindicalista declarou que após a prisão sofreu fortes pressões psicológicas causadas pelas constantes rondas dos policiais a sua residência, chegando até mesmo a invadir sua casa e bagunçar seus pertences, causando um clima de constante medo no próprio e em sua família.³⁰²

Imagem 34 – João Ribeiro Filho discursando em 1959



Fonte: RIBEIRO FILHO, João Ribeiro. *O sindicalismo de meu tempo*. Empório dos Livros, 1999.

A partir desses exemplos, fica evidente que as violações de direitos ocorridas com as perseguições aos trabalhadores não afetavam apenas a sua militância, mas também a relação com os familiares que passavam a conviver com sujeitos considerados “subversivos”, à época

³⁰¹ Processo de Anistia de João Ribeiro Filho (2001). Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

³⁰² Processo de Anistia de João Ribeiro Filho (2001). Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

uma imagem que trazia apenas reações negativas nas relações de trabalho e até mesmo de vizinhança. O cenário de vigilância que foi se estabelecendo com o golpe transformou a vida de simples famílias que possuíam um membro ligado a sindicatos ou a partidos de esquerda em total silenciamento sobre sua vida e um sentimento de desconfiança de todos ao seu redor. O caso do sindicalista Rivaldo Cipriano da Costa também ilustra o sofrimento estendido às famílias dos líderes sindicais durante esse período.

Único a trabalhar em sua residência, Rivaldo e sua família foram submetidos a todos os tipos de privações, sobretudo no período em que esteve preso. No total, Rivaldo teve 7 filhos durante as décadas de 1950 e 1970, e a repressão complicou muito a falta de recursos a sua família relativamente numerosa. Mesmo após sair da prisão, o sindicalista enfrentou sérios problemas para conseguir emprego, que segundo ele foi provocado por pressões sigilosas de órgãos da repressão militar.³⁰³

Com o golpe de 1964, Rivaldo foi deposto de todas as suas funções sindicais, perdendo também o cargo que ocupava no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e da Federação dos Trabalhadores na Indústria. Ainda no mês de 1964 teve sua prisão decretada e ficou foragido até 26 de junho do mesmo ano, quando se entregou ao Major Ney de Aquino e logo em seguida foi preso no 10º Grupamento de Engenharia de João Pessoa. Rivaldo só retornaria à liberdade 68 dias depois, sendo obrigado a continuar respondendo a processo na 7ª Auditoria Militar, com sede em Recife, até o dia em que foi promulgada a Lei de Anistia, em 1979.

Luiz Bernardo da Silva, nascido em Serra da Raiz no ano de 1922, também foi mais um sindicalista paraibano perseguido no imediato pós-golpe. Funcionário do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, era membro e Delegado do Sindicato dos Metalúrgicos desde 1958. A partir de 25 de setembro de 1961 passou a ocupar o cargo de secretário da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Paraíba e posteriormente, em 23 de fevereiro de 1963 até março de 1964, vice-presidente da mesma Federação e secretário do CGT na Paraíba. Além disso, também integrava a diretoria do Partido Trabalhista Brasileiro no estado. Na imagem abaixo podemos visualizar sua carteira de identidade durante a década de 1960.

³⁰³ Processo de Anistia de João Ribeiro Filho (2001). Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. O acervo encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa José Américo

Imagem 35 – Carteira de Identidade de Luiz Bernardo da Silva



Fonte: Processo de Anistia de Luiz Bernardo (2001). Arcevo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória.

Após perder todos os cargos que ocupava, foi preso em 08 de maio de 1964 no 15º Regimento de Infantaria de João Pessoa. Depois de ser solto, foi preso novamente e transferido para o Quartel da 2ª Companhia de Guarda no Recife e em seguida levado para o Quartel de Artilharia em Olinda, onde ficou preso por um período de aproximadamente seis meses. Em seu Processo de Anistia, Luiz Bernardo relata as diversas consequência das prisões e perseguições que vivenciou após o golpe civil-militar:

Quando foi preso em março de 1964, seu salário foi sustado, sua família passou dificuldades financeiras, vivendo de favores de pessoas amigas. O mesmo foi chamado de comunista, só porque queria melhores condições salariais para a classe trabalhadora. O nome de comunista comprometeu-lhe a reputação e o bom nome que sempre gozou junto à sua comunidade(...)

Na época em que esteve preso, o próprio irmão que era militar, tinha medo de visitá-lo para não se comprometer devido a sua posição.

Mesmo depois de alguns meses quando foi solto, voltando ao emprego, perdeu o cargo que ocupava (cargo de confiança) quando chegou o tempo de se aposentar, foi como agente administrativo, mesmo tendo o curso de Direito.³⁰⁴

As acusações de comunista e subversivo podem ser visualizadas também em sua ficha do DOPS, que possui informações a seu respeito desde o ano de 1954.

³⁰⁴ Processo de Anistia de Luiz Bernardo da Silva (2001). Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Imagem 36 – Ficha do DOPS de Luiz Bernardo da Silva

HISTÓRICO

COMUNISTA:

S E G U R A N Ç A P O L I T I C A

Compareceu às reuniões de caráter comunista: Acordo Militar, União Feminina, Comissão Pró-Paz, etc. Segundo Secretário da Comissão Contra o Acordo Brasil-Estados Unidos. Em maio de 1954 foi ao Rio de Janeiro fazer um curso de 27 dias. Temos fotografia que provam a presença do mesmo em reuniões de caráter esquerdista, em companhia de comunistas notórios. Indiciado no IPM instaurado pelas Forças Armadas e no Inquerito instaurado por esta Espedializada. Esteve preso no Quartel do 15º R.I. Exerceu cargo de Secretário do C.G.T. na Paraíba, representante do mesmo perante o GCT Nacional. Esteve presente as reuniões da Frente de Mobilização Popular na qual foi progemada uma greve geral contra a permanencia do destacamento policial sob a supervisão do Cel. Luiz de Barros, na zona Mari-Sapé. Referido elemento foi punido de acordo com os Art. 7º e 10º do Ato Institucional, conforme consta da relação anexa ao ofício Secreto nº 192-S/2 / de 28/5/65, dirigido ao Sr. Secretário da Segurança Pública, pelo Ten. Col. Comandante do 15º R.I., que se acha arquivado nesta DOPS. (Nota feita em 10/6/65). Integrava o Comando Geral dos Trabalhadores Estadual de João Pessoa, onde ocupava o cargo de Secretário, tendo comparecido as reuniões do comando Geral dos Trabalhadores Nacional (fls. 1300, 317 e 558). Participou de uma reunião conjunta do Comando Geral dos Trabalhadores e frente de Mobilização Popular realizada em 23/2/64, destinada a articular um movimento de pressão ao Governo do Estado (fls. 558, 570, 613, 657, 681, 672, 967, 723, 819 e 820). Era atuante e Membro de destaque (secretário do GCT) do P.C.B. Fica cancelada a presente ficha de acordo com despacho / avacada pela Sr. Secretária da Segurança Pública em 05/3/1971 - Foi entregue / *diu um folha CORRIDA NA MESMA DATA.*

COMISSÃO DE ANISTIA
Fls. 17
FOTO 9
GRAFIA

Fonte: Processo de Anistia de Luiz Bernardo da Silva (2001). Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Como mencionado, ao passar por volta de seis meses preso em outro estado, a sua família passou por diversas privações. Sua esposa, Maria de Lourdes Pessoa da Silva, precisou requerer em 17 de junho de 1964 ao Delgado do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos o salário do marido, que, mesmo preso, assinou uma procuração em que a colocava como procuradora “a fim de receber os seus vencimentos”³⁰⁵.

O telegrafista dos Correios e Telégrafos e líder da Secção da Paraíba da União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos, Wilame Torres Jansen também sofreu perseguições no imediato pós-golpe. Além de ser afastado da entidade citada também foi demitido do cargo de telegrafista.³⁰⁶

José Pereira dos Santos, o Peba, também foi mais um sindicalista paraibano perseguido logo após a promulgação do golpe. Nascido em 1917 e natural do município de São João do Cariri, em 1936 iniciou sua jornada de trabalho na fábrica de calçados Albion, no ano seguinte, em 1937, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil de Campina Grande. Em 1939 mudou para o Recife onde passou a trabalhar na fábrica de Calçados Brandão. No ano seguinte o proprietário solicitou que os trabalhadores realizassem uma manifestação em homenagem ao presidente

³⁰⁵ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 47.

³⁰⁶ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 516.

Getúlio Vargas, que na época iria visitar Recife. Porém, como menciona em seu Processo de Anistia, “o Requerente e outros seus companheiros do Partido Comunista – dezesseis ao todo – se recusaram a participar daquela manifestação, alegando que aquilo era para idolatrar um ditador. Por esse posicionamento, foi suspenso por quinze dias da Fábrica”³⁰⁷.

Em função da perseguição em virtude da sua militância, mudou-se várias vezes durante a década de 1940. Passou novamente por Campina Grande, foi para o município de Cajazeiras, posteriormente para Crato no Ceará, Natal no Rio Grande do Norte e retornou a Campina Grande em 1945, onde reiniciou sua militância no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados. Em 1947 candidatou-se a deputado estadual pelo PCB, mas não conseguiu a vitória.

Entre os vários episódios de resistência em que Peba liderou, evidenciamos a greve dos operários da construção civil contra a obrigatoriedade de trabalhar nas tardes de sábado. Em função disso, foi preso e brutalmente agredido pela polícia. Após ser espancado em praça pública, “foi jogado na carroceria de um caminhão, todo ensanguentado, e levado para o Hospital Pedro I, onde os médicos costuram suas feridas sem qualquer tipo de anestesia, sendo levado depois para a prisão, onde passou mais de três meses”³⁰⁸.

Foi preso novamente em 1953 em João Pessoa por liderar um movimento contra empresa de ônibus Progresso e o estabelecimento do “vale-troco”. Nessa ocasião foi denunciado por incentivar a população a incendiar um ônibus da referida empresa. A partir desses episódios, fica claro que Peba não tinha uma atuação restrita a sua categoria de sapateiro, mas atuava em diversos movimentos apoiando trabalhadores de outras categorias. Essa postura era muito comum em militante de partidos políticos como o PCB. Peba várias vezes abriu mão da sua estabilidade para militar em outras cidades e estados em favor dos ideais partidários. Em uma dessas ocasiões tornou-se um elemento procurado pela repressão no Rio Grande do Norte.³⁰⁹

A partir da década de 1960, já estabelecido em Campina Grande, foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados e seu Delegado na Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba, Delegado da Federação junto a CNTI, além de ser Vogal na Junta de Julgamento e Conciliação do Instituto de Aposentadorias e Pensões

³⁰⁷ Processo de Anistia de José Pereira dos Santos (2001). Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. O acervo encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa José Américo

³⁰⁸ Ibidem, p. 3-4.

³⁰⁹ Ibidem, p. 4.

dos Industriários. Foi preso novamente e transferido para o 15º Regimento de Infantaria João Pessoa por participar da Campanha pela Legalidade e posse de João Goulart.

Com a promulgação do golpe civil-militar e em função das diversas perseguições que tinha sofrido durante toda a sua militância, resolveu refugiar-se na casa de uma sobrinha, mas no dia 10 de abril acabou sendo preso por uma patrulha do Exército comandada pelo Sargento Camilo, que já o procurava desde o dia 1º de abril de 1964. Sobre essa prisão, Peba relatou em seu Processo de Anistia:

Quando estava detido na cela isolada do Quartel do Exército de Campina Grande, não ficava sossegado, porque de hora em hora saía um soldado batendo em todas as grades, para que não dormisse. Aquilo era para provocar o Requerente, pois o Sargento Camilo dera ordem para que se houvesse algum reação, eles deveriam atirar no Requerente. Passado mais de um mês preso naquele Quartel, foi recambiado para a Capital da Paraíba, ficando detido no 15º Regimento de Infantaria, numa cela isolada, onde, três nos antes, quando da renúncia de Jânio Quadros, também havia ficado. Do Quartel do 15º RI foi transferido para o Grupamento de Engenharia, também em João Pessoa, para prestar depoimento no Inquérito Policial Militar, dirigido e o Major Ney de Oliveira Aquino. Após sair prisão, o Requerente voltou para Campina Grande, tendo perdido todos os empregos.³¹⁰

Após isso, Peba continuou sua militância e posteriormente foi preso novamente, fato que abordaremos adiante.

Os sindicalistas Expedito Diniz, presidente do Sindicato dos Gráficos em Campina Grande, Luís Aureliano da Silva, presidente do Sindicato da Construção Civil de João Pessoa, José Francisco de Souza, secretário para assuntos sindicais da Associação dos Economiários Profissionais de Brasília, Manoel Cícero de Oliveira, 1º secretário do Sindicato dos Trabalhadores da Companhia de Tecidos Paraibana, e Flávio Araújo de Souza, do Sindicato dos Jornalistas, também tiveram suas vidas marcadas pela promulgação do golpe civil-militar. No ponto a seguir trataremos da militância de alguns desses e retomaremos a outros citados ao longo do texto.

4.3 Perseguição, Resistência e Memória: a busca de sindicalistas paraibanos por justiça

Com o fim do ano de 1964, acreditava-se que seria possível voltar à liberdade democrática, já que a Constituição de 1946 previa eleições pra governadores em 11 estados

³¹⁰ Processo de Anistia de José Pereira dos Santos (2001). Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

brasileiros. Com isso, os militares, na figura do General Humberto Castelo Branco, prometiam acabar com os poderes extraordinários promulgados por meio do Ato Institucional Nº1, o fim da “Operação Limpeza” e dos Inquéritos Policiais Militares. Porém o que de fato aconteceu foi a continuação dos expurgos aos opositores do regime ditatorial, somado a uma acelerada política de controle salarial e a permanência da Lei nº 4.330, conhecida como “Lei Antigreve”, que impossibilitava os trabalhadores de reivindicarem seus direitos. Nesse ponto analisamos a perseguição desencadeada aos sindicalistas por todo o período ditatorial, as resistências empreendidas por eles e a busca por justiça e contra a violações de direitos após a redemocratização.

Como em alguns casos as eleições de 1965 não foram favoráveis para a cúpula militar, após várias pressões do grupo de linha dura que integravam as Forças Armadas brasileira, em 27 de outubro de 1965 foi promulgado o Ato Institucional número 2, que além de ampliar os poderes do Executivo já previstos no AI-1, estabeleceu o uso definitivo de eleições indiretas para presidência e o bipartidarismo por meio dos partidos Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – que funcionava como uma “oposição” consentida ao golpe – e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – partido da base do governo militar.

O AI-2 ampliou o objetivo inicial da “Operação Limpeza”, intensificando a busca pela eliminação do “inimigo interno”. A partir desse momento, não apenas aqueles que simpatizavam com o governo anterior seriam perseguidos, mas todos os membros de qualquer oposição ao golpe, inclusive aqueles que contribuíram para a articulação do golpe no primeiro momento.

No ano de 1966, além do arrocho salarial, perseguições e censura, os trabalhadores também perderam o direito à estabilidade empregatícia após 10 anos de serviços prestados em um mesmo local, com a implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Esse dava fim à obrigatoriedade de estabilidade e garantia aos empregadores a redução dos custos de uma demissão, já que o sistema anterior

Irritava, entretanto, as empresas multinacionais, que desejavam a liberdade de determinar níveis salariais e transferir capitais para investimentos em que os custos da mão-de-obra fossem mais baixos e, em consequência mais altos os lucros. O alto custo do fechamento das fábricas, com o pagamento de indenizações, limitava o livre fluxo de capitais e sua lucratividade potencial. Além disso, a “estabilidade no emprego” significava a manutenção de pisos salariais mais altos que os desejáveis para aplicação das medidas de indexação incluídas na nova legislação de controle de salários. Do ponto de vista das

empresas multinacionais, portanto, o sistema de instabilidade no emprego representava sério sacrifício ao capital.³¹¹

Para os trabalhadores, o fim da estabilidade significou também mais um ponto para o enfraquecimento da organização e militância social. Se os expurgos causados pelos IPMs, prisões e perseguições já causavam um clima de receio à militância, o FGTS veio para concretizar o afastamento de muitos trabalhadores da luta sindical. Perder o emprego em um contexto de crise econômica em que os salários ficavam cada vez mais baixo, significava colocar em risco a sobrevivência de toda uma família.

Soma-se aos ataques institucionais contra a classe trabalhadora e suas organizações a criação do Instituto Nacional de Previdência Social em 1966 em substituição aos Institutos de Aposentadorias e Pensões, nos quais vários sindicalistas aqui mencionados possuíam cargos para representar a sua categoria.³¹²

Apesar do ano de 1968 ter sido palco de diversas manifestações contrárias à ditadura, não apenas por partes dos movimentos sociais, sobretudo estudantis, mas também através de denúncias de políticos, como o deputado Márcio Moreira Alves, em dezembro de 1968 foi promulgado o Ato Institucional nº 5, que veio para consolidar a prática da tortura e censura a todos aqueles considerados inimigos do regime.

Na década de 1970, as perseguições aos sindicalistas continuaram e de forma ainda mais violenta. Expedito Diniz ingressou no Sindicato dos Gráficos de Campina Grande em 1964, no mesmo ano em que ganhou as eleições para presidência da entidade, porém devido ao golpe teve que fugir para escapar das perseguições promovidas pela ditadura civil-militar. Posteriormente, no início da década de 1970, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e no mês de setembro de 1973 “foi sequestrado da Gráfica onde trabalhava, encapuzado, foi levado para um local desconhecido, e, em seguida, encaminhado para o 31º Batalhão de Infantaria Motorizado e logo após para o 15º Batalhão de Infantaria, em João Pessoa/PB, onde foi vítima de tortura”³¹³.

No mesmo período, Manoel Cícero de Oliveira, paraibano nascido em Mamanguape no ano de 1935, também sofreu diversas torturas decorrentes das perseguições sofridas pelo golpe civil-militar. Filiado ao PCB, na década de 1960 trabalhava na Companhia de Tecidos Paraibana (CTP), localizada no município de Santa Rita, no ano de 1967 foi eleito 1º secretário

³¹¹ ALVES, 2005, p. 118-119.

³¹² BRASIL. Capítulo 9 – Tortura. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014, p. 327-398.

³¹³ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 515.

do Sindicato dos Trabalhadores da CTP, onde permaneceu até o ano de 1971. Nesse período a empresa entrou em crise financeira e a partir disso Manoel e outros companheiros iniciaram um movimento para que os 1.200 operários da fábrica não ficassem sem seus empregos: “fomos ao Governador do Estado para que ele fizesse algo para a fábrica não fechar, entretanto, foi em vão, nada aconteceu e os operários perderam seus empregos. Desde então, fui destituído da Direção do Sindicato pelo Delegado do Trabalho, o Sr. Salvador Guedes”³¹⁴.

A partir do ano de 1973, Manoel Cícero passou a sofrer intensas perseguições políticas. Segundo ele, a Polícia Federal estava sempre a sua procura, indo até mesmo a sua residência pra saber o seu paradeiro, investigando não apenas a sua vida profissional como também pessoal. Com isso, percebeu que precisaria fugir, pois temia que com ele acontecesse o mesmo que ocorrera com seus companheiros Ovídio Raimundo e Manoel Alves, que foram presos e ninguém sabia informações a seu respeito, inclusive a Polícia Federal que tinha efetuado a prisão. Porém, no mês de fevereiro de 1973, Manoel acabou sendo preso em sua residência e levado à sede da Polícia Federal em João Pessoa. Sobre isso Manoel menciona:

Chegando lá me colocaram numa cela imunda, sem nenhuma condição de higiene, onde já se se encontrava meu amigo Ovídio, o qual me dissera que havia sido bastante torturado. A partir daquele momento fomos os dois a serem vítimas de torturas de todas espécies, tanto físicas, como morais. O policiais nos batiam: davam tapas e chutavam nossos órgãos genitais, nos chamavam de vagabundos, de subversivos entre outras coisas.

A Polícia Federal queria informações de coisas que eu estava alheio; para a Polícia, nós, eu e outros companheiros, fazíamos parte de alguma organização subversiva ou terrorista, coisa que o P.C.B. condenava. Depois, fomos conduzidos algemados da P.F para o Quartel da Engenharia. Chegando lá ficamos dentro do carro em pleno meio-dia com os vidros fechados, dentro do carro a temperatura era insuportável, chegou um momento que quase ficamos asfiziado. Não ficamos no Quartel, fomos levados para a Central e Polícia e lá permanecemos em custódia da Polícia Militar. Nesta Central a cela era suja e tinha um mau cheiro horrível, pois não era lavado o sanitário, quando fazíamos nossas necessidades fisiológicas não nos davam água para lavar o vaso.

Depois de vários dias fomos reconduzidos à P.F. Nos impuseram que convencêssemos a família de José Miranda para ela aconselhá-lo a se apresentar na Polícia. - Esta foi a condição imposta para a nossa soltura.

Após todos estes transtornos fomos responder Inquérito Policial Militar, IPM, na Auditoria Militar em Recife.³¹⁵

Nas sessões de tortura era comum que os militares obrigassem os considerados “subversivos” a falarem a respeito de outros companheiros. Caso não dessem nenhuma

³¹⁴ Processo de Anistia de Manoel Cícero (2001). Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. O acervo encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa José Américo

³¹⁵ *Ibidem*, p. 3.

informação, as formas de tortura ficavam cada vez mais intensas e cruéis. Em seu requerimento de anistia, Manoel não nos informa se realmente convenceu a família do citado José Miranda a se apresentar na Polícia, como havia sido imposto para sua soltura. Vale lembrar que todos os sindicalistas mencionados nesse trabalho que tomaram a decisão de se apresentar à polícia foram presos de imediato, sofrendo uma série de consequências em função disso.

Mesmo após ser posto em liberdade, Manoel Cícero continuou sofrendo com as implicações de ter sido preso e ainda precisando responder a IPM em outro estado. Trabalhando em outra empresa, a Companhia Industrial de Cerâmica (CINSERA), localizada no mesmo município em que residia, Santa Rita, Manoel foi percebendo que seu emprego estava sob risco:

A partir do momento que tive que sair várias vezes do trabalho para ir ao Recife para responder ao IPM, estas saídas foram minando a minha conduta e respeito na firma. Fui vítima várias vezes de insultos e piadas, sendo até mesmo objeto de anedotas, tudo era muito humilhante para mim. A empresa colocou-me para fora, inclusive salientou sobre minha participação sindicalista. A partir de então não consegui mais nenhum emprego na Paraíba. Então, resolvi tentar a sorte no Rio de Janeiro. Ficando separado da minha família por mais de um ano, trabalhando em todo tipo de trabalho, sujeitando-me a passar privações para poder enviar algum dinheiro para ela. Como se sabe, aquele que se envolvia em movimentos sindicais ou políticos era considerado "uma pedra no sapato" do Governo Federal, portanto, tive meus direitos políticos cassados.³¹⁶

Manoel, que era casado e teve três filhos entre os anos de 1964 e 1974, em uma fase bastante complicada da sua vida, pois além da perseguição política também sofria com o desemprego, como muitos outros nordestinos nesse período, a única alternativa viável foi ausentar-se do seu meio familiar, ainda com filhos pequenos. Quando requereu sua anistia no ano de 2000, lembrou que:

Se não fosse todos esses acontecimentos e transtornos causados pelas perseguições, hoje, eu estaria numa situação melhor, porque não tive mais oportunidade de estudar nem de especializar-me em alguma profissão, pois tudo ficou mais difícil em virtude da minha ida ao Rio de Janeiro, principalmente naquela conjuntura do Governo. Ditatorial. Portanto, fui aposentado com apenas um salário mínimo.³¹⁷

Nesse período, já passados tantos anos das violações a que tinha sido submetido em virtude da sua militância, Manoel ainda possuía esperanças que a justiça fosse enfim feita, nas

³¹⁶ Processo de Anistia de Manoel Cícero (2001). Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. O acervo encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa José Américo

³¹⁷ *Ibidem*, p. 4.

palavras dele: “Espero que Deus ilumine os homens da terra e que esses saibam fazer a justiça que tanto almejamos”³¹⁸.

Na década de 1970, José Pereira dos Santos, o Pebá, também foi mais um sindicalista paraibano que voltou a sofrer perseguições dos militares. No dia 12 de janeiro de 1973 foi preso e levado pelo Exército ao local conhecido como “granja do terror” em Campina Grande por realizar diversas práticas de tortura. Sobre essa ocasião ele relatou a violência que sofreu:

Então, eles trouxeram um fio e o prenderam numa de minhas orelhas. Eu estava de pé, com as mãos amarradas. O torturador saiu do quarto e quando retornou recebi uma descarga elétrica. Não vi mais nada. Recuperei meus sentidos já caído no chão. Tentei me levantar, mas não conseguia ver nada, estava zozinho demais. Depois de uns minutos senti uma queimadura no rosto, era sangue escorrendo. Na queda meu dente havia cortado o lábio profundamente. [...] Eles me amarraram de novo e me ataram nos fios. Dessa vez foi mais forte do que na sessão anterior. Senti uma pancada na nuca tão grande, como se fosse uma machadada. Depois disso, não vi mais nada. Quando eles desligaram, eu estava no chão. Com muito sacrifício eu me levantei, estava completamente tonto, não atinava nada. Passei alguns minutos e não respondi mais nada. Fiquei jogado no quarto. Quando eles viram que eu tinha melhorado um pouco, chegou o Sargento Marinho, cujo nome de guerra era ‘Procurador’, e me disse: ‘Nós vamos soltar você no mato e nós vamos montar piquete. Cada um de nós ficará num piquete. Se você cair num de nossos piquetes, já sabe como vai ser, vamos atirar para matar. Se conseguir escapar, sorte sua. Como é? Não diz nada?’³¹⁹

Nos processos de anistia aqui analisados, é comum declarações de companheiros para contribuir com a veracidade dos fatos mencionados pelos requerentes. No processo de Pebá, entre os vários depoimentos (entre eles João Ribeiro Filho e Rivaldo Cipriano), têm-se também o de Jorge Leite de Aguiar, que estava preso na “Granja do Terror” em 1973 e presenciou as torturas sofridas por Pebá. Segundo ele, o sindicalista foi “a maior vítima dos famigerados torturadores, por ter sido escolhido para um efeito de demonstração em que Pebá foi longamente supliciado”³²⁰.

Ainda na década de 1970, outro sindicalista que continuou sofrendo perseguição foi Boanerges Timóteo de Souza. Em 15 de julho de 1971 ele foi novamente preso em Campina Grande e condenado a dois anos de prisão. Durante esse período foi torturado no pau-de-arara, telefone nos ouvidos e pontapés, “vindo as vezes desfalecer pelos maus tratos imposto a sua

³¹⁸ Ibidem, p. 4.

³¹⁹ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 517.

³²⁰ Processo de Anistia de José Pereira dos Santos (2001). Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. O acervo encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa José Américo

pessoa”³²¹. Nos anos seguintes continuou a ser investigado pelos militares e até o ano de 1983 consta informações a seu respeito na atualmente Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Apesar de continuar sua militância, na qual no ano de 1976 era membro do Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro de Campina Grande, as torturas sofridas na prisão lhe causaram danos irreversíveis. Diagnósticos médicos atestaram inabilidade em seus órgãos, psicose, traumatismo nervoso e crise de delírios e alucinações, que resultaram em sua internação no Manicômio Judiciário de João Pessoa.³²²

Boanerges relembrou todo esse processo ao requerer anistia no ano de 2002. Infelizmente apenas em 2009, em uma Caravana da Anistia em João Pessoa, com mais de dois anos de sua morte em 7 de junho de 2007, o processo foi finalizado e o pedido julgado procedente, com uma indenização que considerava as violações sofridas por ele, como também a diferença salarial em sua aposentadoria, que foi afetada em função da ausência de progressão funcional. Na decisão final foi estabelecida a declaração de anistiado *post mortem* a Boanerges, reparação econômica em prestação mensal de R\$ 2.172,27 e retroativos de agosto de 1996 a junho de 2007, totalizando R\$ 304.443,64 para os dependentes (o que posteriormente foi requerido por sua irmã, Damares Timóteo de Souza)³²³.

O processo de lembrar as violações a que foram submetidos também foi realizado por João Ribeiro Filho, que além de detalhar os momentos de perseguição política em seu requerimento de anistia, escreveu um livro de memórias sobre a sua trajetória como militante sindical, amplamente utilizado na pesquisa desta Dissertação. No livro intitulado *Sindicalismo de meu tempo*, João Ribeiro narra na 3ª pessoa, pois se utiliza de pseudônimo para falar sobre si mesmo, que após o golpe passou por constantes privações, já que sem conseguir emprego, teve que trabalhar como autônomo em uma pequena oficina de sapatos:

A nova vida do ex-sindicalista, era intensa, logo, trabalhava divinamente nos afazeres da pequena empresa, onde exercia várias atividades. Porém, nos instantes em que se dedicava a meditação, retornava pela vereda do tempo e naquele caminho, mentalmente percorrido, via o sindicalismo brasileiro despertar com fim da Segunda Guerra e a queda da ditadura no Brasil. Entretanto, ele reviveu cada momento vivido no espaço percorrido; como a luta dos trabalhadores brasileiros desde os primeiros dias da redemocratização e seu desenvolvimento durante a década de cinquenta. Como também suas

³²¹ Processo de Anistia de Boanerges Temóteo de Souza (2001). Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. O acervo encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa José Américo

³²² Processo de Anistia de Boanerges Temóteo de Souza (2001, p. 3). Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. O acervo encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa José Américo

³²³ *Ibidem*, p. 215.

vitórias e fracassos até atingir seu ponto alto, com a formação forte do sindicalismo respeitado.

Agora, impedido de continuar seu trabalho pela ditadura que acabava de ser novamente imposta ao povo brasileiro, o sonho de libertação da juventude de seu tempo, mergulhava na hibernação do frio inverno da ditadura, que considerava como crime todo ato de pensar. Enquanto obrigava o sindicalismo a reviver o começo da década de quarenta, impunha ao meio universitário substituir renomados catedráticos por subservientes, sem passado e sem mestrado.³²⁴

Em seu requerimento de anistia iniciado em setembro de 2001, João Ribeiro, em função da espera por um parecer da Justiça, enviou um exemplar do seu livro de memórias para o Luiz Inácio Lula da Silva depois de 2003, que nesse momento já era presidente do Brasil, juntamente com uma carta de apelo para que o seu processo fosse visto com maior rapidez, tendo em vista sua idade já avançada e a demora do processo que já contava quase quatro anos de andamento. Após realizar um breve resumo das perseguições sofridas por ele, mencionou na carta:

Assim, na condição de cidadão que teve seus direitos elementares violados, dirijo-me à Vossa Excelência para solicitar, desde logo apresentando escusas pela ousadia, que tome providências junto à comissão de anistia, a fim de que o meu processo seja julgado, pois estou completando 75 (setenta e cinco) anos no próximo dia 12 de novembro e gostaria, ainda em vida, de ver-me reparado não apenas dos prejuízos materiais que experimentei, mas igualmente dos graves danos morais de que fui vítima.

Neste passo, observo que tenho visto na imprensa notícias dando conta de que diversas pessoas mais jovens do que eu - bem mais jovens! - já tiveram o seu processo julgado e deferido, a exemplo do presidente do PCB da Paraíba, que sequer completou 60 (sessenta) anos de idade. Esse fato, por si só, vai de encontro ao que foi declarado pelo ex-presidente da comissão de anistia em rede de televisão, no sentido de que os processos que ficaram para julgamento posterior pertenciam a pessoas mais novas, que podiam esperar. O fato, ainda, não respeita o disposto na Lei nº 10.173/01. (...)

Senhor Presidente, não peço, nem poderia, a Vossa Excelência que interfira junto à comissão de anistia para que decida a meu favor, pois sei que ela é independente e autônoma. A única coisa que peço - e faço-o porque os anos já pesam sobre mim e com fulcro na Lei n.º 10.173/01 - é que a comissão decida, como entender de direito. A liberdade que tomo de dirigir-me ao mais alto dignatário do país decorre do fato de ter Vossa Excelência exercido, assim como eu, a liderança sindical, sabendo como é difícil o desempenho desse mister, particularmente no Nordeste (quando fui presidente da FTIE/PB, a entidade não tinha sequer telefone ou transporte, o que é corriqueiro nos dias de hoje); e como, sobretudo naquela época, sofremos os que lutamos por melhores condições de vida para a classe trabalhadora. (...).³²⁵

³²⁴ RIBEIRO FILHO, 1999, p. 169-170.

³²⁵ Processo de Anistia de João Ribeiro Filho (2001). Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Em março de 2005 o processo foi finalizado e João Ribeiro Filho foi declarado anistiado político, recebendo reparação econômica pelos anos de 1964 a 1969, quando foi perseguido e denunciado em Inquéritos Policiais Militares.

João da Cruz Fragoso é mais um dos sindicalistas paraibanos que, ao requerer na Justiça anistia, precisou relembrar todo o processo de perseguição a que foi submetido a partir da promulgação do golpe civil-militar. Após ser demitido do Banco do Nordeste, o qual entrou com processo na Justiça do Trabalho contra sua mudança de agência arbitrariamente, com ganho de causa e mesmo assim não foi readmitido, João Fragoso voltou a ser preso em 1968, já como presidente do Sindicato dos Bancários, por divulgar um boletim de Natal para os seus associados considerado na época de teor subversivo. A nota continha as seguintes informações transcritas e está anexa na imagem abaixo:

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS
BANCÁRIOS DA PARAÍBA – Boletim Informativo – João Pessoa – Paraíba
– 23.12.68

NATAL

Não podemos, neste ano de 1968, desejar aos colegas bancários um simples “boas festas”.

Convém lembrar que somos entidade além de indivíduo, e por isso é impossível desvincular o Homem do indivíduo e do processo históricos. Conforme Teillard de Chardin a existência do Homem é de 500 milhões de anos e forma o Homem um todo, do primeiro ao último.

Dentro dessa perceptiva, como podemos desejar aos colegas bancários “boas festas”

se no Brasil morre uma criança em cada 40 segundos?

se quase 1% de nossa população é tuberculosa?

se existem 50% de analfabetos?

se nossa renda “per capita” é uma das mais baixas do mundo?

se no Vietname bombas de napalm, fósforo e “cães vadios” estraçalham entranhas de milhares de crianças, mulheres, velhos e doentes?

se na Grécia (berço da civilização) um Homem está sendo oficialmente torturado até a morte?

se nossos padres são presos acusados de subversivos?

Não podemos pois desejar aos bancários um doce “boas festas”, se o povo que eles integravam atravessa uma das maiores crises de sua história. Nossa mensagem será no sentido de que os colegas participem, como sujeito, na transformação da sociedade, pois só um povo consciente poderá atingir sua felicidade e bem estar.

Resta-nos pois o apêlo geral:

Ao Bancário que nada sôbre dinheiro e tem o estômago vazio;

Ao Operário que não passa de uma peça de máquina com que trabalha.

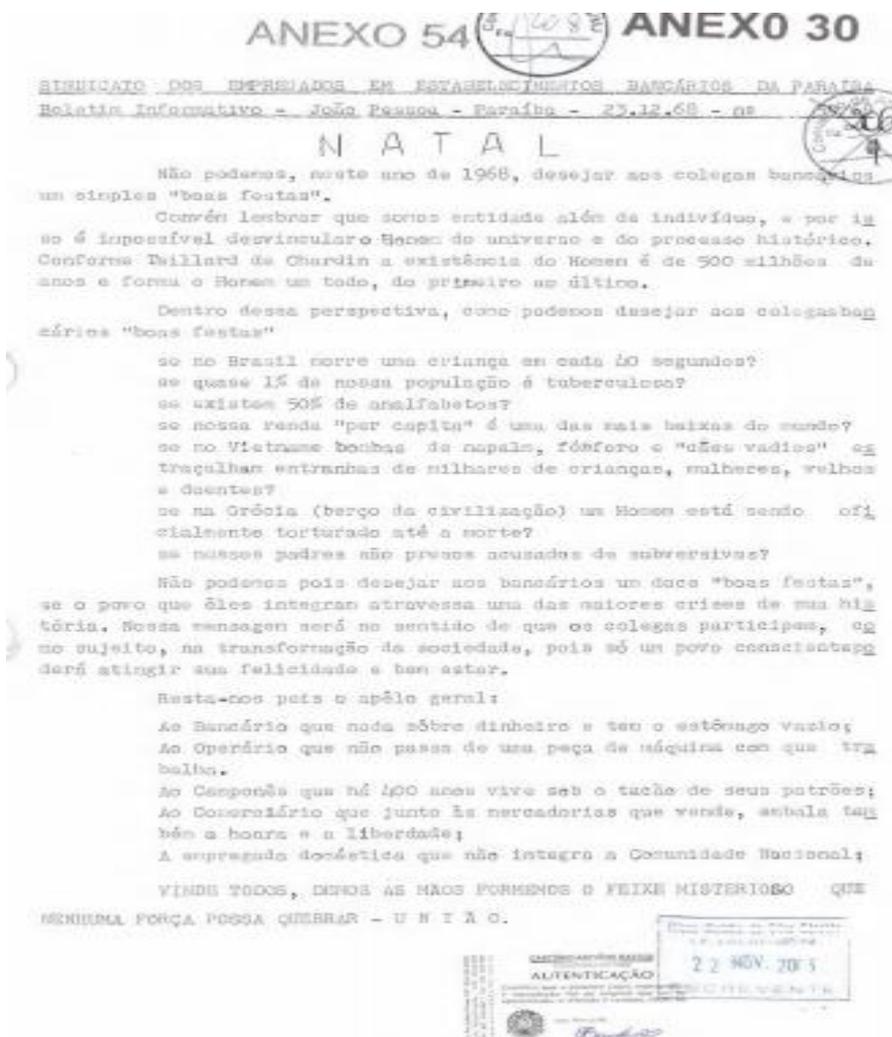
Ao Camponês que há 400 anos vive sob o tacão dos seus patrões;

Ao Comerciante que junto às mercadorias que vende, embala também a honra e a liberdade;

A empregada doméstica que não integra a Comunidade Nacional;

VINDE TODOS, DEMOS AS MÃOS FORMEMOS O FEIXE MISTERIOSO QUE NENHUMA FORÇA POSSA QUEBRAR – UNIÃO.³²⁶

Imagem 37 – Nota de natal aos associados do Sindicato dos Bancários, produzido por João da Cruz Fragoso



Fonte: Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (2001).

Para a época, denunciar a fome, miséria, repressão ou qualquer tipo de desigualdade social, ainda mais em tom de inconformidade e incitando a liberdade como superação de tempos sombrios, era algo considerado inadmissível e altamente perigoso, sobretudo para aqueles que já tinham históricos de acusação de subversão. Ao mesmo tempo, marca a maneira de resistir encontrada por João Fragoso, após ser destituído das suas funções sindicais logo no imediato

³²⁶ Processo de anistia de João da Cruz Fragoso (2001). Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. O acervo encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa José Américo

pós-golpe. Ressaltamos também que o ano de 1968 vai ser marcado pelo acirramento da repressão e perseguição aqueles e aquelas considerados como “inimigos do Brasil”, o que torna a situação ainda mais grave.

Em 1973 voltou a responder Inquérito Policial Militar como testemunha, sendo também questionado sobre sua atuação na Ação Católica do Estado da Paraíba, como secretário e presidente do Sindicato dos Bancários e participação no PCB local. Em seu processo de anistia, na primeira decisão dos relatores, foi considerado que João Fragoso apenas tinha sofrido perseguição de 1968 a 1973, desconsiderando as implicações que o imediato pós golpe trouxe para sua carreira no Banco do Nordeste e que já foram relatadas nesse trabalho. Essa decisão fez com que o sindicalista recorresse da decisão inicial do plenário por considerar que “foi perseguido politicamente desde a intervenção no Sindicato dos Bancários da Paraíba em 1964”³²⁷.

A partir disso, novamente enviou à Comissão de Anistia um resumo de todas as perseguições a que tinha sido submetido desde o golpe, com provas documentais de cada fato e declarações de companheiros que também vivenciaram os acontecimentos, inclusive mais de uma vez, já que desde a primeira decisão de 2006 até 2011 teve seu processo tramitando na Justiça. Além disso, anexou recortes de livros, como de Luiz Hugo Guimarães, em que o autor relatava a atuação de João Fragoso no movimento sindical, como também entrevistas que ele tinha prestado a sites de notícias.

Ao requerer seu processo de anistia, João Fragoso teve que lembrar todo os acontecimentos vivenciados por ele a partir do golpe de 1964. Ainda precisou defender que logo no imediato pós-golpe teve sua vida afetada pelas perseguições dos militares, já que por uma interpretação errada das datas os relatores consideram que o Sindicato dos Bancários havia sofrido intervenção e sua diretoria destituída em 5 de junho de 1964, uma vez que, em resposta a João Fragoso que questionava a intervenção no Sindicato, o Delegado do Trabalho da época enviou um ofício nessa data, embora a invasão pelos militares tivesse ocorrido de fato em 8 de abril.

Logo após isso, foi comunicado da sua transferência para o interior do Ceará, fato que desencadeou ação na Justiça do Trabalho por parte de João Fragoso contra o Banco do Nordeste, que o demitiu em 1966. Em um dos seus ofícios à Comissão de Anistia, João Fragoso, defendendo sua tese a partir dos acontecimentos por ele vivenciado, reafirmou:

³²⁷ Processo de anistia de João da Cruz Fragoso (2001, p. 167). Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. O acervo encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa José Américo

Concluindo: A destituição teve motivação política, a transferência teve motivação política e a demissão foi o desfecho das duas atitudes anteriores. Finalizo Senhor Conselheiro e Senhora Conselheira pedindo encarecidamente a leitura atenta de todos os documentos, pois o que está em jogo não é um simples pedido de reparação econômica mais a reparação de uma injustiça que prejudicou toda uma vida, e talvez seja esta a última oportunidade de que tal injustiça seja reparada.³²⁸

A partir desse relato, podemos supor que João Fragoso já estava cansado de juntar provas, depoimentos e não receber resposta por parte do Ministério da Justiça e sua Comissão de Anistia. Mesmo porque esse esforço trazia consigo lembranças de um período obscuro, que mudou a sua vida e da sua família para pior. Nesse e nos outros casos mencionados, percebe-se que a memória esteve atrelada à resistência da busca pela justiça e pela reparação dos direitos que foram violados.

Em dezembro de 2011, finalmente o Ministério da Justiça, a partir da Comissão de Anistia, considerou procedente o recurso enviado por João Fragoso, estabelecendo que em virtude das perseguições sofridas por ele desde a intervenção do Sindicato dos Bancários, teve sua vida implicada pela repressão e vigilância do golpe-civil militar. De indenização, passou a ser estabelecida reparação econômica em prestação mensal continuada de R\$ de 2.000,00 (dois mil reais) e indenização de R\$ 393.733,33 (trezentos e noventa e três mil, setecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).³²⁹

Luiz Hugo Guimarães resumiu a difícil tarefa de lembrar dos acontecimentos que envolveram os sindicalistas em 1964 na Paraíba em suas últimas páginas do seu livro de memórias da seguinte forma:

O Golpe de 1964, para todos nós atingidos, continuou por 21 longos anos, com toda sorte de discriminação, marginalização, perseguição (...) Foram anos difíceis, em que muitos se tresmalharam nos caminhos, foram presos, massacrados, desajustaram-se, entraram na clandestinidade permanente, amargaram o exílio, tiveram os lares destruídos, morreram. Não é fácil contar isso tudo sem ódio e sem rancor. Esquecer, ninguém esquece. Mesmo os que souberam “dar a volta por cima” guardam marcas impagáveis, ferretes e indelévels cicatrizes vivas. Os que enlouqueceram, os que ficaram mutilados os que se desajustaram os que desertaram do convívio social, guardam lembrança de uma época que esperam nunca mais ver.³³⁰

Um dos poucos sindicalistas da época a registrar suas memórias, Luiz Hugo enfatiza que mesmo aqueles que não tiveram a oportunidade ou simplesmente não quiseram reviver e

³²⁸ Ibidem, p. 274.

³²⁹ Processo de anistia de João da Cruz Fragoso (2001, p. 422). Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

³³⁰ GUIMARÃES, 2002. p. 136-137.

voltar através da memória a esse passado trágico, guardam “marcas impagáveis”, pois, como enfatiza Michel Pollak ao estudar os campos de concentração, o silêncio não é provocado pelo esquecimento sobre o fato, mas sim por remeter a uma lembrança traumática.³³¹ Nos casos dos sindicalistas aqui estudados, enfatiza-se que o terror provocado por uma ditadura de 21 anos deixou marcas em suas vidas adultas que reverberaram em sua condição social e econômica na vida idosa, tendo em vista que muitos perderam empregos e/ou foram aposentados compulsoriamente.

Ao requerer na Justiça anistia, muitos sindicalistas paraibanos tiveram a oportunidade de, ao lembrar de suas experiências traumáticas com as perseguições impostas pelo golpe civil-militar, também reviver todo o processo de militância e luta que construíram ao longo de anos. Suas memórias, que antes eram “subterrâneas”, evidenciaram a história de pessoas que também construíram uma das páginas mais importantes e ao mesmo tempo infelizes do Brasil. Nesse momento e através do trabalho realizado pela Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, um lugar de escuta para esses sujeitos foi disponibilizado e silêncios antes guardados puderam ser socializados e incluídos a memória coletiva de toda uma sociedade.³³²

* * *

Diante do exposto, consideramos que para os trabalhadores, sobretudo sindicalizados, a ditadura civil-militar significou não apenas o cerceamento da liberdade de expressão, mas o direito de trabalhar, seguir a vida e sustentar a sua família. Em muitos casos, não bastou apenas retirar o direito político e de organização afastando-os de suas entidades, mas também o impedimento de reconstruir as suas trajetórias que foram modificados pelo golpe.

Os líderes sindicais foram os mais prejudicados nesse processo, tendo em vista que desde o primeiro momento foram alvo da “Operação Limpeza” e com a efetivação do Estado de Segurança Nacional passaram a sofrer cada vez mais intensas perseguições, prisões, torturas e outras diversas formas de violações de direitos que se apresentaram a partir do projeto econômico de desenvolvimento do capitalismo associado ao multinacional. A exploração da classe trabalhadora aliada à repressão de organização e reivindicação causou um impacto profundo na saúde e qualidade de vida do trabalhador, que resultou no título do Brasil como o

³³¹ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

³³² POLLAK, 1989.

país com o maior número de acidentes de trabalho, sobretudo a partir do final da década de 1970.³³³

Nesse sentido, reafirmamos o caráter de classe do golpe de 1964 que, gestado para implementar os ideais burgueses de desenvolvimento econômico, desmantelou os movimentos de trabalhadores que reivindicavam questões pontuais relacionadas a melhores condições de trabalho, salário, alimentação e outros, mas que para a classe dominante era prejudicial para o estabelecimento do “progresso” brasileiro.

³³³ SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o Capital: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta Dissertação buscou-se analisar a organização dos sindicatos paraibanos urbanos em meio a um contexto de efervescência social e política que vivenciava-se no Brasil, tendo como recorte temporal os anos de 1958 a 1964. Esse período foi caracterizado no cenário local e nacional por contradições e conflitos de classe que emergiram em meio a lideranças políticas com atuações ambíguas em relação à classe trabalhadora e à classe dominante.

Por muito tempo, e apesar de recentes pesquisas buscarem realçar a atuação dos trabalhadores e suas organizações no período comumente chamado de “populista”, em sua maioria as obras de mais impacto na academia ainda reproduzem ideias que secundarizam a participação da classe trabalhadora nesse período. Nesta Dissertação, aliada à perspectiva da História Social do Trabalho, busquei demonstrar que o cenário político e social vivenciado no Brasil de 1930 a 1964, assim como qualquer outro período histórico, foi marcado por contradições que se acentuaram em meio ao desenvolvimento do capitalismo periférico no país.

Narrativas que possuem como argumento para compreensão desse período a “radicalização igualitária entre direita e esquerda”, “culpa das organizações de trabalhadores pela instauração do golpe civil-militar”, “tutela da estrutura populista sobre a classe trabalhadora”, “relação igualitária entre Estado, burguesia e operariado”, sozinhas, como modelos pré-definidos do que é certo e errado, não são capazes de explicar toda a complexidade da atuação de pessoas de carne e osso, com interesses distintos e que estavam disputando espaços de poder nessa época.

Como visto no capítulo 2, mesmo sob uma forte estrutura de poder das oligarquias locais, as organizações sindicais na Paraíba conseguiram empreender diversos movimentos, que foram de greves e organizações de congressos sindicais até negociações mais diretas com os patrões e ações assistencialistas oferecidas pelos próprios sindicatos. Organizações como a Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba, posteriormente aliada ao Comando Geral dos Trabalhadores, foram responsáveis por impulsionar o sindicalismo no estado e apoiaram não apenas as pautas dos trabalhadores urbanos, mas também a defesa dos interesses dos camponeses.

Nesse contexto, os líderes sindicais foram de suma importância para a divulgação da pauta dos trabalhadores no estado, que em muitos casos, utilizando-se da imprensa local, como o *Boletim dos Bancários* divulgado por Luiz Hugo Guimarães, transcrevia para a sociedade paraibana os problemas da categoria. Cabe ressaltar que, reafirmando essas ações, não estamos desconsiderando as problemáticas que envolviam a postura de líderes sindicais enviesados pela

atuação conciliatória, mas sim demonstrar que mesmo em meio a uma estrutura de poder que desconsiderava a classe trabalhadora paraibana, havia uma significativa atuação e organização. Afinal, os sindicalistas paraibanos nem sempre compartilhavam entre si as mesmas posições políticas e ideológicas.

Outra esfera de contradição utilizada pelos sindicatos paraibanos foram as ações movidas na Justiça do Trabalho, em busca da efetivação de direitos que eram usurpados pelos patrões. Os embates judiciais dos sindicatos em favor dos seus associados puderam demonstrar que havia um esforço para conhecer a legislação trabalhista para “fazer justiça”, mesmo que ao final houvesse negociações que a transformassem em uma “justiça com desconto”, na citada expressão de John French.

Por essas razões, que não chegaram nem perto de radicalizar a estrutura política da época, os trabalhadores e suas organizações foram alvos iniciais do golpe civil-militar instaurado em abril de 1964. Documentos oficiais e toda estrutura montada com as associações de classe e política de segurança nacional nos demonstraram como em anos anteriores ao estabelecimento do regime já havia se constituído uma logística para perseguição e desmantelamento dos movimentos sociais no Brasil, incluindo a Paraíba.

As intervenções aos sindicatos e prisão dos seus principais líderes para implantação de um Estado ditatorial com vistas à implementação de um sistema ainda mais exploratório e de retirada de direitos, como observado no capítulo 4, nos atestam que evidentemente o golpe de 1964 foi um golpe de classe, orquestrado por grandes empresários, militares e financiado pelo imperialismo estadunidense.

Em 2018, o Brasil, 54 anos após o golpe civil-militar de 1964, efetivou a vitória de Jair Messias Bolsonaro à presidência. Um discurso negacionista, tendo como porta voz o chefe maior do Estado brasileiro e seus apoiadores, parlamentares, além de setores do judiciário³³⁴ ganhou impulso nessa eleição: o do caráter “revolucionário”, legítimo e não golpista de 1964.

Além disso, a eleição de Bolsonaro efetivou o desmoronamento dos direitos sociais, já em curso desde o golpe de 2016 com a saída de Dilma Rousseff por meio de um golpe transformado em impeachment articulado em um acordo conjunto das classes políticas e

³³⁴ Em outubro de 2018, o então presidente do Superior Tribunal Federal Ministro Dias Toffoli, durante o seminário de 30 anos da Constituição de 1988, afirmou que a partir de então prefere chamar o golpe de 1964 de “Movimento” e não “Revolução” ou “Golpe”, tendo em vista que setores da esquerda e da direita, procuram se eximir das consequências desencadeadas por esse evento. Ver mais em: <https://oglobo.globo.com/brasil/toffoli-diz-que-nao-usa-mais-golpe-nem-revolucao-mas-sim-movimento-de-64-23116536>.

dominantes brasileiras “*com Supremo, com tudo*”³³⁵, que permitiu a entrada de Michel Temer a presidência da República. Com isso seguiu-se a Emenda Constitucional 95 que congelou os investimentos em Educação, Saúde e Segurança, Ciência, Tecnologia, Infraestrutura e etc. por 20 anos, a terceirização irrestrita, a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência, extinção do Ministério do Trabalho, ameaças de acabar com a Justiça do Trabalho e tantos inúmeros direitos que continuam sendo usurpados da população brasileira nos últimos anos.

Em 1940, Walter Benjamin chamava atenção para o perigo que reformulações sobre acontecimentos históricos poderiam desencadear para as classes oprimidas, conforme sua Tese VI em *Sobre o conceito de história*:

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo “tal como ele propriamente foi”. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo. O perigo ameaça tanto o conteúdo dado a tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na eminência de subjuga-la. Pois o Messias não vem somente como redentor; ele vem como vencedor do Anticristo. O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer.³³⁶

Como Walter Benjamin mencionou em 1940, “o inimigo não tem cessado de vencer”. Cabe a nós, historiadores e historiadoras do tempo presente, portanto resgatar e evidenciar a luta incansável dos trabalhadores e suas organizações, contra aqueles que pretendem se apoderar da História. Esta Dissertação foi um esforço de trazer a historiografia paraibana a importante contribuição de homens e mulheres em um período tão conturbado da história brasileira, que dedicaram suas vidas a conquistar dignidade, direitos e justiça. Compreender a sua história é ajudar a compreender também os nossos desafios históricos atuais.

³³⁵ Em gravação, Jucá sugere 'pacto' para barrar a Lava Jato, diz jornal. *GI - O portal de notícias da Globo*. 23 maio 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/05/em-gravacao-juca-sugere-pacto-para-deter-lava-jato-diz-jornal.html>. Acesso em: 22 ago. 2021.

³³⁶ LOWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre Conceito de História”. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 65.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Novas Estruturas. *Debate & Crítica*, n. 6, p. 49-74, 1976.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1962*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Editora UnB, 2001.

BARBOSA, Arthur Manoel Andrade. *Justiça do Trabalho e Classe Operária: a relação entre capital e o trabalho na Paraíba entre 1941-1945*. 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 145-158.

BATALHA, Claudio. *Os desafios atuais da história do trabalho*. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 89-90, 2006.

BEZERRA, Lucas; NOGUEIRA, Leonardo. Relações patriarcais de gênero e formação econômica-social brasileira: pressupostos e fundamentos. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, jul-dez. 2018, p. 151-169.

BOLSONARO diz estudar projeto para acabar com a Justiça do Trabalho. Poder 360, 03 de jan. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-estudar-projeto-para-acabar-com-a-justica-do-trabalho/>. Acesso: 13 fev. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 31.546, de 6 de outubro de 1952*. Dispõe sobre o conceito de empregado aprendiz. Publicação original: Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/10/1952, Página 15917. 1952. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-31546-6-outubro-1952-338372-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. *Portaria MTb nº 43, de 27 de abril 1953*. Dispõe sobre a relação de ofícios e ocupações objeto de aprendizagem. Rio de Janeiro, 1953. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=181025>. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. Capítulo 9 – Tortura. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014, p. 327-398.

CALIL, Gilberto Grassi. Elio Gaspari e a ditadura brasileira: uma interpretação revisionista. In: SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (Orgs.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 79-112.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Verbete*: MATARAZZO, Francisco. Fundação Getúlio Vargas. [s.d] n.p. Disponível

em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/matarazzo-francisco>. Acesso em: 03 jan. 2021.

CITTADINO, Monique. *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998.

CITTADINO, Monique. Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino Nunes; SILVA, Rodrigo Freire de Cravalho (Orgs.). *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: História, memória e construção da cidadania*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos de 1980. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009, p. 13-47.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 17-34.

CÔRREA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011.

COSTA, Hélio da; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 205-271.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comado Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*. Petrópolis-RJ, Editora Vozes Ltda., 1986.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*. Dossiê: 1946-1964: A Experiência Democrática no Brasil, v. 14, n. 28, p. 123-143, Jun. 2010.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESTEVAM, Diognnys Cardoso. *Trabalho infantojuvenil e lutas por direito nas Mesorregiões da Mata e Agreste da Paraíba (1987-1990)*. 2019. 190f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

FORTES, Alexandre. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

FRENCH, Jhon. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. *Relatório da Comissão da Verdade*, João Pessoa: A União, 2014.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Crônica do tempo distante*. Secretaria da Educação e Cultura do Estado, João Pessoa, 2001.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Recordações da ilha maldita*. João Pessoa: FUNESC, 2002. p. 21-129.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

LOWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre Conceito de História”. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1988.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes Sociais e Luta de Classes: a atualidade de um debate conceitual. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 33-55, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MELO, Demian Bezerra. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. 2013. 325f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano* – v. 3: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 47-96.

NEGRO, Antonio Luigi. O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 6, n. 1, p. 193-209, 2006.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba: Repressão e legitimação. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho (Orgs.). *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: História, memória e construção da cidadania*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 71-89.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org.). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: Eduepb, 2015, p. 179-214.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. A constituição de um acervo com processos da Justiça do Trabalho no e sobre o interior da Paraíba. In: MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inez Terezinha (Orgs.). *Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: CUT, 2015, p. 139-157.

PAULA, Cristiane. O instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD. A trajetória política de João Goulart. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*. Fundação Getúlio Vargas [s.d.]. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_Brasileiro_de_Acao_Democratica. Acesso em: 17 dez 2020.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. Desenvolvimentismo, bonapartismo, populismo: balanço de debates. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 9, n. 17, p. 123-142, jan.-jul. 2017.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO FILHO, João Ribeiro. *O sindicalismo de meu tempo*. Empório dos Livros, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 33, p. 85-96, 2014.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. *As provas da ditadura na política e na educação: O Inquérito Policial Militar (IPM) da Paraíba (1964-1969)*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

SETO, Guilherme. Vice de Bolsonaro, Mourão crítica 13º salário e fala em reforma trabalhista ‘séria’. *Folha de São Paulo*, 27 de set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/vice-de-bolsonaro-mourao-critica-13o-salario-e-fala-em-reforma-trabalhista-seria.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2021.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o Capital: acidentes de trabalho, precarização e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Jundiá – SP: Paco Editorial, 2019.

SILVA, Alessandra Belo Assis. Trabalhadores “aprendizes” na Justiça do Trabalho: o caso dos menores operários de Juiz de Fora na década de 1950. *Aedos*, Porto Alegre, v.8, n.18, p. 92-113, 2016.

SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, política e trabalho no Porto de Santos. In: FORTES, Alexandre. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. p. 54.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores no tribunal: conflitos e justiça do trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2019.

SILVA, Fernando Teixeira. Leis, Justiça do Trabalho e a força da “modernização”. *Carta Maior*, 22 de jan. 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/Extincao-da-Justica-do-Trabalho/231>. Acesso em: 13 fev. 2021.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: Um estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre a classe e “falsa consciência”. THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 269-281.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, n. 19, 2004.

VALE, Eltern Campina. *Tecendo fios, fazendo História: a atuação operária na cidade-fábrica de Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*. 2008. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

VALE, Eltern Campina. O sindicato têxtil da cidade-fábrica Rio Tinto: espaço de poder e de disputas políticas (1959-1964). In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz. SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (Orgs.). *Cultura e pode político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012, p. 293-321.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.